

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

ALFREDO RODRIGUES LEITE DA SILVA

AS PRÁTICAS SOCIAIS E O “FAZER ESTRATÉGIA”
UM ESTUDO DOS COMERCIANTES DE HORTIFRUTÍCOLAS
NO MERCADO DA VILA RUBIM

Belo Horizonte

2007

Alfredo Rodrigues Leite da Silva

AS PRÁTICAS SOCIAIS E O “FAZER ESTRATÉGIA”
UM ESTUDO DOS COMERCIANTES DE HORTIFRUTÍCOLAS
NO MERCADO DA VILA RUBIM

Tese de doutorado apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

Linha de pesquisa: estudos organizacionais e gestão de pessoas

Orientador: Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

À Jandira (*in memoriam*), minha avó materna, que durante esta tese me deixou em vida. Mas sempre estarei com ela.

AGRADECIMENTOS

Esta tese só foi realizada graças ao apoio do CEPEAD, da CAPES, do CNPQ e de um número incontável de pessoas.

Ao lembrar da Vila Rubim preciso agradecer a cada comerciante, funcionário, cliente e fornecedor, que dedicaram parte do seu tempo e contribuíram para o desenvolvimento desta tese.

Sem fugir de minhas responsabilidades quanto a quaisquer falhas, agradeço a grande atenção com a qual sempre fui tratado por meu orientador e pelos membros da banca. Sem essa atenção, tenho certeza, minhas falhas teriam sido muito maiores. Em virtude dela, preciso dividir com cada um qualquer mérito que exista nas reflexões propostas nesta tese.

Na minha experiência, a construção da tese teve momentos de solidão, entremeados por outros de profunda discussão conjunta. Nesse processo, contei com os textos oferecidos pelo professor Mozar, que me criaram inquietações frutíferas, sobre as quais em um momento crucial pude discutir com a professora Ana Paula. Nessa oportunidade, foi possível estabelecer limites e caminhos para conciliar os conflitos teóricos que me incomodavam. A partir de então, os professores Gelson e Neusa por diversas vezes me deram a honra de discutir pontos da tese que em alguns momentos ficavam obscuros para mim. A maneira dos dois me tratarem foi sempre tão atenciosa que confesso ter me sentido acalentado, ao mesmo tempo, em relação a inquietações teórico-metodológicas e pessoais.

Outro a quem devo muito é meu orientador, uma das pessoas mais brilhantes que já conheci. Sempre teve atenção por tudo que fiz durante o doutorado, dando-me suporte tanto na vida acadêmica quanto pessoal. Nesse processo, ele, que eu mal conhecia antes de entrar no doutorado, é hoje considerado por mim um grande amigo, que sempre poderá contar comigo. Todos os que compreendem o seu jeito enxergam o profundo respeito que ele dedica a cada um de seus alunos, e por isso mesmo ganha o respeito deles.

Preciso ainda agradecer aos professores, funcionários e colegas da turma do doutorado. Para homenagear esse grupo, destaco as incontáveis vezes que meu colega Marcelo me ajudou com os problemas mineiros e que a Edna, as Éricas e a Fátima me ajudaram a lidar com o fantasma da burocracia.

Outro grupo que não pode ser esquecido é o dos bolsistas do NEOS, em especial o Thiago, o Pablo, o Gustavo e o Ari. Tenham a certeza de que parte de nossas produções e discussões está nesta tese.

Por fim, preciso agradecer às minhas mulheres, Francisca, Jandira, Helena, Geisa, Geisinha, Geovana e Eliane, minha casa das sete mulheres, aquelas que me ajudam em tudo, cada uma com sua especialidade.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender as relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações. Nesse sentido, ela se insere na chamada “visão da estratégia como prática social”, voltada tanto para as práticas e construções sociais cotidianas – que envolvem as pessoas, a organização e a estratégia –, quanto para as influências sobre essas práticas. Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente, apresentou-se o posicionamento da “chamada abordagem da estratégia como prática social” no campo dos estudos sobre estratégia. Em seguida, discutiram-se aspectos que caracterizam essa abordagem, no sentido de enxergar possíveis contribuições para o estudo da estratégia como prática social. Buscou-se, então, uma proposta na qual os sujeitos possam apresentar os delineamentos *microsocial* e *macrossocial* que envolvem suas práticas no fazer estratégia na organização, bem como a relação existente entre esses níveis. A articulação teórica que viabilizou essa proposta baseia-se em contribuições de uma abordagem de Representações Sociais no âmbito da Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici (1961), e da concepção de estratégias e táticas cotidianas, proposta por Certeau (1994). Para evidenciar a aplicação empírica do esquema conceitual desenvolvido, o esquema norteou um estudo de caso que buscou compreender as relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim, em Vitória-ES. Para a coleta de dados foram empregadas a pesquisa documental e diferentes técnicas de observação e entrevista. O tratamento dos dados dos documentos e das entrevistas se deu por meio da técnica da Análise do Discurso (FIORIN, 2003) e as anotações de campo do próprio pesquisador foram organizadas por meio da Análise do Conteúdo na abordagem temática (BARDIN, 1977). A análise dos dados revelou construções sociais nas quais práticas semelhantes remetem a sentidos diferentes e a novas práticas no fazer estratégia dos comerciantes, alterando

construções sociais anteriores. Ao mesmo tempo, construções sociais já estabelecidas remetem à manutenção de práticas antigas e a novas práticas que reforçam e reproduzem determinados sentidos. Por exemplo, em um determinado tempo e espaço, a prática da “violência” contra o fiscal da prefeitura surge inserida na tática do comerciante. Ele usa essa prática para transgredir uma ordem estabelecida em torno do sentido das relações formais, nas quais o fiscal se baseia para multar e apreender as mercadorias dos comerciantes, que atuam como ambulantes nas ruas. Mais tarde, após esses comerciantes invadirem um espaço público, “privatizando-o”, essa mesma prática surge inserida na estratégia dos comerciantes. A “violência”, agora, está dentro de uma ordem estabelecida em torno do sentido do espaço privatizado, pois ao delimitar essa ordem o grupo de sujeitos a mantém e a reforça por meio da violência usada para evitar o descumprimento de suas regras. A exposição dessa inter-relação entre a manutenção, a mudança, os sentidos e as práticas, no cotidiano dos sujeitos de pesquisa, revelou a estratégia como prática social dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim. Portanto, as contribuições principais desta tese são: a proposição e a aplicação de caminhos para a inclusão do dinamismo das construções sociais dos sujeitos nos estudos sobre estratégia; e a exposição dessas construções no caso dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

Palavras-chave: fazer estratégia; estratégia; tática; cotidiano; prática social; representações sociais; sentido.

ABSTRACT

This thesis aims to comprehend the relationships between the social practices senses and the directions taken by “strategizing” ways of people into the organizations. Therefore it belongs to the vision of strategy as social practice, turned to both to the quotidian social practices and constructions – that include people, the organization and the strategy –, and to the influences upon this practices. To achieve the proposed objective, first the approach of strategy as a social practice inside the field of strategy studies was introduced. Following, the aspects that characterize this approach were discussed, to visualize possible contributions to the study of strategy as social practice. In the propose supported a way to the subjects shows the microsocial and macrosocial mappings that are involved in its practices of organization strategizing, as well as the relationship between these two levels. The theoretical procedure that made this propose possible is based in contributions of an approach of social representations inside the theory of social representations proposed by Moscovici (1961) and by the conception of quotidian strategies and tactics, proposed by Certeau (1994). To point out the empiric application of the conceptual plan developed, it was applied in a case study that aims to understand the relationships between the senses of social practices and the directions of ways of “strategizing” in the selling of fruits and vegetables in Vila Rubim popular market, located in Vitória-ES. To the data collection it was adopted the documental research and different techniques of interview and observation. The documents and interviews information was treated by the Discourse Analyses (FIORIN, 2003) technique. The researcher field notes were organized by the content analyses procedure in the thematic approach (BARDIN, 1977). The data analyses showed up social constructions in which similar practices lead to different senses and to new practices in the “strategizing” of sealers, changing previous social constructions, at the same time that established social constructions lead to the maintenance of old practices and the new practices that reinforce this sense. For

instance, in a certain time and space, the practice of the "violence" against the city hall inspector appears inserted in the sealer's tactics to transgress an established order around the sense of the formal relationships in which the city hall inspector is based to fine and apprehend the goods of the sealers that work in the streets. Later, after those sealers invaded a public space, "privatizing it", that same practice appears inserted in the sealer's strategy inside of the place of an established order around the privatized space. Because when delimiting this place the group of subjects maintains and reinforces it through violence used to avoid the noncompliance of their rules. The exposure of this inter-relationship between maintenance, change, senses and practices in the quotidian of research subjects revealed the Vila Rubim popular market fruits and vegetables sealers strategy as social practice. Therefore, the main contributions of this thesis are the proposition and the application of ways for the inclusion of the dynamism of subject's social constructions in the studies about strategy and the exhibition of those constructions in the case of the hortifrutícolas sealers at Vila Rubim popular market.

Key-words: strategizing; strategy; tactic; quotidian; social practice; social representations, sense.

Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder o do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro.

Michel de Certeau

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: DA VISÃO CLÁSSICA À ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA	25
2.1	A visão clássica da estratégia	26
2.2	A estratégia como um processo	30
2.3	A estratégia como prática e o “fazer estratégia”	36
2.4	Limitações e contribuições da abordagem da estratégia como prática para o estudo do “fazer estratégia”	39
3	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS ESTUDOS DE ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL	51
3.1	As críticas construcionistas e as posições na TRS	67
4	O ESQUEMA CONCEITUAL	91
5	UMA INVESTIGAÇÃO DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: O COMÉRCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS NO MERCADO DA VILA RUBIM	95
5.1	Delimitações metodológicas	95
5.2	A escolha do <i>locus</i> da investigação: o Mercado da Vila Rubim	97
5.2.1	O que é um mercado?	99
5.2.2	As organizações familiares	104
5.3	Unidade de análise e instrumentos de coleta de dados	106

5.3.1	A coleta de dados preliminar.....	108
5.3.2	As técnicas adotadas na coleta dos dados	109
5.4	A escolha dos sujeitos a serem entrevistados.....	127
5.5	A cronologia da coleta de dados e a escolha dos locais de observação	130
5.6	A análise e as técnicas de tratamento dos dados	133
5.6.1	Análise do conteúdo.....	135
5.6.2	Análise do discurso	137
5.6.3	A Análise do Conteúdo e a Análise do Discurso na investigação do fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.....	144
5.7	Limitações do método	157
6	O MERCADO DA VILA RUBIM.....	159
6.1	A história.....	159
6.2	O contexto atual do comércio de hortifrutícolas	172
7	O “FAZER ESTRATÉGIA” NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTÍCOLAS NO MERCADO DA VILA RUBIM.....	181
7.1	Quem é o comerciante da Vila Rubim?.....	182
7.1.1	A face da família	183
7.1.2	A face da aplicação pessoal em trabalhar e economizar	187
7.1.3	As relações pessoais.....	190
7.2	O que sustenta a tradição de comprar no mercado da Vila Rubim?	198
7.2.1	Continuidade do comércio	199
7.2.2	O cotidiano que envolve o cliente.....	205

7.2.3 O casamento entre a mídia dos grandes, o peixe e a galinha	216
7.3 Por que o mercado muda?.....	220
7.3.1 As demandas das e sobre as instituições públicas.....	221
7.3.2 A privatização do espaço público	240
7.3.3 As pressões concorrenciais	249
7.4 O esquema conceitual e a investigação empírica sobre o fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas.....	263
8 CONCLUSÃO	273
REFERÊNCIAS	282

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entendimento de estratégia e tática (Certeau, 1994) nas organizações adotado na tese	48
Figura 2 – Esquema conceitual da tese.....	91
Figura 3 – Mapa do Mercado da Vila Rubim.....	132
Figura 4 – Desembarque de mercadorias na região do Mercado da Vila Rubim no início do século XX	160
Figura 5 – Praça Manoel Rosindo ocupada pelos barraqueiros.....	162
Figura 6 – Início do incêndio no Mercado da Vila Rubim.....	164
Figura 7 – Mercado da Vila Rubim após a explosão durante o incêndio.....	164
Figura 8 – Barracas improvisadas dos lojistas em torno dos galpões destruídos.....	165
Figura 9 – Barracas construídas pela prefeitura em frente aos galpões destruídos	166
Figura 10 – Interior dos galpões reconstruídos pela prefeitura	167
Figura 11 – Parte externa dos galpões reconstruídos pela prefeitura	168
Figura 12 – Disposição dos hortifrutícolas em uma barraca	169
Figura 13 – Disposição das barracas e produtos comercializados.....	170
Figura 14 – Tabuleiros em frente à peixaria.....	178
Figura 15 – Disposição dos tabuleiros em frente à peixaria e produtos comercializados	179

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o dinamismo e a complexidade são características cada vez mais associadas aos ambientes que envolvem e permeiam as organizações. Como consequência, surge a necessidade de se compreender melhor as maneiras pelas quais os atores organizacionais lidam com as relações entre o ambiente externo, o ambiente interno e os interesses associados a ambos. Por tratar especificamente dessas relações, o campo da estratégia tem crescido em relevância no âmbito dos estudos organizacionais. As diversas abordagens focam desde os aspectos macroeconômicos até a atuação dos sujeitos sociais. Nesse último foco, surgem discussões sobre o “fazer estratégia”, voltadas às interações e inserções sociais dos atores. Ao reconhecer a relevância dessa temática, esta tese tem como objetivo: **compreender as relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações.**

Ao alcançar esse objetivo, é possível desenvolver o campo dos estudos organizacionais e, mais precisamente, da estratégia. A relevância da proposta está em assumir o estudo da estratégia numa ótica que destaca as construções sociais dos atores. A abordagem dá espaço àqueles excluídos da visão clássica, os diversos atores envolvidos com a organização, membros ou não, dos níveis operacionais à alta administração, sem se limitar a esse último grupo. Nessa ótica, busca-se evidenciar influências em torno das construções sociais dos atores e suas implicações nas estratégias nas organizações, algo pouco explorado no campo.

Além da relevância em contribuir para o campo da estratégia, a justificativa para abordar a temática em questão é a preocupação do autor desta tese sobre as limitações das correntes predominantes no campo da estratégia. Essa inquietação é compartilhada por mim e por

meus pares no núcleo de pesquisa do qual faço parte, o Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS), do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As discussões no NEOS se inserem numa oposição à lógica determinista da visão clássica de estratégia, na qual os objetivos organizacionais serão alcançados em virtude de um planejamento deliberado por atores “privilegiados” que dominam as tecnologias gerenciais.

Portanto, nesta tese assume-se que a importância de se definir os objetivos organizacionais e as atividades a eles dirigidas é inquestionável, mas se defende que essas prescrições estão sempre inseridas num processo de estratégia emergente, social e político, norteado pelas interações entre os atores sociais. Essas características evidenciam o espaço do ator social no “fazer estratégia” e a dificuldade de se lidar com esse fenômeno de maneira determinista, na medida em que envolve uma infinidade de implicações sociais.

Para superar essas dificuldades, ao estudar esse “fazer”, propõe-se investigar as práticas sociais a ele associadas, segundo a concepção de Certeau (1994, p. 40-41, 46- 47), que as insere nas “estratégias” e “táticas cotidianas” dos sujeitos. Para o autor nas estratégias as práticas contam com um cálculo de relações de forças com base em um lugar delimitado por um próprio privilegiado. O termo *próprio* é utilizado pelo autor, assim como neste trabalho, para indicar um lugar de poder e querer diferenciado em um ambiente – ou seja, uma ordem estabelecida a partir de uma fronteira além da qual está a desordem, a fronteira do próprio –, bem como os sujeitos posicionados de maneira privilegiada nessa ordem, que atuam convergindo para ela e reforçando-a. Esse próprio se apresenta numa posição de poder que permite distinguir e gerenciar ações em um “ambiente”.

Enquanto a estratégia pode contar com esse próprio, que articula suas práticas, a tática se vale do “outro”, sem aquele lugar de poder. Esse “outro” se articula em espaços de transgressão daquele lugar, ao mesmo tempo em que se utiliza de elementos do lugar de poder como um elo legitimador dos espaços de transgressão, por meio do que Certeau (1994) chama de “bricolagem”, ligada ao uso criativo e oportunista do “tempo” e do “espaço”. Neste trabalho, para adotar esse aporte teórico, foi necessário buscar um conceito de estratégia organizacional que reconheça as práticas do sujeito social nas construções referentes ao “fazer estratégia” e encontrar um caminho para revelar o próprio e as articulações que transgridem o seu lugar.

Em relação ao conceito de estratégia organizacional, a maneira como Certeau (1994) trata da “arte do fazer”, articulada em estratégias e táticas cotidianas, leva ao questionamento do foco desse fazer no tocante à estratégia organizacional: no lugar de se voltar para a estratégia organizacional, enfatizar o estudo das estratégias e táticas nas organizações, que incluem estratégias (organizacionais ou não) e táticas cotidianas. Enquanto as estratégias organizacionais se limitam aos objetivos organizacionais, definidos por membros da organização posicionados no lugar com o poder para definir esses objetivos, as estratégias e táticas nas organizações envolvem uma infinidade de outros interesses convergentes ou divergentes com os organizacionais.

Segundo essa concepção, as práticas nas estratégias nas organizações envolvem a mediação de aspectos como interesses, recursos e resultados, que não se apresentam, necessariamente, de maneira coerente entre si, pois não se trata de uma lógica racional instrumental, mas de uma construção social inerente às práticas dos sujeitos em suas vivências com outros sujeitos. Uma mediação inserida nos contextos sociais desses sujeitos, contextos que, de um

lado, constroem as práticas desses sujeitos e, de outro, oferecem as condições para que eles usem o tempo e o espaço a seu favor, a ponto de ser possível perverter aquele constrangimento durante a própria mediação.

Para abarcar esse processo, propõe-se que as estratégias e táticas nas organizações sejam entendidas como a **composição de fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos**. Esse entendimento inclui diferentes fluxos nas organizações. Aqui estão os diversos tipos de estratégia, desde as organizacionais, como as de crescimento no mercado por meio de redução de custo, até as pessoais, como a busca por ascensão profissional, ou qualquer outra delimitação que gire em torno de objetivos específicos dentro do lugar de um próprio, considerado como referência por quem analisa essa composição. Entre uma e outra estratégia, varia apenas o corte considerado em relação à inserção contextual dos sujeitos envolvidos. Nenhuma está isolada das outras construções sociais; apenas buscam uma delimitação no lugar de um próprio em torno do qual giram as práticas e os objetivos que indicam a especificidade da estratégia em questão. Da mesma maneira, as táticas também estão inseridas nessa composição, mas em fluxos que, na inserção contextual considerada como referência, não contam com um lugar privilegiado de um próprio. Elas surgem de articulações que se utilizam desse lugar para demarcar um espaço no qual ele é transgredido por sujeitos que assumem direções não convergentes àquele lugar.

Essa concepção é proposta com base nas contribuições de Pettigrew (1977, p. 79, tradução nossa), para quem a estratégia é “[...] um fluxo de eventos, valores e ações inserido em um contexto”. Os eventos, os valores, as ações e o contexto (no singular) presentes no conceito original do autor deram lugar às práticas sociais e aos contextos (no plural). A justificativa é

a adequação à concepção de Certeau (1994) de que as práticas sociais estão sempre nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos sociais. Como tal, elas também estão no interior das organizações e nas estratégias e táticas nas organizações, incorporando de maneira indissociável valores, ações e articulações em eventos, entre outros aspectos. Além disso, essas práticas não estão inseridas apenas “em um contexto”, mas em vários “contextos”, devido às múltiplas inserções sociais que envolvem os sujeitos. A partir desse entendimento, neste trabalho, as estratégias e táticas nas organizações foram consideradas como **fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos**. Nesse sentido, as estratégias organizacionais se restringiram a fluxos de práticas demarcadas pelo lugar do próprio organizacional, aquele que tem autoridade para definir e demarcar os objetivos organizacionais. Mas as estratégias e táticas nas organizações, além de não se restringirem a essas estratégias, remetem a construções que as influenciam e são influenciadas por elas.

O destaque dado às práticas sociais no conceito de estratégia e táticas nas organizações proposto também se justifica por elas constituírem uma unidade de análise adequada para a investigação do “fazer estratégia” (JARZABKOWSKI, 2002, 2005). Essas práticas têm uma relação estreita com as representações sociais (VERGÈS, 2001), capaz de elucidá-las (JODELET, 2001). Aqui se revela o caminho defendido nesta tese para revelar o próprio e as articulações que fogem do seu lugar no estudo do “fazer estratégia”: a investigação das representações sociais que envolvem as práticas associadas a esse fazer.

A análise das representações sociais referentes a determinados sujeitos e objetos permite evidenciar o “fazer estratégia” por meio de estratégias e táticas cotidianas, na medida em que expõe construções sociais em torno das quais se estabelece uma ordem social. Ou seja,

na análise tanto das articulações inseridas em um lugar de poder privilegiado, com base em construções estabelecidas e reforçadas, quanto daquelas que pervertem esse lugar, há necessidade de uma referência em termos de construções sociais anteriores que permita confrontar elementos identificados na investigação. Aqui, as representações e as construções sociais que a envolvem foram assumidas como essa referência.

A partir delas busca-se compreender as relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações, na direção da seguinte problematização: **como os sentidos das práticas sociais se relacionam com os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações?**

Essa problematização é norteada por três questões básicas: as práticas sociais relacionam-se umas com as outras no cotidiano dos sujeitos sociais; no interior das organizações, essas relações envolvem o “fazer estratégia” nas estratégias e táticas cotidianas; e o estudo das representações sociais, dos atores organizacionais, dos clientes, dos fornecedores e dos demais sujeitos destacados por eles sobre os objetos que eles próprios evidenciam em suas estratégias e táticas cotidianas é capaz de revelar aquelas relações, pois expõe as práticas sociais inseridas em lugares de reprodução de um próprio e em bricolagens nos espaços de transgressão e criação.

No sentido de ilustrar e embasar empiricamente as contribuições teóricas propostas nesta tese, desenvolveu-se uma investigação empírica que implicou o desafio de operacionalizar metodologicamente a aplicação das reflexões teóricas propostas. O *locus* escolhido para o estudo de caso foi o maior Mercado da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, conhecido como Mercado da Vila Rubim. A escolha desse *locus* deve-se a três aspectos: a) é uma organização peculiar, que reúne interesses e patrimônios públicos (municipal e

estadual) e privados (diversos lojistas e fornecedores com atividades concorrentes, complementares ou diferentes) articulados num lugar comum; b) tem importância sociocultural, pois, ao longo das décadas, inseriu-se de maneira significativa no cotidiano da cidade; e c) tem sofrido o impacto direto da recomposição dos espaços urbanos, que remete o centro da cidade a um espaço “marginalizado” e os estabelecimentos nele localizados a uma maior dificuldade para a sobrevivência. Na diversidade de atividades existentes no mercado, o foco do estudo foi para a comercialização de hortifrutícolas em geral, atividade de origem do mercado e que predominou durante anos, com centenas de comerciantes, mas que atualmente se restringe a menos do que uma dezena.

Além de ampliar os conhecimentos organizacionais sobre um *locus* com essas características, ao basear-se no modelo conceitual desenvolvido nesta tese, o estudo de caso possibilitou aplicar as contribuições teórico-metodológicas propostas. Dessa maneira, foi possível ilustrar as adequações das propostas para outros estudos empíricos sobre estratégia, com foco nas práticas sociais dos sujeitos. Uma aplicação que exigiu a escolha de técnicas de coleta e análise de dados convergentes com o modelo conceitual proposto. Quanto à coleta de dados, a preocupação esteve em escolher técnicas que permitissem um aprofundamento característico de abordagens qualitativas. Nesta tese, foi realizado o uso conjunto de técnicas de observação, entrevista e pesquisa documental, considerado adequado por sua capacidade de aprofundamento no cotidiano social, voltando-se simultaneamente para dois cortes: um histórico longitudinal, principalmente, por meio da pesquisa de documentos e das entrevistas em duas etapas, uma não-estruturada, com ênfase nas histórias de vida tópicas (MINAYO, 2000), e outra semi-estruturada, com base em um roteiro (CRUZ NETO, 1994); e um transversal, voltado para as convivências e práticas na

atualidade, por meio, principalmente, do acompanhamento *in loco* por parte do pesquisador, a partir das observações assistemática, sistemática e participante (GIL, 1999).

Quanto ao tratamento e à análise dos dados, buscou-se a aproximação de contribuições metodológicas de uma área do conhecimento já voltada para as interações entre atores sociais, a qual permite tratar de questões relativas às práticas sociais. Nesse sentido, ao discutir sobre as “artes de fazer”, Certeau (1994) apresenta elementos do campo da lingüística, comumente tratados na Análise do Discurso (AD), tais como a não limitação a *corpus* “escritos”, a enunciação, o locutor, o interlocutor e a condição de produção do discurso. Isso legitima a proposição de adotar as contribuições referentes ao Bakhtin (1986a; 1986b) e à vertente da chamada “abordagem francesa da AD da lingüística” (FARIA; LINHARES, 1993; FIORIN, 2003), que permite reconhecer o sujeito como social em suas inserções contextuais, em conjunto com a análise do conteúdo na abordagem temática (BARDIN, 1977).

A AD foi assumida como uma técnica de tratamento de dados que permite ao pesquisador alcançar o dialogismo dos discursos, pois se volta para os múltiplos discursos inseridos nas relações entre o intradiscurso e o interdiscurso, revelando implícitos e silenciamentos com sentidos que vão além dos significados semânticos. De acordo com tal característica, essa técnica foi adotada no estudo de caso em questão para tratar os dados referentes aos documentos e aos discursos dos sujeitos de pesquisa. Na análise o processo de significação foi desvelado pela observação das estratégias de persuasão discursivas, que evidenciam elementos dos discursos (FARIA; LINHARES, 1993), tais como: temas, figuras e percursos semânticos. A análise das relações que envolvem esses elementos expõe o intradiscurso e o interdiscurso. Portanto, chega-se a um nível aprofundado da comunicação entre os atores, o

que só é possível em virtude de se considerarem os contextos sociais, os gêneros comunicativos e as interações nos quais eles se inserem.

A análise do conteúdo, mais simples do ponto de vista operacional, mas que não se volta para o interdiscurso, foi utilizada como técnica para o tratamento dos apontamentos do próprio pesquisador em suas notas de campo. Delas foram extraídos e categorizados temas de acordo com seu sentido semântico, expresso pelo próprio pesquisador que escreveu as notas e que, depois, utilizou a técnica da análise do conteúdo apenas para organizar as informações.

Para desenvolver as opções teóricas e empíricas expostas, esta tese foi organizada em oito tópicos principais, na seguinte seqüência: no primeiro tópico, é apresentada esta introdução; no segundo, é feita uma breve revisão sobre o campo da estratégia, da visão clássica até a abordagem da estratégia como prática social, para, em seguida, concentrar-se na discussão dessa última, com foco em suas limitações e contribuições para o estudo do fazer estratégia; no terceiro, discutem-se contribuições da abordagem das Representações Sociais para o estudo da estratégia como prática social, enfatizando-se a necessidade de incorporar contribuições oriundas das críticas à abordagem representacionista; no quarto, apresenta-se o esquema conceitual proposto com base na discussão teórica desenvolvida; no quinto, discutem-se escolhas metodológicas adotadas em uma investigação empírica baseada no esquema conceitual proposto; no sexto, apresenta-se o Mercado da Vila Rubim, *locus* da investigação empírica desenvolvida; no sétimo, discute-se o “fazer estratégia” na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim; e no oitavo, é desenvolvida a conclusão da tese.

A partir dessa estrutura, evidenciou-se que no processo de fazer estratégia existe um movimento duplo de manutenção e mudança dos sentidos e práticas inseridas nesse fazer. Observou-se que isso ocorre a partir de construções sociais anteriores, estabelecidas, reproduzidas e que permeiam outras, mas sem limitar essas últimas a uma simples reprodução, pois ocorre o dialogismo que remete ao dinamismo social, como revelado no caso dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

2 A ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: DA VISÃO CLÁSSICA À ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA

Os estudos organizacionais têm-se desenvolvido em torno de diversos temas, entre eles a estratégia, que faz parte do grupo daqueles que obtiveram maior destaque (BARRY; ELMES, 1997). Isso é explicado, conforme Clegg, Carter e Kornberger (2004, p. 22), pelo fato de a estratégia ter o papel “[...] de ligação entre o mundo interior das organizações hermeticamente fechadas e o mundo exterior dos ambientes nos quais tudo o mais se opera”. Além disso, ela também serve de mecanismo de poder daqueles identificados como aptos a “fazer estratégia” (KNIGHTS; MORGAN, 1991).

Segundo essa ótica, o campo da estratégia organizacional disseminou-se numa ênfase positivista. Precusores como Chandler (1962) e Ansoff (1965) influenciaram autores voltados para os posicionamentos e para as bases econômicas, como Porter (1989; 1991). Em síntese, as demarcações giraram em torno da importância dos métodos estatísticos, da visão cartesiana e da generalização dos modelos de estratégia (*e.g.* WIERSEMA; BANTEL, 1992). Nessa visão, em relação àquele “[...] mundo interior das organizações [...]”, mencionado por Clegg, Carter e Kornberger (2004, p. 22), interessa apenas estudar o lugar da alta administração e dos estrategistas (*e.g.* GELETKANYCZ; HAMBRICK, 1997). Aqui, o “fazer estratégia” gira em torno desses atores privilegiados, com a atribuição de planejar o futuro da organização.

Para Whipp (2004), essa abordagem no campo da estratégia é marcada pela influência da economia neoclássica. Conforme o autor, essa é a abordagem que iniciou o campo e permaneceu predominante. Mas, a partir da década de 1970, surgiram outras, associadas à teoria organizacional e presentes na atualidade. Comumente nessas outras abordagens a estratégia é vista “[...] como produto de processos incrementais, adaptativos e emergentes [...]” (WHIPP, 2004, p. 235). Pettigrew (1977) e Mintzberg (1978) são precursores dessa corrente, com propostas caracterizadas por repudiarem a concepção de que a estratégia se baseia apenas num planejamento deliberado. Para os autores, além dos estrategistas da alta direção, outros atores podem interferir na estratégia organizacional, e ela não segue apenas planos definidos *a priori*. Essa visão aproxima-se da idéia de construção social (BERGER; LUCKMAN, 1985) e do paradigma interpretativista (BURRELL; MORGAN, 1979). Aqui, o “fazer estratégia” ganha contornos sociais e políticos, que remetem a uma diversidade de discussões e de abordagens do estudo da estratégia. Esse percurso (da estratégia), com movimentações que coexistem até a atualidade, será detalhado a seguir, pois compõe influências que norteiam esta tese.

2.1 A visão clássica da estratégia

A visão clássica da estratégia surgiu numa época em que o racionalismo cartesiano imperava nos estudos organizacionais (CLEGG; HARDY, 1999). Essas influências marcaram o desenvolvimento do campo. Segundo essa lógica, o papel dos estrategistas foi demarcado por Chandler (1962), ao disseminar a idéia de que “fazer estratégia” é determinar metas e objetivos básicos a serem alcançados em longo prazo. Outro elemento importante para a abordagem clássica é o ambiente. Seus níveis de previsibilidade atingem o

estrategista em seu “fazer”, pois ele deve ser capaz de perceber oportunidades, obstáculos e ameaças em virtude de possíveis mudanças (ANSOFF, 1965).

Nessa concepção de “fazer estratégia”, a separação cartesiana entre a mente e o corpo, já explorada pelo taylorismo, caracteriza a distinção entre a estratégia e a operação: “[...] enquanto a primeira analisa, controla, lidera, pensa e planeja, a segunda aparece como um mero objeto, passivo e inerte, que deve ser dirigido. A gestão enquanto ‘cabeça’ cria visões, estratégias e planejamentos para dominar e conduzir a organização (‘corpo’)” (CLEGG; CARTER; KORNBERGER, 2004, p. 22). Os problemas podem então ser subdivididos por meio da ação de um planejador (racional) capaz de definir previamente a seqüência linear de ações necessárias para a solução (CHAFFEE, 1985). Essa definição prévia seria o planejamento estratégico, de responsabilidade dos estrategistas da organização, cabendo aos pesquisadores e consultores oferecer instrumentos adequados a esse propósito.

Autores como Levitt (1965) e Porter (1989, 1991) ocuparam esses espaços, focando formulações de base econômica. Os modelos propostos contribuíram para uma visão linear e fragmentada, com foco em determinadas atividades consideradas mais relevantes ou estratégicas. Por exemplo, Porter (1991) defendia que as organizações deveriam tratar suas atividades estratégicas separadamente, ampliando sua compreensão sobre seus custos e potenciais de diferenciação. Para o autor, a compreensão dos dois fatores nortearia a inserção do gestor na passagem das chamadas “vantagens comparativas” para as “vantagens competitivas”.

A grande receptividade das propostas pode ser explicada, pelo menos em parte, ao se observar que na década de 1980, período de sua maior disseminação, a indústria japonesa

assumiu parcelas expressivas do mercado ocidental, com destaque para o norte-americano (WHIPP, 2004). A competição passou então a legitimar a adoção de tecnologias gerenciais, como a reengenharia e o *downsizing*, voltadas para a reorganização, o corte de custos e da força de trabalho. A estratégia competitiva, de acordo com Porter (1991), seria o caminho para as indústrias norte-americanas contra-atacarem invasões dessa natureza. Em propostas como esta a lógica da economia neoclássica, de agir baseada na “auto-regulação” do mercado, passou a dominar a estratégia. Conforme Whipp (2004), essas propostas têm em comum o fato de se basearem na perspectiva da Organização Industrial, caracterizada por presumir certa estabilidade na dinâmica da competição, o que permitiria aos estrategistas atuarem antecipando oportunidades e ameaças. Entretanto, como destaca o autor, havia grupos chamados de “heréticos” que se afastavam um pouco da ortodoxia, influenciados pelas propostas schumpeterianas.

Para os heréticos, como Hayes e Albernathy (1980), o processo estratégico deveria ser abordado de maneira mais ampla, para impulsionar as empresas por meio da inovação e da diferenciação em seus produtos e nas tecnologias adotadas. Dessa maneira elas poderiam competir e lidar com a incerteza. A base do desenvolvimento econômico seria a tecnologia, que, ao evoluir, transforma as organizações e promove inovações capazes de revolucionar as estruturas de mercados/setores (BARNEY, 1986). De qualquer maneira, a distinção entre os dois grupos não chegou a romper com a ênfase dada ao desenvolvimento econômico das organizações, à visão cartesiana e às abordagens quantitativas (WHITTINGTON, 2004).

Outro ponto, comumente criticado, é a incapacidade de essas propostas alcançarem a apregoada intenção de oferecer às organizações instrumentos adequados para a condução da estratégia, sempre esbarrando na resistência, foco das iniciativas clássicas mais recentes.

Essa questão e várias outras foram observadas por Clegg, Carter e Kornberger (2004) ao analisarem diversos estudos no campo. Conforme os autores, a abordagem clássica é permeada por “falácias” inseridas entre a realidade e a fantasia. De um lado, o da realidade, estão as competências organizacionais, os objetivos reais, a implementação do planejamento, as evoluções emergentes incontroláveis, os meios existentes, os membros da organização como um todo e a desordem; de outro lado, o da fantasia, estão as pretensões dos gestores, os objetivos futuros, o planejamento estratégico, a mudança planejada, os fins a serem alcançados, a mente planejadora da administração e a ordem.

Ao se concordar com o entendimento de Clegg, Carter e Kornberger (2004), é necessário destacar as implicações da simplificação da realidade e da idealização de um futuro. No caso, a negação do cotidiano e o menosprezo ao presente afastam os gestores e os estrategistas dos demais atores organizacionais, pois estes últimos compõem o presente e o cotidiano da organização. Mesmo que se imponha a eles o discurso do crescimento econômico infinito como a única alternativa para todas as sociedades, organizações e pessoas em seu interior, suas construções não são planejadas e elaboradas no sentido desse futuro infinito. Como mostram Berger e Luckmann (1985), a construção social da realidade ocorre cotidianamente, incluindo-se interações passadas e presentes. Portanto, é esse o contexto com o qual se tem que lidar ao atuar em uma organização.

A mencionada fantasia não constrói o futuro; ela é apenas mais uma das interações do passado ou do presente nessa construção. Daí o interesse de vários autores em focar diretamente essa construção para compreender os processos estratégicos nas organizações (WHITTINGTON, 1996). Eles não vêem a estratégia como o caminho para um futuro certo, mas como um processo de interações cotidianas no presente, com o qual todos os membros

organizacionais lidam e do qual fazem parte. A formação desses autores, interessados numa outra visão da estratégia, sofreu influências europeias, distintas do pensamento estratégico norte-americano predominante. Isso explica o crescente questionamento das bases da abordagem clássica e de suas prescrições estratégicas, voltadas para o controle hierárquico, o formalismo do planejamento e a ênfase na análise industrial (VOLBERDA, 2004). A contribuição deles indica um caminho para desenvolver estudos sobre estratégia organizacional que reconheça seus aspectos subjetivos e qualitativos.

2.2 A estratégia como um processo

As principais influências sobre os críticos da abordagem clássica predominante são oriundas da visão processual da estratégia (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004). Essa visão surgiu de contribuições de autores de outras áreas dos estudos organizacionais que se voltaram para a estratégia (WHIPP, 2004). Pettigrew (1977, 1987, 1992) e Mintzberg (1967, 1973, 1978, 2004) são dois destaques dessa abordagem (KNIGHTS; MORGAN, 1991).

Desde a década de 1960, Mintzberg (1967, p.71) tem trabalhado o conceito de estratégia como padrão, inicialmente de maneira mais superficial, ao conceituar que

[...] a formação estratégica é definida simplesmente como um processo de tomar importantes decisões organizacionais (por exemplo, para reorganizar, desenvolver uma nova linha de produtos, embarcar em um programa de expansão). Estratégia é o conjunto dessas decisões, podendo evoluir na medida em que decisões **independentes** são tomadas ao longo do tempo, ou ser resultado de processos de formação de planos **integrados**.

Dessa maneira, evidenciou-se o esboço da abordagem que mais tarde Mintzberg (1978, p. 935) demarcou por meio do conceito de que estratégia é “[...] um padrão em um fluxo de decisões” (MINTZBERG, 1978, p. 935). O padrão é concebido como “[...] consistência em

comportamento ao longo do tempo” Para demarcá-lo, o autor enfatiza a discussão da concepção de estratégia como plano – “[...] uma direção, um guia ou curso de ação para o futuro [...]” – e a coexistência dos dois conceitos (MINTZBERG, 2004, p. 34). Conforme Mintzberg (2004, p. 34)

[...] ambas as definições parecem válidas – as organizações desenvolvem planos para seu futuro e também extraem padrões de seu passado. Pode-se chamar uma de estratégia **pretendida** ou intencional e a outra de estratégia **realizada**. Assim, a pergunta importante passa a ser: as estratégias realizadas devem ter sido sempre pretendidas?

De acordo com o autor, a resposta para essa pergunta pode ser obtida ao se questionar os atores organizacionais sobre as estratégias realizadas e as pretendidas nos últimos cinco anos, o que deve revelar uma tendência intermediária. Ou seja, uma parte das realizadas era, também, pretendida, mas outra parte não, pois surgiu de adaptações não intencionais. Observa-se que, ao chamar a estratégia como padrão de estratégia realizada, Mintzberg (2004) deixa claro que ela inclui a estratégia como plano, chamada de “estratégia pretendida”. Mas apenas uma parte das estratégias pretendidas se transforma em estratégias deliberadas e realizadas. O restante compõe as estratégias não realizadas. Entre as estratégias realizadas (como padrão) também estão algumas que não foram deliberadas. Estas seriam as estratégias emergentes, completando os tipos básicos de estratégia no processo defendido pelo autor. Para Mintzberg (1978) e Mintzberg e Walters (1985), as estratégias emergentes seriam complementares às deliberadas, presentes nas concepções clássicas. A proposta dos autores consistia em suprir a ausência dos processos subjetivos nos estudos sobre estratégia, com ênfase nas trocas referentes ao processo de formação das estratégias.

Mintzberg (1978) defende o reconhecimento do que ocorre além do controle racional, espaço no qual surgem estratégias emergentes (formadas) passíveis de serem moldadas pelos gestores e, então, transformadas em deliberadas (formuladas). O papel dos gestores é atuar nessa passagem, da estratégia emergente para a deliberada, compondo estratégias adequadas a cada organização e contexto de atuação. Em síntese, a proposta do autor consiste em uma oposição à tentativa de definir planos claros e racionais para o futuro, incapazes de considerar o processo de adaptação promovido pelos próprios planos. No lugar dessa tentativa, o gestor deve focar o processo de adaptação organizacional em si, do qual emerge a formação das estratégias, e, a partir dele, formular as suas estratégias para a organização (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000). De acordo com Mintzberg (2004, p. 35), “[...] poucas estratégias podem ser puramente deliberadas (se é que alguma pode) e poucas, puramente emergentes. [...] Todas as estratégias do mundo real precisam misturar as duas de alguma forma – tentar controlar sem interromper o processo de aprendizagem”.

Um exemplo dessa coexistência entre estratégias deliberadas e estratégias emergentes é apresentado pelo autor quanto descreve uma política comum adotada para se mudar de estratégia a despeito da resistência da alta administração. Nesse caso, o ator organizacional interessado na mudança acaba atuando de maneira clandestina em relação à alta administração, pelo menos até que sua proposta se transforme em um padrão reconhecido por essa alta administração. “Para ele, ela [a estratégia] é deliberada, mas (ainda) não para a organização como um todo” (MINTZBERG, 2004, p. 115). Ou seja, uma estratégia deliberada em um nível pode ser emergente em outro. Caso a estratégia seja realizada antes de a alta administração assumi-la, em relação a esse grupo os resultados devem ser atribuídos a um processo de emergência de estratégia. Já em relação ao ator organizacional

que a planejou, tal estratégia é deliberada. Portanto, a demarcação entre emergência e deliberação é relativa aos atores e grupos relacionados com o processo da estratégia em questão.

É essa visão mais processual e política de estratégia que uniu as contribuições de Mintzberg (1978) com as de Pettigrew (1977). Ao focar as influências políticas nos processos decisórios, Pettigrew (1977, p. 79) defende que a “[...] estratégia pode ser entendida como um fluxo de eventos, valores, e ações inserido em um contexto”. Conforme o autor, esse contexto inclui a posição da estratégia no tempo;¹ a cultura da organização;² o ambiente de atuação e seus níveis de mudança e estabilidade; a atividade, a estrutura e a tecnologia da organização; o sistema de liderança; e a política interna da organização. Por meio desses fatores, os níveis micro (das ações cotidianas), meso (da cultura da organização, do sistema de liderança...) e macro (do ambiente de atuação) se encontram e se inter-relacionam, (re)compondo continuamente os contextos. Inseridos nesses níveis, os fatores influenciariam as soluções para os dilemas ambientais e intra-organizacionais que constituem o foco das escolhas estratégicas. Além disso, eles também atuariam no processo político de tomada de decisão que definiria quais dilemas deveriam ser tratados (PETTIGREW, 1977).

Ao analisar tais escolhas, o autor supera a excessiva ênfase na importância do nível macro das instituições econômicas, predominante na abordagem clássica. Mintzberg (1978) e

¹ A questão da posição no tempo se refere ao fato de as estratégias anteriores terem conseqüências sobre as atuais, que, por sua vez, definirão parte do contexto que permeará as futuras estratégias (Pettigrew, 1977).

² Para Pettigrew (1979, p. 574, tradução nossa) a “[...] cultura é um sistema de significados aceitos publicamente e coletivamente por um grupo específico num tempo específico”.

Mintzberg e Walters (1985) foram ao encontro dessa idéia quando diferenciaram estratégias emergentes de estratégias deliberadas. As primeiras são convergentes com o que Pettigrew (1977) identificou como “estratégias que evoluem além da resolução parcial de determinados dilemas ou questões”. As segundas aproximam-se do que o autor chamou de “formulação estratégica como um processo intencional”, uma percepção parcial dos membros organizacionais a partir de dilemas que aguçam sua consciência para a estratégia.

Para Mintzberg (1978) e Mintzberg e Walters (1985), as duas estratégias (emergentes e deliberadas) são complementares em um *continuum*, no qual cada uma comporia um extremo. Mas, ao identificar o que chamou de “processo intencional”, Pettigrew (1977) refere-se apenas à percepção dos membros organizacionais. O autor explica que essa percepção parcial ocorre em virtude de alguns dilemas organizacionais específicos, capazes de aguçar a consciência dos membros organizacionais sobre a estratégia, o que permitiria pensá-la como um processo intencional. Apesar da percepção parcial, não existiriam dois tipos de estratégia, um deliberado e outro emergente, mas apenas um, que é a própria estratégia. Ela é complexa, está em contínua transformação e, dependendo dos dilemas abordados, apresenta-se de maneira mais evidente – quando os eventos decisórios são identificáveis e ela é vista como intencional – ou de maneira mais implícita – quando os eventos decisórios são discretos. Esse entendimento levou o autor a propor que o estudo do processo de formulação estratégica envolve a análise dos eventos decisórios identificáveis e discretos, com foco nos dilemas a eles associados. Os caminhos tomados por esses eventos e seus resultados seriam analisados com base em seu contexto de inserção, em parte oriundo das ligações entre eventos decisórios sucessivos, e nos processos políticos a eles relacionados.

Outro ponto a se destacar é que Pettigrew (1977) não diferencia claramente formação e formulação estratégica. Em uma posição distinta, Mintzberg (1978) associa o termo *formação* (segundo a idéia de construção) à sua concepção de estratégia emergente e o termo *formulação* (segundo a idéia de instrumentalização deliberada) à sua concepção de estratégia deliberada. Nessa proposta, a formação e a formulação seriam processos complementares, mas para Pettigrew (1977) a formulação estratégica deve ser tratada como um processo político de tomada de decisão, inserido em determinado contexto, em permanente construção, não cabendo desmembrá-la em um outro processo. Dessa maneira, o autor consolidou seu conceito de estratégia como sendo um processo político de tomada de decisão, sem precisar desmembrá-lo em tipos extremos para dar conta das complexas construções cotidianas dos membros organizacionais.

Em síntese, o autor acima mencionado revelou a formulação estratégica como um processo político, inserido em um contexto, com inter-relações nos níveis micro, meso e macro, que se transforma cotidianamente, em virtude de uma variedade de fatores, que compreendem, também, as próprias transformações oriundas das sucessivas formulações estratégicas. Esta tese baseia-se em parte em suas idéias, mas não de maneira isolada. Aqui se busca articulá-las com contribuições de outros campos do conhecimento e da própria estratégia. Nesta última, destaca-se a corrente da estratégia como prática (ou microprática³), diretamente relacionada com o objetivo desta tese e fortemente influenciada pelas contribuições de

3 Neste projeto os termos *micropráticas* e *práticas* são considerados como sinônimos, pois as práticas são tratadas aqui, segundo o entendimento de Certeau (1994), no nível das interações sociais dos sujeitos; portanto, um nível micro.

Pettigrew (1977) e Mintzberg (1978) (JARZABKOWSKI, 2004, 2005; HENDRY; SEIDL, 2003; JOHNSON; MELIN; WHITTINGTON, 2003).

2.3 A estratégia como prática e o “fazer estratégia”

A visão de estratégia como processo incremental, permeado pela ação de vários atores, abriu caminho para a ênfase nas práticas sociais cotidianas, remetendo a diversas propostas. Apesar de muitas adotarem escolhas teórico-metodológicas distintas, todas têm em comum a busca pela compreensão do que ocorre no nível micro das práticas que unem o indivíduo, a organização e a estratégia (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004).

Os elos comuns e as distinções entre os estudos podem ser observados ao se confrontarem os trabalhos de Brown e Duguid (2001), Orlikowski (2000), Cook e Brown (1999), entre outros. Apesar de tratarem de temas distintos, como o conhecimento, a inovação e a tecnologia, eles surgem sempre associados à prática social dos atores. Orlikowski (2000), por exemplo, investigou como as pessoas interagem com a tecnologia em suas práticas e estabeleciam estruturas que influenciavam o próprio uso da tecnologia. Como contribuição, a autora propôs uma abordagem na qual o uso da tecnologia era visto como um processo de representação, baseado nas construções oriundas do papel das práticas sociais na organização. Nesse e em outros estudos, o foco no nível microssocial do interior das organizações passou a ser defendido como adequado para investigações mais aprofundadas.

Johnson, Melin e Whittington (2003) destacam que a tendência anterior dos estudos sobre estratégia sempre foi focar os resultados, não as atividades referentes a esses resultados. Isso se observa mesmo no caso da abordagem da estratégia como processo, na qual autores como

Mintzberg e McHugh (1985) reconheciam a importância das ações e de seus padrões no estudo das estratégias organizacionais, mas colocavam a ação como o conteúdo realizado da estratégia. Jarzabkowski (2005, p. 42) critica essa opção e destaca que a ação não deve ser definida em função de resultados, mas ser considerada em uma visão mais micro, como “[...] as instâncias individuais de interação entre a alta direção e essas práticas [do fazer estratégia]”. A autora ilustra essa crítica com a análise que Mintzberg e McHugh (1985) fizeram da entrada da *National Film Board of Canada* no ramo televisivo, no qual consideraram esse resultado uma ação estratégica específica, ignorando as atividades (ações) que antecederam esse resultado.

A ênfase nos resultados acaba limitando o potencial de análise dos estudos. Como alternativa, a abordagem da estratégia como prática voltou-se para o nível micro, focando as práticas. Isso deu destaque ao “fazer estratégia”, pois envolve diretamente essas práticas, numa visão que pode ser conceituada como **“a habilidade astuciosa para usar, adaptar e manipular os recursos que são empregados para se engajar na formação da atividade da estratégia ao longo do tempo”** (JARZABKOWSKI, 2005, p. 34, grifo nosso, tradução nossa). Esse é o conceito de “fazer estratégia” organizacional que norteia esta tese, sendo necessário destacar que, nessa concepção, a inserção contextual passa a ser algo inerente ao “fazer” (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004).

A relevância da discussão do “fazer estratégia” baseia-se no reconhecimento de que essas práticas e processos constituem as atividades organizacionais cotidianas e estão relacionados com os resultados nas e das organizações. Nesse sentido, as preocupações relativas ao “fazer estratégia” estão voltadas para “[...] os processos e as práticas detalhados

que constituem as atividades diárias da vida organizacional e que se relacionam com os resultados estratégicos” (JOHNSON; MELIN; WHITTINGTON, 2003, p. 14).

Esse entendimento expõe a necessidade de discutir o nível a ser assumido na análise daqueles “processos e práticas detalhados” e, conseqüentemente, do “fazer estratégia”. Wilson e Jarzabkowski (2004) mostram que sem essa delimitação o pesquisador se depara com infinitas práticas entre os atores organizacionais: cada olhar ou som pode estar incluído no limite do nível micro. Além disso, as influências sobre esse nível podem estender-se, no extremo macro, a qualquer instituição do planeta. Para os autores, é necessário delimitar os dois níveis, pois na pesquisa sobre “fazer estratégia” ambos devem ser observados. Conforme Wilson e Jarzabkowski (2004), os níveis macro e micro devem ser considerados pólos de um *continuum*. Portanto, também existiriam infinitas possibilidades de níveis intermediários entre os dois extremos (“distância relacional”), “[...] de comunidades de prática a organizações, indústrias, setores e contextos nacionais [...]” (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004, p. 15).

Os autores sugerem ainda que o pólo no nível micro poderia ser definido de acordo com o objeto de estudo e pelo que constitui o nível macro na situação em questão. Essa proposição leva ao entendimento de que, ao analisar esses dois aspectos, caberia ao pesquisador definir *a priori* as delimitações. É inevitável que o pesquisador tenha de fazer previamente várias escolhas durante uma investigação. Entretanto, nesse caso, como defendem os próprios autores, cabe aprofundar a discussão, pois se trata de escolhas com implicações na contextualização das práticas, base dos estudos. Uma alternativa adotada nesta tese são as contribuições da abordagem das representações sociais. Ela já foi utilizada em outros estudos sobre estratégia (*e.g.* CAVEDON; FERRAZ, 2005) e permite lidar com essas

delimitações. Essa alternativa será discutida mais à frente, mas antes é necessário destacar algumas limitações e contribuições da abordagem da estratégia como prática, com implicações tanto no uso das representações sociais quanto no próprio estudo do “fazer estratégia”.

2.4 Limitações e contribuições da abordagem da estratégia como prática para o estudo do “fazer estratégia”

Os estudos na abordagem da estratégia como prática reconhecem a importância das interações entre os atores sociais no processo da estratégia. Entretanto, a grande maioria dos trabalhos volta-se para a alta gerência, considerada como a base do “fazer estratégia” (*e.g.* WHITTINGTON, 1996, 2003; JARZABKOWSKI; WILSON, 2002; SAMRA-FREDERICKS, 2003A, 2003B; REGNÉR, 2003). Em alguns estudos, os autores até defendem a possibilidade de se investigar outros níveis organizacionais, mas em seguida optam por focar o nível da alta gerência (*e.g.* JARZABKOWSKI, 2005).

Os autores justificam esse direcionamento pela falta de estudos que focam o “fazer estratégia” da alta gerência, do ponto de vista de suas relações com as práticas nas organizações (SAMRA-FREDERICKS, 2003B; REGNÉR, 2003). Outro aspecto, defendido por Whittington (1996), é a necessidade de buscar novos conhecimentos que permitam contribuir para a preparação dos responsáveis pelo “fazer estratégia” nas organizações. Para o autor, o aprendizado desse último grupo deveria incluir habilidades tácitas referentes às interações cotidianas, reconhecidas como inerentes ao processo de “fazer estratégia”.

A despeito dessas justificativas, a movimentação em torno da alta gerência no “fazer estratégia” tem como consequência o reforço de certa fragmentação no campo, repudiada pelos próprios autores. Na abordagem clássica, os privilegiados detentores dos mecanismos de poder estratégicos formulavam a estratégia para que os demais atores a implementassem: a “mente” e o “corpo”, cada um fazendo a sua parte (CLEGG; CARTER; KORNBERGER, 2004). Apesar de repudiarem esse entendimento e de defenderem uma visão integrada, os adeptos da estratégia como prática mantiveram o papel de “fazer estratégia” focado na alta gerência. Somente incluíram a influência das práticas dos demais atores no processo. Isso apenas mudou a forma da fragmentação: agora, existem “duas mentes”, uma com maior poder do que outra, e um “corpo”. A mente com menor poder é responsável pelo corpo e por influenciar a outra mente responsável por “fazer estratégia”. Um argumento comum nos estudos é a justificativa de que a assimetria do poder privilegia a alta gerência. Por isso, seria interessante focá-la (JARZABKOWSKI, 2005), o que reforça a idéia de fragmentação. Ou seja, a fragmentação entre mente e corpo é ocultada sob um discurso integrador que a critica e, ao mesmo tempo, a reforça.

Outro aspecto a se criticar, concordando-se com Ezzamel e Willmott (2004), é o deslocamento das preocupações referentes aos aspectos culturais e políticos do “fazer estratégia”, para a identificação de instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas no processo cotidiano. A preocupação com inserção contextual desses elementos está presente (*e.g.* WILSON; JARZABKOWSKI, 2004), mas a ênfase está na possibilidade de ela revelar o adequado uso instrumental desses elementos.

Observa-se em alguns casos a aproximação com a perspectiva integrativa de cultura, na qual os significados são vistos como compartilhados e instrumentalizáveis pela alta gerência na

busca por seus objetivos (MARTIN; FROST, 2001). Wilson e Jarzabkowski (2004) evidenciam esse aspecto quando discutem possíveis inter-relações entre o nível organizacional, o “fazer estratégia” em nível micro e a dimensão cultural. A argumentação dos autores baseia-se numa concepção de cultura na qual “os processos de treinamento e socialização suportam o desenvolvimento e a continuidade [...]” de uma lógica dominante (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004, p. 17). De maneira geral, o sentido das práticas na organização é visto como compartilhado pelos autores (EZZAMEL; WILLMOTT, 2004). Nesse contexto, o pesquisador poderia e deveria aproximar-se da prática cotidiana, pois “[...] as práticas em suas rotinas locais não são facilmente **compreendidas** ou **influenciadas** a distância”. Só então seria possível ensinar aos futuros estrategistas os conhecimentos “tácitos” desse influenciar, referente ao aprendizado do “fazer estratégia” (WHITTINGTON, 1996, p. 732, grifo nosso, tradução nossa).

Evidencia-se certa ênfase funcionalista, na qual seria possível oferecer instrumentos à alta gerência para melhor atuar no “fazer estratégia”, o que também explica o fato de boa parte de os estudos se concentrarem nesse nível. Tal ênfase não é a base das abordagens, mas está presente, em conjunto com influências de diversas abordagens da teoria social, nas quais os autores articulam contribuições de Foucault (1977), Giddens (1984), Bourdieu (1990), Certeau (1994), entre outros (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004).

A despeito das críticas apresentadas, essa articulação e a preocupação com as práticas ao investigar o “fazer estratégia” levam à inserção desta tese nessa abordagem. Essa inserção evidencia que nenhuma das críticas apresentadas tira a legitimidade da abordagem ou pode ser generalizada para todo o campo. Elas apenas expõem alguns aspectos presentes no

campo e opostos à linha de argumentação proposta nesta tese, os quais devem ser contornados ao se adotar as contribuições da abordagem.

Nesta tese, tais contribuições são direcionadas para evidenciar relações que envolvam as práticas dos atores organizacionais como um todo, reconhecendo suas diferentes inserções contextuais. Assume-se que as estratégias na e da organização só existem a partir de práticas sociais, em complexas interações, cabendo a esta tese o desafio de evidenciar relações existentes nesse processo e, conseqüentemente, legitimar esse entendimento.

Wilson e Jarzabkowski (2004) ilustram parte dessas movimentações ao descreverem a estratégia organizacional como a combinação da animação com a orientação, elos essenciais para a compreensão da estratégia. A animação expressa a idéia de uma ação viva, inserida em um contexto e com um reconhecido potencial de interação e construção; já a orientação refere-se a uma direção assumida a partir de construções oriundas da mencionada animação, o que compreende e ultrapassa os direcionamentos (como as metas e os objetivos) prescritos formalmente pelos gestores. O desafio é então encontrar suporte na teoria social que permita a compreensão do processo dessa combinação no “fazer estratégia”.

Wilson e Jarzabkowski (2004) reconhecem nas contribuições de autores como Giddens (1984), Bourdieu (1990) e Certeau (1994) preocupações sobre as práticas sociais que oferecem caminhos para a análise em questão. Há muitas diferenças entre as propostas, e uma crítica simplista e superficial abre espaço para grandes equívocos (MISOCZKY, 2001), mas, em linhas gerais, no caso de Giddens (1984) e Bourdieu (1990), é mais clara a ênfase na recursividade a partir da qual se voltam para as práticas como base tanto da manutenção quanto das possibilidades de mudança (PAÇO-CUNHA *et al.*, 2006). Já Certeau (1994) não

centraliza suas preocupações na recursividade; ele a mantém em sua obra, mas como mais um elemento que faz parte da composição das práticas cotidianas, ordinárias, foco das suas preocupações. Para o autor, dentre essas práticas algumas lidam com aquelas estruturas no sentido de mantê-las, assim como a legitimidade das próprias práticas, ao passo que outras atuam por meio da subversão dos próprios elementos da estrutura, tal como a recursividade de determinado processo privilegiado de produção de um grupo específico utilizado por um outro (grupo ou sujeito) em seu proveito. O novo uso, em si, já seria uma mudança, mas tem ainda o potencial de desencadear o questionamento do processo por parte do grupo inicial ao observar seu uso “inadequado”.⁴

A relevância das contribuições de Certeau (1994) para esta tese está na ênfase da investigação do uso das práticas cotidianas por parte dos atores, o que vai ao encontro do objetivo proposto. Tal ênfase é evidente até na designação dada pelo autor – a “arte” – quando propõe investigar a “arte de fazer” (CERTEAU, 1994). Para isso, Certeau (1994, p. 37) sugere interrogar as “[...] operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina”. A intenção do autor é fornecer

⁴ Essa abordagem pode ser ilustrada pelo caso do direito do cidadão livre de usar a tecnologia dos celulares para trabalhar ou aumentar sua produtividade, subvertido pelo primeiro preso que utilizou a tecnologia a favor de seus atos criminosos, seguido por muitos outros colegas de profissão. As tentativas mais simplistas e óbvias de impedir que as empresas de telefonia comercializem seus serviços na região das penitenciárias esbarram na legitimidade de qualquer cidadão livre usar seu aparelho nessa região, o que passa a ser discutido. A primeira mudança, a do uso dos celulares por parte do presidiário, pode se transformar em algo recursivo e aceito por todos ou podem surgir novas mudanças, por exemplo: como reações a partir da primeira, a limitação daquele direito do cidadão livre ou o investimento em tecnologias (de gerenciamento penitenciário ou de equipamentos) necessárias para impedir o uso do aparelho no interior da penitenciária; sem caracterizar uma reação a partir da primeira, o aumento do custo da ligação a ponto de o presidiário desistir de usar o celular para crimes com pouca rentabilidade. A escolha do tema em questão se refere ao fato de qualquer brasileiro leitor estar familiarizado com o contexto envolvido, o que é indispensável numa análise que vá além da simples descrição de práticas e busque esclarecer as relações sociohistóricas envolvidas em torno delas. Essa contextualização sociohistórica, no caso, envolve tanto implicações do gerenciamento penitenciário – os salários baixos, os subornos, as impunidades, os equívocos administrativos..., que permitem ao preso usar o celular – quanto implicações do uso do celular pelo cidadão livre, como o lucro de cada um e das empresas que prestam o serviço e a banalização da posse do celular como algo “natural”.

[...] alguns caminhos possíveis para análises ainda por fazer. A meta seria alcançada se as práticas ou ‘**maneiras de fazer**’ cotidianas cessassem de aparecer como o fundo noturno da atividade social, e se um conjunto de questões teóricas e métodos, de categorias e de pontos de vista, perpassando esta noite, permitisse articulá-la (CERTEAU, 1994, p. 37, grifo nosso).

O autor parte do pressuposto de que os usuários passivos e disciplinados também se relacionam numa antidisciplina, a partir das bricolagens em suas práticas (as **maneiras de fazer**). Transpondo esse entendimento para o “fazer estratégia”, a passividade e a disciplina, que contribuem para a atuação de determinados atores em condição de planejar de maneira deliberada, convivem com a antidisciplina, que viabiliza certa transgressão por parte desses (eles também são submissos à disciplina) e dos outros atores.

Para investigar esse “fazer”, buscar-se-á tratar o que Certeau (1994, p. 46) chama de “bricolagem”, a arte criativa de combinar associada ao “fazer”; ela compõe a base das “táticas”: “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível”. Conforme o autor, isso ocorre, pois ela se situa em espaços⁵ de transgressão que permanecem inseridos no lugar⁶ (uma ordem estabelecida) do próprio. É nesses espaços de bricolagem no lugar controlado pelo “forte” que o “[...] fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas [...] [uma movimentação que caracteriza as táticas e compreende] [...] muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras, preparar refeições etc.)” (CERTEAU, 1994, p. 47).

5 “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...]. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’” (CERTEAU, 1994, p. 202).

6 “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 1994, p. 201).

O lugar que permite diferenciar o outro é fundado pelos procedimentos disciplinares (FOUCAULT, 1977) e viabiliza o que Certeau (1994, p. 46) chama de “estratégia”⁷:

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.

Para o autor, a estratégia existe na medida em que se observa o outro de um lugar do qual se apresenta como algo visível e delimitado e se tem poder sobre ele. Esse lugar baseia-se na disciplina, na “microfísica do poder” evidenciada por Foucault (1977). Mas, apesar de reconhecer as contribuições do autor, Certeau (1994, p. 42) afirma opor-se a ele quando defende que essa disciplina é transgredida pela rede de uma “antidisciplina”, baseada no uso astucioso e oportunista dos próprios procedimentos disciplinares. Esse uso faz parte das práticas cotidianas do sujeito social, em suas táticas de transgressão da disciplina presentes em toda parte (CERTEAU, 1994).

Nesse jogo entre disciplina e antidisciplina, as estratégias e táticas cotidianas estão presentes na vida contemporânea dos sujeitos sociais, inclusive no interior das organizações, onde elas permeiam o processo de construção das estratégias organizacionais. Portanto, um elo comum que permitisse investigar essas estratégias e táticas cotidianas também possibilitaria o estudo do “fazer estratégia” organizacional. Esse elo é oferecido por Certeau (1994); são as práticas, sempre atuando nos lugares e espaços, nas estratégias e táticas, na disciplina e na antidisciplina.

7 A estratégia de Certeau (1994) não se refere especificamente às organizações privadas ou públicas, mas à sociedade como um todo.

Esse entendimento levou à busca por um conceito de estratégia organizacional que reconheça as práticas do sujeito social nas construções referentes ao “fazer estratégia”. Nesse sentido destacam-se as contribuições de Pettigrew (1977, p. 79, tradução nossa), para quem a estratégia é “[...] um fluxo de eventos, valores, e ações inserido em um contexto”. As ações, os valores de seus atores e os eventos no qual tudo o mais se articula são indissociáveis das práticas, inseridas simultaneamente nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos sociais (CERTEAU, 1994) e, conseqüentemente, nas estratégias organizacionais. Ou seja, não existe evento sem ações, nem ações dissociadas de valores. Todas surgem articuladas nas práticas sociais.

A prática se configura como a unidade de análise capaz de evidenciar o “fazer estratégia”, desde que situada em seus contextos de inserção (JARZABKOWSKI, 2004, 2005). Logo, propõe-se substituir os três elementos pela sua síntese, as práticas. Além disso, a idéia de inserção “em um contexto”, no singular, não remete à adequada complexidade das diversas inserções contextuais, do nível macro mais amplo ao micro mais localizado, de um fluxo de práticas, ficando como segunda proposição sua passagem para o plural. Com base nessas proposições, nesta tese a estratégia organizacional é considerada como **fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos**.

Mas ao se observar as articulações em torno da “arte de fazer”, defendidas por Certeau (1994), em que estratégias e táticas cotidianas surgem imbricadas, não há sentido em tratar de estratégias sem tratar das táticas, ambas atreladas às práticas e às inserções contextuais. Da mesma maneira, não há sentido em tratar de estratégias em relação a um tipo de objetivo específico, como os organizacionais em torno da estratégia organizacional, e ignorar outras estratégias também presentes e atuantes no cotidiano das organizações. Ou seja, tanto as

estratégias quanto as táticas cotidianas são fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos. A distinção é que as estratégias contam com o lugar de um próprio, no qual construções sociais estabilizadas e reproduzidas baseiam uma referência de um ideal e do cálculo de forças em relação a um ambiente e a objetivos nele inserido. Aqui, construções como as representações sociais demarcam para o grupo um lugar de poder no qual se pode atuar de maneira estratégica, calculada com base em referências estabelecidas e estabilizadas pelo grupo. Já as táticas não contam com esse lugar privilegiado, nem com um próprio idealizado; as pessoas nas táticas utilizam ambos para obter elementos a serem bricolados para legitimar a construção de um espaço de transgressão, no qual interesses não convergentes com os estabelecidos e reproduzidos podem se estabelecer, em cálculos realizados na ausência de uma fronteira para os seus limites e resultados. Resta questionar sobre a ênfase adequada nas investigações sobre estratégia como prática social. Se estratégia e tática cotidiana são ambas fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos que se diferenciam apenas em virtude de sua inserção, ou não, no lugar de um próprio, o foco não deve se limitar a uma ou a outra. Elas são indissociáveis. Ao se tratar de tipos específicos de estratégia, como as organizacionais, em torno de objetivos como o crescimento no mercado e a liderança por preço, não se pode ignorar as relações com táticas cotidianas e com outras estratégias em inserções contextuais mais amplas. Portanto, a investigação deve se voltar para o estudo das estratégias e táticas nas organizações, como uma **composição de fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos**, entendimento sintetizado e explicitado na Figura 1.

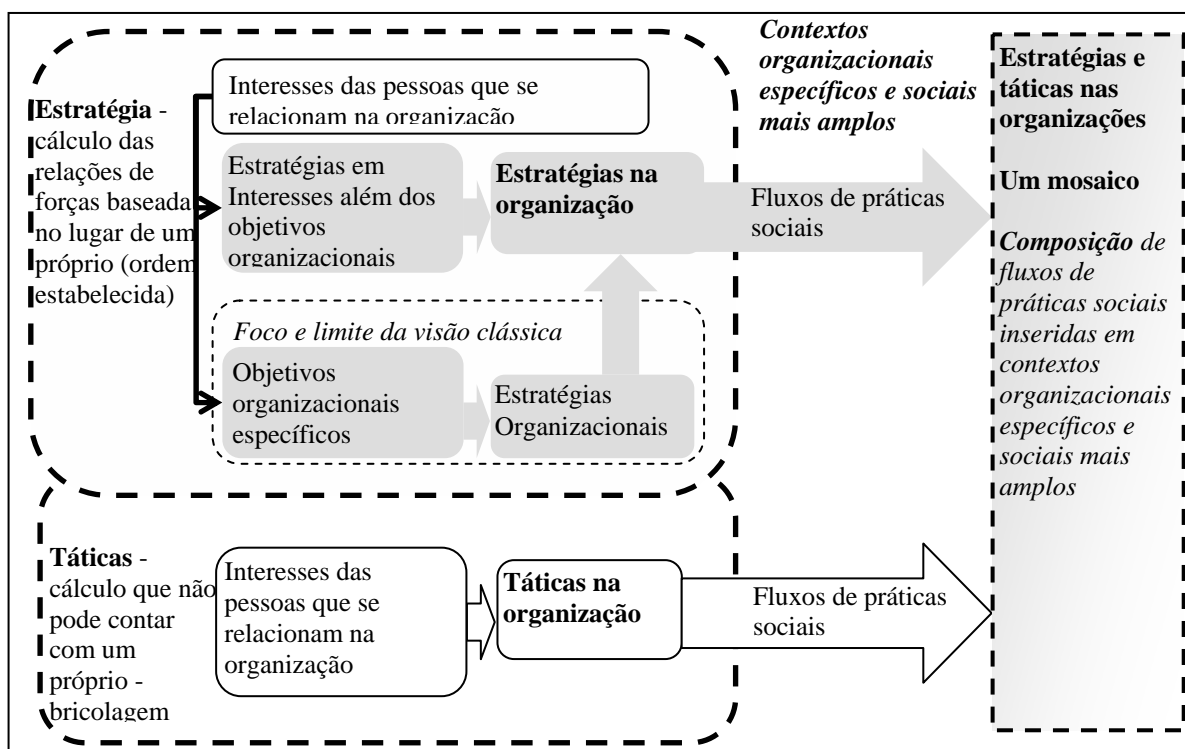


Figura 1 – Entendimento de estratégia e tática (CERTEAU, 1994) nas organizações adotado na tese
 Fonte: articulações do referencial teórico

Na figura os diferentes fluxos de práticas sociais constroem um mosaico sempre incompleto, uma composição dinâmica de fluxos inseridos em estratégias ou táticas cotidianas. Cada fluxo é articulado de acordo com certa inserção em torno do lugar de um próprio, uma ordem estabelecida e demarcada pelas construções sociais dos sujeitos e pelas maneiras como suas práticas se posicionam em relação a essas construções.

O destaque dado à inserção contextual remete à necessidade de retomar a questão da delimitação, dos níveis micro e macro, no estudo da estratégia como prática. A proposta aqui defendida é superar essa dificuldade por meio das contribuições dos estudos sobre representações sociais. Essa opção faz com que o problema passe a ser a escolha dos sujeitos e dos objetos sobre os quais se investigarão suas representações. Quanto aos sujeitos, no caso das organizações (públicas ou privadas), três grupos parecem claros: os atores organizacionais (que articulam as práticas), os clientes e os fornecedores (os dois

últimos estão envolvidos em boa parte das práticas). Defende-se ainda a possibilidade de surgirem outros sujeitos, sendo adequado colocar esse grupo como inicial e capaz de indicar outros sujeitos. Em relação aos objetos, cabe destacar a dificuldade de definir *a priori* aqueles em torno dos quais os sujeitos vão articular suas práticas no “fazer estratégia”. Entretanto, desde que se definam os sujeitos iniciais da pesquisa e o foco nas práticas cotidianas para orientar a investigação, existem metodologias capazes de partir dessas delimitações iniciais para chegar a outras, com o auxílio dos próprios sujeitos de pesquisa. Isso inclui a delimitação dos objetos destacados nas construções referentes às representações sociais desses mesmos sujeitos.

Essas opções permitem que a “distância relacional” (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004, p. 15) não seja definida *a priori* e dão aos sujeitos de pesquisa a chance de revelarem a distância na qual suas práticas se inserem. Parte-se do pressuposto de que no estudo das representações sociais não cabe delimitar previamente a que os sujeitos vão associar suas construções no sentido de determinada representação social, se é que eles vão associá-las a algo. Caso existam essas representações, a delimitação no tocante aos níveis micro ou macro fica por conta do próprio sujeito de pesquisa. Assim como o pesquisador, o sujeito é obrigado a simplificar a realidade para lidar com ela – não se pode delimitar *a priori* os limites nos quais ele vai inserir suas representações.

Além de oferecer essa possibilidade, deve-se ressaltar o fato, destacado por Certeau (1986),

de Moscovici⁸, entre outros autores, revelar processos inseridos na sociedade relacionados com práticas sociais que vão além da construção de normalizações institucionalizadas na sociedade; ou seja, procedimentos que coexistem dentro do processo disciplinar. Portanto, a escolha por adotar as contribuições de Moscovici (1978; 1988; 1993; 1995; 2003b) na TRS é coerente com a argumentação da oposição à passividade disciplinar, desenvolvida até aqui, uma opção balizada nos aspectos dos estudos sobre representações sociais que vão ao encontro do objetivo desta tese, como se discute a seguir.

⁸ Em outra obra, Certeau (1995, p. 239) se refere ao estudo de Moscovici (1978) sobre as representações sociais da psicanálise com a seguinte afirmação: “Ela [a psicanálise] devolve as representações às suas condições de produção e os enunciados a um não-dito. Fugindo ao controle dos especialistas, constituindo um novo mito”. Certeau (1995) comenta que Moscovici (1978) em seu estudo com base nas representações já tratava dessa movimentação da psicanálise. A intenção nesta tese é justamente aproveitar as propostas de Moscovici (1978) sobre as representações, bem como os desenvolvimentos posteriores, para tratar do objetivo em questão alinhado com as contribuições de Certeau (1986; 1994; 1995; 1996).

3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS ESTUDOS DE ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL

Ao aplicarem as representações sociais no estudo das estratégias como práticas, Cavedon e Ferraz (2005) sintetizaram o que justifica a adoção dessa proposta. Para as autoras,

[...] a contribuição da conjugação estratégia/representações sociais se dá exatamente pela observância e respeito para com a alteridade, para com o significado que o “outro” constrói sobre as suas estratégias negociais, para com o saber cotidiano, que nem sempre vem ao encontro dos postulados desenvolvidos no âmbito científico (CAVEDON; FERRAZ, 2005, p. 14).

O estudo em questão evidenciou “[...] o reflexo das representações sociais na construção de estratégias” por parte dos gestores de pequenas empresas (CAVEDON; FERRAZ, 2005, p. 16). Esta tese foi então influenciada pela possibilidade de se seguir parte dos caminhos das autoras, para se aproximar das práticas dos sujeitos sociais no “fazer estratégia” nas organizações. Mas aqui o desafio não foca os gestores; a estratégia **organizacional** é assumida como pertinente a todos os atores organizacionais. Não existiria **uma** estratégia organizacional, mas um mosaico de estratégias organizacionais imbricadas, resultante dos fluxos de práticas dos sujeitos sociais. Esse mosaico pode até parecer **uma estratégia** organizacional e ser tratado por muitos pesquisadores como tal, mas aqui é considerado **um mosaico** – ou seja, um espaço no qual partes diferentes coexistem. Essas partes surgem no que Certeau (1994) chamou de “estratégias e táticas”. A partir do embate entre elas, “a diferença que define todo lugar não é da ordem de uma justaposição, mas tem a forma de estratos imbricados” (CERTEAU, 1994, p. 309).

A compreensão de parte desse estrato só é alcançada pelas “maneiras de fazer” nele inseridas, as práticas dos sujeitos sociais. Isso aproxima esta tese dos estudos de representações sociais, nos quais a ênfase nessas práticas está presente em sua base teórica fundadora, a chamada “Teoria das Representações Sociais” (TRS) (MOSCOVICI, 1978; 1993; 1995; 2003b). Desde então “[...] existe uma relação estreita entre representações e práticas cotidianas” (VERGÈS, 2001, p. 344). A partir das primeiras, é possível elucidar processos de interação social nos quais as segundas são construídas e utilizadas (JODELET, 2001).

A abordagem está associada à corrente da Psicologia Social moderna defendida por Moscovici (1978, 1993, 1995, 2003b). O conceito de representações sociais foi influenciado pelo conceito de “representações coletivas”, de Durkheim (1978), mas distingue-se das propostas deste autor por não enfatizar a primazia do social sobre o individual, pois assume que a sociedade e o indivíduo se influenciam mutuamente. Ao defender essa abordagem, Farr (1995) destaca sua adequação ao contexto moderno e pós-moderno. Para o autor, a visão do social em uma relação complementar ao individual permite às representações sociais oferecerem sentido à tensão cotidiana, envolta pela individualização e pela socialização.

Ao tratar dessas representações sociais, a TRS proposta por Moscovici (1978; 2003b) oferece uma base teórico-metodológica capaz de lidar com a diversidade e o dinamismo das mudanças na sociedade contemporânea. Para o autor, as representações sociais interagem entre si em oposições, convergências, distinções, desaparecimentos e recriações, o que exige considerar as representações sociais originais ao investigar outras, associadas a elas. Nessas interações, as práticas sociais, o tempo e o espaço passam a ser mediados em representações

sociais do passado, presente e futuro, na construção do senso comum. Ao evidenciar essas ligações e os processos pelos quais elas ocorrem, a TRS permite a compreensão do uso das práticas. Essas últimas, conforme o entendimento de Certeau (1994), aqui assumido, podem estar inseridas ora em lugares atemporais, dos quais se tem poder sobre um outro, ora em espaços que dependem do uso astucioso do tempo por um fraco (o outro) sem poder.

Quando se aproxima das representações sociais dos sujeitos, o pesquisador está se aproximando dos conhecimentos que expõem articulações referentes às suas maneiras de fazer cotidianas. O alvo dos estudos e desta tese é “[...] captar os saberes do ‘Outro’ dentro dessa noção de contemporaneidade, onde tudo se dilui, se mistura, se fragmenta” (CAVEDON, 2005, p. 11). Isso justifica a adoção nesta tese de um conceito de representação social que destaque esse conhecer, o de Jodelet (2001, p. 22), para quem ela “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Para se aproximar dessas formas de conhecimento, é necessário que elas sejam descritas de maneira detalhada, considerando sua estrutura e evolução (MOSCOVICI, 1978; 2003b). No caso da tese em questão, só depois de confrontar essas descrições é que será possível compreender os relacionamentos existentes entre as práticas sociais e o “fazer estratégia”. O desafio é diferenciar das práticas inseridas nas representações sociais aquelas que correspondem ao “fazer estratégia” na organização e, dentre essas, as que se posicionam num lugar de poder ou num espaço de transgressão (CERTEAU, 1994).

Conforme Moscovici (1978) e Sá (1998, p. 32), inicialmente, a pesquisa deve ocupar-se “[...] dos suportes da representação (o discurso ou o comportamento dos sujeitos,

documentos, práticas, etc.), para daí inferir seu conteúdo e sua estrutura, assim como da análise dos processos de sua formação, de sua lógica própria e de sua eventual transformação”. Aqui entra a coleta de dados e, em seguida, a análise, e em ambos os casos não existe uma técnica específica da TRS, mas uma variedade de técnicas quantitativas e qualitativas (SÁ, 1998). Nesta tese, optou-se pelas últimas, mais adequadas para a compreensão aprofundada de construções que envolvem os sujeitos sociais em suas inserções contextuais. A partir dessas inserções, busca-se observar a tentativa dos sujeitos de familiarizar-se com o que lhes é estranho, afastando o não-familiar, na medida em que ele é transformado em familiar (CAVEDON, 1999a).

Guareschi (1995, p. 212) explica que “[...] o ‘não-familiar’ é produzido, e se situa, na maioria das vezes, dentro do ‘universo reificado’ das ciências, e deve ser transposto ao ‘universo consensual’ do dia-a-dia”. Apesar da ênfase na ciência como origem do não-familiar, como apregoa o fundador da TRS (MOSCOVICI, 1978), observa-se, na explicação apresentada, que isso ocorre na maioria das vezes, não sempre, o que pode ser útil no entendimento de diversas representações sociais. Indo na direção das bases da TRS, Guareschi (1995) destaca que a representação social atua como o elo daquela transposição, produzindo um conhecimento de maneira espontânea num grupo social. Por isso, é considerada teoria do senso comum. Sobre essa produção, Moscovici (2003b, p. 60) esclarece que “não é fácil transformar palavras não-familiares, idéias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais. É necessário, para dar-lhes uma feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas”.

Esses mecanismos são a ancoragem e a objetivação. Segundo Moscovici (2003b, p. 60-61),

[...] o primeiro mecanismo tenta *ancorar* idéias estranhas, [classificá-las] reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores. O objetivo do segundo mecanismo é *objetivá-los*, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. [...] Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular [ancoragem], onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar [objetivação], e, conseqüentemente, controlar.

Além desses dois conceitos, outros dois são destacados por Marková (2000), compondo quatro conceitos considerados pela autora como inter-relacionados e necessários para se compreender as representações sociais em seu processo dialógico, no qual não há pleno consenso, mas eternas negociações de oposições em determinadas direções comuns. O terceiro conceito é o de *themata* (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003) e o quarto, o de gêneros comunicativos (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998; 2003). O uso conjunto desses conceitos surgiu com o desenvolvimento do campo da TRS (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003; MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998, 2003) e explicita a mencionada posição dialógica. Como tal posição nem sempre foi observada pelos próprios membros do campo, existe margem para críticas em relação à epistemologia (não dialógica) adotada (SPINK, 1996), a ponto de os críticos generalizarem o não reconhecimento dessa posição como algo do campo como um todo.

Nesta tese, essa crítica é refutada ao se assumir os dois últimos conceitos como parte inseparável da compreensão do processo de construção das representações sociais. O primeiro, o de *themata*, é entendido por Liu (2003, p. 255, tradução nossa) como “[...] pressuposições historicamente contextualizadas, antinomias culturalmente compartilhadas, e lógicas profundas do pensamento social”. Esse conceito é trabalhado por Moscovici (1993) e Moscovici e Vignaux (2003) na TRS, a partir das contribuições de Holton (1978) para a epistemologia, nas quais a *themata* é apresentada como unidades cognitivas relativamente

estáveis, preconceitos ou pressuposições que permeiam a vivência e formação dos cientistas, capazes de transformar e moldar o pensamento científico. Ou seja, as *themas* levam os cientistas a se concentrarem em tipos específicos de explicações e fatos (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003).

A aplicação desse conceito na TRS se legitima por sua capacidade generativa de temas, o que remete à possibilidade de abordá-lo empiricamente por meio das relações que mantém com esses mesmos temas, capazes de serem acessados pelo pesquisador. Os temas, considerados como unidades de análise e acessados por meio das metodologias de coleta de dados, são dialogicamente interdependentes com as *themas*. Uma *thema* deriva temas que são “[...] manifestações pragmáticas, ou reconstruções parciais da *thema* em diferentes formas e esferas da vida cotidiana” (LIU, 2003, p. 255-256).

Liu (2003) explica que, diferentemente das *themas*, os temas não têm um amplo poder generativo e normativo, mas estão ligados a esse poder, na medida em que as pessoas compõem e expressam temas ao levarem em conta as *themas* que para elas baseiam a questão em discussão. Isso contribui para a distinção defendida pelo autor entre tema e *thema*, na qual o tema pode ser efêmero, situacional e não constitui, necessariamente, forma de díade ou terno. Por outro lado, as *themas* são relativamente estáveis, constituídas ao longo do tempo, “[...] são tipicamente díades antitéticas, como atomicidade / continuum ou análise / síntese, mas, ocasionalmente, são ternos-apolares, como continuidade / evolução / mudança catastrófica” (LIU, 2003, p. 254).

A inserção das *thema* na TRS é uma resposta à busca pela compreensão de onde vêm as idéias que permitem ao sujeito atuar em sua inexorável lida com o desconhecido, por meio

da ancoragem e da objetivação. Liu (2006), por exemplo, segue esse caminho para estudar a questão da Qualidade de Vida para os chineses, por meio da TRS. A partir de diversos temas revelados pelos informantes, o autor identificou que a representação social de Qualidade de Vida para os chineses se organiza em torno da *themata* sendo/tendo. O autor revelou que a oposição entre o ser e o ter envolve influências confucionistas, muito antigas, do ponto de vista histórico, nas quais se celebram o espírito, o ser, em oposição ao materialismo, o ter. Ao mesmo tempo, essa *themata* envolve a história recente da transição chinesa nos anos de 1980, na direção de uma economia de mercado, na qual o ter é celebrado à medida que o conforto material, a maior liberdade econômica e a diversidade de estilos de vida se inserem na sociedade chinesa, na qual coexistem as influências confucionistas, marxistas e capitalistas.

Em um estudo anterior, no qual discute essa mesma pesquisa, Liu (2003) destaca que a *themata* sendo/tendo apresenta sua face hegemônica, na medida em que a antinomia entre ser e ter está presente na sociedade chinesa como um todo. Entretanto, as manifestações e seus temas variam conforme os diferentes domínios da sociedade, com claras distinções entre os setores rural e urbano da sociedade chinesa. O primeiro enfatiza uma lógica existencial e o segundo a aplica simultaneamente ou alternadamente com a lógica econômica, uma distinção que está ligada às posições das pessoas nos diferentes setores da sociedade e na construção dessa mesma sociedade. Portanto, a *themata* sendo/tendo

apresenta, além da face hegemônica, uma face “emancipada”,⁹ no sentido de ser específica de um grupo de maneira emancipada em relação à sociedade.

A terceira e última face observada por Liu (2003) foi a polêmica. Ela surge das oposições abertas no embate entre os setores rural e urbano, intensificando-se à medida que as mudanças sociais na direção do capitalismo ficam mais presentes na sociedade, criando dilemas e conflitos na inserção do sistema de valores capitalistas dentro do sistema de valores tradicional chinês. A importância dessa dimensão polêmica é esclarecida por Liu (2003, p. 260-261; tradução nossa) ao afirmar que

[...] a dimensão polêmica de uma representação é particularmente relevante para a simbiose de sistemas de valores rivais coexistindo no centro da mudança social. Firmemente inserida em contextos sociais e históricos particulares que evoluem e mudam, uma representação social é, por um lado, gerada a partir da *themata*, e, por outro lado, engendrada nos conflitos sociais, econômicos e políticos por meio da construção e participação do atores sociais.

Por exemplo, no contexto de transição chinês para uma economia de mercado, há um conflito óbvio em relação a como alcançar uma boa vida, entre as gerações mais antigas e as mais jovens. Esta questão envolve visões opostas sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. Para a antiga geração, a QDV [Qualidade de Vida] tende a ser estimulada pela contribuição individual abnegada para o bem comum da sociedade. Porém, para a geração mais jovem, a QDV tende a ser estimulada pela autonomia do indivíduo. Essa dimensão polêmica da QDV é gerada na simbiose de sistemas de valores que competem entre o Confucionismo, o Marxismo e o

⁹ Para esse entendimento e uso do termo *emancipada* Liu (2003) se baseia em Moscovici (1988). Para Moscovici (1988) o termo *emancipada* indica as representações emancipadas, que são construídas dentro de determinados grupos, de maneira emancipada em relação à sociedade como um todo, mas sem entrarem em conflito com as representações sociais compartilhadas nessa sociedade como um todo. As Representações Sociais compartilhadas por essa sociedade seriam as Representações Hegemônicas, existindo ainda um terceiro tipo, as Representações Polêmicas. Estas últimas se referem aos grupos que apesar de possuírem Representações Sociais sobre um objeto comum, entram em oposição aberta e explícita em relação a aspectos diversos e, comumente, a representações hegemônicas ou emancipadas. No estudo em questão, Liu (2003) não se utiliza dos termos *Representação Hegemônica*, *Emancipada* ou *Polêmica*, mas da idéia de que existe uma face hegemônica nas Representações Sociais, as *thematas*, bem como existem as faces emancipadas e polêmicas. Essas duas últimas oriundas dos compartilhamentos e das oposições temáticas que giram em torno das *thematas* e das construções cotidianas dos sujeitos.

Capitalismo que coexistem no centro da transição social chinesa. Nesse sentido, a representação social da QDV é, em parte, compartilhada de uma maneira polêmica.

Ao evidenciar essa manifestação da face polêmica, em conjunto com a da hegemonia e a da emancipação, já apresentadas, Liu (2003) defende que essas três maneiras de compartilhar atuam simultaneamente e de maneira complementar na mesma Representação Social. Para o autor, essa seria sua contribuição para a TRS, segundo ele, indo além da idéia de Moscovici (1988) de que diferentes Representações Sociais são compartilhadas de uma das três diferentes maneiras, tendo a *themata* como gênese. Essa concepção de Mocovici (1988) será discutida mais à frente, mas é importante destacar que para o autor tais representações coexistem simultaneamente. Portanto, a contribuição de Liu (2003) não está em revelar a simultaneidade entre hegemonia, emancipação e polêmica, mas em evidenciar o potencial de uma abordagem de análise na qual a Representação Social em si fica em segundo plano.

Diferenciando-se de Moscovici (1988), Liu (2003) desloca a questão da hegemonia, da emancipação e da polêmica de tipos de compartilhamentos de Representações Sociais para compartilhamentos de aspectos de uma Representação Social em torno das *themata*, sua gênese. Dessa maneira, Liu (2003) mostra um caminho para entender fenômenos sociais por meio das Representações Sociais, focando o processo de construção no qual ela se insere, sem a ênfase na Representação Social em si, mas nos aspectos e relações envolvidos em sua construção. Essa abordagem foi adotada nesta tese ao se concordar que

[...] as dimensões emancipadas e polêmicas de uma representação expressam as condições das sociedades particulares dos atores sociais que as estimulam, seu contexto específico, em relação a diversas esferas de vida. Ao mesmo tempo, elas refletem a ampla mudança social, econômica, política e ideológica, e os conflitos. Assim, uma representação social pode ser uma e, ao mesmo tempo, hegemônica, emancipada e polêmica. Essas maneiras diferentes de compartilhar são dialogicamente inter-relacionadas umas às outras (LIU, 2003, p. 261; tradução nossa).

Ao investigar essas múltiplas dimensões, é possível uma aproximação tanto com elementos sociohistóricos anteriores quanto com as interações do momento. A partir das primeiras, as segundas são responsáveis pela reestruturação das Representações Sociais e dos conhecimentos filtrados por meio “[...] dos discursos de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 221). Na concepção sociocognitiva, que marca a TRS, Moscovici e Vignaux (2003) atribuem à cognição o papel de atuar nessa filtragem, em conjunto com a comunicação, a linguagem, os aspectos discursivos do conhecimento. Aqui, a proposição da *themata* concretiza o “[...] laço entre cognição e comunicação, entre operações mentais e lingüísticas” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 220).

Essa cognição a que Moscovici e Vignaux (2003) se referem não é algo biológico que simplesmente se desenvolve no cérebro, mas, como destaca Marková (2000, p. 421), a “[...] co-construção social de representações e imagens” na mente. A autora afirma que a distinção entre cérebro e mente é primordial para a compreensão do conceito de cognição de Moscovici e Vignaux (2003). Além disso, ela ressalta a necessidade de diferenciar o entendimento de cognição como simples processamento de informação, incompatível com as idéias do autor, e outro, de acordo com suas proposições, o de que

[...] os agentes humanos constroem em conjunto sua cognição e informação. Neste último caso, cada expressão de uma ‘cognição’ no indivíduo tem uma orientação dupla: sócio-cultural e individual. A cognição é uma relação dentro de um sistema e ele não pode ser decomposto em elementos ou partes individuais (MARKOVÁ, 2000, p. 422).

Daí a busca por um conceito que contribuísse para a compreensão das relações entre cognição e comunicação sem decompor a primeira, assumindo-se o conceito de *themata* por abarcar o de cognição. Ao fazer essa escolha, Moscovici (1993, p. 3) explica que as *themata*

“[...] motivam ou compelem as pessoas na sua busca cognitiva. Isto é o que vem às suas mentes quando são atingidas por algum item não-familiar da informação e é sobre o que elas se comunicam”. Essa comunicação inclui o conhecimento popular, pois, como destaca o autor, ele está inserido nas *thematias* capazes de formar e transformar as Representações Sociais.

Dessa maneira, na familiarização por meio da ancoragem e da objetivação, a *thematia* e a comunicação estão inter-relacionadas. Mas resta o desafio de lidar numa investigação com esse inter-relacionamento. Ou seja, a questão é: Como interpretar as manifestações do processo de familiarização e dos fenômenos a ele associados? A resposta para essa questão está em voltar-se para a investigação dos gêneros comunicativos, o quarto conceito aqui destacado. Ele surge de contribuições do campo da lingüística de Bakhtin (1986b) sobre gêneros discursivos, aliada por Moscovici (1993) à sua concepção de sistemas comunicativos adotada em estudos baseados na TRS. Segundo esse último autor:

Minha hipótese em *La Psychanalyse* era que existiam diferentes sistemas de comunicação e conversação nos níveis interpessoais, assim como há a difusão, a propagação e a propaganda no nível da ‘massa’; e que suas ‘regras’ ou lógicas moldam as representações sociais de maneiras específicas. Depois que eu li Bakhtin, eu prefiro chamá-las de ‘gêneros comunicativos’ (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998, p. 402-403).

Marková (2000) esclarece que esses sistemas moldam as representações e, também, são moldados por elas. Ao incorporar a idéia de “gêneros”, os até então chamados “sistemas comunicativos” se legitimam nas contribuições de Bakhtin (1986b) para reforçar a idéia de que por meio deles se enfatizam ou minimizam diferentes questões a partir do uso de terminologias específicas e de acordo com as práticas e grupos sociais dos quais eles fazem parte. Ao expor esses aspectos, Marková (2000) destaca que eles não posicionam os gêneros comunicativos por si sós como a origem de todas as práticas sociais e atividades humanas;

pelo contrário, há uma interdependência entre os gêneros comunicativos e o pensamento social – eles se (re)formam mutuamente.

Essa interdependência pode ser observada nas propostas precursoras de Bakhtin (1986a; 1986b) ao tratar de gêneros literários e, também, trazer o conceito de gêneros discursivos como algo presente nas atividades cotidianas da sociedade. Para Holquist (1986) as contribuições de Bakhtin (1986a) na distinção entre linguagem literária e linguagem cotidiana ressaltaram a importância de se explorar essa última, reconhecendo os gêneros primários – associados às maneiras de se expressar admissíveis ao longo da vida, como o da conversa face a face, o de contar piada – e os gêneros secundários – como o jornalístico, o científico e o legal, presentes na sociedade na qual o primeiro vai sendo composto. Nesse sentido, Bakhtin (1986b, p. 87) desenvolve a seguinte conceituação: “Os gêneros correspondem a situações típicas de discurso comunicativo, temas típicos, e, conseqüentemente, também de contatos particulares entre os *significados* das palavras e a realidade concreta e atual sob certas circunstâncias típicas”. O autor explica que a seleção das palavras a serem usadas na construção de uma elocução qualquer não é feita com base na neutralidade do sistema lingüístico, mas com base em elocuições anteriores, principalmente as que são familiares, transformando-se em algo típico e compondo determinados gêneros discursivos.

Com base nesse conceito, o discurso não é algo individual, pois tudo na elocução do sujeito envolve gêneros relacionados com compromissos com práticas sociais, culturas ou grupos sociais; ou seja, convenções sociais que marcam os gêneros com uma natureza convencional e institucional (MARKOVÁ, 2000). Na ausência desses gêneros não haveria como articular

discursos com base no vazio, mas esse vazio não ocorre, pois os homens desenvolvem gêneros comunicativos à medida que se socializam.

De acordo com Marková (2000), os gêneros comunicativos e as representações sociais se influenciam mutuamente, apresentando-se em composições dinâmicas ou relativamente estáveis. O dinamismo vem das mudanças oriundas das práticas comunicativas cotidianas e a relativa estabilidade vem da inserção socioistórica que envolve essas práticas, dificultando a criação e a alteração dos gêneros comunicativos. A autora destaca que no caso das representações sociais a ancoragem remete à inserção social do novo, do diferente, e a sua estabilização ao ser associado a uma construção social anterior, ao mesmo tempo em que a objetivação leva à “concretização” do novo abstrato.

Rosa (2006) esclarece que o “concreto” anterior, estabilizado, que serviu à objetivação, ganha novos sentidos. Nesse processo, a oposição entre estabilidade e dinamismo remete à dialogia das representações sociais, associada aos quatro conceitos apresentados, da seguinte maneira (MARKOVÁ, 2000): os gêneros comunicativos têm como característica a formação de *themas*. À medida que isso ocorre, elas servem de base para se lidar com o desconhecido (ou o questionamento do conhecido), por meio da construção de representações sociais que incorporam e articulam o desconhecido com as *themas* (o conhecido). Por sua vez, essa construção se dá a partir de processos de ancoragem e objetivação inseridos em gêneros comunicativos necessários às comunicações simbólicas que viabilizam esses processos e expressam as representações sociais. Por essa relação de dependência os gêneros comunicativos influenciam as representações sociais, que, por sua vez, se tornam pressupostos pragmáticos dos próprios gêneros comunicativos nos quais se

inserem, influenciando esses gêneros com o surgimento de maneiras de veicular e de temas novos ou renovados.

Aqui, assume-se que, ao expor essas relações, é possível uma maior compreensão dos sentidos das práticas sociais e suas relações no direcionamento de práticas específicas, como aquelas referentes ao “fazer estratégia” das pessoas nas organizações. Com base na discussão teórica apresentada, defende-se o argumento de que a abordagem da estratégia como prática social aqui adotada tem na incorporação de elementos da TRS contribuições que permitem o desenvolvimento do campo. Para legitimar esse argumento em evidências empíricas, buscou-se expor a ancoragem, a objetivação, a *themata* e os gêneros comunicativos relacionados com as representações sociais dos atores organizacionais, clientes e fornecedores em seu cotidiano e os sentidos a elas associadas na comercialização de produtos hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim. A partir dessa exposição, buscou-se evidenciar as articulações táticas (CERTEAU, 1994) que os atores fazem de elementos de representações sociais na direção de interesses nem sempre coerentes com essas mesmas representações, o que não impede o uso desses elementos no processo de bricolagem. A intenção é evidenciar relações entre os sentidos das práticas sociais desses atores e o “fazer estratégia”.

Para concretizar essa intenção, na análise dos dados, as influências de Certeau (1994), Bakhtin (1986a; 1986b) e, especificamente no campo das representações sociais, de Marková (2000) e Spink (1995a, 1995b) levaram à adoção da AD como ferramenta de análise. Essa opção vai ao encontro e, ao mesmo tempo, de encontro às contribuições de Spink (1996), a partir de um artigo publicado em 1996, no qual a autora apresentava argumentos referentes a sua contínua aproximação a idéias de Bakhtin (1986a; 1986b) e ao

seu afastamento da TRS, em virtude de uma série de limitações e questões epistemológicas. A autora assume uma abordagem mais voltada para contribuições da lingüística, na direção da chamada “abordagem construcionista”. Nesta tese, a aproximação com a lingüística é seguida ao se assumir a AD como uma técnica de análise de dados. Mas, a despeito das críticas da autora, isso é assumido em uma posição complementar à TRS, o que possibilitou confrontar o uso que os atores fazem das práticas sociais em seu cotidiano com o sentido das representações sociais a elas associadas.

Ao optar pela análise do discurso, parte-se do pressuposto, corroborado por Bakhtin (1986a), de que as formas de enunciação são geradas nas relações sociais, que marcam a comunicação quando os discursos manifestam verbalizações sempre inseridas em uma determinada situação social. O autor explica que a língua não surge dos atos individuais ou de signos sistematicamente combinados, mas da interação social. Dessa maneira, o nascimento do sujeito se dá em um processo dialógico de múltiplas interações sociais, marcado pela multiplicidade discursiva permeada pela contradição. Quando o sujeito verbaliza algo, ele está inserido socialmente naquele processo dialógico, o que faz com que todos os discursos tenham relação com seu contexto social de produção. Bakhtin (1986a, p. 36-37) explica:

Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.

É importante analisar com cuidado quando Bakhtin (1986a) atribui a condição de “neutra” à “palavra”, para não confundir uma neutralidade absoluta com uma relativa ao fato de que a palavra assume infinitos partidos ou ideologias. Ou seja, ela é neutra apenas no tocante a

não servir a “uma” função “específica” por servir a “todas”, nunca havendo uma neutralidade absoluta, mas uma relativa ao fato de ela servir simultaneamente a todas as ideologias. Bakhtin (1986a, p. 36) deixa isso claro ao afirmar que “[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. O signo, por sua vez, deixa de ser um signo para ser outro signo quando separado de sua função ideológica original.

Outro ponto que deve ser esclarecido é o entendimento de ideologia e de representação de Bakhtin (1986a). Em relação ao primeiro Miotello (2005, p. 176) esclarece que o sentido de ideologia para o autor se refere ao “[...] sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir de referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados”. Esse entendimento é compatível com o da posição dentro da TRS adotada nesta tese. Entretanto, não se pode deixar de observar que a ênfase de Bakhtin (1986a) na base material, segundo a tradição do materialismo histórico, está presente em suas contribuições, bem como em seu entendimento de representações (MINAYO, 1995).

A abordagem da TRS aqui adotada implica certo afastamento dessa visão, na medida em que se assume o processo sociocognitivo defendido por Moscovici (1978). Resta questionar se a aproximação de Bakhtin (1986a) com o determinismo material exige o pleno afastamento da TRS de suas contribuições, pois obscurece, de certa maneira, o sujeito. Nesta tese, ao assumir as contribuições da TRS e de Bakhtin (1986a; 1986b), segue-se o entendimento de autores como Marková (2000), Fávero (2005) e Moscovici e Marková (1998; 2003), e a resposta é a busca por articular as contribuições de Bakhtin (1986a; 1986b) no tocante aos gêneros comunicativos e ao dialogismo discursivo. Essa opção se deve ao fato de Bakhtin (1986a) assumir uma postura na qual o materialismo se posiciona

no discurso em conjunto com um entendimento de construção de sentido referenciada no social (CALLINICUS, 1985), o que é convergente com a concepção de sociocognição de Moscovici (1978) e oferece espaço para o uso da Análise do Discurso na TRS. Em um enfoque no qual, concordando-se com Certeau (1994, p. 82), se reconhece uma “[...] *historicidade* social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos, mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*”.

Para autores da chamada “abordagem construcionista”, que também assumem contribuições de Bakhtin (1986a; 1986b), como Gergen (1997), Spink (1996), e Shotter (1997), cabe uma série de críticas à TRS, com implicações epistemológicas que indicariam a incoerência da opção por adotar a AD na TRS, nas bases aqui propostas. A discussão dessas críticas permite demarcar a posição da abordagem da TRS adotada nesta tese, dentro da heterogeneidade do campo. Essa demarcação não apenas permite refutar algumas críticas, mas também destacar aquelas com as quais a corrente adotada está de acordo e segue como crítica interna ao campo.

3.1 As críticas construcionistas e as posições na TRS

A abordagem da TRS adotada nesta tese assume uma série de críticas sobre o campo como contribuições a serem reconhecidas em sua aplicação, o que inclui as autocríticas dos adeptos do campo e as críticas dos que se inserem fora dele. O estudo de Spink (1996) está inserido neste último grupo. Ao discutir o estado da arte dos estudos sobre representações sociais, a autora apresentou argumentos que, segundo ela, legitimam seu afastamento do campo da TRS na direção da chamada “abordagem construcionista”. Spink (1996, p. 181)

polariza a discussão ao generalizar aspectos básicos do construcionismo, sua nova opção, e do construtivismo, que seria a opção da TRS:

[o construcionismo é caracterizado] [...] como uma modalidade de epistemologia pós-moderna radicalmente anti-representacionista; [e o construtivismo como] [...] mescla de anti-determinismo (e portanto a crença na atividade construtiva do sujeito) e de historicismo (e portanto o reconhecimento da natureza histórica e cultural dos fenômenos sociais).

Essas duas concepções acabam simplificando algo muito mais complexo: a gênese epistemológica comum que envolve o construtivismo e o construcionismo; e as diversas correntes dentro das duas abordagens, que para alguns são apenas divisões a partir e dentro do desenvolvimento do construtivismo (DINIZ NETO, 2005). O próprio Gergen (1985), reconhecido como um dos precursores da abordagem construcionista na psicologia social, afirma que o uso do termo *construtivismo* para identificar a abordagem por ele defendida é comum, mas ele optou pelo termo *construcionismo* para evitar confusões com o uso do termo anterior em diversos campos.

De qualquer maneira, se, por um lado, as diferenças atribuídas por Spink (1996) às distinções entre cada vertente têm certo sentido, por outro lado, a partir do desenvolvimento dos estudos surgem correntes distintas que aproximam as duas vertentes. Nesse sentido, Rey (2003) destaca compatibilidades e incompatibilidades entre cada vertente e se opõe a uma generalização simplista que indique a existência de um “construtivismo” e de um “construcionismo”. Isso mostra os obstáculos para tentar classificar abordagens que se aproximam, como pode ser ilustrado ao se observar as distinções de Arendt (2003, p. 8) sobre cada vertente:

Os dois paradigmas são contrastados a partir de uma dicotomia: de um lado [construtivista] teorias, objetos, sujeitos que executam procedimentos e refletem sobre coisas a partir de seus interesses, representando a realidade, confiando nas

próprias experiências como forma de compreender o mundo, investigando baseados em fundamentos considerados legítimos; do outro [construcionista], práticas, atividades, sujeitos que negociam a coordenação de ações sociais com outros no fluxo cotidiano, em função de interesses compartilhados, questionando os processos de "construção social" da realidade, atuando com modos de investigação que aceitam o erro e encontram suas garantias em situações localmente constituídas.

Para afastar a TRS do segundo e situá-la no primeiro, Spink (1996) foca o representacionismo da abordagem, mas os problemas da classificação se apresentam quando adeptos da TRS, como Arruda (2003), explicam que há uma confusão, inclusive interna ao campo, sobre o que é representação para a TRS e para o próprio Moscovici (1978), seu precursor: o sentido não é o de representar um objeto concreto como em um espelho, mas construir algo a partir de uma construção anterior. Essa visão aproxima a TRS do construcionismo, como defende o próprio Moscovici (1997) em uma resposta direcionada aos críticos construcionistas da TRS. Isso não indica um pleno equívoco de Spink (1993; 1996), pois muitos adeptos do campo da TRS, como defendem e mostram Nascimento-Schulze e Camargo (2000), assumem uma postura representacionista e uma visão do discurso diametralmente oposta aos desenvolvimentos do construtivismo na direção do chamado "construcionismo", apresentados por Arendt (2003). Nesta tese, considera-se um equívoco apenas generalizar as críticas para todo o campo e assumir a complexa decisão da incomensurabilidade paradigmática, uma opção comum em muitos campos do conhecimento, que, para os que discutem o tema, tem contornos tanto epistemológicos quanto políticos (BURREL; MORGAN, 1979; BURREL, 1999; CLEGG; HARDY, 1999).

A intenção aqui não é realizar um aprofundamento nas motivações relacionadas com a generalização e a decretação da incomensurabilidade dentre construcionistas, como Spink (1996) e Gergen (1985), mas expor as críticas desse grupo direcionadas à TRS, buscando oferecer contribuições. Isso implica a ruptura com a generalização e com a

incomensurabilidade paradigmática, bem como o delineamento de uma abordagem inserida na TRS, mas influenciada pelas críticas dos construcionistas. Um exemplo disso são as críticas de Spink (1996, p. 180-181) que focam as inserções epistemológicas da TRS, as quais dão destaque às implicações em relação à “natureza da atividade construtiva do sujeito” e à base dessa natureza, o “compromisso com o representacionismo”. Segundo a autora, os problemas epistemológicos da TRS são envolvidos por escolhas teóricas e metodológicas marcadas pela imprecisão e pela falta de clareza.

Diversos pesquisadores, como Medrado (1998) e Ibañez (1992), concordam com essas críticas e advogam um direcionamento para o construcionismo. Outros pesquisadores, como Rätty e Snellman (1992), Voelklein e Howarth (2005) e Arruda (2003), concordam com algumas das críticas, mas destacam que elas são contribuições para o campo da TRS, pois a partir delas surgem propostas teórico-metodológicas opostas, distintas ou complementares às existentes no campo, sem exigir um afastamento dele, ampliando seu potencial para lidar com fenômenos sociais. Esta última posição é assumida nesta tese, segundo o entendimento de que não há uma ruptura que exija a passagem para uma “nova” abordagem, mas o reconhecimento de que na origem da TRS há espaço para abarcar as contribuições dos críticos internos e externos. O próprio Mocovici (1997) deixa claro que há espaço para a aproximação entre a TRS e aspectos do construcionismo, estranhando a postura de autores que ignoram essa abertura ou se opõem a ela promovendo uma suposta incompatibilidade, como Gergen (1985), Ibañez (1992), Spink (1996) e Medrado (1998).

Como ressalta Spink (1996), as críticas mais intensas à TRS são realizadas por pesquisadores britânicos e norte-americanos, como Gergen (1985) e Potter e Edwards (1999), em uma inserção na chamada “abordagem construcionista”. Mas isso é paradoxal,

pois esses autores estão abertos a metodologias interdisciplinares e a estudos que não se limitam à experimentação, e assim como Moscovici (1978) e Jodelet (2005), dentre muitos outros adeptos da TRS, eles também se opõem à visão convencional da psicologia na qual predominam os modelos positivistas com ênfase individualista (ROSA, 2006). Potter e Edwards (1999), inclusive destacam como aspectos positivos da TRS a preocupação com o processo de construção das versões de mundo, com os conteúdos no cotidiano das pessoas e com a comunicação, e as relações nela baseada. Apesar do reconhecimento desses aspectos, poucos autores, como Billig (1993), posicionam-se no sentido de assumir possíveis contribuições da TRS para os construcionistas. Comumente, os esforços estão direcionados à crítica da TRS (DUVEEN, 2003). De outro lado, os autores que advogam a favor da TRS, geralmente, estão dispostos ao diálogo com os construcionistas e a buscar neles contribuições para a TRS. Rätty e Snellman (1992), Arruda (2003), Voelklein e Howarth (2005) e Rosa (2006) defendem essa postura. E, ao assumi-la nesta tese, busca-se esclarecer as críticas, respondê-las e destacar aquilo que elas oferecem de contribuição para a TRS.

A crítica de Spink (1996) sobre a maneira como a TRS lida com o sujeito e sua atividade construtiva se relaciona com uma visão na qual para a TRS a construção seria uma maneira de reproduzir objetos de uma realidade substantiva. Entretanto, Duveen (1998, p. 446) destaca que a construção na TRS envolve um engajamento ativo

[...] que considera a cultura como um padrão estruturado de significados, sustentado por formas de relações e práticas sociais. [...] [Ela envolve e não impede] o processo pelo qual são geradas novas formas de compreensão, e é este o sentido de “construção” que mais se aproxima com o fenômeno das representações sociais.

De acordo com o autor acima mencionado, na TRS as representações construídas se distinguem por umas serem relativamente estáticas, compondo padrões de significados estáveis, e outras serem mais dinâmicas, marcando um processo construtivo do qual surgem novos significados no mundo social. Os que criticam a TRS, como Spink (1996) e Medrado (1998), enfatizam que ela está centrada na estabilidade e que o dinamismo estaria apenas nas maneiras dos sujeitos apresentarem objetos inseridos na estabilidade social, o que remeteria à idéia de representação desses objetos.

Esses críticos advogam que o uso do termo *representação* seria um equívoco no âmbito de uma proposta que reconhece o conhecimento como produto da construção social. Para eles a idéia de representação por si só remeteria a um “objetivismo” implícito, pois pressupõe a existência de um objeto anterior, a ser representado (MEDRADO, 1998; SPINK, 1996). Ao discordar desse ponto, é necessário destacar que o argumento em parte têm coerência, não no tocante à necessidade de um objeto anterior que preexiste independente do sujeito, mas na necessidade de se reconhecer uma anterioridade, histórica, que demarca um passado de origem das representações que continua no presente, em um eterno processo de demarcação que envolve a dimensão temporal na construção social do conhecimento – o objeto em si é um corte nessa dimensão. Como explica Marková (2000, p. 430) é necessário reconhecer a diferença “[...] entre a definição de objetos estáticos e monolíticos *versus* a definição de um fenômeno dinâmico e relacional”. A segunda definição marca a posição da TRS, em oposição à primeira, que marca a tradição positivista.

Quando se coloca na TRS que a representação é de um sujeito sobre um objeto, este objeto é uma delimitação proposta pelo pesquisador ou oferecida pelos sujeitos,¹⁰ para que exista um foco na análise das mediações e construções que ocorrem nesse cotidiano, no decorrer da investigação realizada pelo pesquisador. A importância da definição do objeto no estudo das representações sociais não vem de sua concepção como uma referência objetiva ou real, mas do fato de este objeto delimitar o contexto social em que se expressa a representação social (REY, 2003). Sem isso o que se tem é o infinito de relações sociais impossíveis de serem tratadas pelo pesquisador. Não cabe aqui discutir a necessidade das delimitações em qualquer estudo, mas é importante deixar claro os caminhos para se chegar a essas delimitações. No caso da TRS, segundo a abordagem aqui adotada, o objeto é o meio para essa delimitação, de uma realidade socialmente construída. Portanto, ele não é a realidade e tampouco a representação é o reflexo desse objeto.

Para Moscovici (1978), o termo *representação* não é sinônimo de *reprodução*, mas de uma nova produção, na qual os objetos, ao contrário de serem parcial e mentalmente reproduzidos pelo indivíduo, são produzidos e “vividos” em um processo sociocognitivo daqueles que interagem com eles e que os insere em contextos históricos e culturais (HOWARTH, 2002; VOELKLEIN; HOWARTH, 2005). Arruda (2003, p. 349; tradução nossa) explica que para a TRS “[...] a realidade é socialmente construída;

¹⁰ O pesquisador, como na abordagem adotada nesta tese, pode buscar esse foco nas próprias manifestações dos sujeitos, pois os sujeitos delimitam objetos por conta própria em suas interações cotidianas, e revelam construções sociais associadas a esses objetos (o que inclui as representações sociais). Comumente, para direcionar e facilitar a coleta e o tratamento dos dados, o pesquisador oferece um foco (objeto) para o sujeito se manifestar a respeito, o que oferece oportunidade para as críticas em que haveria ênfase numa relação simplista de oposição entre sujeito e objeto.

conseqüentemente, ela obscurece os limites entre sujeito e objeto”. Ou seja, uma separação simplista é inviável e incoerente.

Wagner (1998, p. 309, tradução nossa) esclarece que Moscovici (1978) raramente utiliza o termo *construção social* em seus primeiros estudos “[...] seu termo preferido, ‘représentation’, em francês, tem um âmbito dinâmico e construtivo. O termo inglês e germânico *representation* tem um âmbito mais estático de reprodução, por exemplo, uma fotografia ou um mapa”. Essa distinção explica parte das críticas que associam de maneira generalizada a TRS a uma visão estática de uma realidade objetivada (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005), ignorando estudos em posições totalmente distintas (WAGNER, 1998). Ainda, Rey (2003) destaca que, diferentemente dos construcionistas, Moscovici (1978) não descarta uma ontologia da realidade, mas se aproxima deles ao associar essa ontologia às relações sociais. Ou seja, a realidade existe a partir das delimitações do sujeito, não como algo nato, pois a ontologia que define a suposta realidade comum é uma construção dos sujeitos.

Nesse sentido, a TRS não se insere numa visão objetivista da realidade e tampouco na plena relativização contextual defendida pelo construcionistas. Ao discutir essa questão, Guareschi (2003) discorda da posição de total relativização defendida pelos construcionistas. O argumento do autor se justifica pelo entendimento de que a centralidade na plena relativização e contextualização é contraditória, uma vez que a proposição da plena relativização passa a ser assumida como uma verdade absoluta, não relativa, contrariando o próprio argumento (ROSA, 2006). Para Guareschi (2003), a contingência e a relativização, que caracterizam os discursos nas análises construcionistas, também devem ser assumidas no tocante ao entendimento da produção teórica e nos resultados das investigações dos construcionistas, o que deve incluir as críticas

à TRS. Isso remeteria à existência de espaço dentre os construcionistas para a visão da realidade defendida pela TRS e destacada por Arruda (2003): uma realidade socialmente construída com base em processos de comunicação e interação permeados por formas de conhecimento distintas, que permitem ao sujeito criar e lidar com a diferença e a novidade (heterogeneidade), sem, necessariamente, a eliminar, o que envolve seus interesses, valores e idéias.

Para a autora, esses aspectos norteiam a discussão que parte dos construcionistas sobre a existência ou não da realidade e a maneira como a TRS lida com ela. A autora explica ainda que a questão central em torno dessa temática é o fato de que para a TRS “[...] a representação de algo também é a representação da pessoa que o construiu [...] A ‘pessoa que construiu’ baseia sua construção no domínio do simbolismo e da experiência de vida que fornecem as bases de sua leitura do mundo” (ARRUDA, 2003, p. 349). A criatividade e a novidade não são eliminadas; pelo contrário, elas vêm dessa base, também responsável pela relatividade da realidade como algo que é construído por pessoas, mas uma relatividade que não é plena, pois as próprias construções anteriores das pessoas impõem limites simbólicos a essa relatividade (HOWARTH, 2002). Aparentemente, em relação à questão da relatividade da realidade, o ponto de confronto entre os construcionistas e os adeptos da TRS é a aceitação desses limites simbólicos por parte dos últimos, uma referência que permite a existência de representações. Sem o simbólico e seus limites não existiriam representações sociais.

Guareschi (2003) destaca que nas propostas construcionistas os discursos assumem o papel dos limites simbólicos e da atuação do sujeito, uma abordagem com a qual o autor discorda, pois implica que o sujeito deixa de ser o produtor dos discursos influenciados por diversos

aspectos da interação e contextualização social para ser primordialmente produzido por discursos que ele mesmo reproduz a partir de uma contextualização também discursiva, e por isso considerada social. Assim como defendido nesta tese, o autor não nega a condição social do discurso. O que ele questiona é a exclusividade ou prioridade do social a partir do discurso em detrimento das outras manifestações sociais. Além de ser considerado um produto associado a uma situação interativa específica, o próprio discurso é visto como reprodutor de discursos mais amplos, presentes na esfera social, chamados, por exemplo, de “repertórios interpretativos” (GUARESCHI, 2003; ROSA, 2006). Rosa (2006) explica que, para os construcionistas, por meio desses repertórios ocorreria a ligação entre o indivíduo e a esfera social, com o primeiro buscando seus objetivos por meio do uso de estruturas discursivas presentes na linguagem e que emergem da relação interpessoal. O sujeito construtor da realidade, como na TRS, passa a ser uma “[...] construção da realidade [...] de sujeito *falante* é transformado em sujeito constantemente *falado* pelos microdiscursos contextualmente variáveis” (ROSA, 2006, p. 173). Rosa e Farr (2001) corroboram com esse argumento ao destacarem que a consequência dessa visão é ter o discurso, a realidade e os sujeitos identificados entre si de maneira tautológica no próprio discurso.

A crítica ao radicalismo dessa visão do discurso não significa que a TRS se opõe ao discurso ou ao seu estudo. Muito pelo contrário, o problema é a reificação do discurso, assim como a TRS é acusada de reificar as representações. Portanto, o alerta sobre os aspectos negativos da reificação, destacados também pelos construcionistas, serve para ambos. As representações e os discursos devem ser tratados dentro de um corte que se oponha a uma reificação simplista, na direção do reconhecimento de uma constituição dinâmica e socialmente construída. Dessa maneira, o discurso, base do processo de comunicação, relaciona-se de maneira indissociável com as representações, compondo seu

processo de transformação, por meio do qual, segundo Arruda (2003), as representações de um sujeito se entrosam com as de outros grupos.

Essa ligação entre a TRS e o discurso justifica os interesses de Rosa e Farr (2001) em aproximar as proposições teóricas e metodológicas da Análise do Discurso com a TRS, o que só é possível ao se opor à reificação, seja do discurso, seja das representações. Os autores destacam que

Se na espécie humana a palavra é um canal privilegiado para definir, objetivar e construir realidade, não obstante a realidade não pode ser definida exclusivamente por meio da palavra: imagens, sons, condutas, ritos... são outros modos de gerar e comunicar aspectos "multiformes" (não necessariamente complementares e, em alguns casos, antagônicos) de representações sociais (ROSA; FARR, 2001, p. 238; tradução nossa)

Nesta tese, ao se assumir essa posição, buscou-se um caminho que permite focar aspectos distintos das práticas sociais e dos sujeitos em suas inserções contextuais. A Análise dos Discursos acompanha o estudo de práticas e manifestações diversas por meio de observações no cotidiano dos sujeitos. Por esse caminho se revelam as Representações Sociais, com ênfase em seus dinamismos mais ou menos estáveis que envolvem tanto a heterogeneidade quanto o compartilhamento, à medida que ocorre o entrosamento dos sujeitos em uma infinidade de grupos sociais.

Outra crítica dos construcionistas à TRS se refere à problemática da delimitação do grupo de sujeitos de pesquisa e à associação desse grupo como um todo a uma determinada representação social. Defendendo esse argumento, Medrado (1998, p. 10-11) alerta para as limitações da TRS nas pesquisas empíricas, pois

[...] aquilo que define um grupo social a ser investigado seriam as representações por eles compartilhadas, ou seja, aquilo que só será alcançado no final do trabalho.

[...] Assim, nos trabalhos de Moscovici, é circular e tautológico o critério utilizado para se identificar um grupo, resultando numa confusão conceitual, na medida em que o grupo é definido a partir daquilo mesmo que define as representações, a saber, sua natureza social.

Novamente, a delimitação de uma dimensão da abordagem empírica é colocada em questão, mas os críticos reconhecem apenas a primeira etapa da delimitação dos sujeitos; a decisão inicial da escolha é do pesquisador e de seus critérios. A TRS mantém essa condição, mas o equívoco dos críticos está em não reconhecer a segunda etapa que envolve os estudos. O argumento de Medrado (1998) remete ao entendimento de que àquele grupo, inicialmente definido, será atribuída determinada representação, de maneira simplista e direta, mas na TRS cabe ao sujeito a palavra final sobre suas relações sociais. Ou seja, o pesquisador pode incluir os sujeitos que bem entender. Mas, ao analisar as relações entre eles com base na TRS, surge o papel dos sujeitos na demarcação dos espaços de suas relações sociais, e os membros do grupo escolhidos pelo pesquisador podem não se confirmar como aqueles que interagem entre si, em torno dos temas também escolhidos pelo pesquisador. Sá (1998) reconhece que essa característica da TRS é ignorada em estudos dentro do próprio campo. Considera uma falha daqueles que a adotam, ignorando o rigor necessário para evitar que o pesquisador defina arbitrariamente as relações sociais em torno das representações, sem oferecer espaço aos sujeitos de pesquisa, como defende a TRS.

Essa característica foi um dos principais motivos da inserção da TRS nesta tese: uma base para que o sujeito ofereça contribuições ao se estudar a estratégia como prática social, no sentido de suprir as limitações dos pesquisadores do campo na escolha das delimitações do escopo adequado para investigar as infinitas relações sociais que podem envolver as práticas na estratégia. A circularidade mencionada – o grupo de sujeitos remete às representações sociais que remetem ao grupo de sujeitos – ignora que o primeiro grupo não é igual ao segundo. O primeiro, quem define é o pesquisador; o segundo grupo interessa à TRS, pois é

a construção dos próprios sujeitos que rejeita, confirma ou reconstrói as escolhas do pesquisador, o que faz parte da análise das construções dos sujeitos.

Rosa (2006) destaca que a solução proposta pelos construcionistas demarca uma diferença básica em relação à TRS. Os primeiros vão adotar uma concepção na qual o discurso é o processo fundador de tudo, focando um caminho para acessá-lo. Os repertórios lingüísticos, por exemplo, não mantêm conexão com grupos sociais específicos, mas estão associados a todos os sujeitos (MEDRADO, 1998). Nesse caso, os outros processos e construções (como os comportamentos, as ações e o senso comum) e os diversos níveis (como o individual, o social e o interpessoal) estão constituídos intrinsecamente no discurso, e o discurso é o espaço de manifestação analisado e do qual o pesquisador escolhe o que lhe interessa ou rejeita o que foge desse interesse, por exemplo, os aspectos individuais.

Os adeptos da TRS posicionam a representação social como constituída intrinsecamente pelos processos e construções, em diferentes níveis (como o individual, o social e o interpessoal), mas, ao integrá-los, ela não é considerada como capaz, por si só, de manifestá-los. Pelo contrário, é a análise desse conjunto, o que inclui o discurso e a comunicação, que permite revelar as representações sociais e as relações sociais em torno delas. Essa opção, de um lado, remete à mencionada crítica da circularidade por parte dos construcionistas e, de outro, é responsável por uma característica da TRS, “[...] seu dialogismo subjacente: quer dizer, esta interdependência envolve a tensão dinâmica, a transformação de significados e de gêneros comunicativos que são o resultado desta interdependência, desta polifonia e deste confronto” (MARKOVÁ, 2000, p. 456, tradução nossa). Neste caso, o dialogismo está intrínseco às representações sociais a partir das relações a elas associadas pelos sujeitos,

capazes de manifestá-las em suas práticas sociais, que incluem os discursos e uma infinidade de maneiras de comunicar, de ações e de comportamentos.

Outra crítica a ser discutida é a noção de consensualidade na TRS, que, para os críticos, “[...] pressupõe uma uniformidade nos discursos e ações de indivíduos pertencentes a um dado grupo” (MEDRADO, 1998, p. 16; HERMANS, 2003). Apesar de alguns autores que adotam a TRS, como Nascimento-Schulze e Camarco (2000), defenderem abordagens que focam fragmentos lexicais na busca por uma suposta homogeneidade, outros pesquisadores, como a própria Spink (1995) em estudos anteriores à sua ruptura com o campo, não buscam essa homogeneidade e desenvolvem metodologias nas quais as oposições, inclusive as discursivas, fazem parte das construções dos sujeitos sociais. Rose *et al.* (1995) destacam que o consenso não significa a plena homogeneidade das construções dos sujeitos em torno das representações sociais, pois isso faria das representações sociais algo estático e inútil para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais.

Existe certo grau de consenso que permite o desenvolvimento de processos de comunicação e cognição, mas ele se restringe a certas bases desse desenvolvimento, como os rituais, as tradições e a linguagem comum, e é envolvido pela contradição, pela fragmentação e pela mudança social que caracterizam a interação social imediata em seu nível argumentativo (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005). O consenso está apenas nos limites simbólicos construído por representações sociais na medida em que elas compõem uma cultura comum (HOWARTH, 2002). A partir desses limites simbólicos, pode-se identificar o consenso ou dissenso grupal e a heterogeneidade dentro dos grupos e entre eles, tanto se atendo a esses limites quanto forçando-os até a ruptura. Não existe “o consenso”, mas infinitos níveis de consenso e, conseqüentemente, de dissenso simultâneos, uma vez que não se trata de lidar

com uma construção social como algo isolado, mas um conjunto de construções sociais simultâneas e cotidianas que, também, compõem níveis de consenso e dissenso.

A visão equivocada da idéia de consenso na TRS, associada à uniformidade, passa pelo recorte da concepção do que é “compartilhar” para o campo. Para esclarecer a questão, Duveen (1998, p. 462, tradução nossa) defende a distinção na TRS do sentido do termo *compartilhar* além da idéia de algo dividido entre pessoas, reconhecendo um sentido mais específico no uso do termo pelo campo, ilustrado pelo autor da seguinte maneira: “quando eu divido uma maçã com um amigo, nós não consumimos a mesma coisa, mas compartilhamos diferentes partes da maçã”. Ou seja, nessa ótica o compartilhar da TRS não está voltado para a plena homogeneidade, mas para a articulação de diferenças em torno de um elo comum.

Na ilustração de Duveen (1998) a maçã é esse elo. Aqui surge o objeto (a delimitação de uma referência abstrata do sujeito, que é a chamada “realidade”) não como um elemento para compor a dicotomia com o sujeito, mas como o elo em torno do qual ocorrem as negociações das diferenças na direção de uma determinada representação social. Resta questionar se ao surgir a Representação Social em relação a um objeto não emergiria daqui o consenso, a homogeneidade. Com base em Moscovici (1978, p. 26), a resposta é “não”. Surge apenas uma maneira negociada de lidar com o dado externo, “[...] que jamais é algo acabado ou unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo [...]”. Em virtude dessa liberdade, os “pedaços das maçãs” são diferentes para cada sujeito de um grupo de amigos. As diferenças não desaparecem em favor do consenso. Elas estão lá, mas são negociadas na direção de construções comuns do grupo a respeito da maçã, um mero alimento ou a expressão da amizade. O aparente consenso é parcial, temporário (mesmo que esse tempo possa ser longo

e remeter a certa estabilidade) e limita-se às interpretações oriundas das articulações sociais, o que inclui a mediação das diferenças entre os sujeitos. Nesse processo de construção social, mesmo que as diferenças sejam colocadas em segundo plano, elas estão prontas para outras negociações, contribuindo para o dinamismo que norteia as Representações Sociais.

Duveen (1998, p. 463) corrobora com o argumento anterior ao defender que as Representações Sociais não tratam de

[...] reprodução de crenças e pensamentos idênticos em cada indivíduo [...] as representações estabelecem um caminho de pensamento e comunicação que serve para manter junta uma coletividade. Elas estabelecem um universo discursivo no qual pode ter lugar a fala com significado; mas se isso fosse estabelecido com base em representações idênticas na mente de todos, isso seria um universo sem diferença, e sem diferença é difícil ver como alguma mudança seria possível.

Isso não nega a existência de representações hegemônicas de grandes grupos de pessoas e que permanecem estáticas ao longo da existência de várias gerações, mas mesmo elas têm certo nível de dinamismo e convivem com muitas outras representações dentro desses grupos e nos infinitos subgrupos formados pelas múltiplas inserções dos sujeitos. Moscovici (1988) mostra em seu estudo sobre a representação social da psicanálise que as mudanças possibilitadas pelas diferenças entre os sujeitos possuem níveis de dinamismo distintos, desde algo quase estático, que pode permanecer por séculos na sociedade de um país, a algo dinâmico, referente a subgrupos sociais e conhecimentos cotidianos específicos.

Para explicitar os diferentes níveis de dinamismo, o autor demarca três níveis básicos, nos quais existem infinitas possibilidades temporais relativas à mudança. Cada nível caracteriza um tipo de representação não excludente:

- Representações hegemônicas. Compreendem as mais estáticas e coesas, comumente relacionadas com grupos e conhecimento institucionalizados, como as pessoas com determinada nacionalidade ou opção política;
- Representações emancipadas. Tendem a compreender níveis de mudança mais dinâmicos que a anterior, pois estão relacionadas a segmentos ou subgrupos específicos da sociedade e os conhecimentos que perpassam esses grupos nas interações cotidianas de seus membros, como os parentes dos chamados “doentes mentais” e as comunicações que em um tempo defendiam o isolamento em um manicômio e algumas décadas depois passaram a advogar a permanência no seio da família como melhor tratamento;
- Representações polêmicas. Abarcam as características das emancipadas, mas incluem uma oposição aberta a outras representações sociais e a aspectos diversos que, comumente, apresentam-se de maneira hegemônica ou emancipada em relação a um determinado objeto. A polêmica está no embate aberto entre diferentes grupos em torno do mesmo objeto. Um exemplo, oferecido por Moscovici (2003b), são os grupos que vêem na AIDS o castigo de Deus resultante da decadência moral e defendem a pureza e a abstinência sexual como solução; opondo-se aos argumentos e àqueles que colocam a AIDS como o resultado da ignorância e da desinformação, defendendo a disseminação da educação sexual e do sexo seguro como solução.

As representações nos três níveis de dinamismo convivem e interagem entre si. Tais “interferências” explicam a ausência de compartilhamentos homogêneos, mesmo ao se reconhecer a existência de representações hegemônicas. Segundo Duveen (1998, p. 463,

tradução nossa), de um lado, as representações hegemônicas mudam muito lentamente e caracterizam determinadas sociedades em um tempo; de outro, elas estão inseridas em mundo social “[...] composto por representações diferentes e concorrentes, e mesmo dentro dos grupos é possível a variação e a discussão”.

Essa composição complexa das representações sociais é explicada por Rey (2003, p. 130) ao afirmar que

[...] as representações seriam uma produção subjetiva sobre uma realidade social, mas estariam revelando elementos de sentido diferentes dessa realidade social, independente de qual fosse o seu conteúdo explícito. Os próprios mecanismos de objetivação e ancoragem são uma manifestação dos processos subjetivos de distorção que caracterizam o processo de formação e desenvolvimento das RS. A ancoragem não é somente um processo cognitivo como é assumido pela maioria dos autores, pois nele influem os sentidos subjetivos, que em última instância são os facilitadores do resultado final desse processo.

Tal processo, para Duveen (1998), escora-se na cultura e é impulsionado por seus pontos de tensão e ruptura que mantêm espaço no sistema representacional para novas representações.

Em outras palavras, nesses pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto no qual surge o não familiar, e da mesma maneira que a natureza detesta um vazio, a cultura detesta uma ausência de sentidos, colocando em ação algum tipo de atividade representacional para familiarizar o não familiar e restabelecer um senso de estabilidade (DUVEEN, 1998, p. 467, tradução nossa).

O reconhecimento dessa característica leva a TRS a se interessar por elementos compartilhados, reconhecendo que eles são acompanhados por características distintas e dinâmicas, manifestadas, por exemplo, nos discursos, dentre outras práticas sociais (ROSA, 2006). Ou seja, não há sentido em reduzir a TRS a um de seus aspectos, que é o reconhecimento da influência da sociedade sobre os indivíduos na qual a cultura atua sobre a cognição. É necessário reconhecer que “[...] cultura e cognição existem numa relação simbiótica de uma com a outra. Uma representação não é simplesmente uma repetição ou

réplica de alguma idéia apresentada por um grupo social dominante; ela envolve a ação deliberada dos envolvidos” (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005, p. 439; tradução nossa).

Para Arruda (2003, p. 342, tradução nossa), “o cenário para esta mistura, esta possibilidade de comunicação na sociedade, é tributário da cultura, com suas grandes representações hegemônicas, hábitos institucionalizados e pensamento pré-teórico, como Berger e Luckmann (1966) diriam”. A constatação da autora remete ao reconhecimento da psicologia social sobre a importância da cultura e da história. De acordo com Farr (1993), a TRS faz parte desse movimento, aproximando antropologia e psicologia ao colocar a cultura e a história como aspectos a serem considerados em conjunto no estudo do senso comum, que impulsiona a cultura e viabiliza a comunicação. Arruda (2003) destaca essa aproximação enfatizando as contribuições em relação à possibilidade do uso de técnicas e métodos de pesquisa legitimados pela área da antropologia, como a observação participante e a pesquisa documental, ambas adotadas nesta tese. Para a autora, por meio do intercâmbio com outras disciplinas e de outras maneiras de tratar o conhecimento, com destaque para a visão da pesquisa com prática social, é possível contribuir para o estudo de como os sujeitos e os grupos constroem e interpretam seu mundo, em suas inserções sociais, culturais e históricas. Ainda segundo a autora, esse posicionado remete à necessidade de flexibilizar oposições comumente assumidas nas pesquisas, tais como cultura e natureza, sujeito e objeto, emoção e razão.

A abertura para essa flexibilização, para o intercâmbio com outras disciplinas e para a inclusão de contribuições dos pesquisadores do campo norteou a opção de Moscovici (1978; 2003b) por definições pouco restritas na TRS. Isso gerou críticas no tocante à vagueza e à falta de rigor epistemológico, assim como possibilitou o desenvolvimento do campo e sua

extensão a diversas áreas do conhecimento, como mostra Rangel (1998) em uma análise da área da educação. A autora confrontou críticas de Spink (1996) à TRS por meio de um mapeamento de estudos que adotam a abordagem no campo da educação. Em relação à falta de precisão e clareza, que para Spink (1996) origina uma imprecisão nociva para a TRS, para Rangel (1998, p. 74) cria “[...] a possibilidade de ampliar os horizontes de suas aproximações”. O mapeamento de teses e dissertações que adotaram a abordagem entre os anos de 1990 e 1995, catalogadas pelas agências federais de fomento no Brasil, por meio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), mostrou as contribuições da efetiva multidisciplinaridade, segundo Rangel (1998, p. 74),

com relação aos campos de formulação teórica, encontram-se, nos estudos examinados, a Sociofilosofia de fundo marxista [centradas na ideologia], a Psicologia Social, a Antropologia, assim como aportes do desenvolvimento sociocognitivo (incluindo os acercamentos genéticos) além das incursões no terreno do imaginário.

O estudo de Rangel (1998) corrobora com a argumentação da amplitude conceitual, que acompanha a idéia da falta de precisão e clareza, e explica o fenômeno do surgimento de correntes relativamente autônomas, intenção do próprio Moscovici (1978; 2003b) ao propor a TRS. Se, de um lado, isso enfraquece uma concepção da TRS como algo monolítico, de outro, possibilita o surgimento de correntes mais independentes, que, por sua vez, sustentam e legitimam a teoria, remetendo a uma concepção de “Teoria Viva”, distinta das concepções positivistas de teorias que giram em torno de leis absolutas e precisas. Essa movimentação traz uma grande dificuldade: a diversidade de correntes que se diferenciam enormemente é um obstáculo à crítica da abordagem como um todo, pois passa a ser necessário especificar a que corrente se está referindo a cada crítica, uma vez que no campo a crítica interna sobre uma corrente em relação à outra assume os mesmos contornos da externa em relação ao campo como um todo, o que é incoerente. Um exemplo disso são as críticas de Arruda

(2003, p. 350, tradução nossa) sobre a “metodolatria” no uso de computadores na TRS, que passaram a ser considerados “artefatos confiáveis para produzir uma interpretação imediata e objetiva no estudo do fenômeno por representações gráficas”. De outro lado, Nascimento-Schulze e Camargo (2000) defendem o uso desses equipamentos e destacam a utilidade de *softwares* como o ALCESTE no campo da TRS.

Seria um equívoco considerar correntes distintas como uma abordagem homogênea baseando-se apenas numa visão quantitativa do que é predominante em uma determinada época em detrimento de outras contribuições presentes e atuantes. Aparentemente, há duas alternativas que fogem de uma simplificação quantitativista e permitem a crítica da TRS: criticar os princípios de origem da TRS que embasam todas as correntes; e ou definir os aspectos básicos que identificam a corrente e norteiam sua crítica. Aqui, buscou-se unir essas duas alternativas, demarcando a própria abordagem adotada nesta tese segundo um rigor epistemológico que exige expor as opções do pesquisador, mas sem se restringir aos limites de uma ou outra disciplina, pelo contrário, expor a busca por ultrapassá-los e a tentativa de superar dificuldades no sentido de unir contribuições de campos distintos do conhecimento.

O rigor epistemológico e sua importância para a coerência das escolhas metodológicas são aqui assumidos como fundamentais para a legitimidade do estudo realizado, mas apoiados no entendimento multidisciplinar proposto por Arruda (2003, p. 346; tradução nossa):

Sob a luz de uma perspectiva epistemológica, método é, de certa maneira, a percepção das limitações de uma proposição. Ele define a extensão e limites da pesquisa empírica, como também os limites dos dispositivos teóricos. Ele estabelece o princípio de realidade dentro da busca pelo conhecimento. Na relação simbiótica entre método e teoria, a ascensão de um e o desvanecimento do outro podem ser tão fluidos quanto a relação de sujeito/objeto na construção social de realidade. Isto não significa que a teoria deveria ser evasiva ou restrita a algum método específico. Pelo contrário, é necessário que ambos sejam integrados cuidadosamente, de acordo com cada caso.

Moscovici (1978; 2003b) sempre defendeu a abertura da TRS, optando por delimitações mais vagas na defesa da necessidade de se buscar amplamente clarear e descrever o fenômeno das representações sociais, o que pode ser explicado pelo fato de que, até então, na história da psicologia social a precisão era privilegiada em detrimento da interação com o fenômeno social (DUVEEN, 1998).

Arruda (2003) destaca que, ao optar por delimitações mais vagas, a TRS permaneceu aberta, privilegiando a inovação na busca pelo conhecimento em detrimento da confirmação do conhecimento. Para a autora, o resultado foi o surgimento de diferentes abordagens, teorias e conceitos integrados à TRS. Ainda segundo a autora, a diversidade metodológica das abordagens pode ser sintetizada em três tendências, a estrutural, a sociológica e a processual. A primeira e a segunda privilegiam procedimentos estatísticos e ou semi-experimentais; e a terceira, a etnografia, os mapas mentais e outros tipos de coleta de dados.

A inflexibilidade metodológica afeta a interpretação do pesquisador, podendo implicar dificuldades conceituais, principalmente quando se ignora que a metodologia é apenas uma maneira de limitar as possibilidades de investigação, do pesquisador, do contexto e do objeto, o que viabiliza lidar com essas tensões, algo impossível sem alguma delimitação que permita focar parte da ampla complexidade que, comumente, permeia os fenômenos estudados (ARRUDA, 2003).

As negociações ocorrem entre as aspirações do pesquisador por conhecimento, suas preferências conceituais, seus princípios filosóficos e ideológicos e as possibilidades de concretizar essas expectativas. [...] O objeto para a psicologia socio-construcionista é situado na cultura e na história. Ele permanece móvel, sendo rígido e fluído. Uma representação social, por exemplo, é, ao mesmo tempo, constituída pela razão e emoção e combina memória com aspiração. Ela expressa nossa curiosidade e nossa ambição. Mas a metodologia é também um produto da extensão dos limites com os quais nós temos que lidar (ARRUDA, 2003, p. 348, tradução nossa).

Para Smedslund (1998), a flexibilidade não é um problema, desde que não afete a precisão, o que, para o autor, ocorreu na TRS quando Moscovici (1978) desenvolveu o conceito central de Representação Social de maneira vaga. Duveen (1998) discorda da posição de Smedslund (1998) no tocante à posição e às implicações das definições vagas da TRS. Para Duveen (1998) a definição central do conceito não é vaga. Os contornos conceituais foram suficientemente claros para nortear e estimular o surgimento de um corpo de pesquisas no campo, a vagueza está nas delimitações teóricas referentes às relações entre representações, modernidade e influência social. Além disso, o autor, concordando com Moscovici (1978; 2003b), destaca que é um equívoco apregoar a clareza conceitual como um pressuposto de cientificidade, argumentando que a clareza e a precisão conceitual são mais um produto da atividade científica do que uma pré-condição. No caso da TRS, ao se assumir a incompletude dos estudos, o argumento não se restringe às representações sociais estudadas, mas às próprias bases teórico-metodológicas nas quais os estudos se baseiam.

Com base nesse entendimento, a abordagem da TRS assumida nesta tese é relativa aos interesses do pesquisador e aos objetivos assumidos. Os argumentos apresentados sobre as críticas à TRS posicionam a abordagem aqui adotada como inserida na TRS, mas em uma visão de representação na qual ela é em si uma produção de conhecimento, e não um espelhamento (ARRUDA, 2003), algo que se aproxima das visões construcionistas. Cabe, portanto, questionar o motivo de não se adotar a abordagem construcionista na tese. A resposta vai ao encontro da proposta de Duveen (1998) sobre a importância de reconhecer as contribuições anteriores sem negar a possibilidade de um desenvolvimento, o que não implica, necessariamente, ruptura com essa anterioridade.

As incompatibilidades entre a TRS e o construcionismo não são generalizáveis aos campos como um todo. Portanto, optou-se por permanecer na base de origem e destacar seus desenvolvimentos, inclusive os que o aproximam dos chamados “construcionistas”. Mas é necessário destacar um aspecto fundamental em relação a essa vertente, os desenvolvimentos da TRS em sua direção não devem implicar a centralidade discursiva assumida por correntes construcionistas em detrimento de outras manifestações importantes para a TRS, como as crenças, tradições, ações e comportamentos cotidianos e a liberdade dos sujeitos para atuar sobre eles, a partir de sua individualidade socialmente construída.

Nesse sentido, adotou-se a corrente da TRS defendida por Jodelet (2005) e Marková (2000), marcada por uma aproximação com as idéias de Moscovici (1978; 2003c) no tocante a uma inserção na epistemologia dialógica. O conhecimento compartilhado por sujeitos sociais se faz em um processo dialógico que pressupõe a heterogeneidade e o dinamismo em conjunto com conhecimentos relativamente estáveis. Marková (2000, p. 442, tradução nossa) explica que nessa abordagem

[...] o que faz a Teoria das Representações Sociais uma teoria do conhecimento social é a concepção:

- da dinâmica do pensamento, da linguagem e das práticas sociais através de um fenômeno sócio-cultural e individual por meio de tensões, conflitos e polarizações de oposições;
- de um conjunto de conceitos definidos de maneira inter-relacionada e dialógica, capazes de gerar hipóteses.

Dentre esses conceitos, a autora destaca a *themata*, a ancoragem, a objetivação e os gêneros comunicativos, adotados nesta tese no sentido de operacionalizar a aplicação do conceito de representações sociais dentro do quadro conceitual aqui adotado e apresentado a seguir.

4 O ESQUEMA CONCEITUAL

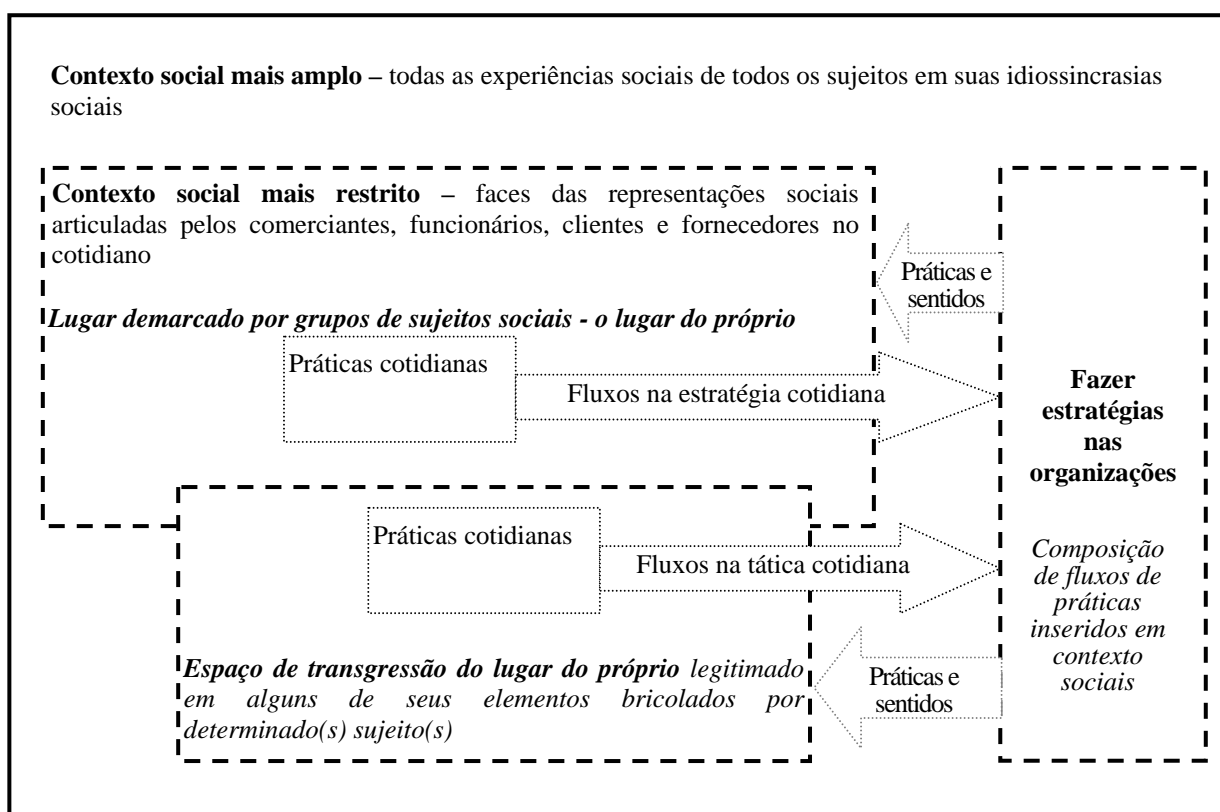


Figura 2 – Esquema conceitual da tese
 Fonte: articulações do referencial teórico

A operacionalização da investigação das representações sociais por meio dos conceitos da *themata*, da ancoragem, da objetivação e dos gêneros comunicativos permite evidenciar as faces hegemônica, emancipada e polêmica das representações como construções sociais em um contexto mais amplo, que reúne as experiências sociais de todos os sujeitos. No esquema conceitual (Figura 2), esse **contexto social mais amplo** está no primeiro plano, abarcando e permeando todos os outros elementos, um plano no qual se inserem outros três.

O segundo plano é o das mencionadas faces das representações sociais, o do **contexto social mais restrito**. As faces das representações sociais demarcam naquele contexto social mais amplo um mais restrito, delimitado pelas construções dos comerciantes, funcionários, clientes e fornecedores, os sujeitos de pesquisa. Esse nível mais restrito serve como referência para aquele lugar do próprio, a ordem estabelecida com a qual determinadas práticas são convergentes, legitimando-se e reforçando-a. Essas práticas, dentro da referência das faces que a delimitam nessa ordem estabelecida, inserem-se no fluxo da estratégia cotidiana na composição do **fazer estratégias nas organizações**, outro plano no esquema conceitual. O **plano do fazer estratégias nas organizações** não é composto apenas pelos fluxos referentes à estratégia cotidiana, e como tal sua composição remete a práticas e sentidos que interferem nas construções sociais naquele contexto social mais restrito. Isso ocorre pois o fazer em si, dentro da concepção aqui assumida, inclui estratégias e táticas cotidianas. Portanto, o **fazer estratégia nas organizações**¹¹ está articulado no contexto social mais amplo, dos sujeitos como um todo, incluindo os fluxos de práticas inseridas na tática cotidiana, oriunda do quarto e último plano do esquema conceitual, o **espaço de transgressão do lugar do próprio**.

O **espaço de transgressão do lugar do próprio** está imbricado naquele do contexto social mais restrito, mas não se limita a ele, pois também é permeado pelas construções sociais mais amplas, engendradas nas histórias de vida únicas de cada sujeito, nas quais as múltiplas construções sociais vivenciadas criam as combinações exclusivas de cada um, as

¹¹ Dentro dessa concepção do fazer, como sendo a relação entre estratégia e tática cotidiana, o termo “fazer estratégia” remete à idéia de redundância. Certeau (1994) não se envolve nela, pois assume apenas o termo “fazer”, e discute a “arte de fazer”, mas nesta tese essa redundância é reconhecida e admitida, com a intenção de enfatizar, no contexto organizacional, a tentativa de atuar no lugar do próprio, da estratégia em torno de objetivos organizacionais específicos, o que não afasta a atuação do outro em suas táticas e espaços de transgressão no fazer cotidiano.

idiosincrasias sociais. Por meio da bricolagem, os sujeitos utilizam elementos do contexto social mais restrito de uma ordem estabelecida e privilegiada, mas não convergem, necessariamente, para ela, pois seus interesses envolvem aquelas idiosincrasias sociais que extrapolam essa ordem e podem transgredi-la. A inserção parcial numa ordem estabelecida articulada com elementos de contextos sociais mais amplos, ao mesmo tempo em que permite demarcar um espaço de transgressão dentro de um lugar privilegiado, também abre espaço para que as práticas e sentidos desse lugar, na composição do fazer estratégia nas organizações, sejam incluídos na bricolagem da tática cotidiana. Nesse sentido, tanto as práticas na tática cotidiana compõem o fazer estratégia quanto as práticas na estratégia cotidiana que também compõem esse fazer têm elementos inseridos em construções sociais referentes à tática, em uma inter-relação que remete ao dinamismo social.

Uma das bases desse dinamismo e do esquema conceitual proposto é o entendimento de que o conjunto das experiências sociais dificilmente é reproduzido de maneira idêntica ao longo da história de vida de pessoas diferentes. Há aqui uma idiosincrasia social na qual o indivíduo é único, em virtude de suas múltiplas vivências sociais, e, ao mesmo tempo, possui compartilhamentos (não necessariamente homogêneos, como as partes da maçã compartilhada entre amigos) com os outros sujeitos. Nesses compartilhamentos estão as *themas* e os gêneros comunicativos, que oferecem a base para outras construções comuns, na busca por lidar com o desconhecido, a familiarização do não-familiar, por meio da ancoragem e da objetivação. Desse processo surgem as faces das representações sociais e, delas, as construções estabilizadas e reproduzidas, em torno das quais se demarca o lugar de um próprio, de uma ordem na qual se insere o sujeito com práticas idealizadas pelo grupo social e, por isso mesmo, legitimadas no poder desse lugar e desse próprio. O enquadramento nesse lugar insere tais práticas na estratégia cotidiana, definida como

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 1994, p. 46).

Mas as construções sociais nas organizações não se limitam a esse lugar, a essa ordem estabelecida, pois o “fazer”, como arte, inclui também as táticas cotidianas, mesmo no fazer estratégia. Nesse sentido, alguns elementos das faces dessas representações são inseridos na bricolagem, a arte criativa de combinar e articular o “fazer”, compondo a base das “táticas”: “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (CERTEAU, 1994, p. 46), situada em espaços de transgressão dentro do lugar controlado pelo “forte”. Um espaço no qual o “[...] fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas [...] [uma movimentação que caracteriza as táticas e compreende] [...] muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras, preparar refeições etc.)” (CERTEAU, 1994, p. 47).

Aqui, o contexto social mais amplo das idiossincrasias sociais se faz presente no dinamismo que foge à simples reprodução social. São tantas peças de quebra-cabeças diferentes que algumas servem para montar um novo quebra-cabeça. É essa a arte do fazer. No caso do fazer estratégia nas organizações, o que se quer é compreender em conjunto os vários quebra-cabeças nele inseridos, tanto os construídos na estratégia cotidiana quanto os construídos na tática cotidiana.

Para ilustrar empiricamente essas proposições, a seguir, desenvolveu-se uma investigação empírica, que tem como base o quadro conceitual apresentado.

5 UMA INVESTIGAÇÃO DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: O COMÉRCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS NO MERCADO DA VILA RUBIM

5.1 Delimitações metodológicas

Nesta tese, o estudo da estratégia como prática social insere-se no paradigma interpretativo (BURRELL; MORGAN, 1979). A justificativa para essa inserção está no fato de que, ao investigar os fenômenos sociais, a abordagem interpretativa volta-se para os significados das práticas humanas, o que vai ao encontro do esquema conceitual proposto. Para Little (1991), um aspecto central dessa abordagem é o entendimento de que toda ação social tem um significado. Ela nunca é neutra; envolve a atuação de um agente e certa orientação em direção à ação de outros agentes. Para o autor, isso implica que o entendimento dos significados das ações individuais e das práticas sociais depende da interpretação e compreensão dos significados e valores atribuídos a elas pelos agentes nelas envolvidos.

O desafio passa a ser adotar metodologias que permitam tais interpretações e compreensões. Nesse sentido, as contribuições weberianas voltam-se para viabilizar a compreensão do significado subjetivo da ciência social, permitindo que as ciências sociais assumam sua função compreensiva ou interpretativa da realidade social.

Um aspecto sempre presente na obra weberiana é sua concepção de ação “[...] dotada de sentido e orientada teleologicamente” (DOMINGUES, 2004, p. 61). Aqui se observa a simbiose entre os fatos e as significações, a qual oferece espaço para se questionar a separação decartiana entre corpo e mente, bem como a concepção positivista da existência

de uma verdade única, a ser apreendida pelo cientista na plenitude de sua neutralidade. Weber (2004) afasta-se da associação da causalidade à lei como algo que definiria uma relação constante entre variáveis, para associar a causa à noção de possibilidade em detrimento da noção de necessidade que definiria uma causalidade única e generalizável (DOMINGUES, 2004). Dito de outro modo, o autor reconhece a possibilidade de que mais de uma explicação causal seja coerente com um mesmo conjunto de fatos ou ações, sendo necessário buscar apoio na interpretação para acessar um contexto mais amplo, permitindo a escolha da causa. A diversidade de “sentidos” sai da condição de obstáculo a ser contornado para a de um caminho a ser trilhado para a compreensão de fenômenos sociais.

Esse entendimento vai ao encontro do problema proposto que, no corte teórico adotado, envolve questões relacionadas com as complexidades humanas, exigindo instrumentais com características que surgem na pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994): a) o pesquisador como principal instrumento da pesquisa; b) o ambiente natural como fonte direta de dados; c) a investigação descritiva; d) a ênfase no “processo”, nas manifestações e não no resultado; e) a preocupação em chegar à “abstração”; e f) o foco no “significado”, buscando a “perspectiva das pessoas” nos diferentes pontos de vista. Essas são as características pelas quais a investigação em questão se enquadra na perspectiva qualitativa, concordando-se com Minayo (2001) sobre a utilidade da pesquisa qualitativa na observação de níveis não quantificáveis da realidade, em fenômenos relacionados com valores, atitudes, crenças, significados e motivações. Uma proposição validada por Triviños (1987), segundo o qual é possível afirmar que o caráter qualitativo da pesquisa está explícito pela intenção de descrever de forma detalhada fenômenos e fatos de uma realidade específica, voltando-se para o processo, e não apenas para o resultado.

Ao relacionar as transformações dos dados com a abordagem qualitativa, também se deve fazê-lo em relação aos modos de investigação (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Dentre eles, o estudo de casos pareceu ser o mais adequado, diante do problema proposto. Isso se justifica por se concordar com Yin (2001) ao afirmar que o estudo de caso é, muitas vezes, de natureza qualitativa e permite um estudo detalhado de um caso particular, de maneira intensa, em uma organização.

É importante ressaltar que nesta investigação o estudo de caso é, como defende Yin (2001), uma estratégia de pesquisa abrangente, que deve incorporar abordagens particulares de coleta e análise de dados.

Ao investigar o “fazer estratégia”, o estudo de caso estará voltado para a descrição (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), por abordar a descrição de um fenômeno particular.

Logo, pelo que foi exposto, de acordo com a prática metodológica, a pesquisa dará ênfase a uma abordagem qualitativa, adotando como estratégia o estudo de caso, voltado para a descrição de relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas em um *locus* delimitado. No caso desta investigação, o *locus* é o Mercado da Vila Rubim, em Vitória-ES, mais especificamente os comércios de hortifrutícolas no mercado.

5.2 A escolha do *locus* da investigação: o Mercado da Vila Rubim

Ao discutir sobre o conhecimento no campo da administração, Cavedon (2002) destaca a necessidade de buscar incluir aspectos locais associados a interfaces históricas e a

construções sociais específicas, preocupação observada em estudos como os de Fischer *et al.* (1996), Ficher e Dias (1998), Vergara, Palmeira e Moraes (1997) e Pimentel e Leite-da-Silva (2006). Nesta tese essa preocupação baseia a escolha dos comércios de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim como *locus* da investigação, na qual as articulações teóricas propostas serão colocadas em jogo.

O Mercado em décadas de história se apresenta para a localidade da Grande Vitória e do bairro da Vila Rubim como um elo entre o passado, o presente e o futuro. Lá, coexistem atividades do início do século que persistem até a atualidade. Dentre elas, a comercialização de hortifrutícolas foi, durante muito tempo, a principal atividade desenvolvida em seu interior, mas hoje persiste apenas em alguns poucos comércios. A busca por compreender um pouco mais dessa transição, o que inclui especificidades históricas locais e construções sociais dos sujeitos envolvidos, levou à escolha por investigar as práticas sociais articuladas na estratégia nas organizações associadas à transformação e atual configuração do comércio de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

Ao assumir esse *locus*, coube destacar algumas características evidenciadas em estudos anteriores voltados para contextos aproximados aos que o envolvem. Apesar da limitação em relação às generalizações para casos com inserções históricas locais específicas, existe ainda uma inserção histórica no desenvolvimento econômico brasileiro envolvendo a escravidão, a imigração de estrangeiros, o êxodo rural, a concentração urbana e a necessidade crescente de abastecimento de alimentos desses centros. Em conjunto com essas construções, os estudos anteriores permitem vislumbrar parte da complexidade e dos desafios para a investigação aqui desenvolvida.

5.2.1 O que é um mercado?

Mayol (1996, p. 158), ao discutir a arte de morar, incluiu na sua descrição do bairro francês lionense da Croix-Rousse o mercado do bairro, pois,

[...] tradicionalmente, o mercado é um importante ponto de referência sociológico para a compreensão das relações humanas. Nenhuma cidade, nenhum povoado pode prescindir dele. Ao mesmo tempo que é um lugar de comércio, é um lugar de festa [...], a meio-caminho entre o pequeno comércio de rua e o grande *shopping*, ou o supermercado, sem que os elementos que o constituem se confundam com um ou outro desses termos. Oferece uma profusão de bens de consumo que vai além do que pode oferecer um comerciante, sem cair no “distribucionismo” dos supermercados (distribuição dos bens de consumo em classes de objetos, que chamamos de *rayons* (setores): setor de lingerie, setor infantil, etc.).

Na medida em que essa configuração envolve os atos de vender e comprar, como os observados nos mercados, além da função econômica, estão em jogo construções sociais expressas em comportamento e simbolismos socialmente contextualizados (FERRETTI, 2000; SOUZA, 2000), um processo dinâmico, no qual os significados dos espaços e tempos de comércio se alteram quando eventos e intervenções do dia-a-dia são confrontados nas articulações dos grupos sociais (SOUZA, 2000).

Segundo esse entendimento, ao estudarem as trocas comerciais que se dão no Mercado Público de Porto Alegre, Castilhos e Cavedon (2003, p. 1) destacaram incêndios e reformas que ocorreram ao longo das décadas de sua existência e que o levaram a ter na atualidade “ares de modernidade”. Esse processo é semelhante ao que ocorreu no Mercado Público da Vila Rubim, mesmo que em uma cronologia própria. Outro aspecto comum é que ambos os mercados se enquadram na definição oferecida pelos autores para os quais “[...] Mercado Público é um local onde ocorrem diariamente inúmeros atos de consumo que são precedidos

pelas trocas entre os donos das bancas e seus fornecedores, engendrando assim, o ciclo fornecedor, mercadeiro e cliente” (CASTILHOS; CAVEDON, 2003, p. 2).

Em Porto Alegre, as reformas, a redistribuição das bancas e um processo de higienização aproximaram o mercado da lógica do comércio atual, voltado a oferecer mais conforto aos clientes (CAVEDON, 2002). A busca pela inserção nessa lógica também foi observada no estudo de Pimentel *et al.* (2006) sobre o Mercado Central de Belo Horizonte. Neste estudo, os autores destacaram os impactos de eventos como, a privatização, ao ser vendido para os próprios permissionários, e a perda para a CEASA da função de centro de abastecimento, além da chegada dos confortos da modernidade, caracterizados em aspectos, como a instalação de um elevador ou o redimensionamento das passagens para os clientes.

As mudanças nos três mercados, o da Vila Rubim, o de Belo Horizonte e o de Porto Alegre, levou a novas estruturas internas, mas, como Cavedon (2002, p. 5) destaca em relação ao Mercado de Porto Alegre, “[...] externamente, a marginalidade e a malandragem ainda se fazem presente, com os ladrões e pedintes percorrendo as cercanias do Mercado, se aproveitando da distração dos menos avisados”. Apesar disso, a proximidade com a insegurança, os clientes das classes A, B e C continuam freqüentando os mercados. Esse múltiplo foco dos mercados reflete o conjunto de diferentes segmentações exploradas pelos comerciantes, como revelam Gramkow e Cavedon (2001) ao observarem a comercialização de produtos mais voltados para cada uma dessas diferentes classes.

As reformas realizadas nos mercados remetem também à questão da relação entre o público e o privado, principalmente no caso de mercados com áreas sob a administração da prefeitura, como no caso da Vila Rubim e de Porto Alegre. Em relação ao Mercado de Porto

Alegre, segundo Cavedon (2002), a prefeitura assume a responsabilidade por essas reformas e por conceder as permissões para os comerciantes (permissionários) atuarem em suas diversas atividades.

Além dessas reformas, a responsabilidade por atrair públicos de diversos segmentos não recai necessariamente apenas sobre a prefeitura. É o conhecimento sobre os clientes que possibilita esse processo. Nesse sentido, é lógica a necessidade do envolvimento daqueles que têm autonomia para definir os segmentos a serem abordados, mesmo dentro da linha de produtos que a prefeitura os autoriza trabalhar: os comerciantes responsáveis pelas bancas. Outra característica desse grupo, que viabiliza seu papel de desenvolver prática voltadas para a segmentação, está na sua interação com os clientes no cotidiano do mercado, como revela Rossato Neto (2003, p. 5) ao afirmar que

[...] uma das particularidades do fazer administrativo local do Mercado Público é a presença constante dos permissionários em suas bancas, estando diretamente em contato com os clientes, fornecedores, familiares, amigos, transeuntes que entram ou passam por ali, de uma certa forma facilitando a observação e a vivência do seu dia-a-dia.

Além de viabilizar a segmentação, o próprio relacionamento com os clientes apresenta-se como a base da disputa entre os concorrentes no mercado (CASTILHOS; CAVEDON, 2003). Cavedon (2002) evidencia o atendimento personalizado como algo citado de maneira recorrente pelos seus sujeitos de pesquisa, levando o comércio a uma conotação de casa (DAMATTA, 1997) para os clientes, na medida em que o convívio permite reconhecer os clientes, seus gostos, sua vida – ou seja, o acesso a relações de afetividade que incluem os padrões, os funcionários e as práticas das brincadeiras e da personalidade no cotidiano do mercado. No tocante aos clientes, esse envolvimento é, também, uma maneira de fidelizá-los por meio de relações informais.

Conforme Gramkow e Cavedon (2001), as relações informais entre permissionários, funcionários e clientes remetem ainda à idéia de família, com funcionários e permissionários se reunindo em festividades nos finais de semana e com os clientes dando gorjetas aos funcionários, pagando lanches a eles ou convidando-os para almoçar ou tomar uma cerveja. Essa lógica extrapola a puramente econômica, incluindo laços afetivos de amizade recíproca e de simbolismos associados a esses laços, por meio dos quais “[...] o diálogo é aberto e a proximidade e pessoalidade emprestam caráter familiar às trocas que se realizam nesse *locus*” (CASTILHOS; CAVEDON, 2003, p. 12). Essa família convive com a dos vínculos consangüíneos, pois, como observa Cavedon (2002), é comum encontrar parentes trabalhando como funcionários e expressando afetividade sobre o que fazem, bem como o interesse em preservar o negócio da família. O conjunto dessas duas famílias constrói distinções entre o trabalho no Mercado Público de Porto Alegre e em outros lugares, sintetizadas em cinco aspectos básicos pela autora:

- ter um salário acima da média;
- ter amizade com os clientes e demais pessoas no mercado;
- saber que o cliente é bem atendido;
- ter o patrão como uma família, igual e companheiro; e
- conviver com as brincadeiras que fazem todos sempre alegres

Dentre esses, além dos já destacados, cabe aprofundar a discussão na associação do pai/patrão com a família, que, segundo a autora, é algo

[...] constante nos discursos dos funcionários do Mercado, é possível pensar-se como Colbari (1996), que evidencia, em seu estudo, o fato de as imagens familiares presentes na cultura organizacional favorecerem a dissimulação das contradições internas do trabalhador, fomentando a estabilidade emocional no ambiente de trabalho (CAVEDON, 2002, p. 9).

A família gira em torno da imagem paternal, na qual, como afirma Colbari (1996), o pai patrão é responsável por sustentar a família (o comércio) e seus filhos (os funcionários) do ponto de vista tanto moral quanto material. Por sua vez, seus filhos devem corresponder dedicando-se e tendo responsabilidades para com a família, respeitando e obedecendo ao pai (o patrão). Conforme a autora, nessas bases, a afetividade familiar, dos favores, da lealdade e da solidariedade oculta a exploração do trabalho, e a dominação sai da ênfase na relação capital/trabalho para uma lógica na qual a afetividade/trabalho entra em cena nos moldes do paternalismo clássico.

Em relação a essa lógica, cabe destacar a necessidade de reconhecer construções mais atuais da sociedade, nas quais as mulheres e os filhos contribuem com a renda da família, inserindo a negociação como um elemento de contraposição à lógica autoritária do paternalismo (CAVEDON, 2003). Além disso, concordando-se com Cavedon e Ferraz (2003), não existe um único modelo de família, e como tal as organizações que giram em torno da representação da família se baseiam em construções diferenciadas. Não cabe aqui colocar a família como uma maneira homogênea de se ver determinada organização. Como destacam as autoras, é mais importante contextualizar de que família se está falando e em qual sociedade ela está inserida.

Na lógica da família paternalista, as pequenas empresas, dentro ou fora de um mercado, quando são caracterizadas pela propriedade em torno de uma única pessoa, seja homem ou mulher, teriam nessa pessoa a figura do pai. Nesse caso, seria uma empresa familiar

paternalista. Mas nas construções mais atuais não cabe surpresa se esse pai ouve os filhos (funcionários) e toma decisões em conjunto com eles. A família não deixou de existir; só é diferente daquela na qual tudo gira em torno de um pai autoritário. Portanto, ao investigar empresas que, como as do mercado, articulam-se em torno de um ou mais fundadores e seus respectivos familiares, consangüíneos ou não, deve-se “[...] considerar os diferentes modelos de empresas familiares tal como os diversos modelos de família existentes uma vez que a simbiose empresa/família parece-nos inevitável” (CAVEDON; FERRAZ, 2003, p. 14).

5.2.2 As organizações familiares

No Brasil, em 2003, ocorreram movimentações em discussões no XXVII ENANPAD e no XII Colóquio de Poder Local indicando o início de articulações sobre o tema das organizações familiares, envolvendo pesquisadores de diversos núcleos de pesquisa. Mas essas iniciativas devem ser ampliadas, como indica o reduzido número de trabalhos que tratam de aspectos específicos das organizações familiares. Por exemplo, nos anais dos ENANPADs dos últimos doze anos, Rossato Neto (2003) encontrou, em 2003, apenas dezesseis artigos sobre o tema entre os milhares publicados. Ao retomar esses anais observando os anos de 2003 até 2006, apenas mais 22 artigos sobre o tema foram incluídos.

É necessário investir esforços nesse *locus*, o que exige uma base conceitual comum ou, pelo menos, com características adequadas ao compartilhamento das contribuições, impondo, assim, o desafio de buscar uma definição de organização familiar adequada a essa necessidade, em uma diversidade de conceitos. Como exemplo dessa diversidade, Silva, Fischer e Davel (1999) apresentam nove conceitos, de diferentes autores, como Donnelley

(1964), Bernhoeft (1989) e Lodi (1978), com base em critérios como: controle da família, controle da sucessão, direção familiar, empresa de mais de duas gerações; gerenciamento influenciado pela família, propriedade familiar, tradições e valores familiares. Em conjunto ou isoladamente, esses critérios foram aplicados para definir o que caracterizaria uma organização como familiar.

Tal diversidade revela a dificuldade de encontrar um conceito a ser adotado neste estudo. A alternativa foi optar por um conceito mais restrito, no qual é necessário o enquadramento em vários daqueles critérios para que uma organização seja considerada como familiar, assim como o fizeram Silva, Fischer e Davel (1999, p. 5), no entendimento de que a organização deve reunir

[...] simultaneamente as seguintes características para ser qualificada como uma empresa familiar: 1) A família deve possuir propriedade sobre a empresa, podendo assumir propriedade total, propriedade majoritária ou controle minoritário; 2) A família deve influenciar nas diretrizes da gestão estratégica da empresa; 3) Os valores da empresa são influenciados ou identificados com a família; 4) A família determina o processo sucessório da empresa.

Neste caso, uma banca no mercado ou uma grande empresa podem ser consideradas empresas familiares, por se enquadrarem em todos os critérios.

A propriedade, no caso de uma banca, os direitos, ou a permissão, inserem-se na dimensão objetiva, na medida em que pode ser simplesmente vendida ou transferida pela Prefeitura. De outro lado, até o ato de vender envolve construções sociais anteriores, que influenciam o seu processo. As influências nas diretrizes da gestão estratégica, dos valores e da sucessão se relacionam também com as construções sociais anteriores. As quatro características destacadas estão associadas a essas construções, pois todas são articuladas pelo conjunto de sujeitos e não estão isoladas do mundo social.

O reconhecimento da inserção na dimensão social demonstra a adequação do conceito a esta investigação com o objetivo de **compreender relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas inseridas na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.**

Parte-se do entendimento de que os arranjos das construções sociais compõem o contexto no qual as relações organizacionais são articuladas em uma relação que extrapola, mas não elimina, a lógica do mercado, como constataram Davel e Colbari (2003, p. 9), ao avaliarem pesquisas empíricas em organizações familiares que

[...] sugerem que a dinâmica sociocultural da família influencia a dinâmica sociocultural das organizações em termos de motivação, consenso, conflito, iniciativa empresarial, mudança e liderança. Não deixando, entretanto, de serem influenciadas pela lógica impositiva do mercado.

A partir desses entendimentos associados à família, às organizações familiares e ao mercado, bem como do reconhecimento de que os três estão imbricados no cotidiano do próprio mercado, buscou-se uma metodologia que permitisse investigar as práticas inseridas no fazer estratégia nesse contexto.

5.3 Unidade de análise e instrumentos de coleta de dados

O objetivo proposto nesta tese remete a uma investigação que tem como unidade de análise a prática social dos sujeitos (maneiras de vender, comprar, negociar, brincar...). Essas práticas envolvem o que Minayo (1994, p. 22) identifica como as preocupações da pesquisa qualitativa, “[...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A visão de que os estudos em estratégia se enquadram nesse entendimento e exigem o uso das

abordagens qualitativas não é novidade. Autores como Pettigrew (1990; 1992), Jarzabkowski (2005) e Cavedon e Ferraz (2005), dentre muitos outros, já argumentaram a favor desse caminho. Apesar de diferenças nas propostas, em comum, os autores defendem a necessidade de tratar a temática da estratégia nas organizações por meio de uma abordagem que ofereça profundidade à investigação, mais voltada para os significados e os complexos processos humanos que os permeiam, um potencial característico da proposta qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para isso, nesta investigação, dentre as técnicas de coleta de dados adotaram-se a pesquisa documental, a observação participante, a observação sistemática, a observação assistemática e a entrevista em duas etapas, uma não estruturada, com ênfase na história de vida típica, e outra semi-estrutura, norteada por um roteiro.

Cavedon e Ferraz (2005) já utilizaram conjuntamente as observações, as entrevistas e as histórias de vida em um estudo sobre estratégias e representações de pequenos comerciantes permissionários de lojas no viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre. Concordando-se com as autoras sobre a adequação do uso conjunto de tais técnicas em estudos sobre estratégia, nesta investigação elas foram adotadas como complementares.

Inicialmente, foi realizada uma observação preliminar no mercado, em conjunto com a coleta de documentos, no Arquivo Público Municipal e no Arquivo Público Estadual, de documentos, fotos e reportagens sobre o Mercado da Vila Rubim. Em seguida, no *locus* do estudo, deu-se a observação participante como cliente. Quando encerrada essa primeira fase da coleta, passou-se para a busca de documentos, reportagens e fotos na Associação dos Comerciantes da Vila Rubim, e entrevistas com clientes, fornecedores e comerciantes. Os

entrevistados foram indagados inicialmente sobre sua trajetória de vida no Mercado da Vila Rubim. Quando necessário, indagações se seguiram, de acordo com um roteiro de tópicos (APÊNDICE A) a serem focados. No caso de alguns respondentes, procedeu-se por meio da técnica da história de vida tópica (MINAYO, 2000), o que exigiu entrevistas seguidas, posteriores. Em paralelo com as entrevistas, foi realizada a observação sistemática do cotidiano dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado, com base no mesmo roteiro da entrevista, bem como a observação assistemática, em duas residências de clientes que residem próximos ao Mercado e em duas idas à CEASA acompanhando diferentes comerciantes em suas compras de hortifrutícolas.

Essas escolhas vão ao encontro de propostas de diversos autores (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 2001; YIN, 2001, entre outros) sobre a adequação do uso de múltiplas fontes de evidências para uma coleta de dados mais abrangente. Entretanto, cada fonte exige procedimentos e dificuldades específicas, a serem mediadas pelo pesquisador, para que o procedimento de uma técnica de coleta não prejudique a outra, como se discutirá a seguir.

5.3.1 A coleta de dados preliminar

A despeito de o Mercado não ser um *locus* desconhecido para o pesquisador, que o deixou de frequentar há cerca de sete anos, havia necessidade de informações adicionais sobre sua história mais antiga e mais recente, bem como sua atual situação, para orientar as definições metodológicas iniciais da investigação. Nesse processo de coleta preliminar, foi necessário tomar a precaução de não identificar o pesquisador. Como será apresentado mais adiante, algumas técnicas de coleta podem atuar em um contexto no qual o pesquisador não se revela. Portanto, antes de definir se esse seria ou não um caminho adotado optou-se

inicialmente pela não identificação (mais tarde, essa opção foi assumida durante a observação participante). Nesse sentido, a coleta de dados preliminar se deu em duas semanas por meio da coleta de documentos, fotos e reportagens no Arquivo Público Municipal e no Arquivo Público Estadual, além de observações assistemáticas do Mercado, que possibilitaram verificar a disposição física dos estabelecimentos comerciais, em especial os que comercializavam hortifrutícolas, e o volume de pessoas envolvidas no processo em diferentes papéis.

5.3.2 As técnicas adotadas na coleta dos dados

Malinowski (1978) foi um precursor no uso da observação participante. Em 1922, o autor publicou um estudo no qual a técnica de coleta de dados foi empregada para estudar povos nativos na Nova Guiné Melanésia. Nesse estudo, ele apresenta a observação participante como uma técnica que contribui para um processo no qual deve ser possível distinguir “[...] os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica”. Conforme Blalock Jr. (1973) e Cavedon (1999b), isso é possível, pois a observação participante envolve a profunda inserção do pesquisador no cotidiano em estudo. Dessa maneira, ele pode captar conhecimentos amplos ao fazer parte das interações cotidianas.

Blalock Jr. (1973) destaca o ideal da não interferência do pesquisador no cotidiano no qual se insere. Para o autor, o pesquisador deveria apenas apreender, sem alterar o que veio investigar. Entretanto, nesta tese defende-se a necessidade de reconhecer as limitações para alcançar esse ideal proposto, pois quando o pesquisador se revela para qualquer sujeito

como um novo elemento do seu cotidiano, preocupado em investigá-lo, uma alteração já está efetivada. Conforme Cavedon (1999b, p. 8),

[...] os informantes ao terem consciência da diferença de mundo que os separa do pesquisador tendem a usar esse último como um meio através do qual suas reivindicações possam vir a ser encaminhadas, ou seja, o pesquisador assume mesmo que indiretamente um compromisso político com a comunidade estudada.

A impossibilidade da plena não interferência exige reconhecer um meio termo que inclua uma interferência minimizada pelo esforço do pesquisador, mas que seja inerente à aproximação necessária para alcançar a confiança dos sujeitos, a ponto de eles revelarem seu cotidiano. Nesse processo, outro desafio é vencer as limitações de ordem etnocêntricas do pesquisador. Ou seja, o pesquisador deve permanecer aberto a se sujeitar a construções sociais resultantes de histórias de vida diferentes das suas. Ao coletar e interpretar os dados, ele não deve tipificá-los de maneira simplista a seu quadro de referência pessoal, que, por sua vez, também não pode ser ignorado. Tal quadro deve ser reconhecido como existente, pois ele está nos dados coletados, nas percepções e nos sentimentos do pesquisador. Ao ser exposto, é possível buscar sua relativização, a partir das próprias observações provenientes da participação do cotidiano dos sujeitos. Dessa maneira, configura-se um processo de aculturação que fundamenta a técnica da observação participante e possibilita a coleta e interpretação dos dados (CAVEDON, 1999b). No dizer de Cruz Neto (1994, p. 59), “o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto”.

Essa aculturação permite lidar com as limitações impostas pelas idéias preconcebidas, oriundas das experiências passadas do pesquisador, inclusive seu embasamento teórico. Conforme Malinowski (1978), comumente, tais idéias levam a hipóteses a serem

confirmadas, limitando o potencial da investigação, que passa a girar em torno dessa confirmação. Uma alternativa, sugerida pelo autor, é ocupar o lugar das hipóteses com problemas, nos quais os elementos preconcebidos deixam de ter um sentido próprio para ser algo “natural”. Eles passam a remeter a problemas a serem tratados, possibilitando a relativização daquilo que é preconcebido, e, portanto, dão espaço para um olhar distinto sobre o cotidiano do outro. Dessa maneira, a observação participante tem nas bases teóricas e nas experiências anteriores do pesquisador elementos a serem problematizados e questionados, impulsionando o processo de aculturação do observador, mesmo que parcial.

A parcialidade vem do fato de que, concordando-se com Blalock Jr. (1973), o pesquisador permanece com uma parte de suas idéias preconcebidas. Além disso, o afastamento dessas prenoções ocorre aos poucos. Conforme o autor, o amadurecimento desse processo deve ocorrer em paralelo com uma coleta de dados o mais detalhada possível. Por sua vez, os dados serão analisados apenas quando o pesquisador se sentir livre de parte de suas prenoções que prejudicam a familiarização com o cotidiano do grupo social em estudo. Ou seja, é um processo imbricado, no qual a própria imersão no cotidiano para a coleta dos dados permite um olhar crítico do pesquisador sobre suas idéias preconcebidas, o que o prepara para a análise dos dados sobre um grupo social diferente do seu.

A observação participante potencializa, assim, a ação do pesquisador, pois permite a ele questionar pressupostos prejudiciais à coleta de dados, oferecendo como dados adicionais à investigação a própria crítica sobre esses pressupostos. Aquele que coleta passa, também, a ter “seus dados” coletados. Ou melhor, inserem-se como dados reflexões que expõem pressupostos do observador que tendem a permear a investigação. Nesta tese, tal característica justifica a adoção da observação participante, pois é o caminho para se

alcançar o que não está explícito, o que Malinowski (1978, p. 29) chamou de “imponderáveis da vida real”, conceitos e significados no cotidiano do grupo social que impregnam e dão sentido a suas práticas, como os seus cuidados corporais, as maneiras de trabalhar, de negociar, de cozinhar, de comer, de brincar, de expressar hostilidade ou amizade e de viver socialmente. Malinowski (1978, p. 30) explica que

[...] a simples descrição dos aspectos exteriores, seja da pompa e do aparato de uma solenidade de Estado, seja de um costume pitoresco dos garotos de rua, não é suficiente para demonstrar se o rito ainda floresce com total vigor nos corações daqueles que dele participam, ou se o consideram como coisa já ultrapassada e quase morta, conservada apenas por amor à tradição.

Sem a compreensão desses imponderáveis, o pesquisador tende a permanecer na superfície dos fenômenos. Ao acessá-los ganha-se a profundidade oculta na complexidade das relações humanas. Um exemplo seria o caso de um norte-americano que visite o Brasil em época de copa do mundo e atribui um forte nacionalismo aos brasileiros, em virtude das bandeiras nacionais espalhadas em ruas, casas, carros e pessoas. Ele ignora que aquilo só ocorre a cada quatro anos e que em outras épocas raramente se vê uma única bandeira brasileira nas ruas, surgindo apenas as dos times de futebol em ação nos diversos campeonatos existentes. A interpretação do norte americano em questão envolve os significados que, para ele, estariam nas manifestações supostamente nacionalistas observadas superficialmente.

Conforme Malinowski (1978), ao observar e participar o observador obtém um acesso além dessa superficialidade. Para isso, o caminho é deixar os fatos falarem por si mesmo, na medida em que ocorrem ao seu redor e são devidamente anotados num diário. De acordo com Cavendon (1999, p. 7), ao registrar em um diário de campo os imponderáveis da vida real,

[...] o pesquisador irá narrar com acuidade todos os acontecimentos ocorridos dia após dia. As expressões próprias daquele grupo também serão anotadas, bem como os sentimentos do pesquisador [...] de modo que as impressões muito particulares do pesquisador poderão ser melhor compreendidas e eliminadas por ocasião da descrição do êmico, ou seja, das categorias dos pesquisados [...] o que se procura é não misturar as duas falas, de modo que o êmico (categorias dos pesquisados) e o ético (categorias do pesquisador) não se confundam.

Ou seja, os sentimentos narrados pelo pesquisador revelam elementos para a mencionada reflexão sobre as prenoções do observador e o alcance de seu acultramento para investigar um contexto social distinto do seu. Isso possibilita enxergar o etnocentrismo que pode permear a atuação do observar, bem como indica a intensidade de sua inserção no grupo estudado. Uma questão importante envolve as limitações dessa inserção: o observador não se torna um dos informantes e nem precisa chegar a esse ponto; ele permanece alguém de fora, mas que se aproxima o suficiente para obter informações com profundidade do grupo, a partir de relações construídas no convívio com seus membros (CAVEDON, 1999b; LENGLER; CAVEDON, 2001). Não se espera que os membros do grupo considerem o pesquisador como um igual, mas que eles o aceitem como alguém diferente em quem confiam (FOOTE-WHITE, 1980).

Mais tarde, o diário de campo servirá para embasar a análise e a apresentação dos dados. Além de fornecer detalhes para a análise que se perderiam pelo esquecimento, por meio de fragmentos extraídos do diário de campo é possível ilustrar e esclarecer melhor alguns aspectos para o leitor “[...] é como se os caminhos trilhados pelo pesquisador pudessem ser percorridos pelo leitor” (CAVEDON, 2001, p. 10), que, por sua vez, é levado a se aproximar do contexto investigado, que, na investigação empírica desenvolvida nesta tese, é o contexto organizacional.

O uso da observação participante nos estudos organizacionais não é uma novidade. Wright (1994) destaca o uso da técnica desde a década de 1950, em abordagens que permitiram extrapolar a ênfase que Mayo (1960) dá às relações sociais dos trabalhadores associadas à estrutura a que estão submetidos no espaço fabril. Conforme o primeiro autor, a técnica baseou-se em estudos que compreenderam contextos mais amplos, nos quais são reconhecidas as relações dos trabalhadores nas sociedades nas quais viveram e estão inseridos, permeadas por aspectos culturais próprios considerados nas análises.

No campo organizacional no Brasil, a observação participante e a observação sistemática foram assumidas como adotadas em estudos sobre uma diversidade de temas, tais como: vínculos sociais numa oficina de marcenaria (BRESLER, 1997); formas de classificação social refletidas no ambiente organizacional de livrarias (PEREIRA, 2005); relações entre os arranjos familiares e empresas familiares em suas implicações familiares, sociais e mercadológicas (CAVEDON; FERRAZ, 2003); significação atribuída a um *shopping center* por adolescentes que nele se socializam (LEGLER; CAVEDON, 2001); cultura organizacional num mercado público (CAVEDON, 2002); processo de transição de um hospital psiquiátrico da lógica racional-instrumental para a racionalidade comunicativa (VIZEU, 2004); favorecimento ou impedimento da aprendizagem em ambientes de trabalho numa indústria química (GROPP, 2003); comprometimento e a participação dos funcionários do Serviço Social do Comércio (SESC) em Pernambuco nas atividades que eles próprios definem na programação social voltada para o uso do tempo livre dos associados (SANTOS; OLIVEIRA, 2001); relações entre a implantação de um programa de qualidade total e a qualidade de vida dos membros da gerência administrativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (MONACO; GUIMARÃES, 1999); e desenvolvimento

de um modelo de remuneração por habilidades numa indústria eletroeletrônica (RODRIGUES; CORRÊA; LADEIRA, 2004).

Esses estudos têm em comum a tentativa de captar o cotidiano dos sujeitos relacionados com o fenômeno investigado. Entretanto, a despeito de afirmarem que adotam a observação participante, eles se diferem quanto à maneira como o pesquisador se insere no campo. Esses diferentes posicionamentos em relação às maneiras como o pesquisador desenvolve a observação participante foram destacados por Gold (1958), que as classificou em quatro tipos básicos:

- 1) “Pleno participante”. Caracteriza-se pela plena participação e inserção social nos contextos que envolvem o grupo estudado, sem que a identidade e os propósitos do pesquisador sejam conhecidos por aqueles que ele observa. De um lado, essa abordagem oferece a oportunidade de aprender sobre aspectos do comportamento invisíveis para quem está menos inserido no grupo, mas, de outro, pode surgir implicações morais e éticas que prejudiquem o estudo, o que inclui a dificuldade do pesquisador de se distanciar do grupo, perdendo as condições para manter seu papel de observador.

- 2) “Participante como observador”. Nesta abordagem, o observador se apresenta para o grupo e aqueles que serão observados, revelando suas intenções e mantendo a ampla inserção no cotidiano investigado. O observador oferece a si mesmo uma base para certo distanciamento, mas problemas podem surgir caso certo envolvimento e a percepção do papel do observador façam o informante também assumir esse papel, afastando-se de seu próprio cotidiano. Permanece aqui a possibilidade de o

observador envolver-se em demasia com o contexto investigado, “transformando-se em um nativo”, o que exige atenção e possíveis afastamentos do campo para uma reflexão sobre seu papel como observador.

- 3) “Observador como participante”. Caracteriza-se pela observação formal, restrita a um contato único e formal com o campo e aquele que se observa. Durante esse contato, ele será entrevistado, e a observação, mais formal do que informal, ocorre sem nenhum tipo de participação. Os problemas citados nas duas abordagens anteriores são minimizados, mas o potencial de compreensão do contexto investigado também é reduzido, e se destaca o problema de interpretações equivocadas, oriundas da análise superficial de manifestações de várias pessoas em encontros breves. A lógica da participação é mantida aqui em virtude da inserção do informante no campo, algo preservado nessa abordagem.

- 4) “Pleno observador”. O pesquisador permanece afastado dos informantes, sem se envolver em participação ou qualquer interação social com o grupo investigado. As pessoas não sabem que estão sendo observadas, nem que fazem o papel de informante para um observador qualquer. A plena ausência de interação social tende a intensificar os problemas destacados na abordagem anterior, mas, em contrapartida, ocorrem a redução da possibilidade de envolvimento equivocado do pesquisador e a conseqüente confusão sobre qual é o seu papel no campo.

Ao discutir as quatro abordagens, Gold (1958, p. 222, tradução nossa) destaca que “[...] à medida que a observação se intensifica em detrimento da participação, as chances de se ‘tornar nativo’ diminuem, mas se amplia a possibilidade de ocorrer o etnocentrismo”. No

primeiro extremo, a visão do informante torna-se importante demais, interferindo no papel do pesquisador; no segundo, ela é menosprezada, prejudicando a compreensão de aspectos do contexto em estudo. As dificuldades e vantagens de se aproximar de um ou outro extremo impedem a afirmação de que uma abordagem é simplesmente melhor do que a outra. Dependendo das demandas do pesquisador, uma pode ser apenas considerada mais adequada do que a outra, em termos da disposição e da maturidade do pesquisador para assumir papéis sem deixar de ser quem ele é e dos níveis de profundidade das informações que ele deseja tratar em sua pesquisa (CICOUREL, 1980).

A despeito de se concordar com Gold (1958) sobre as implicações de se optar por um maior ou menor nível de interação com os informantes, no tocante à terminologia adotada é necessário fazer algumas ressalvas. Nesta tese, assume-se que a participação está associada à predisposição por parte do pesquisador em se inserir nas atividades cotidianas do grupo em estudo. No caso da abordagem nominada de “Observador como participante”, Gold (1958) a caracteriza pela intenção do pesquisador em ter um contato breve o suficiente apenas para realizar uma entrevista, o que não se reconhece como participação. Na abordagem denominada “Pleno observador” o autor deixa claro que não há intenção do pesquisador em interagir com os sujeitos, logo, também não é considerada aqui como um tipo de participação. Portanto, segundo o conceito de participação aqui assumido, caberia identificar as duas últimas abordagens reconhecidas por Gold (1958) como modalidades de observação. No caso do “Observador como participante”, seria uma observação mais próxima da abordagem assistemática, marcada por observações pontuais, e a quarta, a do “Pleno observador”, seria uma observação mais próxima da abordagem sistemática.

Cruz Neto (1994, p. 60) defende a classificação adotada por Gold (1958) ao afirmar que “um distanciamento total de participação da vida do grupo” é uma situação de observação participante escolhida pelo pesquisador. Mas nesta tese questiona-se o potencial de essa classificação mais confundir do que esclarecer sobre as intenções do pesquisador. Deve ficar claro que toda a classificação sobre observação que busque distinguir participação de não-participação tem como propósito indicar os direcionamentos principais assumidos na abordagem metodológica, pois, a rigor, na prática da pesquisa a distinção não é tão clara e serve apenas para fins analíticos (MINAYO, 2000). Conforme Alencar (1999, p. 109), “[...] na prática nem sempre é possível traçar um limite rígido entre observação participante e observação não-participante, pois participação geralmente é parcial”. A partir dela, observam-se acontecimentos que estão além do *locus* da participação, também caracterizando a obtenção de informações por meio da não-participação. De outro lado, a simples presença de um observador que opte pela não-participação provoca interferências que podem ser consideradas como algum nível de participação.

Portanto, com a intenção de indicar claramente os direcionamentos metodológicos adotados nesta tese, assume-se que a técnica de observação consiste na obtenção de dados a partir da possibilidade de acompanhar por meio da visão e dos demais sentidos o cotidiano dos informantes. Essa observação é considerada participante na medida em que houver a intenção e as condições para que o pesquisador, mesmo parcialmente, atue no papel de observador e, ao mesmo tempo, em outros papéis que cotidianamente os informantes assumem. Esse posicionamento, concordando-se com Godoy (1995) e Alencar (1999), justifica-se pela importância de diferenciar como observação as técnicas que exigem intensa inserção do pesquisador no campo, destacando-se que ela pode ocorrer por meio da observação participante e da observação não-participante. Na primeira, o investigador se

insere na posição do outro, diretamente envolvido com o fenômeno em estudo (CRUZ NETO, 1994); na segunda, ele assume a postura de espectador, e, com base “[...] nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o investigador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho” (GODOY, 1995, p. 27).

No caso da observação não-participante, uma subdivisão que permite um maior detalhamento dos caminhos adotados na coleta de dados é a distinção entre as técnicas de observação não-participante, comumente chamadas de “observação sistemática” e “observação assistemática” (ou “simples”) (GIL, 1995). Na primeira, a observação segue uma seqüência de observações planejadas no mesmo *locus*, ao longo de um determinado tempo, com base em um roteiro. Na segunda, não há uma permanência sistemática no *locus* que permita um aprofundamento com base em um roteiro de observação, mas, ainda assim, aproveita-se a oportunidade para observar, destacando-se as limitações impostas pela falta de inserção. Devido a essa limitação, aqui ela foi utilizada apenas nos casos em que não foi possível atuar com a observação participante e sistemática, o que ocorreu no cotidiano da pesquisa quando o pesquisador teve duas oportunidades de visitar residências de dois clientes do Mercado da Vila Rubim e acompanhar duas vezes diferentes comerciantes em suas compras na CEASA.

A observação participante foi adotada nesta tese quando o pesquisador coletou as informações relativas ao comportamento dos comerciantes do Mercado da Vila Rubim com foco no grupo social dos clientes. Para tanto, ele assumiu o papel de cliente, fazendo suas compras cotidianas no Mercado, aproximadamente duas vezes por semana, como diversos outros clientes. É necessário destacar que, no tocante à inserção social, o pesquisador se inseriu plenamente apenas em um dos quatro grandes grupos nos quais se pode classificar os

clientes do Mercado: clientes com baixa renda que residem nas proximidades do Mercado; clientes com maior poder aquisitivo que residem nas proximidades do Mercado; clientes com baixa renda que residem distantes do Mercado; e clientes com maior poder aquisitivo que residem distantes do Mercado.

Diferentes inserções sociais envolvem esses quatro grupos, em virtude das distinções em termos de suas histórias de vida, demarcadas pelas diferenças entre as regiões onde foram criados, locais onde residem e as condições de vida, de uma maneira geral. Na impossibilidade de uma aproximação com os quatro grupos, o pesquisador optou por se aproximar do último, pois sua atual residência contribui, até do ponto de vista geográfico, para essa inserção. Ao se inserir no grupo de clientes e atuar como seus membros no cotidiano do Mercado, optou-se por não revelar a condição de pesquisado, buscando a “plena participação”. A justificativa para essa opção está nas vantagens, já destacadas, dessa abordagem, além da menor incidência dos problemas a ela associados, que se deve à característica do próprio grupo de inserção, que não se desloca diariamente para o Mercado, senão uma ou duas vezes por semana, o que permite ao observador um distanciamento periódico do campo, para refletir sobre seu papel, protegendo-se da inserção excessiva. Outros dois aspectos que contribuíram para essa opção foram: dificuldade instrumental de revelar a condição de pesquisador na sua inserção de cliente em várias lojas e convívio com outros clientes em filas e no interior das lojas; e percepção de que as interações com os informantes se dariam apenas no espaço público, em um nível de convívio com implicações morais dentro de limites aceitáveis para o pesquisador, no tocante a obter informações de pessoas que não sabem que estão sendo observadas.

As reflexões sobre implicações morais geraram no pesquisador uma série de inquietações no tocante à opção adotada. Como discute Bulmer (1982), devem ser considerados os dilemas éticos ao assumir a abordagem da observação participante sem se apresentar para aqueles que são observados, o que exige cuidados. Entretanto, o autor deixa claro que isso não implica abandonar a abordagem, que, em alguns casos, é necessária por questões práticas ou pela intenção do pesquisador em influenciar o mínimo possível no cotidiano no qual está inserindo. Nesse sentido, há desde uma ocultação total, deliberada, na qual ninguém conhece a posição do observador, até uma ocultação parcial, na qual alguns conhecem sua posição, mas não há meios práticos para o pesquisador se apresentar a todos com os quais mantém contato no campo. No caso desta tese, a observação participante se deu de maneira totalmente oculta, tanto pela intenção de não interferir, quanto por envolver o contato cotidiano com diferentes clientes, funcionários e proprietários em contextos nos quais, muitas vezes, a apresentação não seria algo viável, como nas conversas numa fila de um caixa ou nos comentários sobre uma discussão na rua. Após três meses de iniciada a observação participante, quando outras técnicas de coleta de dados foram aplicadas, foi possível observar que a opção pela ocultação inicial foi adequada. A partir do momento em que o observador se apresentou e permaneceu no campo, ficou evidente a diferença de tratamento em relação à interferência no cotidiano observado. O observador passou a ser uma atração à parte, que dividia a atenção dos observados e, de certa maneira, alterava seu cotidiano.

A opção pela ocultação e o reconhecimento dos dilemas éticos levaram a uma maior atenção com os cuidados sobre as implicações para os respondentes das informações divulgadas no texto da tese. Essa é uma preocupação indispensável a qualquer estudo. Mas nesta tese foi redobrada, pois na etapa inicial de coleta de dados os informantes não tinham conhecimento

do papel do observador quando interagiam com ele. Sabiam apenas que havia um desconhecido num espaço público e assumiam os riscos de se manifestar. Portanto, quando da passagem dos acontecimentos de cada dia para o diário de campo houve a preocupação em demarcar aquilo que incomodava o pesquisador do ponto de vista ético, o que passou a fazer parte dos dados, pois é considerado um aspecto relevante das limitações do pesquisador, a serem observadas na análise dos dados.

Após a observação participante, as abordagens da observação não-participante sistemática e assistemática foram adotadas nesta tese quando o pesquisador coletou as informações relativas ao comportamento dos comerciantes do Mercado da Vila Rubim, com foco no grupo social dos funcionários e dos proprietários de uma loja, três barracas e dois tabuleiros¹² que comercializavam hortifrutícolas em geral. Nesta etapa, buscou-se estabelecer, como defende Godoy (1995, p. 27), “[...] um relacionamento agradável e de confiança entre o observador e o observado”, desde o momento em que o pesquisador solicitou a autorização do proprietário e se apresentou aos demais funcionários, indicando o propósito da investigação. Durante a observação, foi constante a atenção para não contribuir para que os informantes se colocassem no papel de observador, sempre buscando mantê-los na condição de participante. O pesquisador evitou fazer questionamentos intempestivos com o potencial de demarcar o papel de observador dos sujeitos e de afastá-los de sua participação cotidiana. Quando percebida a inadequação do momento, os questionamentos

¹² O termo “tabuleiro” é utilizado no texto dentro do sentido assumido pelos sujeitos de pesquisa: tábuas de madeira, ou algo similar, colocadas sobre caixotes ou no chão. As mercadorias são expostas nesses tabuleiros, que podem ser carregados pelos comerciantes ou montados no início do dia de trabalho e desmontados no final do dia. O termo “banca” tem um sentido similar, mas refere-se tanto a uma montagem fixa, dentro de galpões, barracas e lojas, quanto a algo móvel, surgindo com os dois sentidos em fragmentos das falas dos sujeitos de pesquisa.

foram anotados e realizados mais tarde, quando a questão parecia coerente com a atividade ou a situação, ou, após a realização da observação, no momento das entrevistas. Quanto à preocupação com a inserção excessiva no campo e a confusão entre os papéis do observador, optou-se por realizar uma reflexão diária sobre essa questão, ao repassar os acontecimentos do dia para o diário de campo.

Do ponto de vista da operacionalização da observação, a maior dificuldade foi buscar o equilíbrio entre as informações necessárias para uma análise aprofundada e o excesso de informações irrelevantes. De acordo com Godoy (1995, p. 27):

Embora o observador deva manter uma perspectiva de totalidade, é importante ter claros seus focos de interesse. É de grande utilidade que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, evitando, assim, terminar com um amontoado de informações irrelevantes ou deixando de lado dados que possibilitariam uma análise mais completa do problema.

No caso da observação, essa delimitação surgiu no momento da composição do diário de campo, com base nas anotações de campo. Elas foram realizadas de acordo com as percepções do pesquisador sobre os aspectos relevantes para o objetivo proposto, evidenciados no referencial teórico e na própria experiência de campo. O roteiro de observação (APÊNDICE A) auxiliou nesse processo. Como defende Godoy (1995), foi a partir dessas delimitações que o pesquisador construiu tanto a parte descritiva do que foi observado quanto suas reflexões pessoais a serem também confrontadas na análise dos dados.

Um aspecto a se destacar é que tal delimitação, em conjunto com as próprias características da técnica de observação e dos estudos no campo da administração, não contribuiu especificamente para a obtenção de informações em um corte longitudinal. Pelo contrário,

em estudos típicos do campo da administração a observação não tende a durar vários anos. A duração é definida a partir do critério da recorrência do que se observa e dos prazos para a coleta de dados das teses, dissertações e artigos acadêmicos, o que nem sempre é suficiente para a obtenção de dados longitudinais. Neste contexto de aplicação, a observação tende a remeter a um corte transversal, mesmo que sempre associada a uma historicidade que contextualize as informações do presente. A dificuldade está em associar o passado e o presente sem ter vivenciado o passado durante a participação. Possivelmente, uma participação que durasse anos, como fez Malinowski (1978), revelaria dados do passado de maneira aprofundada, pois as pessoas revelam esse passado dia-a-dia e ao longo dos anos os dados longitudinais surgiriam espontaneamente. Mas nesta tese, na impossibilidade prática de dedicar anos à participação para obter esses dados longitudinais, para lidar com essa limitação, buscou-se um questionamento mais direto, por meio da conjugação das observações com a técnica da entrevista não-estruturada, voltada para a etapa da história de vida dos respondentes na qual eles se inserem no Mercado da Vila Rubim.

Cruz Neto (1994, p. 58) explica que as entrevistas podem se configurar de maneiras diversas, indo desde uma configuração aberta ou não-estrutura, passando pela semi-estrutura, até a estrutura plena. Concordando-se com o autor, é necessário entender que o que está em jogo é o grau de direcionamento imposto pelo entrevistador e, conseqüentemente, o grau de liberdade para o entrevistado abordar o tema proposto. Se, de um lado, a liberdade total pode implicar um grande volume de informações “desnecessárias”, de outro, a imposição de uma plena estrutura pode implicar um pequeno volume de informações tendenciosas. Ao adotar a entrevista como um caminho para um aprofundamento nos dados longitudinais, ficou claro que não cabia impor uma tendenciosidade sobre um passado desconhecido. Portanto, optou-se pela entrevista não-

estruturada, partindo-se apenas de uma provocação inicial que consistia na seguinte questão: **Fale de sua trajetória no Mercado da Vila Rubim, desde a primeira vez que teve contado com ele até hoje.**

Por meio dessa provocação, buscou-se levar o respondente a apresentar suas histórias sobre fatos e pessoas, caracterizando-se como histórias de vida do tipo tópica, conforme Minayo (2000)¹³, voltada para a ênfase numa etapa específica da vida do sujeito de pesquisa. A autora destaca ainda que, comumente, a técnica da história de vida é colocada de maneira complementar às entrevistas e à observação participante e que seu uso permite ao pesquisador alcançar aspectos pessoais em relação a um lugar social específico, no qual se posiciona a própria pessoa à medida que conta sua história, revelando um entendimento convergente com o objetivo da investigação em questão.

A partir dessas escolhas, observaram-se, na prática, dificuldades na aplicação da entrevista não-estrutura. Isso ocorreu a partir daquela provocação única, pois alguns entrevistados não verbalizavam questões livremente, por vezes se limitando a dizer que não tinham nada para falar, que não sabiam de nada ou que sabiam o mesmo do que as outras pessoas com quem o pesquisador pudesse ter falado.

Para superar a resistência dessas pessoas observou-se, que era necessário fazer algo que norteasse um diálogo, envolvendo questões específicas, o que levou a adotar-se o roteiro da observação sistemática (APÊNDICE A) também nesses casos, em uma segunda etapa da

¹³ A autora diferencia a história de vida tópica da história oral ao afirmar que a primeira volta-se para uma etapa da vida e a segunda, para a vivência de um evento específico.

entrevista, agora caracterizada como semi-estruturada. Portanto, passou a se usar conjuntamente as duas técnicas de entrevista. Inicialmente, o pesquisador apresentava a provocação inicial e deixava o respondente se manifestar livremente. O pesquisado apenas se expressava para demonstrar sua atenção ou incentivar o respondente a continuar sua fala. Na medida em que o respondente dá por encerrado sua fala, o pesquisador verifica se algo no roteiro não foi abordado e elabora questões sobre os tópicos a serem aprofundados.

Durante esse processo, ocorreram entrevistas em que não foi necessária a inclusão de questões adicionais, com base no roteiro, e de outras que foram quase totalmente orientadas pelo roteiro, pois o respondente se limitava a responder o que era perguntado. Mas, de maneira geral, na maioria das entrevistas, o roteiro baseou alguns poucos questionamentos, após a provocação inicial e a palavra livre dos respondentes. Portanto, considera-se que as entrevistas foram realizadas em duas etapas, uma não estruturada e outra semi-estruturada.

Outro ponto a se destacar na aplicação das técnicas no campo é que apenas no caso de três sujeitos de pesquisa a história de vida tópica (MINAYO, 2000) foi explorada adequadamente. Nesses três casos, foram realizadas entrevistas adicionais com os próprios sujeitos e com outros a ele relacionados, no sentido de um aprofundamento nessas histórias. Essa opção se deve à impossibilidade operacional de efetuar um aprofundamento com todos os sujeitos. Portanto, foram escolhidos três com base nas próprias entrevistas realizadas e nos critérios definidos para a escolha do grupo de sujeitos e dos locais específicos de observação sistemática.

Deve-se destacar que as múltiplas fontes de dados, por convergirem para o mesmo fenômeno, possibilitam a triangulação e, conseqüentemente, uma pesquisa mais bem-

sucedida, sob o ponto de vista de possíveis questionamentos quanto à sua legitimidade (YIN, 2001). Mas isso depende da coerência na definição dos critérios que norteiam e delimitam a aplicação de cada uma das técnicas, como a escolha dos sujeitos de pesquisa e dos locais de observação.

5.4 A escolha dos sujeitos a serem entrevistados

A escolha do grupo de sujeitos a serem entrevistados se deu de maneira não probabilística, pois foi definida de forma intencional, e por tipicidade, uma vez que os elementos serão selecionados a partir de determinados critérios (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 2001). Esses critérios foram definidos após a etapa preliminar da investigação, na qual se realizaram a observação inicial no *locus* do mercado da Vila Rubim e a leitura de documentos referentes à história do Mercado.

A partir dos documentos, ficou clara uma trajetória na qual atuavam no mercado, em meados da década de 1970, mais de 300 comerciantes trabalhando especificamente com hortifrutícolas em geral. Já na observação preliminar, identificou-se que atualmente existem apenas seis comércios com essas características: o Supermercado A¹⁴, que, apesar da identificação como supermercado, é chamado por todos, menos pelo proprietário, como “Hortifruti”, pois é, e sempre foi, especializado em hortifrutícolas em geral; três comerciantes que atuam nas barracas¹⁵; e dois dentre os oito comerciantes que atuam em

¹⁴ A denominação “Supermercado A” foi escolhida para preservar a organização em questão.

¹⁵ No mês de março de 2007, após o encerramento da coleta de dados, a prefeitura inaugurou 48 novas lojas para os barraqueiros na praça Manoel Rosindo e foram abertos novos comércios de hortifrutícolas naquela área.

frente à peixaria, os comerciantes dos tabuleiros aqui identificados como “A” e “H”, pois os outros seis comercializam especificamente temperos, incluindo apenas hortifrutícolas que, segundo os respondentes, enquadram-se como tempero¹⁶.

Pelo exposto, adotou-se os seguintes critérios para a escolha do grupo inicial de sujeitos da pesquisa:

- 1 - os comerciantes responsáveis pelos seis comércios que atuam especificamente com hortifrutícolas em geral no Mercado da Vila Rubim e, quanto existente, pelo menos um funcionário de cada comércio;
- 2 - cinco comerciantes que atuavam especificamente com hortifrutícolas na década de 1970 e mudaram de segmento ou atividade;
- 3 - cinco clientes que freqüentam o mercado há mais de dez anos; e
- 4 - cinco fornecedores que atuam no mercado há mais de dez anos e, dentre eles, pelos menos três que atuam com hortifrutícolas.

Além dos argumentos já apresentados, os critérios para as escolhas dos tipos de sujeitos (comerciante, funcionário, cliente e fornecedor) baseiam-se nas seguintes questões: a) os responsáveis pelo “fazer estratégia” são os atores organizacionais (comerciantes e

¹⁶ Eles citam especificamente como temperos as seguintes hortaliças: salsa, coentro, cebolinha, cebola, pimenta e alho. A limitação a esses produtos os diferencia do comércio de hortifrutícolas em geral, que já foi predominante no mercado e é o foco desta investigação.

funcionários) a partir de suas práticas e de suas representações sociais relacionadas com o cotidiano do mercado e as próprias práticas; e b) a estratégia organizacional trata das relações entre o ambiente interno e ambiente externo – o “fazer estratégia” inclui atores externos, ou seja, clientes e fornecedores, que também envolvem as práticas e representações sociais como um todo. A definição dos períodos de tempo de atuação no mercado tem como propósito interagir com sujeitos já inseridos no processo de familiarização de questões relativas ao mercado, ao comércio de hortifrutícolas e às práticas e representações sociais no cotidiano.

Deve-se destacar que um comerciante que atua especificamente com hortifrutícolas em geral não se dispôs a dar entrevistas. Portanto, o grupo inicial contou com 5 comerciantes. O grupo final de sujeitos foi ampliado pela técnica da bola de neve, na qual os respondentes anteriores indicaram os seguintes (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A intenção foi considerar as indicações do grupo inicial para alcançar contribuições de outros sujeitos no sentido de se compreender o contexto histórico de atuação dos comerciantes de hortifrutícolas. O grupo final dos sujeitos foi definido por meio do critério de saturação (recorrência das informações) (SÁ, 1998), constituído da seguinte maneira:

- 24 proprietários, sendo 5 comerciantes que atuam especificamente com hortifrutícolas em geral, 5 ex-comerciantes que atuavam nesse segmento e 14 comerciantes de outros segmentos;
- 5 fornecedores, sendo 3 de produtos hortifrutícolas;
- 9 clientes;

- 2 representantes de associações;
- 11 funcionários, sendo 4 do segmento de hortifrutícolas, um deles ex-comerciante que atuava especificamente com hortifrutícolas em geral; e
- 3 policiais militares.

Nesse grupo, três comerciantes foram escolhidos para um aprofundamento em suas etapas da história de vida em relação ao Mercado. As escolhas se deram a partir de informações colhidas por meio das entrevistas e das observações. Em síntese, cada um representa movimentações distintas, mas com aproximações no tocante à sua inserção no contexto do mercado: um jovem vindo do interior, que começou como vendedor ambulante de hortifrutícolas nos arredores do mercado, passou a feirante, depois a ter uma banca própria no galpão do mercado e hoje possui várias lojas de supermercados; um jovem “nascido e criado” no Mercado da Vila Rubim, que desde cedo trabalhou por conta própria como vendedor ambulante de hortifrutícolas dentro do Mercado, fez parte da invasão da Praça Manuel Rosindo, em frente ao mercado e hoje atua em uma barraca própria, referente à invasão na praça e em mais uma área alugada em frente à peixaria; um comerciante que começou atuando no Mercado como fornecedor de hortifrutícolas, o qual, na quitação da dívida de um barraqueiro da Praça Manoel Rosindo, aceitou a barraca, passando a trabalhar nela até hoje, tendo sido o primeiro presidente da Associação dos Barraqueiros.

5.5 A cronologia da coleta de dados e a escolha dos locais de observação

Como já exposto, a observação se iniciou como participante, no papel de cliente, sem a identificação do pesquisador. O processo se iniciou no dia 19 de maio 2006 e se estendeu

até o dia 15 de agosto de 2006. Durante esse período, o pesquisador freqüentou duas vezes por semana os comércios que trabalhavam especificamente com produtos hortifrutícolas em geral no Mercado da Vila Rubim, sempre realizando compras. A partir do dia 16 de agosto de 2006, o pesquisador passou a apresentar sua pesquisa e a convidar os sujeitos de pesquisa para participarem das entrevistas. A partir dessa data, o pesquisador continuou comprando no Mercado, mas passou a ser identificado pelos comerciantes e, ao mesmo tempo, negociou sua permanência duas ou três vezes por semana em três pontos de observação, marcados na Figura 3, que representa o mapa do Mercado da Vila Rubim, com um círculo e uma numeração de 1 até 3.



Figura 3 – Mapa do Mercado da Vila Rubim

Fonte: adaptado de material cedido pela ACVR

Obs.: Para a Prefeitura, o Mercado se restringe aos galpões indicados na figura como “GALPÃO 1” e “GALPÕES 2 e 3, Após a reforma”. Entretanto, na observação do cotidiano e nas entrevistas, evidenciou-se que para os sujeitos de pesquisa o mercado se estende a toda área sombreada na figura, assumida nesta tese como a área do Mercado da Vila Rubim.

Na definição dos locais da observação sistemática, considerou-se a viabilidade da permanência do observador no local, bem como o foco da pesquisa na comercialização de hortifrutícolas. No caso, ao observar a disposição física do Mercado (Figura 3) buscou-se uma posição que permitisse a observação dos comércios de hortifrutícolas. Na impossibilidade de encontrar uma única posição, optou-se pelos pontos 1, 2 e 3 de observação indicados na Figura 3, distantes cerca de setenta passos (sessenta metros) um do outro. Ao longo do dia, o pesquisador se revezava entre os três, permanecendo aproximadamente uma hora em um e passando para o próximo, até retornar para o primeiro, e assim sucessivamente. Dessa maneira, foi possível a observação, respectivamente, das três barracas voltadas para hortifrutícolas em geral, dos tabuleiros A e H e do supermercado A.

5.6 A análise e as técnicas de tratamento dos dados

O esquema conceitual adotado (Figura 2) na análise dos dados baseou-se nas contribuições apresentadas no referencial teórico que reconhece relações entre o “fazer estratégias” nas organizações, as estratégias e táticas cotidianas das pessoas e as representações sociais. O foco está nas inserções contextuais das práticas sociais nas organizações, alvo da investigação, portanto, o tratamento dos dados segue esse foco.

Em virtude do uso conjunto das técnicas de observação e entrevista, adotaram-se duas técnicas de tratamento de dados que atendiam às especificidades dos dados oriundos de cada técnica de coleta: a Análise do Discurso e a Análise do Conteúdo.

Para os dados oriundos das entrevistas, foi adotada a Análise do Discurso, pois permite um aprofundamento tanto nas dimensões sintática e semântica que envolvem os significados veiculados no intradiscurso quanto nas oposições discursivas, segundo o dialogismo que marca o interdiscurso e revela a diversidade discursiva que compõe, em convergências e oposições, cada discurso em análise. Ou seja, o significado do discurso é tratado além do conteúdo semântico, pois passa a incluir o que está nas entrelinhas dos silenciamentos e do implícito pressuposto e subentendido. Essa técnica foi escolhida por oferecer espaço para uma visão dialógica das manifestações dos respondentes. Entretanto, no tocante às anotações do campo, referentes às percepções do próprio pesquisador ao observar o *locus* em estudo, não se viu sentido em tal aprofundamento, uma vez que o contexto de produção discursiva – neste caso, uma investigação para uma tese de doutorado realizada por um doutorando em Administração – e a formação discursiva desse locutor não têm relação

direta com o caso em estudo, mas com o processo de estudo do caso, o que é inerente à maioria das investigações acadêmicas.

O argumento defendido é que não há sentido, no âmbito do tema abordado nesta tese, em um processo no qual o pesquisador busque compreender o que está por trás de seu próprio silenciamento, em seus implícitos pressupostos e subentendidos. Se ele escreveu algo no diário de campo, presume-se que compreende seu próprio texto, mesmo que lá ele trate de algo desconhecido. Ou seja, o tema desconhecido não deve ser confundido com a sua veiculação. No caso dos respondentes, as duas dimensões estão juntas, e nem sempre surgem de maneira explícita. Por isso, a necessidade de tratá-las em conjunto. Mas, no caso do pesquisador, ele as separa no próprio esforço de construção do diário, quando sua posição de pesquisador fica marcada no instante em que ele pára, concentra-se em escrever sobre o campo e se expressa sobre suas inserções e percepções.

Deve ficar claro que a necessidade de tratamento dos dados permanece, mas não há sentido em se analisar um interdiscurso atrelado ao contexto de produção discursiva do próprio pesquisador que faz a análise e já deve indicar e confrontar esse contexto explicitamente no próprio texto. Portanto, seria algo redundante, principalmente em uma tese de doutorado em que a tese em si, seu objetivo, seu referencial teórico e seu método se voltam (ou pelo menos deveriam) para a indicação explícita do contexto de produção discursiva do pesquisador, pois é a expressão explícita das posições do pesquisador que oferece legitimidade e clareza ao trabalho acadêmico. Nesse sentido, para o tratamento dos dados do diário de campo optou-se pela análise do conteúdo, de acordo com a abordagem da análise temática na vertente voltada para os significados dos temas, o que permitiu organizar e depurar o grande volume de informações provenientes das notas de campo.

As duas técnicas de tratamento de dados serão detalhadas a seguir. Primeiramente, será abordada a técnica adotada para tratar os dados oriundos das anotações referentes às percepções do próprio pesquisador, a Análise do Conteúdo, pois em sua discussão surgem aspectos que também serão abordados na Análise do Discurso, mas com algumas distinções e elementos adicionais. Em seguida, discute-se a Análise do Discurso, com foco nos aspectos, já destacados, que levam a sua adequação ao tratamento dos dados referentes às manifestações veiculadas pelos sujeitos de pesquisa.

5.6.1 Análise do conteúdo

Minayo (2000) explica que o termo *Análise do Conteúdo* surgiu na época da Primeira Guerra Mundial, associado a estudos referentes à propaganda de guerra, o que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, marcada pelo positivismo, os procedimentos enfatizavam o rigor matemático, pelo qual a quantificação objetiva dos conteúdos de um texto seria a fonte de legitimidade do estudo. A autora destaca que nas décadas de 1950 e, principalmente, de 1960 a análise do conteúdo se apresenta de maneira mais aberta em torno de ênfases que dão espaço para a abordagem qualitativa. Então, passa a existir espaço para o reconhecimento de que na mensagem o que está sendo expresso a partir do contexto e da situação em questão é mais importante do que o conteúdo manifestado.

Nessa trajetória, como destaca Bardin (1977, p. 42), o termo *análise do conteúdo* comumente designa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Do conjunto dessas técnicas e segundo a abordagem qualitativa que norteia esta investigação, buscou-se aqui adotar a análise temática, na variante que “[...] trabalha com significados em lugar de inferências estatísticas” (MINAYO, 2000, p. 210). Nela, os dados são organizados em temas, buscando-se padrões de significados contextualizados, a serem destacados e categorizados (BOGDAN; BIKLEN, 1994; BARDIN, 1977).

Nessa técnica, a unidade de registro adotada é o “tema”. Conforme Bardin (1977), no texto o tema expressa significados específicos e surge à medida que o texto é recortado com base no referencial teórico que orienta a análise, como o esquema conceitual apresentado nesta tese.

A escolha da técnica da análise temática se deve à adequação do “tema” como unidade de registro “[...] para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo...” (BARDIN, 1977, p. 106). A partir dessa unidade de registro, viabiliza-se a categorização para chegar a “[...] uma representação simplificada dos dados brutos [...] [no sentido de] conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). O processo consiste em definir as categorias temáticas, o que pode ser feito *a priori*, com base no referencial teórico e em dados preliminares sobre o caso em estudo, ou a partir dos próprios dados coletados, fazendo parte do início do tratamento

dos dados coletados de maneira aberta, como no caso da investigação desenvolvida nesta tese. Neste caso, a análise se inicia pela busca de categorias, dos temas que sintetizam padrões ou recorrências em termos de palavras, frases, idéias e tópicos, e de interesse (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para chegar a temas capazes de sintetizar os outros, são desenvolvidas releituras dos dados coletados e o agrupamento dos recortes temáticos, de acordo com padrões e recorrências que surgem em torno de temas específicos, que se revelam como as categorias do próprio processo de classificação.

5.6.2 Análise do discurso

A Análise do Discurso (AD), no campo da lingüística, é vista como uma área do conhecimento que tem um fim em si mesmo. Mas nesta tese ela é assumida apenas como uma técnica de tratamento de dados.

Como disciplina, a AD tem suas origens na França, nos anos de 1960, na busca por uma alternativa às limitações da análise de conteúdo (BRANDÃO, 1998), uma intenção confirmada por Bardin (1977, p. 213) ao afirmar que a análise automática do discurso de Pêcheux (1990) “[...] pertence ao campo da análise do conteúdo [...]”, e a crítica por objetivar a “[...] ‘destruição da análise do conteúdo’ visando a sua substituição”. Independentemente dessa disputa, observa-se que o impulso para o desenvolvimento da AD está na prática da “explicação do texto” no sistema educacional francês, anterior aos anos de 1960, e à tradição francesa, como também européia, de refletir de forma conjugada sobre a história e o texto (MAINGUENEAU, 1997).

Essa reflexão pode ser encontrada, de certa maneira, nos trabalhos de Pêcheux (1990), um dos precursores da AD, e de seus colaboradores, ao se voltarem para a investigação de documentos de caráter político-histórico. Para eles, a AD deveria relacionar-se com as “[...] condições sócio-históricas vigentes em determinada sociedade”, uma abordagem que os levou a buscar contribuições de origens diversas, tais como na lingüística, no materialismo histórico e na psicanálise (MACHADO, 1998, p. 111).

Saussure (1989) é uma dessas fontes, ao oferecer o campo propício para o desenvolvimento da lingüística por meio de idéias apresentadas no *Curso de Lingüística Geral* (CLG) escrito¹⁷ a partir dos três cursos de Lingüística Geral ministrados por ele, entre 1906-1911, na Universidade de Genebra. Para Saussure (1989), a língua é um fato social e está inserida em uma dicotomia que a coloca como algo sistêmico, abstrato e objetivo, em oposição à fala, que é considerada pelo autor como algo variável para cada falante, concreto e subjetivo (BRANDÃO, 1998). O objeto de estudo da lingüística seria, então, a língua. Isso, de um lado, contribuiu para o reconhecimento da importância do “fato social” na lingüística, mas, de outro, excluiu a fala do campo dos estudos lingüísticos, o que foi considerado por Pêcheux (1990) como uma limitação daquela dicotomia.

Outra abordagem sobre o tema é oferecida por Bakhtin (1986a; 1986b). Apesar de também colocar a língua como fato social, o autor a considera como algo concreto, a manifestação individual de cada falante, com o enunciado composto pela matéria lingüística e pelo contexto da enunciação (o não-verbal). A palavra, inserida nesse enunciado passa a ser um

¹⁷ É uma obra póstuma desenvolvida com a contribuição de Albert Riedlinger, Albert Sechehaye e Charles Bally a partir de anotações do próprio Saussure e de seus alunos.

fragmento da realidade em um papel de signo ideológico (BRANDÃO, 2002). Assim, a enunciação¹⁸ passa a ser vista como necessária para a compreensão e a explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

Pêcheux (1990), ao propor suas idéias sobre a AD, vai ao encontro de contribuições de Bakhtin (1986a), pois foi o deslocamento da lingüística da dicotomia língua/fala para o foco no discurso, como elemento de articulação entre a ideologia e os fenômenos lingüísticos, que criou o campo propício para o desenvolvimento da AD. Segundo Pêcheux (1990), a dicotomia língua/fala contribuiu para a fonologia, a morfologia e a sintaxe, mas propiciou pouco avanço para a semântica, pois, ao tratar a linguagem apenas como percurso interno, essa dicotomia excluiu a semântica de caráter discursivo (BRANDÃO, 1998). Portanto, Pêcheux (1990) destaca a necessidade de se pensar um caminho para estudar os diferentes sentidos que as palavras podem assumir de acordo com os posicionamentos daqueles que as utilizam. Sua proposta volta-se para algo além das limitações da lingüística, mas que parte dos avanços nas dimensões mais autônomas por ela propiciadas, considerando, em conjunto, os processos discursivos como elo entre as condições socioistóricas e as significações do texto.

Nessas bases, desenvolveu-se AD, compondo o que Maingueneau (1997, p. 21) destaca como “primeira fase da AD”, que foi dos fins da década de 1960 até início da década de 1970, e “[...] procurava essencialmente colocar em evidência as particularidades de

¹⁸ Benveniste (1989) define a enunciação como um ato individual no qual a língua é colocada em funcionamento, mas não envolve um único enunciador, pois a interação prevalece.

formações discursivas (o discurso comunista, socialista, etc.) consideradas como espaços relativamente auto-suficientes, apreendidos a partir de seu vocabulário”.

No princípio dos anos de 1980, as bases teóricas da AD foram fragmentadas, compondo “[...] um conjunto de pesquisas em análise do discurso que, sem pertencer a uma mesma escola compartilham algumas características [...]” (MAINGUENEAU, 1998, p. 71):

- estudam, preferentemente, *corpus* ‘escritos’, formações discursivas que apresentam um interesse histórico;
- refletem sobre a inscrição do sujeito no seu discurso;
- fazem uso das teorias da enunciação lingüística (em particular através dos autores como Benveniste ou Culioli);
- atribuem um papel privilegiado ao interdiscurso.

A despeito de vários estudos substituírem a preocupação com *corpus* “escritos” pela ênfase nos textos (que pode ser escrito ou falado), como nesta tese, as demais características demarcam um caminho para investigar fenômenos diversos, uma maneira para lidar com a complexidade das significações presentes em diversos *locus* de interação social, como as organizações, reconhecendo o processo de produção de sentido em suas articulações e relações de interesses individuais, grupais e institucionais. A proposição de que a AD faria frente a essa complexidade justifica-se pelo fato de ela ir além da superficialidade da interpretação, lidando com seus limites e mecanismos, como componentes do processo de significação (ORLANDI, 2001).

A AD transcende a simples decodificação de um texto, indo para a dimensão da produção dos sentidos, na qual o silêncio, o não-dito, produz tanto sentido quanto a narrativa. Isso

ocorre, pois o foco da compreensão dos sentidos está na observação das formas de produzi-los, com base em um contexto histórico e social no qual o discurso é produzido, dando a ele sentido e, ao mesmo tempo, sendo necessário para sua compreensão (ORLANDI, 2001). A partir da delimitação oferecida pelo conhecimento das “formações discursivas”¹⁹ (FOUCAULT, 1972), é possível lidar com o nível do interdiscurso, indo além do intradiscurso. No caso dos estudos organizacionais, a contribuição da AD está na análise dos discursos que permeiam o cotidiano das organizações, evidenciando contextos e ações a eles relacionados.

Em uma investigação envolvendo gestores organizacionais de uma empresa de ônibus, Faria e Linhares (1993) mostraram as potencialidades dos procedimentos da AD no campo dos estudos organizacionais. Os autores iniciaram a análise destacando as personagens presentes no discurso e evidenciando que a criação de cada uma delas não é casual, mas uma estratégia de persuasão discursiva, pois na enunciação os posicionamentos do locutor o afastam ou aproximam de determinadas personagens. No caso, a transferência de responsabilidade do locutor para uma das personagens pôde ser identificada como um efeito de sentido ideológico.

Uma segunda estratégia de persuasão discursiva observada por Faria e Linhares (1993) foi a relação entre o explícito, competência do locutor, e o implícito, envolvendo a participação

¹⁹ Para Foucault (1972, p. 147), “prática discursiva” (“formação discursiva”) é “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”. Esse conceito oferece espaço para a compreensão dos processos que produzem a delimitação do que é ou não dito, concebendo o discurso como um conjunto de práticas discursivas com expressão institucional e enunciativa (MAINGUENEAU, 1997).

do interlocutor, levando-os juntos à construção de um sentido – no caso, uma determinada imagem organizacional. A terceira estratégia de persuasão discursiva observada foi o silêncio. A quarta foi a escolha lexical, pois aquilo que não é dito, assim como o vocabulário escolhido para se dizer algo, cria efeito de sentido. No caso, quando elementos do vocabulário popular foram substituídos por outros mais técnicos, delineou-se um sentido que distingue o locutor em relação aos demais indivíduos.

Os efeitos de sentido dessas estratégias de persuasão discursivas evidenciam a relação entre a sintaxe e a semântica discursiva. Isso é explicado, de acordo com Fiorin (2003), pelo fato de a sintaxe e a semântica discursiva se inter-relacionarem dentro das estratégias de persuasão discursiva. A sintaxe, como é o campo da manipulação consciente, é mais autônoma que a semântica, definida pela formação social. Para fins de análise dos discursos, as duas são separadas, mas é necessário considerar essa inter-relação para a identificação dos discursos e das ideologias por eles manifestadas.

Isso fica evidente em um estudo no qual Carrieri e Sarsur (2002) aplicaram a AD para discutir o tema “empregabilidade” em uma empresa de telefonia. Nesse estudo, novamente, a AD evidenciou sua aplicação no *locus* organizacional. Nesse caso, os autores focaram os seguintes aspectos discursivos: temas, construção das personagens, seleções temática e lexical, percursos temáticos e figurativos. Partindo deles, exploraram a construção das significações, as ambigüidades e as contradições do cotidiano organizacional.

Deve-se observar que os estudos de Faria e Linhares (1993) e Carrieri e Sarsur (2002) se iniciaram pela identificação das estratégias de persuasão discursiva e dos temas delas oriundos, bem como das figuras associadas aos temas. Isso faz parte do início dos

procedimentos da AD, pois o tema equivale a um arranjo discursivo que evidencia a ideologia, por meio de uma análise que deve ir do mais concreto (intradiscurso) para o abstrato (interdiscurso), em diferentes níveis, observando-se os esquemas narrativos e a relação entre quem enuncia e quem interpreta o enunciado (FIORIN, 2003).

Portanto, entre os elementos e os aspectos da sintaxe e da semântica discursiva, os temas assumem papel central na AD. A partir deles, é possível identificar o discurso e a correspondente ideologia manifestada no texto, um processo que deve passar pelas seguintes etapas: a) identificar os principais temas e figuras do texto, buscando as inter-relações existentes entre eles; b) listar os principais percursos semânticos; c) buscar o(s) elemento(s) subjacente(s) a cada percurso semântico e, a partir dele(s), a principal oposição subjacente entre cada percurso semântico ou entre subconjuntos de um mesmo percurso semântico; d) caracterizar o discurso ou os discursos manifestados no texto; e e) situar o texto em um espaço e em um campo discursivo.

Essas etapas e as demais contribuições da AD discutidas compõem e evidenciam um caminho para os pesquisadores interessados em fenômenos que envolvem as organizações, como ilustrado nos estudos organizacionais apresentados. Nesta tese, essas contribuições, em conjunto com as da TRS, são assumidas como capazes de viabilizar o alcance do objetivo apresentado, argumento que se propõe legitimar por meio de uma investigação empírica detalhada a seguir.

5.6.3 A Análise do Conteúdo e a Análise do Discurso na investigação do fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim

A partir dos dados coletados, foi possível evidenciar distintas práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos. Entre si essas práticas guardavam sentidos que, além de permeá-las, eram por elas disseminados. Como os processos de construção social que norteiam essa disseminação, ao mesmo tempo, apresentaram-se como responsáveis pela construção de novas ou renovadas práticas sociais, estas últimas eram contextualizadas nas anteriores e naqueles sentidos. Uma inserção com duplas conseqüências, as novas ou renovadas práticas assumem um espaço do qual podem disseminar e ou perverter aqueles sentidos e práticas anteriores, bem como as intenções daqueles que antes as articulavam em seu cotidiano. Esse entendimento é oriundo da análise conjunta do que foi alcançado por meio das respostas dos sujeitos de pesquisa entrevistados e das observações do pesquisador no *locus* do estudo.

A AD das falas dos respondentes indicou um grande percurso semântico – nesta investigação identificado como o **percurso semântico do trabalho no comércio da Vila Rubim** – subdividido em três subconjuntos: a) **das implicações sobre o trabalho na Vila Rubim**; b) **das reações às implicações sobre o trabalho**; e c) **dos resultados do trabalho**.

Cada um deles foi composto por uma série de temas centrais nos discursos:

- **Subconjunto das implicações sobre o trabalho na Vila Rubim** – Temas centrais: o incêndio; as mudanças concorrenciais; as limitações nas dimensões espaciais; a segurança; a necessidade de recursos; o caráter dos comerciantes; a atuação das instituições públicas; as relações familiares; as relações entre os comerciantes; e a vida privada;

- **Subconjunto das reações às implicações sobre o trabalho** – Temas centrais: aproveitar as oportunidades do incêndio; ampliar o local de trabalho; sobreviver em espaços reduzidos; unir os comerciantes; aguardar a iniciativa das instituições públicas; articular o usufruto sobre o que é público; o saber negociar; as articulações para a sobrevivência da familiar; a busca por uma vida regrada; e articulações sobre o proibido;

- **Subconjunto dos resultados do trabalho** – Temas centrais: o crescimento; o viver bem; a sobrevivência; a perda de tudo; e usufruir do que é público.

No caso da Análise do Conteúdo os temas identificados para organizar os dados referentes às anotações de campo do pesquisador se aproximaram dos expostos pela AD, mas, como já exposto, não se optou por categorias definidas *a priori*. A proximidade se deve ao fato de o caso, o esquema conceitual e o pesquisador serem os mesmos. Como apenas as técnicas de coleta e de tratamento de dados são distintas, é esperada certa aproximação no processo de análise. As categorias aplicadas na Análise de Conteúdo foram obtidas do confronto dos temas recortados das notas de campo, como padrões de palavras, frases, idéias e tópicos de interesse (BOGDAN; BIKLEN, 1994), identificados nas releituras dessas notas e do referencial teórico adotado. Ao final desse processo, foram adotadas 17 categorias para o tratamento das notas de campo: convívio entre pobreza e riqueza; mudanças do incêndio; mudanças concorrenciais; a CEASA e a arte de comprar hortifrutícolas; venda de hortifrutícolas; violência; ingerência pública; família; comerciantes; clientes; funcionários; fracasso; sobreviver; trabalhar para crescer; articulações sobre o proibido; articulações sobre o que é público; e continuidade do comércio. Apesar de se buscar categorias que não se

sobreponham, como esclarecem Bogdan e Biklen (1994), há espaço para certa inter-relação entre as categorias, como se pode observar nas aqui adotadas.

A análise do discurso das entrevistas e a análise do conteúdo das notas de campo foram tratadas de maneira complementar na investigação em questão. A primeira permitiu um corte longitudinal, ao tratar das histórias de vida dos respondentes do primeiro contato com a Vila Rubim até a atualidade. A segunda situa-se em um corte transversal, pois, apesar de incluir manifestações associadas a construções sociais anteriores, inseridas na dimensão história, apresenta-as já rebatidas em inserções contextuais da atualidade, característica das evidências obtidas das observações dos informantes durante a investigação em questão. Esse corte transversal aproximou o pesquisador das práticas sociais do momento e da possibilidade de contextualizá-las e interpretá-las com os sujeitos de pesquisa em suas construções anteriores, na medida em que se inseriu em seu grupo social. Já o corte longitudinal possibilitou a reconstrução, mesmo parcial, dos elementos e processos históricos associados a essas contextualizações atuais.

Segundo esse entendimento, as evidências obtidas em ambos os cortes são tratadas de maneira complementar e apresentadas de maneira conjunta na análise a seguir. Isso permitiu alcançar práticas sociais articuladas no cotidiano da comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim, bem como os sentidos que as envolvem no fazer estratégia nas organizações inseridas no *locus* em estudo.

Os sentidos giraram em torno de duas *themas* identificadas na análise:

- o terno **família/sobrevivência/trabalho**; e

– a díade **público/ privado**

Em torno delas, identificou-se a ancoragem de três representações sociais dos sujeitos de pesquisa, identificadas nesta tese da seguinte maneira:

1. representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho;
2. representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória; e
3. representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante.

A demarcação dessas representações se deu a partir de gêneros comunicativos que dependeram dos locutores e das situações nas quais se inseriram. Ou seja, depende do sujeito ou sujeitos de pesquisa em contato com o pesquisador, na medida em que ele assume o papel de alocutário, durante as entrevistas e observações, acompanhando as situações cotidianas dos sujeitos de pesquisa. A base da identificação desses gêneros foi a análise dos contextos de produção dos discursos, o que envolve as posições dos locutores no discurso e na sociedade, indicadas nas histórias de vida que eles próprios apresentaram e nas menções de outros sujeitos sobre essas histórias. Aqui entram a aprendizagem formal (na escola, em cursos...) e informal ao longo da vida, as atividades que desenvolveu, os resultados obtidos, os grupos sociais dos quais se aproximou; enfim, suas construções sociais ao longo do

tempo. A partir dessas construções observadas na Vila Rubim, identificaram-se seis gêneros comunicativos:

- 1 Gênero das conversas coloquiais no mercado da Vila Rubim. Nele, as locuções foram permeadas por brincadeiras ou respostas simplistas e exageradas, presentes durante as observações realizadas pelo pesquisador. Como no caso de brincadeiras sobre um vizinho que “bebeu todas” na noite anterior, que servia para reforçar e explicar o fato de ele ter aberto a barraca mais tarde do que os outros. Ou a afirmação de um de que vai matar o outro, pois ele pagou uma bebida para uma prostituta, que acabou roubando o celular que o primeiro havia emprestado ao segundo. Sem que isso nem mesmo se transformasse em uma briga. Apesar de o primeiro estar nervoso, os outros em volta riam, e ficou “tudo por isso mesmo”, como eles diriam nesse gênero permeado por expressões coloquiais.
- 2 Gênero da entrevista ou do atendimento formal. Alguns respondentes, ao serem entrevistados, assumiram uma veiculação diferente à da observada em seu cotidiano das conversas coloquiais. Eles apresentaram respostas objetivas, em alguns casos apenas “sim”, “não” ou “não sei”, afirmando ainda não saber o que dizer quando a pergunta era pouco específica. Caso ela fosse refeita de maneira mais específica, era então respondida de maneira objetiva. Este gênero também foi observado no contato com os caixas e demais funcionários do supermercado. Mas, nesse último caso, tal gênero era substituído pelo das conversas coloquiais, à medida que o pesquisador passava a ser “conhecido” pelo funcionário.

- 3 Gênero da discussão técnica. Determinados respondentes assumiam um discurso técnico ao serem entrevistados, principalmente em relação ao marketing, com foco no atendimento ao cliente. O discurso se volta para técnicas específicas de como proceder no dia-a-dia que, supostamente, eles adotavam. Um exemplo é o detalhamento de um respondente que indicava até a maneira correta de olhar o cliente para não constrangê-lo. Os próprios respondentes que apresentaram esse gênero em suas elocuições afirmaram ter participado de treinamentos com especialistas, patrocinados pela Associação de Comerciantes da Vila Rubim (ACVR), e que haviam aprendido muito com eles. Apesar de o discurso ser convergente com esse treinamento especializado, deve ficar claro que as práticas observadas não apresentaram essa mesma convergência. Ainda neste gênero comunicativo, enquadram-se manifestações de comerciantes com maior infraestrutura, associados a redes com muitas lojas e que possuem a seu dispor consultores e pesquisas de mercado, ambos devidamente citados nas entrevistas. O último grupo com discursos aqui enquadrados considera aqueles que vendem produtos com fins medicinais, desde ervas a garrafadas (espécie de medicamento líquido, artesanal, feito a partir de um conjunto de ervas em uma garrafa com vinho). Eles citam doenças ou partes do corpo, algumas vezes pelo termo científico, bem como citam cursos que realizaram, médicos e programas de TV, mostram rótulos e livros, sempre buscando uma conotação técnica quando o assunto, de alguma maneira, direciona-se para a questão dos produtos que eles comercializam.
- 4 Gênero do processo de vendas comedido no mercado da Vila Rubim. Enquanto o gênero anterior veicula discursos em processos de vendas específicos, associados a produtos medicinais, com ênfase no conhecimento técnico, este gênero surge em

praticamente todos os processos de venda, apoiado na ênfase do conhecimento popular. Ele foi observado quando o pesquisador entrou em contato direto com o proprietário ou um funcionário das lojas, dos chamados “tabuleiros”, das barracas, da peixaria ou de qualquer outro comércio. Ele só não foi observado nas lojas maiores, onde existe a lógica de auto-serviço, na qual o cliente se serve e vai para o caixa, caso dos supermercados no Mercado. Este gênero é marcado por histórias sempre prontas para justificar as características dos produtos e ancorá-las em concepções positivas. Na observação participante, aprendeu-se, por exemplo, que: batatas pequenas “são mais gostosa para fritar”; tomates pequenos “dão mais sabor para a moqueca”; as bananas estão mais maduras (em alguns casos, quase estragando), pois “não levam química, são naturais”; o coco amarelo, bem velho, “tem pouca água, mas é mais doce”. Enfim, há um repertório para justificar quaisquer características que possam parecer estranhas aos olhos do cliente. Em paralelo a esse foco e complementar a ele, há o das experiências dos outros clientes (muitas vezes amigos que confirmam tudo), por exemplo, ao oferecerem uma garrafada: “Esta garrafada, seu Zé [o senhor ao lado dele], tomou e ficou bom do fígado. Ele até voltou a beber”.

- 5 Gênero do processo de vendas expansivo no mercado da Vila Rubim. Algumas vezes, o gênero anterior só se desenvolve após este, que não se apresenta em todo o Mercado, sendo predominante nos tabuleiros, na peixaria e, com menor intensidade, nas barracas. Aqui os proprietários e funcionários gritam para atrair os clientes. Basta que alguém passe na calçada. Mesmo se outra pessoa está sendo atendida, há uma breve interrupção no atendimento e se dirige ao outro que passa: “Vai um tempero aí?”; “Já comprou o tempero pra moqueca?”; “O senhor vai levar o que hoje?”; “Está tudo fresquinho, pode chegar”, entre outras chamadas. Quando o

cliente se aproxima, a veiculação por meio do gênero do processo de vendas comedido se inicia, articulando a venda.

- 6 Gênero da burocracia pública. Esse gênero refere-se às veiculações de discursos nos documentos das instituições públicas que faziam referência ao Mercado, obtidos no Arquivo Público Municipal e no Arquivo Público Estadual. Esse último gênero não estava presente no cotidiano do Mercado, mas deve ser considerado, na medida em que os documentos mencionados estão incluídos na análise. É marcado por uma terminologia formal, em que as solicitações, despachos, aprovações, reprovações, prestações de conta e planejamentos seguem procedimentos formalmente predefinidos de acordo com os órgãos públicos envolvidos. Incluem, em alguns casos, planilhas, fotos e mapas, além de textos elaborados por funcionários públicos no exercício de suas funções e por pessoas articulando seus interesses no Mercado da Vila Rubim relacionados com essas instituições públicas.

Esses gêneros comunicativos foram aqui destacados pois os sujeitos os articulam em seus discursos. Portanto, na análise, o pesquisador sempre os considerou. Entretanto, existem construções explícitas que nem sempre exigem destacar na análise aspectos específicos do gênero comunicativo em jogo para sua compreensão. Nesse sentido, para evitar a repetição desnecessária de qual gênero comunicativo está sendo articulado a cada fragmento, apenas em algumas partes da análise apresentada ele é destacado, pois entendeu-se que a compreensão da construção discursiva em questão exige isso.

Os gêneros comunicativos destacados contribuíram para a demarcação dos conjuntos de representações sociais mencionados, na medida em que permitem contextualizar os temas

manifestados pelos respondentes. Dessa maneira, aquelas *thematats* e as representações sociais nelas ancoradas ganham diferentes contornos ao se observar as veiculações distintas. Isso pode ser ilustrado ao se observar a *themata* caracterizada pelo terno “família/trabalho/sobrevivência”, presente nos três conjuntos de representações sociais. No gênero comunicativo da discussão técnica, o tema da família só é mencionado para indicar outro tema, o de que um dos membros familiares está se aperfeiçoando ou se aperfeiçoou, como a menção de que o proprietário 17 faz a seu filho, afirmando que ele cursa Administração na faculdade, ao falar sobre marketing e que essa formação ofereceria uma visão melhor para o filho, hoje ajudando na gestão da loja. Diante dessa manifestação limitada sobre a família, poderia se considerar que ela só está associada ao sucesso na comercialização se os seus membros se aperfeiçoassem. Mas essa última constatação deve ser excluída por ser uma inferência que está ignorando a inserção do discurso do respondente no gênero comunicativo da discussão técnica, e não no contexto mais amplo da representação social ancorada na *themata* família/trabalho/sobrevivência, que extrapola um gênero específico.

Em relação à ilustração em questão, ao se reconhecer que o gênero das conversas coloquiais no Mercado da Vila Rubim também se faz presente veiculando representações sociais relacionadas com o tema da família e do sucesso, é possível observar que o sucesso é representado socialmente associado ao tema da possibilidade de propiciar à família uma “especialização” – no caso, o estudo aos filhos – que, muitas vezes, os pais não tiveram. Portanto, o sucesso não é, necessariamente, algo que será alcançado por meio dessa “especialização” aplicada no comércio. A possibilidade de oferecer a “especialização” à família, em si, já representa o sucesso para muitos sujeitos de pesquisa engajados na comercialização dos hortifrutícolas. Essa ilustração revela o potencial de as representações

sociais demarcarem espaços. No caso, a prática social de incentivar o estudo dos filhos posiciona-se no lugar de um próprio e insere-se na estratégia cotidiana dos comerciantes, em um lugar de poder privilegiado do qual se calcula o resultado daquela prática. Portanto, ao identificar os três conjuntos de representações sociais apresentados, está-se evidenciando as demarcações do lugar do próprio, em ordens estabelecidas na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que os lugares da ordem estabelecida das estratégias cotidianas se revelam, também se evidenciam os espaços de transgressão, das táticas cotidianas oriundas da bricolagem de sujeitos que pervertem aqueles lugares, uma perversão que se legitima justamente naquilo que está sendo pervertido, pois apresenta práticas sociais diferentes, mas imbricadas com as do próprio. Ou seja, o sujeito, na bricolagem, entra em dissonância com as representações sociais dos grupos de sujeitos nos quais se insere, mas não abandona nem entra em divergência com todas as articulações sociais relacionadas com essas representações sociais, pois uma parte é sua matéria-prima ratificada pelo grupo social.

Do ponto de vista da operacionalização da análise, deve ficar claro que qualquer prática pode ser estratégia cotidiana, tática cotidiana ou nenhuma das duas. A inserção como estratégia ou tática cotidiana diz respeito apenas aos contextos em que se insere o grupo em questão e que são assumidos como referência, para expor relações nas construções sociais dos sujeitos. Ou seja, aquilo que para um grupo é tática cotidiana para outro grupo poder ser estratégia cotidiana, e essa construção diz respeito à maneira como os grupos se articulam em determinadas construções sociais anteriores. No caso desta tese, essas construções anteriores foram delimitadas às representações sociais dos grupos de sujeitos pesquisados.

Nesse sentido, não se quer apenas identificar o que é estratégia ou tática cotidiana, pois isso não tem um sentido em si mesmo. A intenção é usar essa distinção para compreender como as práticas se posicionam em relação a determinadas inserções contextuais. A identificação da inserção na estratégia ou tática cotidianas é apenas uma maneira de se viabilizar essa análise e expor as relações contextuais.

Essa complexa construção envolve o processo de fazer estratégia nas organizações e foi evidenciada nesta tese a partir de figuras e temas identificados nas observações de campo e nas entrevistas. As categorias da análise do conteúdo e os percursos semânticos identificados pela AD permitiram chegar a esses elementos que serão discutidos a seguir, já apresentados em suas articulações com as práticas sociais, representações sociais, estratégias e táticas cotidianas, no fazer estratégia nas organizações no *locus* em estudo. A opção por apresentá-los já em suas inserções no fazer estratégia se deve ao entendimento de que a apresentação isolada da análise do conteúdo e do discurso, como se tivessem um fim em si mesmo, tende à repetição de aspectos redundantes e a uma longa discussão descolada do objetivo proposto nesta tese.

Com base no exposto, a organização da discussão sobre a estratégia dos comerciantes de hortifrutícolas como prática social é norteadas não por percursos semânticos, subconjuntos ou categorias da análise do conteúdo, mas por construções desenvolvidas pelos sujeitos no sentido de oferecer sentido a algo supostamente desconhecido, sem uma explicação única e clara. Com base na TRS, entende-se que, ao construir esses sentidos, é em torno deles que os sujeitos articulam suas práticas sociais. Portanto, aqui, parte-se dos desconhecidos confrontados nessas construções de sentido, nas representações sociais, para se chegar às práticas sociais em suas inserções contextuais e nos fluxos de práticas inseridos em

contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos (as estratégias e táticas cotidianas nas organizações). Nesse sentido, a discussão girou em torno de três questões do “desconhecido”, evidenciadas, como tal, no cotidiano dos sujeitos de pesquisa: Por que o mercado muda? O que sustenta a tradição de comprar no mercado da Vila Rubim? Quem é o comerciante da Vila Rubim?

A análise do conteúdo e a análise do discurso, bem como os percursos semânticos, os temas e as figuras referem-se apenas às técnicas adotadas para viabilizar um caminho capaz de expor esse desconhecido e investigar as construções em torno dele. Portanto, a discussão foi articulada a partir daqueles três questionamentos e das representações sociais a eles associados, o que inclui as faces dessas representações. Esses elementos no texto estão grafados em negrito, para destacar as referências contextuais adotadas, necessárias à exposição do processo de construção de práticas e sentidos em torno de determinado desconhecido. É a partir dessas referências que as figuras e os temas são articulados no texto, para expor o referido processo de construção social. Portanto, também cabe destacar e diferenciar os temas e as figuras, o que foi realizado por meio da grafia em itálico no texto da análise.

Nos contatos durante as observações e as entrevistas, surgiram temas e figuras que revelaram construções que lidam, no cotidiano, com uma série de aspectos relacionados com cada uma daquelas questões. Tais aspectos fazem parte do óbvio para os sujeitos inseridos nesse cotidiano, suas teorias do senso comum. Portanto, na análise dos dados, partiu-se deles para desenvolver a abordagem dialógica, na qual a redundância de temas impera em conjunto com o dialogismo. Quando em seu discurso o sujeito remete a uma outra construção, ele não abandona a anterior; ele a retoma, em uma redundância que viabiliza

uma abordagem que busca lidar com o dialogismo. O reconhecimento deste processo levou esta tese a um afastamento da tentação funcionalista de simplificar o trabalho de pesquisa e os discursos, cortando esse último em fragmentos isolados, cada um com sua categoria limpa e independente.

Assume-se aqui que a categorização está no cotidiano de todos, no uso das palavras, dos gestos, das significações. Portanto, não se pode negar que nesta tese há processos de categorização, o que se quer é um afastamento da visão na qual existiriam categorias independentes. Ou seja, além de a categorização permear as vidas das pessoas, nenhuma categoria é independente das demais. Quando assume, mesmo parcialmente, a existência de uma categoria independente, o pesquisador está apenas optando por perder as interdependências para viabilizar seu estudo, de acordo com os recursos disponíveis e as posições adotadas. Nesta tese, não se tem a pretensão de alcançar todas as interdependências existentes em qualquer fenômeno social, mas parte-se do reconhecimento dessa impossibilidade para confrontá-la em parte. Por isso mesmo, o pesquisador opta por dar espaço aos sujeitos, para que as limitações do primeiro possam ser parcialmente trabalhadas em conjunto com os segundos, numa construção que insere ambos em parte daquelas interdependências, revelando-as para o iniciado.

Os destaque dado à redundância dos temas, repetidos ao longo da análise, faz parte da tentativa de revelar essa construção, da qual se fez parte e na qual aquilo que é redundante deixa de ser percebido como tal quando passa a fazer parte do cotidiano, e nem é visto mais, pois de redundante passa a invisível. Repetidas uma ou mil vezes, explícita ou implicitamente, muitas das construções manifestadas passam despercebidas no cotidiano de sua reprodução. Ao desconhecer esse cotidiano, no qual buscou se inserir e sobre o qual

indagou aos sujeitos que o constroem, o pesquisador assumiu a postura na qual as interdependências seriam reconhecidas na análise. Para isso, baseou-se no âmbito das delimitações e redundâncias apresentadas pelos sujeitos, estes, por sua vez, delimitados pelo pesquisador como os comerciantes de produtos hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim e às pessoas que, segundo eles próprios, relacionaram-se e se relacionam com eles no cotidiano de trabalho. Limite suficiente para viabilizar a investigação proposta.

A partir dessa delimitação inicial, a abordagem aqui defendida foi assumida como adequada para se lidar com o problema da distância relacional (WILSON, JAZARBKOWSKI, 2004), pois dá ao sujeito espaço para expressar os cortes microssociais e macrossociais na coleta de dados, a partir de suas representações sociais. A análise a seguir busca evidenciar esses cortes e aquelas interdependências, todos construídos e expostos pelos sujeitos, partindo das questões supostamente desconhecidas, que para eles são familiares em suas diversas faces. Deve-se destacar o fato de as inserções contextuais expostas na análise incluírem fragmentos discursivos e observações do pesquisador referentes a sujeitos de pesquisa que nunca atuaram comercializando produtos hortifrutícolas. Isso se justifica pelo fato de eles se relacionarem com esse grupo e, portanto, estarem envolvidos na construção de suas práticas sociais, considerada a unidade (assumida como pluralidade) de análise adequada para o estudo em questão.

5.7 Limitações do método

Ao considerar as limitações do método adotado, deve-se destacar a limitação da abrangência de um estudo de caso. As generalizações de conclusões provenientes de dados qualitativos levantados em uma organização são de responsabilidade dos investigadores futuros,

levando-se em conta que, para Yin (2001, p. 29), os estudos de caso “[...] são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações e universos”. Ou seja, a generalização é analítica.

Além disso, no tocante às técnicas de observação, uma participação mais extensa, sem se limitar àquela como cliente, tenderia a oferecer dados mais aprofundados, a partir de um maior envolvimento do pesquisador no contexto dos sujeitos de pesquisa. Entretanto, em virtude dos obstáculos para assumir o papel do comerciante e dos funcionários em seu cotidiano, a alternativa foi assumir outras modalidades de observação e reconhecer o distanciamento referente à menor participação no cotidiano.

O último aspecto a se destacar foi a dificuldade de obter dados longitudinais por meio da observação. Em virtude disso, quando a análise se volta para as construções anteriores, ocorre uma concentração nos dados oriundos das entrevistas, além da impossibilidade, nesses casos, de confrontar os dados das entrevistas com os provenientes das observações.

6 O MERCADO DA VILA RUBIM

6.1 A história

O bairro da Vila Rubim, situado na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, data do início do século XX, quando era chamado de “Cidade de Palha”. O nome deve-se à condição de pobreza do lugar, habitado pelos imigrantes do interior do Espírito Santo e de outros estados (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006). Aos poucos, o bairro desenvolveu-se, tornando-se reconhecido como um lugar de passagem e comércio dos que se deslocavam do continente para a ilha principal do arquipélago que compõe a cidade, servindo de atracadouro para embarcações que traziam produtos do interior (BOTELHO, 2005).

Como explica Canal (2006), no final da década de 1920, parte do então Mercado Municipal, o Mercado da Capixaba, transferiu-se para esse local, criando-se o Mercado da Vila Rubim, inaugurado em 1928. No pavimento superior, ficavam sua administração e cerca de 20 mercearias; no térreo, o comércio de hortigranjeiros e açougues; e nos fundos, um atracadouro, que, mais tarde, deixou de existir, em virtude de um aterro que possibilitou a expansão do Mercado. A movimentação de mercadoria por meio de embarcações na região do mercado pode ser observada na Figura 4.



Figura 4 – Desembarque de mercadorias na região do Mercado da Vila Rubim no início do século XX
Fonte: arquivo público municipal

Na Figura 4, é possível evidenciar ainda a extensão dos aterros que permitiram expansões posteriores do Mercado. Toda a área apresentada foi aterrada, inclusive a que fica abaixo da ponte que aparece no canto esquerdo, conhecida atualmente como Ponte Seca. Vêem-se, ainda, as imediações do entorno do prédio do antigo Mercado, na qual se desenvolveu a comercialização de produtos diversos, em barracas de madeira descritas como precárias por vários respondentes. Alguns afirmaram que era possível ver a maré subindo de dentro das barracas, através das frestas das tábuas, até quase atingir as mercadorias. Uma prática comum era a construção de palafitas elevadas em relação à maré alta, como se vê no canto direito da figura. Ao longo dos anos, essa área nas imediações do Mercado desenvolveu uma atividade comercial com grande movimentação de pessoas. Segundo os sujeitos de pesquisa, em virtude das constantes confusões que ocorriam na área específica das barracas

ela passou a ser chamada de Coréia, uma analogia com a Guerra da Coréia, ocorrida no início da década de 1950.

Em 1969, os comerciantes que trabalhavam com produtos hortifrutigranjeiros foram transferidos para três galpões próximos ao antigo prédio do Mercado. Esses galpões eram de propriedade do governo do Estado, os quais foram transferidos para a Prefeitura, por comodato. Para lá foram aqueles que comercializavam hortifrutigranjeiros no térreo e nas proximidades do prédio. Os comerciantes que trabalhavam no prédio com outros produtos receberam a doação da área em volta dos três galpões para que financiassem a construção de suas lojas, o que foi feito, e eles se transferiram para lá na década de 1970. Isso permitiu a demolição do antigo prédio e a construção de uma praça em seu lugar, a Praça Manoel Rosindo. Deve-se destacar que desde então, formalmente, apenas os três galpões passaram a ser chamados de Mercado da Vila Rubim, como consta nos endereços e documentos da Prefeitura. Mas, para as pessoas que trabalham e circulam entre os outros galpões e a Praça Manoel Rosindo, toda a área faz parte do Mercado da Vila Rubim, construção social assumida nesta tese para delimitar a área do mercado. No mapa apresentado na Figura 3, essa área corresponde à parte sombreada, aproximadamente uma circunferência com cerca de 200 metros de diâmetro.

Em relação à Praça Manoel Rosindo, é preciso explicar sua atual inserção no Mercado. Segundo os respondentes, após a demolição do antigo mercado, a Praça foi tomada por mendigos, os quais foram expulsos por ambulantes, que instalaram lá suas barracas, fazendo com que a Praça Manoel Rosindo seja conhecida como a “Praça da Feirinha”. A Figura 5 revela a ocupação desordenada da praça, com as pessoas aguardando os ônibus em pontos bem próximos das barracas de produtos hortifrutícolas, que, então, predominavam.



Figura 5 – Praça Manoel Rosindo ocupada pelos barraqueiros
Fonte – Associação dos Barraqueiros da Vila Rubim

Havia grande distância entre as mudanças que a Prefeitura planejava para o Mercado e o que as pessoas construíam. Essa distância não se restringe à praça, no planejamento inicial dos três galpões, de fins da década de 1960, cada um dos 100 boxes deveria ser ocupado por um pequeno comerciante de produtos hortifrutigranjeiros. Entretanto, vários comerciantes adquiriram mais de um boxe e passaram a comercializar produtos diversos, como roupas, artesanato, produtos medicinais e religiosos, não apenas hortifrutigranjeiros.

Durante esse processo, a Vila Rubim, que até então fazia o papel de abastecer a cidade de alimentos, foi aos poucos dividindo esse papel com outras regiões. O atacado de produtos hortifrutigranjeiros que era realizado lá passou para o município de Cariacica, sob a administração da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA/ES), em 1974. No

início da década de 1980 a CEASA também buscou administrar o varejo de hortifrutigranjeiros e, nesse sentido, assumiu da prefeitura a administração dos galpões da Vila Rubim. Mas, em meados de 1980, afastou-se, entregando a gestão para a Associação dos Usuários do Mercado da Vila Rubim, criada para esse fim pelos próprios comerciantes e que, mais tarde, se transformaria na Associação dos Comerciantes da Vila Rubim (ACVR), incluindo todos os comerciantes da região.

Naquela época, além de a CEASA ocupar o papel de atuação no atacado de hortifrutícolas, nas vendas a varejo o papel do Mercado da Vila Rubim passou a ser dividido com os “Kilões” e supermercados, criados em diversos bairros e municípios vizinhos, oferecendo os principais produtos encontrados no Mercado da Vila Rubim. Conforme os respondentes, a partir de então, embora mantivesse certa movimentação, o Mercado já evidenciava seu declínio. Em julho de 1994, um incêndio de grandes proporções destruiu parte do Mercado. Além de várias lojas construídas para abrigar os comerciantes do antigo mercado, dois dos três galpões inicialmente voltados para o comércio de hortifrutigranjeiros foram quase totalmente destruídos, como se observa nas Figuras 6 e 7.



Figura 6 – Início do incêndio no Mercado da Vila Rubim
Fonte: Comerciante Jair da Vitória



Figura 7 – Mercado da Vila Rubim após a explosão durante o incêndio
Fonte: comerciante Jair da Vitória

As duas figuras permitem entender o motivo de alguns respondentes se referirem ao incêndio como “a explosão”. A Figura 6 mostra o início do incêndio, uma coluna de fumaça que sobe das janelas onde ficava um galpão ocupado inicialmente pelos comerciantes do antigo mercado. Logo em frente às janelas estão três longos telhados, um de cada galpão inicialmente ocupado por comerciantes de hortifrutigranjeiros. Na Figura 7, observa-se o que ocorreu após uma grande explosão dos fogos armazenados no local, quando metade das janelas e das lojas desapareceu, em conjunto com boa parte de dois dos galpões.

Os lojistas que perderam seus comércios nos galpões foram transferidos para barracas construídas pelo Poder Público, localizadas na Avenida Nair Azevedo Silva (Figura 3), em uma área próxima do Mercado, cerca de 200 metros. Mas em poucos meses, segundo os respondentes, devido ao isolamento da área e ao baixo movimento de pessoas, eles retornaram para a parte destruída e lá construíram suas barracas, onde permaneceram trabalhando de maneira improvisada, como se observa na Figura 8.



Figura 8 – Barracas improvisadas dos lojistas em torno dos galpões destruídos
Fonte: ACVR

Ao centro da Figura 8 está a área antes ocupada pelos galpões 2 e 3. Em torno da área, estão as barracas improvisadas dos lojistas. À direita, ainda dentro do terreno, vê-se uma cobertura. Lá está a única loja de dentro do galpão 3, que permaneceu funcionando, mesmo após o incêndio. Esse é o Supermercado A, que comercializava produtos hortifrutigranjeiros e continua no ramo até hoje, mas agora do outro lado da rua, não mais nos galpões.

Após os lojistas terem ocupado a área em torno de onde ficavam os galpões destruídos, a prefeitura fez um acordo, comprometendo-se a reconstruir os galpões. Enquanto isso, os comerciantes passariam a trabalhar em barracas de madeira construídas pela prefeitura em frente ao Mercado. A Figura 3 mostra a posição dessas barracas no Mercado da Vila Rubim e a Figura 9 mostra como eram essas barracas ocupadas pelos antigos lojistas.



Figura 9 – Barracas construídas pela prefeitura em frente aos galpões destruídos
Fonte: ACVR

Os lojistas acabaram por permanecer nessas barracas durante vários anos. Quando retomou os planos para a reconstrução do Mercado, a Prefeitura incluiu a demolição da loja do

Supermercado A. Iniciou-se, então, um embate com o proprietário da loja, só resolvido quando ele adquiriu o espaço das lojas destruídas em frente ao galpão e lá construiu uma nova loja, retirando-se dos galpões. Esse conflito, agravado pelas discussões entre os governos estadual, municipal e a ACVR, resultou em um processo judicial que durou até 2002. Resolvidos os impasses a Prefeitura terminou a reconstrução dos dois galpões, de acordo com um plano no qual constava a redefinição das atividades do Mercado, direcionando-as para o turismo (BOTELHO, 2005), desde então, nos Galpões, o artesanato passou a predominar. As Figuras 10 e 11 mostram as novas instalações, que incluem 38 lojas e um mezanino, onde podem ser realizados shows.



Figura 10 – Interior dos galpões reconstruídos pela prefeitura
Fonte: ACVR



Figura 11 – Parte externa dos galpões reconstruídos pela prefeitura
Fonte: ACVR

As Figuras 10 e 11 mostram que as novas instalações deram aos galpões o perfil de um pequeno centro comercial urbano, com espaço e poucas lojas, haja vista que as 200 bancas que ocupavam os dois galpões agora são 38 lojas com tamanhos diversos.

Após a transferência dos lojistas das barracas para as lojas nos galpões, das quais são permissionários,²⁰ as antigas barracas foram preparadas pela Prefeitura e ocupadas pelos barraqueiros da Praça Manoel Rosindo (Figura 3). Eles aceitaram a transferência sob a promessa de que a praça seria reformada, com a inclusão de pequenas lojas de alvenaria para eles. Na Figura 11, fica clara a posição das barracas em relação aos galpões novos, pois

²⁰ Segundo a ACVR, o enquadramento legal dos comerciantes que ocupam os galpões ainda não está claro em relação à Prefeitura. A Prefeitura construiu os novos galpões, e reconhece o direito dos comerciantes sobre as lojas, mas não a propriedade. Entretanto, a propriedade anterior à reconstrução não era da Prefeitura, nem dos comerciantes. Esses últimos ocupavam as lojas há muitos anos, sem contratos específicos com o Estado, o que, para eles, do ponto de vista jurídico, contribuiria para a obtenção do reconhecimento da propriedade.

os telhados das barracas podem ser vistos bem em frente aos galpões, na parte inferior direita da figura. Na Figura 12, é possível ver a disposição dos hortifrutícolas em uma barraca com a frente voltada para a Rua Pedro Nolasco.



Figura 12 – Disposição dos hortifrutícolas em uma barraca
Fonte – Associação dos Barraqueiros da Vila Rubim

Na Figura 12, observa-se um balcão com hortifrutícolas e abaixo dele várias caixas. Essas caixas, comumente, são utilizadas como uma extensão do balcão, ocupando parte da calçada, mesmo sendo algo proibido pela prefeitura. A figura mostra que as pessoas que passavam de carro ou de ônibus na rua em frente às barracas de madeira, não tinham como ver o resultado das reformas dos galpões do Mercado. Isso rendeu comentários de respondentes que afirmavam que a Vila Rubim, depois de anos, voltou ao passado, ao tempo

das barracas de madeira do início até meados do século XX. Essa posição das barracas em relação à rua principal pode ser observada na Figura 13.

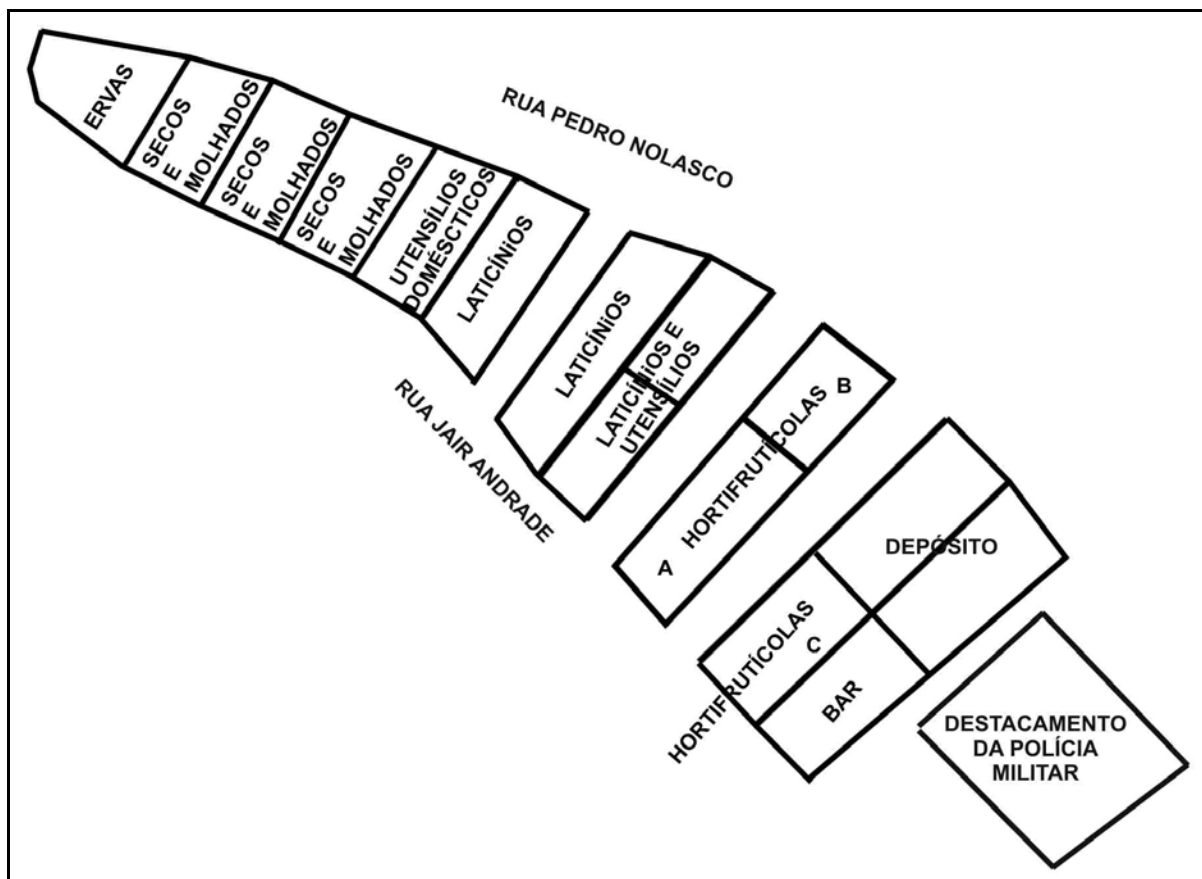


Figura 13 – Disposição das barracas e produtos comercializados
Fonte: notas de campo

Na Figura 13, a Rua Jair Andrade fica entre as barracas e os galpões novos, sendo uma via interna do mercado, nas quais circulam pessoas e veículos que, comumente, se dirigem a ele. A Rua Pedro Nolasco é uma das vias de acesso da cidade de Vitória para outras regiões mais ao sul, com trânsito intenso de veículos. A figura também mostra a variedade de produtos comercializados nas barracas, com destaque para o fato de que são poucas as que comercializam hortifrutícolas, ao contrário do passado, quando, segundo os respondentes, predominavam. Mas, ainda segundo eles, houve queda no movimento quando saíram da

Praça, e isso levou ao afastamento de muitos barraqueiros que comercializavam hortifrutícolas.

Depois de anos de espera dos barraqueiros, em 2006, a Prefeitura iniciou a revitalização da praça, que incluiu a construção de 48 pequenas lojas (com cerca de 4 metros quadrados), concluídas no início de 2007, quando os barraqueiros voltaram à praça. As barracas onde estavam foram retiradas. Só então a calçada em frente ao Mercado foi liberada, depois de ocupada por treze anos pelas barracas nas quais trabalharam os lojistas e, depois, os barraqueiros.

Atualmente, os comerciantes nos galpões e em torno deles oferecem uma ampla variedade de produtos, tais como artigos de umbanda, roupas, aviamentos para costura, mel, queijo, sapato, doces, balas, produtos para higiene pessoal, pequenos animais, verduras, carne, peixe, artesanato, hortifrutigranjeiros e temperos.

A despeito da variedade dos produtos e dos esforços da Prefeitura, em conjunto com a ACVR, no sentido da revitalização da Vila Rubim, o Mercado e seu entorno continuam a sofrer conseqüências de um progressivo esvaziamento da região central da cidade, a favor de outras áreas menos associadas à idéia de violência e de dificuldade de acesso (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006).

O conjunto dos argumentos aqui apresentados evidencia parte do contexto histórico no qual os comerciantes, funcionários, clientes e fornecedores que circulam pelo Mercado interagem no dia-a-dia. Como se observou, após as sucessivas reconstruções, não há no Mercado da Vila Rubim interesse arquitetônico. As novas construções substituíram as antigas.

Entretanto, a relação com o passado continua na cultura das pessoas que lá se envolvem há décadas, como seus pais e avós já faziam, nos papéis de comerciantes, vendedores, clientes e fornecedores. Hoje, para muitos, frequentar o Mercado pode ser apenas lazer ou costume; para outros, trabalho e sobrevivência. Acredita-se que neste último grupo (ou em ambos) estão inseridos os atores organizacionais, em seu “fazer estratégia” no cotidiano do Mercado da Vila Rubim.

6.2 O contexto atual do comércio de hortifrútiolas

Na Vila Rubim, o Mercado, tradicionalmente, apresentou uma configuração do que se poderia chamar de “mercado aberto”, no qual os três galpões construídos inicialmente para produtos hortifruti-granjeiros ficavam no centro e, em torno deles, os outros galpões, para onde se transferiram os demais comerciantes do antigo mercado, além de mercearias que atuavam em suas proximidades. Os galpões eram separados por ruas estreitas, e as pessoas que circulavam pelo mercado transitavam livremente entre um galpão e outro por essas ruas. Daí a idéia de mercado aberto, em que as pessoas circulam pelas ruas ao fazerem suas compras. Hoje, boa parte das lojas dos galpões foi adquirida por alguns poucos comerciantes. Isso fez com que as lojas crescessem e tivessem frente para a rua, sendo poucas as que ficam exclusivamente na parte de dentro de um galpão.

Ao chegar à Vila Rubim com o propósito de manter os primeiros contatos com os comerciantes que lidam com os produtos hortifrútiolas, lembrei-me de Malinowski (1980, p. 41) e o início de seus trabalhos na costa sul da Nova Guiné, quando “[...] um pouco de tabaco oferecido induzia uma atmosfera de mútua amabilidade”. Essa relação de troca é enfatizada quando Malinowski (1978, p. 21-22) afirma:

sabendo que eu meteria o nariz em tudo, até mesmo nos assuntos em que um nativo bem educado jamais ousaria intrometer-se, os nativos realmente acabaram por aceitar-me como parte de sua vida, como um mal necessário, como um aborrecimento mitigado por doações de tabaco.

No caso dos sujeitos investigados nesta tese, não havia um interesse especial em tabaco que eu pudesse oferecer, mas em clientes, e eu poderia oferecer isso ao comprar produtos. Comecei, então, minhas compras e fui aos poucos me aproximando dos sujeitos de pesquisa.

Ao circular pelo Mercado para comprar sua lista de hortifrutícolas do dia, o pesquisador viu na prática o número reduzido de comércios que atuam especificamente com esses produtos. Isso foi algo que se destacou, principalmente ao saber do passado no qual o Mercado era o principal ponto de comercialização desses produtos. Além dos seis comércios que comercializam especificamente hortifrutícolas em geral, apenas mais dois supermercados e uma mercearia também trabalhavam com hortifrutícolas em geral, mas em uma variedade reduzida desses produtos, pois privilegiam secos e molhados. Algumas vezes, os produtos da lista de compras de hortifrutícolas nem foram encontrados no Mercado.

Em relação à questão de não encontrar os produtos hortifrutícolas no Mercado, é importante destacar que a variedade de produtos muda de um dia para o outro, pois as compras na CEASA desses produtos são diárias, ou quase. Algumas vezes, o próprio comerciante, no caso dos barraqueiros e dos tabuleiros, avisa que trará o produto em falta no dia seguinte ou em dois dias.

Ao acompanhar um grupo de comerciantes, um das barracas e dois dos tabuleiros em suas compras na CEASA, o pesquisador confirmou essa informação e pôde observar que as encomendas aos agricultores na CEASA ocorrem apenas no caso de alguns produtos mais difíceis de serem encontrados, o que pode ocorrer por ser entressafra ou por algum evento

específico, como falta ou excesso de chuva. Mas, mesmo nesses casos, antes de comprar, o comerciante verifica o preço dos outros agricultores e pressiona aquele para o qual fez a encomenda, podendo até comprar com outro se não houver um entendimento sobre o valor. Deve-se destacar que essa lógica se repetiu quando o pesquisador acompanhou outro comerciante, que antes trabalhava especificamente com hortifrutícolas, mas que atualmente compra hortifrutícolas para suas seis lojas de supermercado. Apesar da grande diferença na escala de compras entre eles, os procedimentos de negociação são semelhantes; apenas o uso do argumento do maior volume de compras, para negociar descontos, foi algo exclusivo do supermercadista.

No tocante à disposição física, a análise inicial do pesquisador teve como base a última vez que havia visitado o Mercado, após o incêndio e antes da reconstrução dos galpões. Agora, os dois galpões destruídos foram agrupados em um só. Possuem um mezanino, passagens largas e não conta com nenhum comércio voltado especificamente para a comercialização de produtos hortifrutícolas em geral. Atualmente, parece mais um pequeno shopping, com o predomínio de lojas de artesanato em seu interior, mas mantendo certa diversidade, já mencionada como típica do Mercado, nas lojas abertas para a rua.

Outros dois aspectos que destoam do passado lembrado são a segurança e a limpeza. No caso da segurança, agentes particulares foram vistos circulando por dentro dos galpões, em conjunto com guardas municipais e policiais militares, que também circulam por todo o Mercado. No caso da limpeza, a todo o momento se viam funcionários limpando os galpões e as ruas ao seu redor.

Essas alterações revelam mudanças no espaço de interação das pessoas, que, na atualidade, a despeito de toda a reformulação física, ainda apresentam comportamentos que, conforme os sujeitos, têm relação com as tradições do mercado.

Nesse sentido, o pesquisador, ao circular pelas lojas durante meses como um cliente, observou que muito dos clientes se conheciam, bem como os funcionários dos estabelecimentos. Enquanto estavam nas filas, as pessoas passavam e se cumprimentavam de maneira discreta ou bastante efusiva, com brincadeiras feitas a distância, acompanhadas por todos ao redor. Nas barracas e nos tabuleiros, há sempre algum cliente conversando com o comerciante e brincadeiras sendo feitas a qualquer momento. É só dar uma deixa, como mostra o seguinte fragmento do diário de campo: “Enquanto ele me atendia, passava um ambulante vendendo balas, e o rapaz que me atendia deixou cair uma moeda. O ambulante pegou, devolveu a ele e falou: ‘O dinheiro vem atrás de mim’” (Notas de campo).

No caso das barracas que são abertas para as duas ruas, a Rua Pedro Nolasco e a Rua Jair Andrade, essa lógica de dar atenção e conversar uns com os outros e com os clientes deveria ser um problema, pois não há como vigiar as duas frentes e ainda conversar, mas isso não impede a conversa; apenas leva a algumas correrias quando chega um cliente do outro lado, o que gera a interrupção da conversa, que, após a venda, é retomada.

Essa capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo também é aplicada no dia-a-dia, quando eles têm que atender mais de um cliente. E, como foi observado no campo, ao mesmo tempo chamam para comprar uma pessoa qualquer que esteja passando por perto. Mesmo no supermercado A, certa vez, enquanto a responsável pelo guarda-volumes

conversava comigo, ela, ao mesmo tempo, guardava as sacolas de outros clientes e passava o cartão de crédito de um terceiro em uma máquina.

No dia-a-dia do Mercado, observou-se também certa distinção entre o cliente que circula durante a semana e o que faz compras no sábado. Além de o Mercado aumentar muito o volume de pessoas no sábado, inclusive com algumas filas para comprar em vários comércios, não se observaram aos sábados manifestações específicas, comuns durante a semana, como certo predomínio da circulação de pessoas com roupas surradas e que param para contar o quanto de dinheiro possuem antes de definir a compra. Isso foi visto durante a semana com maior frequência nas barracas e tabuleiros e em menor frequência no Supermercado A. Em um fragmento das notas de campo esse aspecto fica claro, quando o pesquisador destaca que as pessoas ao terminarem as compras

[...] não iam para os carros estacionados; elas seguiam a pé. Aparentemente, a maioria das pessoas que vai para o supermercado é de moradores das proximidades, mas o açougue e, principalmente, a peixaria, as lojas de condimentos, de ervas, e de artesanato e de mantimentos específicos (animais, sorveteria...) atraem pessoas de outras regiões. No tocante aos supermercados, aparentemente, o Mariano faz um papel de feira livre permanente de hortifrutícolas, papel também assumido pelos tabuleiros de frente à peixaria. As barracas se dividem entre produtos mais baratos, inclusive hortifrutícolas, muitas vezes com uma qualidade inferior aos das lojas, e outros incomuns, como a lamparina, o urucum em grãos, o feijão fradinho (Notas de campo).

Essa demarcação entre dois públicos fica clara no tocante à comercialização de hortifrutícolas ao se confrontar a estrutura do supermercado A, muito próxima de qualquer supermercado da atualidade, com carrinhos de compras, corredores ao longo dos quais os produtos ficam em bancas devidamente identificados com nome e preço, vários caixas com balanças e caixas registradoras eletrônicas, guarda-volumes, uniforme e máquina para cartão de crédito. Nas barracas, o contexto é outro, como mostra o seguinte fragmento das notas de campo sobre o interior de uma barraca que comercializa hortifrutícolas:

No seu interior de madeira vários pregos permitem pendurar todo tipo de coisa. [...] A energia é separada para cada barraqueiro. A Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas) instalou todos os relógios em torno de dois postes próximos. Outro aspecto interessante é a existência de um balde ou uma caixa pendurada, que funciona como o caixa da barraca. Lá fica o troco e parte do dinheiro das vendas do dia. Nas barracas que vendem verdura, uma coisa que não falta são as pequenas bacias. Ao perguntar ao funcionário sobre as bacias, ele falou que sempre repõe os produtos na bacia. Como os clientes não ficam mexendo no produto como numa banca, os produtos estragam menos. Se o cliente insiste em escolher, o preço é outro. Ou melhor, segundo ele, o preço pode ser o mesmo, mas a quantidade é menor. Se o cliente quiser pesar eles usam a balança do vizinho e cobram um preço pelo quilo definido pelo proprietário. De qualquer maneira, ele [o funcionário] comentou que o que vende é o mais barato, por isso, usam as bacias, que são também mais simples, com dois tipos de conjunto de produtos, cada um arrumado de um lado do balcão: duas bacias por um real; e uma bacia por um real. Perguntei a ele sobre como eles faziam com os ratos, pois em outras barracas eles tinham os barris plásticos azuis com tampa para colocar os produtos lá e evitar os ratos. Ele falou que não precisavam daquilo, pois tinham os armários de madeira embaixo da barraca e que quando aparecia algum buraco pelo qual os ratos entravam, eles viam as mercadorias comidas e tampavam. No alto da barraca entre uma viga de madeira horizontal e outra apoiada nela, o vendedor colocou uma conta de luz que acabava de chegar, ao lado de uma faca que também ficava espremida lá (Notas de campo).

No caso dos tabuleiros, essa distinção na configuração do espaço permanece, pois são apenas caixas jogadas na rua em frente à peixaria, sobre as quais são colocadas tábuas ou placas velhas, e em cima delas vão as mercadorias expostas ao tempo, como se observa na Figura 14.



Figura 14 – Tabuleiros em frente à peixaria
Fonte: dados da pesquisa

Nesses tabuleiros não é comum o uso de bacias. O preço é dado literalmente no olho. Mas, algumas poucas vezes, quando o cliente pedia que a mercadoria fosse pesada, o comerciante utilizava a balança de um peixeiro. No canto esquerdo da Figura 14 observa-se a parede da peixaria, bem próxima dos tabuleiros, e a Figura 15 mostra a disposição desses tabuleiros em relação às entradas da peixaria, além dos produtos comercializados.

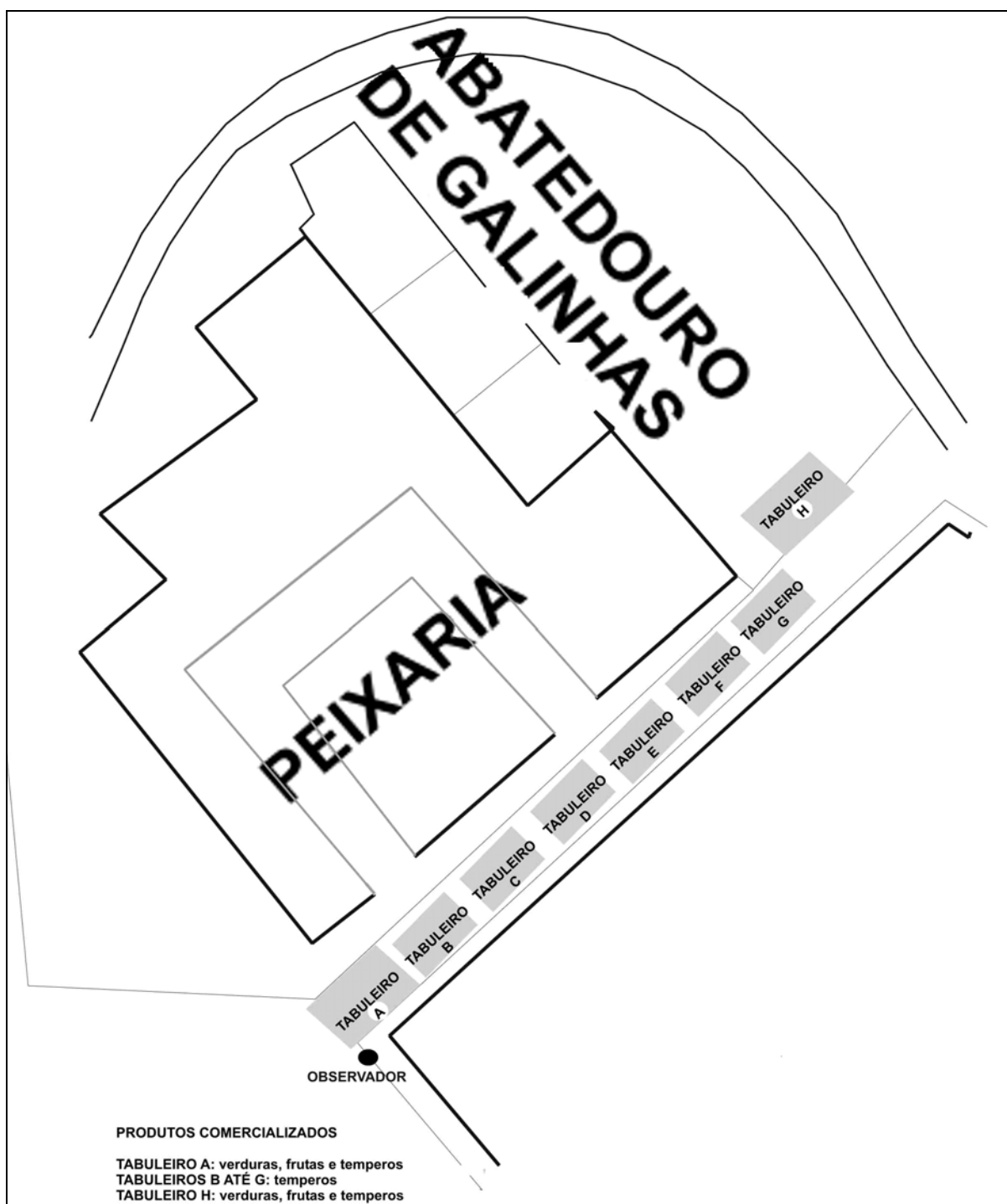


Figura 15 – Disposição dos tabuleiros em frente à peixaria e produtos comercializados
 Fonte: notas de campo

Como se observa na Figura 15, a peixaria tem duas entradas, uma em cada extremidade de um corredor. Nesse corredor as bancas de peixe ficam dispostas uma de frente para a outra. O Tabuleiro A, mais próximo da Rua Orlando Rocha, e o Tabuleiro H, mais próximo da Rua Jair Andrade, trabalham com hortifrutícolas em geral e temperos, enquanto os demais

tabuleiros atuam somente com esse último tipo de produto, mas todos gritam e perguntam a quem passa se vai querer levar tempero para o peixe.

É nesse contexto, entre lojas, barracas e tabuleiros, que se dá o dia-a-dia da comercialização dos hortifrutícolas, em um cenário permeado por histórias de um passado de violência, como ilustra o fragmento das notas de campo do pesquisador, referente a um diálogo com um comerciante:

[...] ‘aqui tem cara muito bravo. Aquele que estava aqui já matou uns dois, tudo com faca’. Contou da vez em que o ‘cara’ brincou com um amigo no bar. O amigo jogou um copo na cara dele, o cortou, e ele cortou o cara, que foi parar no hospital, com o pulmão perfurado. A polícia foi lá, pegou o depoimento do presidente da Associação deles, que falou ter sido apenas uma briga, mas que o cara era trabalhador, e ficou tudo por isso mesmo. Eu perguntei: ‘E o cara, morreu?’. Ele respondeu: ‘Não. Fica por aí. Mas eles não se bicam. O que esfaqueou ainda tentou reatar, mas o outro não quis saber’ (Notas de campo).

É importante destacar que durante toda a pesquisa a única violência observada foi a dos barulhos dos brincalhões exaltados, dos bêbados, das prostitutas e dos viciados. Apenas barulhos, pois em nenhum momento se observou uma aproximação entre eles e os clientes. Mas as gritarias e correrias entre essas pessoas fazem parte do dia a dia com o qual logo o pesquisador se acostumou. E, como muitas das pessoas que efetivamente freqüentam o Mercado, passou a achar graça em lugar do medo.

É nesse contexto que atuam os comerciantes de hortifrutícolas, em uma vivência que inclui a história mencionada. Suas práticas sociais articuladas no cotidiano remetem a elementos nele inseridos, bem como a outros construídos em bricolagens que extrapolam construções anteriores, compondo o fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim, foco da investigação empírica aqui desenvolvida.

7 O “FAZER ESTRATÉGIA” NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTÍCOLAS NO MERCADO DA VILA RUBIM

Uma das características da teoria das representações sociais é a ancoragem de uma representação social atual em representações sociais anteriores (GUARESCHI, 1995). Ou seja, a familiarização de hoje envolve a do passado. Nesse sentido, os processos de ancoragem e objetivação que compõem as representações incluem categorias e figuras que por si sós trazem consigo outras construções sociais. Elas não são socialmente independentes; muito pelo contrário, de maneira imbricada, uma representação social permeia a outra.

Ao se defender que as práticas sociais inseridas nesse processo são capazes de oferecer espaço para a bricolagem, destaca-se o uso astucioso e oportunista que Certeau (1994) atribui aos sujeitos em sua concepção de estratégia e tática cotidianas. Por meio desse uso, a construção oriunda de um conjunto de representações sociais pode, também, incluir práticas legitimadas, em certos aspectos, de determinadas representações, mas nem sempre convergentes com elas, pois tais práticas se voltam para interesses de sujeitos específicos, sem um espaço privilegiado de poder, enquadrando-se nas táticas cotidianas. De outro lado, o alinhamento entre as práticas sociais e as representações sociais revela a inserção das práticas no lugar de um próprio, de uma ordem estabelecida em um grupo social, indicando o enquadramento nas estratégias cotidianas.

As representações sociais são aqui assumidas como construções sociais, nas quais as práticas naqueles fluxos se inserem, contextualizando-as. Portanto, a reprodução de práticas e representações sociais que continuam ao longo do tempo coexiste com construções distintas, que levam a práticas e representações diferentes. Com base na teoria das representações sociais, esse processo se baseia na familiarização do desconhecido: as construções sociais que os sujeitos desenvolvem para lidar com o novo, aproximando-o de um contexto familiar.

A discussão aqui apresentada será organizada em torno de três questionamentos: 1) “Quem é o comerciante da Vila Rubim?”; 2) “O que sustenta a tradição de comprar no Mercado da Vila Rubim?”; e 3) “Por que o Mercado muda?”. Nenhum deles tem uma resposta definida. São tantas as alternativas possíveis que, na análise do pesquisador, não eram questionamentos a serem feitos aos sujeitos de pesquisa, e não foram feitos. Entretanto, os sujeitos insistiam em respondê-los. De diferentes maneiras, e com diferentes faces, esses três questionamentos eram respondidos insistentemente, o que levou o pesquisador a entender que cada um deles faz parte do desconhecido já familiarizado pelos grupos de sujeitos sociais na Vila Rubim. São perguntas que os sujeitos respondem a eles mesmos, por meio de construções de representações sociais com as quais o pesquisador conviveu durante parte do ano de 2006 e continua convivendo desde então.

7.1 Quem é o comerciante da Vila Rubim?

Do conjunto das manifestações observadas, surgiram diversas representações sociais dos sujeitos de pesquisa. Uma delas envolve as construções dos sujeitos sobre quem é o comerciante da Vila Rubim, aqui identificada como a **representação social do comerciante**

da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho. Em sua face hegemônica, essa representação surge ancorada na *themata* família/trabalho/sobrevivência, mas inclui três faces emancipadas, que baseiam de maneiras distintas essa devoção: a) a da família; b) a da aplicação pessoal em trabalhar e economizar; e c) a das relações pessoais.

7.1.1 A face da família

Na face emancipada da família, a representação social em questão apresenta um comerciante construído socialmente como um pai de família. Por isso, tem vida regrada e é persistente para alcançar o crescimento ou, pelo menos, manter a sobrevivência da família. A objetivação dessa face se dá em um conjunto de temas e figuras que fazem parte do cotidiano dos sujeitos de pesquisa, sendo insistentemente manifestados por eles, como se observa nos fragmentos 1 e 2.

- (1) [...] se tem um cume nisso aí tudinho foi estar em família, porque os nossos pais foram todo o apoio para chegar onde nós chegamos. [...] a gente vê é o seguinte: a pessoa cresceu em família, como nós crescemos. Ele botou esposa, veio o filho, cresceram, criaram um bolo. Quando se estava bem grande, numa situação boa, talvez esse pai de família esqueceu quem ajudou ele a crescer e talvez ali ele começou a se envolver com mulheres, com embriaguez. [...] na maioria das vezes que a gente viu a regressão foi porque a pessoa cresceu junto a um familiar, cresceu junto a uma situação que não foi valorizada quando se estava grande. [...] Mas meu pai valoriza muito isso. Se você convidou meu pai para almoçar, não bote menos do que uns 12 pratos na mesa, porque ele não vai sozinho (PROPRIETÁRIO 24).
- (2) [...] tem que ter uma persistência muito grande para a gente vencer unido. Graças a Deus, eu tenho vencido. Eu comecei com uma loja, hoje eu já estou com seis lojas de varejo, através da ajuda dos filhos, da minha esposa e das noras, que três deles já casaram (PROPRIETÁRIO 18).

As escolhas lexicais e os trechos sublinhados no fragmento 1 associam os personagens explícitos “pais”, “esposa”, “filho”, “pai de família”, “um familiar” e “meu pai” ao tema implícito *vida pessoal desregrada*, demarcado pelo trecho “envolver com mulheres, com

embriaguez” e aos temas explícitos *crescimento* e *comerciante que não valoriza a família regride*. Esse último sintetiza a lógica que envolve aquela associação. E em uma visão dialógica, esses personagens e temas também remetem ao tema implícito *o comerciante que valoriza a família é o que cresce*.

O conjunto desses temas se insere na mencionada representação social e envolve práticas sociais que podem ou não estar delimitadas no lugar de um próprio, ou seja, pela ordem onde vale a sua lei (CERTEAU, 1994), um lugar demarcado por essa e outras representações, e por isso mesmo elas são capazes de indicar se determinadas práticas estão ou não delimitadas nesse lugar, evidenciando, respectivamente, construções inseridas na estratégia ou na tática cotidiana. Uma dessas práticas sociais é destacada pelo sujeito de pesquisa no fragmento 1. Ela é demarcada nos trechos “meu pai valoriza muito isso”, “Se você convidou meu pai para almoçar” e “ele não vai sozinho”. Considerando os personagens e temas anteriores articulados a esses trechos, juntos, eles remetem ao tema implícito *o pai do locutor* (o proprietário 18, um comerciante de produtos hortifrutícolas que começou vendendo produtos hortifrutícolas em feiras e de porta em porta e que hoje os comercializa em seus supermercados) *tem como prática ir acompanhado da família em seus momentos de lazer, o que contribuiu para sua integração familiar e para o seu crescimento*. Aqui, a prática do comerciante de ir acompanhado da família em seu lazer se posiciona no lugar de um próprio, uma ordem estabelecida e demarcada por construções anteriores, que leva ao entendimento de que, supostamente, isso fará dele um maior (ou melhor) comerciante. Tal prática se insere na estratégia cotidiana, legitimando-se na representação social em questão, ao mesmo tempo em que a reforça.

No fragmento 2, o tema explícito *persistência* é associado de maneira implícita aos temas *família*, *vitória* e *crescimento*. Durante as observações do pesquisador no Mercado, os temas *perseverança*, como sinônimo de persistência, e *família* surgiram, muitas vezes, associados às explicações sobre lojistas que cresceram, por se alinharem a essa construção, ou que fecharam suas lojas, por se distanciarem dessa construção. Na mesma direção, o pesquisador, em suas observações, deparou-se com o tema *importância da família*, tanto para o pequeno comerciante, no sentido de obter a garantia de sobrevivência da sua família, quanto para o comerciante que vem crescendo ao longo do tempo, de modo a *garantir a continuidade do crescimento para a sua família*. Em torno de ambos, bem como da última prática social destacada, está o tema implícito *a valorização da família é uma característica do comerciante da Vila Rubim*. Aqueles que não compartilham daquela importância acabam se inserindo no grupo dos que fecharam, desistiram ou foram embora.

Deve ficar claro que essa explicação causal, aparentemente simplista, de que o comerciante não deu importância à família, e por isso quebrou e deixou de ser comerciante na Vila Rubim, faz parte das construções sociais dos respondentes sobre o seu cotidiano, em que alguns permanecem no comércio e outros não. Essa é a maneira de os sujeitos simplificarem uma infinidade de causas possíveis associadas ao fenômeno da saída do comércio, pois eles não têm meios para se aproximarem de todas e confrontá-las com o fenômeno. Mas, concordando-se com Moscovici (1978), eles têm a necessidade de familiarizar-se com o desconhecido, de maneira que possam lidar com ele em seu cotidiano. Nesse sentido, a inclusão dos temas *família*, *crescimento* e *sobrevivência* nos discursos veiculados no cotidiano é, em si, uma prática social na estratégia cotidiana articulada na representação social em questão. Essa prática é utilizada para justificar desde a necessidade de as instituições públicas apoiarem os comerciantes até o motivo de um comerciante permanecer

sofrendo em um local sem condições adequadas de trabalho, no meio da rua, quando menciona que aquilo não é trabalho, e sim sobrevivência, mas que com isso eles “garantem a família”.

A família surge articulada com o tema *homem regrado, persistente, trabalhador*. Quando seus membros não se enquadram nesse perfil, acaba-se por gerar um afastamento da lógica familiar, com conseqüências negativas, sob a ótica dos comerciantes. Ou seja, o tema *família* se articula com os temas *trabalho* e *sobrevivência*, sem existir uma hierarquia entre eles, como se pode ilustrar no fragmento 3.

- (3) Eu vendi muito para ele, não podendo me pagar. Ficou me devendo uma importância grande na época. Aí, ele disse: “Para pagar essa conta a você, que eu tô aporrinhado para sair desse Mercado, eu te vendo a barraca”. [...] E o ponto dele era muito bom [...] [mas] ele era desorganizado. As mulheres carregavam o dinheiro dele todinho. [...] Ele tinha amantes. Ele era desregrado. Todo mundo passava troco na gaveta dele, todo mundo mexia no negócio dele. [...] tivemos um trabalhado danado, porque o pessoal tava acostumado a roubar mesmo (FORNECEDOR 3).

No fragmento 3, o tema explícito *homem desregrado está* associado ao tema *envolvimento com amantes e mulheres*, e, a partir desse último, ao tema implícito *afastamento da lógica familiar*. Eles são articulados para, implicitamente, justificar a prática social de um comerciante *vender o seu comércio*, mesmo estando em um *ponto muito bom*, na medida em que *fica endividado*. Destaca-se ainda o tema implícito *necessidade de um trabalho adicional, para corrigir os problemas originados nas características do ex-comerciante, antigo dono do ponto*, demarcado nos trechos “tivemos um trabalhado danado” e “o pessoal tava acostumado”, em articulação como os temas anteriores. Aqui, o trabalho adicional se insere na estratégia cotidiana como uma prática capaz de corrigir os desvios do desregrado, que tende a se omitir e deixar que outros façam o trabalho dele, acumulando prejuízos até um ponto em que vende o comércio, sua última prática como comerciante.

7.1.2 A face da aplicação pessoal em trabalhar e economizar

Na face emancipada da aplicação pessoal em trabalhar e economizar, a **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho** se volta para a preocupação dos comerciantes em persistir no trabalho de maneira dedicada e sem desperdiçar seus recursos financeiros. A construção gira em torno do entendimento de que, ao perseverar, dedicando-se no dia-a-dia e com recursos financeiros disponíveis, o comerciante oferece mais estabilidade e possibilidade de crescimento para o seu comércio. De outro lado, a ausência desses elementos seria sinal de problemas.

Os dois primeiros elementos – a persistência e a dedicação – são muito próximos, mas remetem a construções distintas. Na face emancipada em questão, ambos são necessários para um comerciante, como se observa nos fragmentos 4 e 5.

- (4) [...] eu acho que é nesse sentido de você persistir, naquilo, você ter um objetivo, ter um ideal naquilo. E aí num fica difícil de conseguir, não (FUNCIONÁRIO 6).
- (5) Esse pessoal aí [dos tabuleiros em frente à peixaria] já tem a tradição daquilo ali, há muitos anos. [...] sobrevive, porque, apesar de ser uma coisa praticamente no tempo, mas é o dono que trabalha e acaba se dedicando e continua vendendo (PROPRIETÁRIO 22).

No fragmento 4, *persistência* surge como tema explícito associado ao fato de que ela está voltada *a objetivos ou ideais*. Essa persistência consiste em dar continuidade ao comércio em uma direção, ano após anos, sem desistir, sem esmorecer, ou não será comerciante. Por sinal, para o pesquisador, parecia uma construção óbvia, pois se alguém desiste do comércio não será mais comerciante. Mas essa explicação é colocada de maneira corriqueira ao se falar do motivo de uma loja ou barraca vir a ser fechada. Essa persistência envolve ainda a maneira como o comerciante a desenvolve –, no caso, *com ou sem dedicação*. O tema

dedicação surge de maneira explícita no fragmento 5, bem como surge o tema implícito *essa dedicação consiste numa atuação próxima do dia-a-dia do comércio, por parte do próprio comerciante, o que garante a sobrevivência do comércio*, tema marcado pelos trechos “sobrevive”, “dono que trabalha”, “acaba se dedicando” e “continua vendendo”. Esse último tema implícito demarca a maneira como deve ocorrer aquela perseverança: além de permanecer com o comércio, tem que participar diretamente dele, dia após dia.

Deve ficar claro que os termos *persistência* e *dedicação*, no dia-a-dia do Mercado, são utilizados como sinônimos, em um sentido ou em outro, mas o que interessa são as distinções entre as duas construções apresentadas, que são complementares. Ou seja, persistência sem dedicação seria tão problemática quanto dedicação sem persistência. Isso fica menos claro quando um único termo é utilizado para expressar ambos, mas se evidencia quando eles são separados e utilizados pelos próprios comerciantes na familiarização dos motivos do insucesso ou do sucesso de algum comerciante. Outro ponto a se destacar é que tanto a persistência quanto a dedicação são características consideradas pessoais, mas que se revestem como práticas, pois têm um rebatimento direto em uma série de práticas menores, inerentes à persistência e à dedicação, como acordar cedo, tomar café da manhã todo dia no mesmo bar, montar o tabuleiro ou ir para a CEASA, como foi acompanhado pelo pesquisador e que se inserem na estratégia cotidiana.

Para viabilizar essas práticas, o último elemento destacado nessa face emancipada é a disponibilidade de recursos financeiros, evidenciado no fragmento 6.

- (6) [...] não posso falar mal da Vila Rubim, porque eu ganhei dinheiro durante o tempo que eu trabalhei aqui, 10 a 12 anos aqui. E aqui eu não fiz nada, porque não tive uma boa cabeça, não fiz uma economia [...] E a coisa piorou. A gente vive aqui, sofrendo, passando uma grande dificuldade (PROPRIETÁRIO 4).

- (7) Você tem que valorizar o que você ganha hoje [...] Então, ele [o homem que lhe vendeu o ponto de comércio] era o tipo de uma pessoa que não se dedicava muito ao trabalho dele, uma pessoa que sentava numa mesa de jogo, vendia 100 gastava 150. [...] Eu trabalhava num ponto hoje, num outro depois, não tinha lugar certo. Aí, em 89, eu peguei e consegui o dinheiro pra comprar o local (PROPRIETÁRIO 5).

No fragmento 6, o locutor assume o papel de personagem, quando demarca o pronome “eu”, e destaca os temas explícitos *ganhou dinheiro, não fez economia e sua situação piorou*. No âmbito do dialogismo, a oposição a esses dois últimos temas demarca o tema implícito o *comerciante que faz economia melhora sua situação no comércio*. Esse tema remete ao valor pessoal da economicidade, que, durante as observações do pesquisador e em diversos outros fragmentos, surge identificado por escolhas lexicais diversas, como “não podemos esbanjar”, “poupança”, “dinheirinho reservado”. Em comum, todas destacam a necessidade de guardar recursos para investir no comércio, como no tema *valorização do que você ganha para adquirir um ponto para trabalhar*, implícito no fragmento 7.

Nessa face emancipada, a prática de economizar se insere na estratégia cotidiana, assim como as práticas relacionadas a aplicação dos recursos economizados: ampliação dos estoques (principalmente em datas especiais, como o final de ano), reforma dos comércios e aquisição de novas lojas, barracas, tabuleiros ou de veículos para o transporte de mercadorias. Algumas dessas práticas são observadas tanto no caso do comerciante de produtos hortifrutícolas que cresceu, com uma loja acima de 200 metros quadrados, quanto entre os comerciantes que atuam nas barracas e nos tabuleiros, com menos de 2 metros quadrados.

7.1.3 As relações pessoais

A face emancipada das relações pessoais na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho** expõe uma construção social na qual o comerciante é um homem com um caráter marcado por valores específicos, que contribuem para o desenvolvimento de suas relações pessoais, quais sejam: honestidade e amizade. Nessa construção, por meio dessas características, ele desenvolve boas relações pessoais, o que viabiliza a manutenção e o crescimento do seu comércio. De outro lado, a ausência dessas características levaria à destruição das relações comerciais. Os temas e figuras que objetivam essa face no cotidiano dos sujeitos de pesquisa estão evidentes nos fragmentos a seguir.

- (8) Sempre foi um homem muito honesto nos negócios dele, sempre certo, e só foi expandindo. Ele cresceu um trem fora de série, por causa da honestidade dele também, que todo mundo vendia para ele, procurava ele para vender, como até hoje. É um cara que compra e paga (FORNECEDOR 5).

No fragmento 8, os trechos sublinhados explicitam não apenas o tema *honestidade*, mas, também, os dos resultados provenientes dela, como *a expansão e o crescimento como consequência do interesse em se comercializar com quem é honesto*. Deve-se observar que o locutor é um agricultor que atua na CEASA, o que indica um contexto de produção discursiva, no qual o termo *todo mundo* remete ao personagem implícito *fornecedores de produtos hortifrutícolas*, o que, em conjunto com os outros temas, demarca o tema implícito *a honestidade contribui para as relações entre fornecedores de produtos hortifrutícolas e comerciantes, no sentido de benefícios mútuos*. Na direção do benefício para os comerciantes está a prática do fornecedor de facilitar o acesso aos produtos e na direção do benefício para o fornecedor está a prática do pagamento, ambas inseridas na estratégia cotidiana.

Durante a observação do pesquisador, presenciaram-se manifestações relacionadas com a honestidade entre os comerciantes que iam além da relação entre fornecedor e comerciante, incluindo relações entre comerciantes que confiavam ou desconfiavam de seus pares de acordo com a leitura que faziam de sua honestidade. Em geral, àquele considerado desonesto não são permitidos pequenos empréstimos de dinheiro e mercadorias, trocas de cheques por dinheiro, nem propostas de negócios conjuntos (compra ou venda de um veículo, de um equipamento, aluguel de um ponto...), práticas relativamente comuns dentre os comerciantes com percepção mútua de honestidade.

Outra questão observada em torno do tema *honestidade* é a referência adotada pelos sujeitos para identificar o honesto ou o desonesto. Como está implícito no fragmento 9, não está em jogo aqui uma simples comparação entre práticas consideradas legais ou ilegais do ponto de vista da legislação ou de normas formais do mercado.

- (9) Já vendi sacola, já vendi picolé, já fiz de tudo. Aqui, só nunca roubei. Corri do rapa muito tempo (PROPRIETÁRIO 14).

No fragmento 9, o locutor se coloca como personagem implícito ao usar os verbos na primeira pessoa do singular. Dessa maneira, no trecho sublinhado “só nunca roubei” ele remete ao tema implícito *o roubo é algo com o qual o locutor não concorda*, algo manifestado com muita frequência pelos sujeitos de pesquisa durante as observações. Esse tema poderia remeter à idéia de que a ilegalidade em relação às leis em geral é algo com o qual os sujeitos não concordam. Entretanto, o trecho sublinhado em seguida, “corri do rapa muito tempo”, remete ao tema implícito de que o locutor *concordava ou, pelo menos, praticava, um ato ilegal*. Isso se explica pelo fato de o chamado “rapa” ser a designação para indicar os fiscais que buscam coibir a comercialização de produtos proibidos e ou em locais proibidos, comumente legitimados no suposto cumprimento da legislação e das

normas em vigor. Portanto, se havia necessidade de fugir desse fiscal, o ato era ilegal, como foi confirmado durante as observações, mas nem por isso é visto como desonesto pelos sujeitos de pesquisa.

Em síntese, algumas práticas ilegais podem ser socialmente aceitas e construídas pelo grupo, como a sonegação fiscal, e outras não, como o roubo de mercadorias. A prática da sonegação fiscal se insere na estratégia cotidiana²¹ do grupo, legitimada no lugar demarcado pela face emancipada em questão. De outro lado, o roubo se apresenta como uma prática social que apenas reforça as construções relativas à face emancipada em questão, pois, ao roubar, o comerciante, ou qualquer outro sujeito, tende a ser considerado desonesto e visto com desconfiança. Mas a prática do roubo em si não se apresentou articulada nessas construções sociais nem em algum de seus elementos, como ocorre na sonegação de impostos e na venda de produtos sem autorização das instituições públicas, vistas como práticas “honestas” na ordem do próprio das relações pessoais, e por isso mesmo podem contar com esse próprio para legitimá-las.

Em relação a algum grupo, não identificado nem abordado neste estudo, a prática de roubar pode até se enquadrar como estratégia ou tática cotidiana, mas em relação aos sujeitos de pesquisa deste estudo essa prática não se insere nem em uma nem em outra. Não está no lugar de um próprio, nem em um espaço de transgressão no qual seus elementos são bricolados. Nesse entendimento, reforça-se o argumento já apresentado de que a mesma

²¹ A sonegação seria tática em relação ao próprio do Estado se ele estabelecesse uma ordem na qual a prática do pagamento de imposto se legitimasse e se fizesse presente, impulsionada pelo poder e ordem do próprio. No caso do Mercado da Vila Rubim, isso não foi evidenciado; muito pelo contrário. Em relação aos sentidos da sonegação, há evidências de construções que estabelecem uma ordem na qual essa prática conta com um lugar privilegiado nas relações comerciais no Mercado em questão.

prática social pode se inserir como estratégia ou tática cotidiana, de acordo com a inserção contextual do grupo na qual as construções são assumidas como referência. Portanto, assume-se que o lugar de um próprio não é algo absoluto para todos os sujeitos do mundo. Ele está circunscrito a grupos específicos, fazendo com que uma mesma prática seja em relação a um grupo estratégia e a outro, tática cotidiana. Por isso, a concepção de estratégia e tática cotidiana é assumida aqui apenas como separações relativas a determinadas construções sociais, adequadas para viabilizar a investigação da dinâmica social que envolve as práticas e as inserções contextuais dos sujeitos de pesquisa em seu “fazer estratégia”.

No caso da prática do roubo, quando o grupo deixa de indicar elementos que a enquadrem como estratégia ou tática cotidiana, isso não significa ausência de relação entre essa prática e outras enquadradas em um dos dois fluxos, pois a identificação de uma (o roubo) pelos sujeitos remete às outras (como a surra dada em quem rouba algo). Neste estudo, observou-se que a partir da identificação da prática do roubo os sujeitos articulam práticas inseridas na estratégia cotidiana, voltadas a articulações dentro do lugar de um próprio, uma ordem estabelecida que viabiliza a análise e aplicação das forças disponíveis (CERTEAU, 1994). Especificamente em relação ao roubo, na observação do pesquisador e nas entrevistas, essas práticas identificadas foram: denúncia à polícia, agressão física e disseminação da notícia do roubo e de seu autor, o que, aparentemente, denigre a imagem do sujeito e alerta os outros comerciantes.

Nessa relativização contextual, a honestidade se articula com uma outra característica pessoal destacada na face emancipada das relações pessoais: a amizade. Essa última fica evidente, também, em práticas sociais às quais os sujeitos só têm acesso a partir de sua

inserção em construções que os enquadram como honestos, práticas que surgem nos fragmentos a seguir.

- (10) [...] são todos amigos. [...] Se eu não tiver uma erva, eu vou lá e pego com eles. Um ajuda o outro. [...] Todo mundo é uma irmandade só (PROPRIETÁRIO 10).
- (11) Era tudo amigo [os barraqueiros]. [...] Todo mundo a mesma coisa. [...] Amigo mesmo, de sofrimento mesmo, para qualquer coisa. Um emprestava um dinheiro para o outro quando o outro não tinha. No outro dia, aquele que emprestou o dinheiro já não tinha dinheiro (PROPRIETÁRIO 14).
- (12) Aqui tem concorrência, mas todo mundo é amigo (PROPRIETÁRIO 11).

No fragmento 10, os trechos sublinhados remetem ao tema explícito *amizade* e ao contexto de produção do discurso, no qual as ervas são comercializadas nas lojas e nas barracas, e ambas são mencionadas de maneira conjunta por quem comercializa ervas, como tema implícito *essa amizade se estende a lojistas e barraqueiros*. Além disso, os trechos “se eu não tiver”, “pego com eles” e “um ajuda o outro” remetem ao tema implícito *existe a prática social da troca de mercadorias entre esses amigos*, o que foi utilizado pelo locutor para demarcar discursivamente essa amizade, assim como pôde ser observado no cotidiano do mercado.

No fragmento 11, novamente, surge o tema explícito *amizade*. Mas neste caso o contexto de produção discursiva se refere aos barraqueiros, pois esse fragmento foi extraído de uma argumentação que em trechos anteriores e posteriores se referia apenas aos barraqueiros. Portanto, surge o tema implícito *amizade entre os barraqueiros*. Outros temas veiculados, mas de maneira explícita, foram *sofrimento e prática do empréstimo*. Implicitamente, o primeiro *qualifica a amizade como relativa a algo intenso*, sofrido, e o segundo *deixa clara a disposição de oferecer a quem é amigo o pouco que se tem* – no caso o dinheiro –, ambos

reforçando o laço de amizade. Reconhecendo essa amizade, o fragmento 12 a insere em conjunto com a competitividade, ao apresentar o tema explícito a *amizade existe em conjunto com a competição*. Durante as observações, isso ficou evidente entre os comerciantes de produtos hortifrutícolas das barracas e dos tabuleiros. De um lado, alguns praticavam a ajuda mútua, dividindo despesas, como o frete para trazer mercadorias da CEASA, e a vigilância sobre possíveis pessoas com atitudes estranhas circulando nas proximidades, paradas e observando a movimentação de dinheiro. De outro lado, quando um cliente passa na calçada, principalmente ao lado da peixaria, um busca chamar mais a sua atenção do que o outro, gritando: “Olha a verdura. Pode chegar, freguês!”, para atrair o cliente e realizar a venda.

Deve-se destacar que o tema explícito *empréstimo de mercadorias*, no fragmento 10, tem relação com essa lógica de coexistência entre amizade e competição. Durante a observação do pesquisador, por diversas vezes, foi possível presenciá-la, principalmente entre comerciantes localizados mais próximos. Quando o cliente pede algo que não está disponível na loja, no tabuleiro ou na barraca, o comerciante pede-lhe para esperar um segundo, vai até a loja do vizinho, pega a mercadoria e, em seguida, após o cliente pagar, entrega o dinheiro ao dono da mercadoria. Ninguém fala nada. É tudo muito rápido. Todos parecem saber o que está acontecendo (menos o pesquisador, pelo menos no início). Diversas vezes, os sujeitos de pesquisa disseram que fazem isso para manter o cliente, pois se ele ficar circulando compra com outro. Nesse sentido, há, aparentemente, um privilégio à amizade em detrimento da competitividade, pois o não fornecimento do produto ao vizinho poderia levar o cliente a comprar todos os produtos na loja, na barraca ou no tabuleiro de quem tem o produto, não apenas aquele que o concorrente não tem. Entretanto, isso exigiria o desgaste de romper negociações com aqueles “companheiros de sofrimento”, que

“sobrevivem com muito esforço”, como, muitas vezes, os respondentes se identificam mutuamente.

Essa ruptura não foi identificada comumente, mas ela acontece de maneira parcial, velada, sem uma oposição aberta à face emancipada da representação social em questão, como se evidencia no fragmento 13.

- (13) Aqui todo mundo é amigo. Mas só que é Deus pra todos, mas cada um é pra si. Se eu estou aqui e o freguês chegou apreçou a mercadoria, o colega aqui pode dar o preço, pode vender ali pra mim, pegar o dinheiro e tal: “— Olha aqui o que eu vendi pra você”. Se eu não estou aqui, estou lá na frente, ninguém faz isso. Aí, chega uma pessoa que quer a mercadoria, vem a pessoa do lado e fala: “Não, ele não tá aí não, mas eu tenho a mercadoria (PROPRIETÁRIO 4).

O fragmento 13 apresenta como tema explícito a *amizade* e como tema implícito a *regulação do comportamento de um comerciante pela proximidade do outro*. O locutor se refere a algo muito comum no cotidiano das barracas e dos tabuleiros do mercado, pois as mercadorias ficam expostas e muito próximas umas das outras (Figuras 12 e 14). Por isso, ocorre de os clientes se aproximarem de uma barraca ou de um tabuleiro, olharem os produtos, mas, quando o responsável pela barraca não se manifesta, eles se dirigem ao comerciante de outra barraca que está em pé, na calçada ou rua, entre os dois tabuleiros ou as duas barracas, pensando que ele é o responsável. Nesse ponto, existem três práticas comuns: vender para o vizinho, chamá-lo ou atrair o cliente para o seu próprio comércio e realizar a venda. Essa última não fere a honestidade, pois o trabalho dos dois comerciantes é vender e sobreviver, como fica claro quando eles gritam para atrair os clientes em dias com mais movimento de pessoas. Entretanto, ela vai de encontro a construções referentes à amizade aqui destacadas, pois é algo feito de maneira traiçoeira, escondida, não ocorre às claras como os gritos. Aparentemente por isso mesmo, nem sempre ocorre. Quando ocorre,

é numa situação na qual não se chama muita atenção dos outros vizinhos, principalmente o responsável pela barraca inicialmente abordada²² pelo possível cliente.

As duas primeiras práticas sociais – vender para o vizinho ou chamá-lo – bem como aquela referente ao empréstimo de mercadoria, na face emancipada da representação em questão, inserem-se na estratégia cotidiana. Já a última prática – atrair o cliente para o seu próprio comércio e realizar a venda – insere-se na tática cotidiana. As três primeiras se caracterizam como estratégias cotidianas, na medida em que se posicionam no lugar de um próprio, uma ordem estabelecida, privilegiada e idealizada, a do amigo. Aqui, a honestidade e a amizade se perpassam e permitem a previsão das forças e dos resultados dentro do grupo dos comerciantes de produtos hortifrutícolas. Já a última prática não conta com esse lugar do próprio, mas se apropria de elementos dele. A bricolagem entre a caracterização do ato de vender, seu trabalho e sua sobrevivência, a despeito de se opor ao lugar demarcado pela amizade, não entra em confronto direto com esse lugar, pois é articulada na astúcia de só agir quando o próprio não o vê, para não ser desonesto, um mau amigo, demarcando um espaço de transgressão no qual a venda para o cliente do próprio é tolerada e bem-sucedida.

A face emancipada das relações pessoais, em conjunto com a face emancipada da família e a face emancipada da aplicação pessoal em trabalhar e economizar, expõe uma série de construções inseridas na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**, com implicações no cotidiano do mercado. Elas apresentam apenas parte das complexas construções em torno de aspectos pessoais dos comerciantes,

²² No caso narrado no fragmento 13, a barraca em questão tem saída para duas ruas, de um lado e do outro. Quando o comerciante está em pé na frente oposta à do vizinho, “batendo papo com alguém” ou atendendo um cliente, tem-se a melhor situação para que a última prática seja efetivada sem chamar a sua atenção.

mas já oferecem um delineamento no qual os sentidos das práticas sociais estão imersos em contextualizações múltiplas que devem ser consideradas em conjunto. A multiplicidade já evidente nesse primeiro conjunto de construções se estende de maneira muito mais ampla a outras representações sociais, envolvendo questões desconhecidas a serem familiarizadas.

Dentre as muitas ênfases possíveis sobre o que focar nas construções relativas ao desconhecido, a da tradição se destaca, por se apresentar de maneira recorrente no cotidiano do Mercado e, comumente, em articulações que indicam uma inter-relação em torno das construções sobre os aspectos pessoais dos comerciantes aqui discutidos. Nesse sentido, o desconhecido pode ser sintetizado no seguinte questionamento: O que sustenta a tradição de comprar no Mercado da Vila Rubim?

7.2 O que sustenta a tradição de comprar no mercado da Vila Rubim?

Ao manifestarem construções sociais sobre o que sustenta a tradição de comprar no Mercado da Vila Rubim, os sujeitos de pesquisa permitiram destacar, em conjunto com a representação social anterior, a questão da tradição, aqui chamada de “**a representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**”. Ela é articulada em construções nas quais os sujeitos lidam com o desconhecimento dos motivos pelos quais *a Vila Rubim ainda atrai compradores, a despeito dela, agora, não ser mais um dos poucos pontos de comercialização de alimentos da região, como era antes*, um tema demarcado explicitamente nos fragmentos 14 e 15.

- (14) Porque naquela época [início da década de 1970] não existia os supermercados que têm hoje na periferia. Então, era tudo aqui no Mercado da Vila Rubim. Tanto é que nós tínhamos uma Kombi pra fazer entrega. A gente colocava 5 ou 6 entregas dentro da Kombi e quando voltava tinha mais 5 ou 6 entregas para fazer novamente (PROPRIETÁRIO 8).

- (15) A Vila Rubim sempre foi tradição, por isso que a gente está aqui até hoje. O comércio aqui praticamente não atingiu muito justamente por isso aí. [...] Por isso que não acabou a Vila Rubim. Diminuiu, logicamente diminuiu um pouco. Há cerca de 25, 30 anos atrás não era como é hoje. Também tudo era aqui. O centro da capital aqui era a Vila Rubim (PROPRIETÁRIO 2).

Ao observar os fragmentos, deve-se destacar que o sentido de tradição discutido aqui não se refere à identificação das tradições na Vila Rubim como um todo. A discussão do tema refere-se às tradições às quais os sujeitos relacionam suas práticas. No âmago da preocupação com a questão da distância relacional (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004), a opção aqui adotada foi a de focar aquilo que os sujeitos incluem em suas manifestações sobre a tradição no Mercado, o que, até por se tratar de um mercado, apresentou-se, comumente, associado ao processo de comercialização e às relações pessoais que o envolvem.

Nessa construção, a **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória** apresentou em sua face hegemônica, compartilhada com a representação anterior, a ancoragem na *themata* família/trabalho/sobrevivência. Ao mesmo tempo, essa face hegemônica se apresentou articulada em três faces emancipadas, aqui identificadas como: a) continuidade do comércio; b) cotidiano que envolve o cliente; e c) casamento entre a mídia dos grandes, o peixe e a galinha.

7.2.1 Continuidade do comércio

Na face emancipada da continuidade do comércio na **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória** inserem-se construções que remetem a práticas sociais voltadas para a continuidade do tipo do negócio e dos produtos comercializados. Essa face gira em torno da tradição que privilegia os comerciantes já

estabelecidos, com a posse dos clientes e demais recursos transferidos em família. Uma transferência entre pais e filhos, tios e sobrinhos, e irmãos, enfim, com base em laços familiares relativamente próximos, além de pessoas agregadas que são inseridas nesses laços como se fossem adotadas pela família. Essas transferências têm em comum a passagem do comércio de um membro da família a outro com o objetivo de dar continuidade ao trabalho que se via como certo. Essa prática permitia ao mais velho ou ao mais bem sucedido garantir o sustento ou o sucesso do ente querido, que, comumente, contribuía no dia-a-dia com o seu trabalho para a continuidade do comércio. Nesse processo de trabalho, aos poucos, o familiar se prepara para assumir novas responsabilidades no comércio.

A lógica em torno dos adotados segue um raciocínio próximo. Alguns funcionários, mesmo de fora da família, são nela inseridos, tal a afinidade e a afeição do proprietário do comércio para com esses funcionários. Esses adotados recebem o privilégio de serem introduzidos na estratégia cotidiana da família. Em comum com os membros da família, os adotados também contribuem com o comércio antes de terem a “permissão” e o apoio para prosperar.

Os fragmentos 16, 17, 18 e 19 expõem o conjunto dessas construções.

- (16) O dono dessa empresa gostava muito de mim [...] E ele me fez uma promessa: “— Quando aparecer alguma coisa, um pontinho, eu vou te ajudar”. [...] e foi ele quem realmente me ajudou (PROPRIETÁRIO 17).
- (17) [...] minha tia trabalhava aqui. Eu comecei a trabalhar, e estou aí até hoje. [...] tinha o esposo dela que trabalhava aqui, e eu continuei trabalhando no lugar dele. Ele parou de trabalhar. [...] Eu fui aprendendo devagarzinho (PROPRIETÁRIO 11).
- (18) [...] hoje eu já estou com seis lojas de varejo, através da ajuda dos filhos, da minha esposa e das noras [...]. Meus filhos foram criados dentro de uma banca dentro do Mercado da Vila Rubim [...] fomos crescendo junto, e hoje nós trabalhamos em união (PROPRIETÁRIO 18).

- (19) [...] os fornecedores chegavam lá, era só eu tocar no nome do meu pai que as portas se abriam,[...] surgiu a oportunidade de nós nos filiar a uma rede de supermercado [...]. Intermediário a isso, eu teria que me desfazer daquela pequena mercearia em São Pedro. Mas sabendo tudo o que ela tinha produzido, eu falei: “Eu poderia passar isso para algum irmão meu” (PROPRIETÁRIO 24).

O fragmento 16 apresenta o tema implícito *a finidade do locutor com o dono da loja propiciou o apoio necessário para montar o seu próprio negócio*. Já no fragmento 17, é a relação tia sobrinho que expõe o tema implícito *ao ajudar a tia em seu negócio, o locutor ganhou a oportunidade de apreender e, mais tarde, assumir o lugar do tio*. No fragmento 18, demarcam-se dois temas implícitos: *preparação do filho para continuar o negócio crescente da família e incorporação da família trabalhando nas diversas empresas*. No fragmento 19, evidenciam-se dois temas implícitos: *a rede de relacionamentos do pai se estende e beneficia o filho nas negociações comerciais e um bom comércio deve ficar em família, para que um outro membro usufrua dele*.

Esses temas remetem a práticas sociais inseridas na estratégia cotidiana que incluem: colocação do familiar e dos adotados para trabalhar no comércio, acompanhando-os no dia-a-dia; transferência do negócio, com clientes incluídos; disponibilidade de apoios financeiros; e acesso aos conhecimentos e à rede de influências para acessar os bons pontos de comércio, os fornecedores e as práticas de comercialização. Quando os comerciantes colocam sua família e seus adotados para trabalhar ao seu lado e recebem deles a ajuda desejada, acabam levando-os a participarem de construções sociais que, mais tarde, tendem à continuidade dos procedimentos e do próprio comércio atual, bem como à disseminação de outros comércios semelhantes. Em relação a essa última opção, nem sempre a disseminação ocorre na mesma região, como se evidenciou no fragmento 19, em que um outro bairro, o de “São Pedro”, é a região do comércio do filho.

Nas observações realizadas pelo pesquisador, a questão de continuar no comércio da família ou a opção por uma disseminação, com o desenvolvimento do seu próprio comércio, tem relação com: idade do pai, tempo em que ele atua, disposição dele em se afastar (pelo menos parcialmente), necessidade do filho de uma renda mais alta e a capacidade do comércio de gerar renda.

Esse último aspecto foi citado diversas vezes em conversas informais com barraqueiros, comerciantes dos tabuleiros e lojistas. No caso dos barraqueiros e comerciantes dos tabuleiros, mesmo os que trabalham com os filhos, ainda crianças ou adolescentes, afirmam não querer que o filho continue naquele comércio, pois a renda não seria suficiente e as condições de trabalho são muito difíceis. Foi possível presenciar a satisfação de um pai em relação a um dos filhos, que o ajudava na barraca, por ele ter conseguido um “emprego fichado”, ou seja, um emprego em uma empresa que faz o registrado em sua carteira de trabalho, conforme a legislação trabalhista. Outro aspecto evidenciado foi a preocupação de muitos para que os filhos estudem, justificada pelo argumento de que assim eles conseguirão mais do que os pais conseguiram. Dessa maneira, rompe-se a ancoragem da tradição na família no tocante aos filhos, mas não em relação aos irmãos, esposas e adotados que mantêm essa relação familiar e continuam a atuação comercial nas barracas e nos tabuleiros. Aqui, inserem-se na tática cotidiana práticas que articulam elementos do lugar de um próprio da família, uma ordem estabelecida no sentido de viabilizar o comércio, mas em um espaço no qual a transgressão surge à medida que eles buscam afastar os filhos mais velhos na direção do que chamam “um futuro melhor”, após um período em que já contribuíram para a manutenção do comércio. Essa percepção difere daquela dos lojistas que cresceram e buscam manter tudo e todos no lugar de um próprio articulando a estratégia cotidiana em práticas no sentido de garantir o crescimento dos filhos dentro do comércio.

No caso dos lojistas, deve-se destacar que essa última postura não é a única, pois existem aqueles que não cresceram e se alinham aos comerciantes anteriores na mencionada prática social inserida na tática cotidiana. Mas os que viram no comércio o seu crescimento têm como prática o estímulo para que os próprios filhos dêem continuidade e ampliem o comércio. Como mencionado, enquanto esse último grupo se insere totalmente na estratégia cotidiana associada à face emancipada da continuidade do comércio na **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**, o grupo anterior, assim como os barraqueiros e comerciantes dos tabuleiros, desenvolvem a bricolagem destacada por Certeau (1994), pois associam práticas sociais inseridas no lugar da tradição, como trazer os filhos para ajudá-los, a outras, como o incentivo para que eles busquem outras atividades profissionais. Aqui surge a tática cotidiana (CERTEAU, 1994).

Na tática cotidiana, não há uma divisão clara até onde os sujeitos se inserem na lógica da tradição, pois se apóiam nela para obter a continuidade do que eles chamam de “sobrevivência, dele e da família”, diferente do trabalho, visto como algo distinto, desconhecido, situado no lugar de um próprio distante, uma ordem com a qual não podem contar. Ou seja, os comerciantes que cresceram têm a estratégia cotidiana e suas práticas sociais mencionadas inseridas em um lugar de tradição para a continuidade desse sucesso, referenciado no crescimento, a ser transferido aos seus filhos, como fica evidente nos temas explícitos nos fragmentos 18 e 19.

Os comerciantes sem expectativas de crescimento têm o sucesso associado a sua sobrevivência e a da família, bem como à possibilidade de oferecer aos filhos a chance de substituir a sobrevivência por um trabalho que lhes permita crescerem. A tradição serve para garantir a continuidade dessa sobrevivência, mas é articulada na tática cotidiana em práticas

sociais voltadas a estimular os filhos a não continuarem nessa sobrevivência, substituindo-a por um trabalho formal. Essas práticas sociais bricoladas podem ser ilustradas pelo incentivo ao estudo, ou pela disponibilidade de horários de atuação no comércio, necessária à sobrevivência inicial, que não prejudiquem o estudo, ou pelo uso da rede de relacionamentos para conseguir empregos formais para os filhos. Essa articulação entre continuidade, sucesso na sobrevivência e desejo de um emprego formal para os filhos fica evidente nos fragmentos 20, 21 e 22, inseridos em um contexto de produção discursiva alinhado com as mencionadas práticas na tática cotidiana.

- (20) [...] tem os [filhos] que estudam, que trabalham comigo [na barraca ou no tabuleiro]. Agora, os que já acabaram o estudo já estão todos procurando serviço. Já têm três, que terminaram o terceiro ano, que já estão procurando trabalho. [...] É isso aí. Está dando para viver. Com um pouco de dificuldade, mas é assim mesmo (PROPRIETÁRIO 14).
- (21) [...] ele [um dos filhos] estudava, vinha pra cá [para a barraca] de manhã cedinho comigo, trabalhava de 7 da manhã até 11 horas. Quando era 11 horas, ele ia para casa, tomava banho e ia pro colégio, meio-dia. [...] Aí, depois, ele pegou, tirou documento, arrumou emprego. Aí, ficou o outro mais novo. Aí, também, agora ele casou e arrumou um outro trabalho pra ele (PROPRIETÁRIO 5).
- (22) [...] [a loja] dá para manter a minha família, meus filhos [...] não quero eles com uma vida igual a minha não. Eu quero que eles estudem para trabalhar num serviço bom (PROPRIETÁRIO 21).

Os fragmentos explicitam as manifestações mencionadas, nas quais o afastamento dos filhos ocorre mesmo que isso custe a perda do apoio do filho na sobrevivência do comércio e da família, o que pode exigir a substituição por um irmão mais novo, outro membro da família, ou um funcionário “adotado”, que trabalha sem ser fichado e sem direitos trabalhistas, até que arranje um emprego com carteira assinada. Essa última perspectiva é distante para vários desses funcionários com os quais o pesquisador teve contato, pois têm consciência das dificuldades oferecidas a quem não é jovem e tem baixo nível de escolaridade. Alguns

têm cerca de 50 anos e não cursaram todo o ensino fundamental. Sobrevivem, segundo eles próprios, da Vila Rubim.

Ao expor essas construções, os sujeitos revelaram parte do cotidiano referente à continuidade do comércio no Mercado. Mas, a continuidade da tradição não se centraliza apenas em torno das práticas aqui destacadas. Outras, voltadas especificamente para os clientes, são articuladas no dia-a-dia do Mercado da Vila Rubim.

7.2.2 O cotidiano que envolve o cliente

A face emancipada do cotidiano que envolve o cliente na **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória** apresenta, além da ancoragem hegemônica na *themata* família/trabalho/sobrevivência, uma outra ancoragem com base no resultado que o trabalho/sobrevivência dos comerciantes teria gerado: a fidelidade dos clientes, como se observa nos fragmentos 23 e 24.

(23) Eu compro com Tião desde o tempo em que ele tinha um armazém lá onde era a feirinha (CLIENTE 8).

(24) Hoje, é Rede Show Supermercados. Tem gente que vem na loja e fala assim: “Eu compro no Tião”. [...] E hoje, eu tenho certeza, que eu devo ter ainda uma base de uns 30 a 40% de clientes fidelizados. E hoje supermercado não tem isso. [...] É o trabalho realizado durante esse tempo todo. Isto aí conta muito [...] (PROPRIETÁRIO 17).

No fragmento 23, o locutor se coloca como um personagem explícito demarcado pelo pronome pessoal do caso reto na primeira pessoa do singular, “eu”, e destaca o tema implícito *longevidade do ato de comprar com um dos comerciantes da Vila Rubim*, identificado como o personagem “Tião”. Essa longevidade é evidenciada ao se inserir o discurso do locutor no gênero comunicativo das conversas coloquiais no mercado da Vila

Rubim, identificado nas observações do pesquisador. Nessa inserção, fica claro que o personagem “Tião”, ao qual o locutor se refere, é o proprietário, de nome Sebastião, de uma loja no antigo Mercado da Vila Rubim, desativado na década de 1970 e localizado na Praça Manoel Rosindo. Essa praça é chamada coloquialmente de “Praça da Feirinha”, pois após a demolição do prédio do Mercado velho houve uma invasão, e lá se instalou uma feira. Dessa maneira, a respondente se coloca implicitamente como *compradora há mais de 30 anos*. Hoje, daquela antiga loja, o “Tião” de quem ela compra é o proprietário de um supermercado na Vila Rubim, com cerca de 500m², mais de cinquenta funcionários, pertencente a uma rede de supermercados com 57 lojas identificadas como Rede Show.

No fragmento 24, o próprio “Tião” destaca como temas explícitos: *a relação do seu nome com a fidelização do cliente; a fidelização dos clientes em seu supermercado na Vila Rubim é fruto do seu trabalho anterior*. Em outros discursos, essa fidelidade é demarca, também, com a inclusão da idéia de família, na continuidade das compras no mercado da Vila Rubim de ascendentes para descendentes, tema implícito nos fragmentos 25 e 26.

(25) Ainda tem cliente daquela época [de quando ele começou há cerca de 38 anos] ainda comprando. [...] Depois vêm os filhos e compram. (PROPRIETÁRIO 22).

(26) Eu tenho freguês aqui de 35 a 38 anos. Os velhos já faleceram, mas os filhos e netos ainda vêm me comprar. [...] Eu tenho freguês que vem lá de Carapina [um bairro do município de Serra a cerca de 15 km da Vila Rubim] ainda vem aqui na Vila Rubim: “— Não, me acostumei a comprar aqui”. Eu não sei se é por causa da amizade do comércio [...] (PROPRIETÁRIO 13).

No fragmento 25, o personagem “cliente” tem no sentido do substantivo que o identifica o tema implícito *ele está envolto numa relação de consumo*. Esse personagem é posicionado de maneira implícita em três circunstâncias de tempo: no passado, marcado pela expressão “daquela época”: no presente e no futuro, marcado pelo advérbio “ainda”, ao se referir ao

verbo *comprar* no gerúndio, o que remete o personagem e o seu ato de compra para os temas implícitos *continuidade das compras e fidelidade do cliente*. Como o ato de compra está associado ao de venda, surge o tema implícito *alguém está trabalhando para vender* – no caso, *os comerciantes*, um personagem implícito. O tema implícito *continuidade das compras e trabalho de venda do comerciante* é reforçado no mesmo fragmento pela inclusão da personagem explícita “filhos” e a personagem implícita *família*, associada aos filhos. Esses personagens *seguem a continuidade de seus ascendentes*, um tema explícito marcado pelo advérbio “depois”, referindo-se ao verbo *vir* no tempo presente, indicando seqüência no ato de comprar, ato que surge como tema explícito no uso do verbo *comprar* no presente.

No fragmento 26, a personagem “freguês” também é associada de maneira implícita aos temas *continuidade e fidelidade no processo de compra*. Isso fica claro pela escolha lexical do substantivo “freguês”, indicando o tema implícito *relações de consumo* e do verbo *ter*, indicando *a posse do locutor sobre o “freguês” no processo de comercialização*, seguido de um longo período de tempo referente ao exercício dessa posse: “de 35 a 38 anos”. Esse longo período remete ao tema implícito da *fidelidade do freguês*, o que é reforçado, novamente, com a introdução da personagem implícita *família*, marcada pelas personagens explícitas “filhos” e “netos”, representando os descendentes dos antigos fregueses, que assumem o lugar dos seus ascendentes. Deve-se destacar que nas observações realizadas pelo pesquisador *a família também está associada à continuidade do trabalho do comerciante na fidelização do cliente, passados de pai para filho, de tio para sobrinho*, um tema implícito no fragmento 27.

- (27) [...] o cliente, quando chegava na loja, ele falava: “Uai! Mudou de dono? Não é mais o mercadinho do Tio Élcio?”. “– Olha, mudou. E nós somos sobrinhos do Tio Élcio...” (PROPRIETÁRIO 24).

Nos fragmentos 25, 26 e 27, o tema *tradição* está presente de maneira implícita. No fragmento 26, o locutor oferece alternativas para explicá-lo. Ele faz isso inicialmente pela escolha lexical do termo “acostumei”, ao “falar” pelo freguês e remeter ao tema implícito de que *a tradição em comprar na Vila Rubim surgiu de uma prática freqüente, um hábito, perpetuado à medida que foi assimilada pelos fregueses*. Em seguida, em conjunto com o fragmento 28, apresentado a seguir e no qual o locutor se insere no contexto de produção discursiva do Mercado, surge outro tema, explícito, *amizade do comércio*. Esse último remete ao tema implícito *existência de um componente afetivo no trabalho de quem vende e na construção da tradição do cliente comprar na Vila Rubim*.

- (28) O cliente é amigo. Então, eles não largam a gente de jeito nenhum (FUNCIONÁRIO 9).

Essa tradição é ainda associada à característica de o Mercado ser um local em que as pessoas sabem que lá tem de tudo. Ou seja, além do hábito e da amizade, o elo definidor da tradição seria a imagem construída ao longo dos anos de que lá as pessoas vão sempre que precisam de algo, pois sempre teve e tem tudo, como se evidencia nos fragmentos 29, 30 e 31.

- (29) A vila Rubim, eu conheço desde 73. É um mercado tradicional. Todo mundo procura vir até o Mercado da Vila Rubim comprar. Tem lugar que eles não encontram o que vão encontrar no Mercado da Vila Rubim (PROPRIETÁRIO 5).
- (30) [...] é aquela tradição que tem a Vila Rubim. Eu quero uma galinha fresquinha, eu vou na Vila Rubim. Eu quero comprar um peixe, Vila Rubim. Você quer comprar, por exemplo, um caranguejo, um siri, um artesanato, ele sabe que tudo ele vai encontrar aqui. (PROPRIETÁRIO 2).

- (31) O movimento aqui sempre foi muito bom. Vila Rubim é o tipo do comércio, é um centro comercial que quando você chega aqui, você encontra tudo. Você sai da sua casa e: “Bom, eu vou comprar um peixe”. Encontra! “Eu vou comprar um frango”. Encontra! O que quiser, aqui você encontra tudo. Isso aí é importantíssimo. Isso atrai muito. [...] (PROPRIETÁRIO 9).

Os fragmentos 29, 30 e 31, nas escolhas lexicais das expressões – “é um mercado tradicional”, “todo mundo”, “vão encontrar no mercado”, “tradição que tem a Vila Rubim”, “sabe que tudo ele vai encontrar aqui”, “O movimento aqui sempre foi muito bom”, “aqui você encontra tudo”, “isso atrai muito” – apresentam um discurso semelhante, todos tendo como personagem implícito o *cliente*, marcado pelas expressões “todo mundo” e “você”, e pelos pronomes “eles”, “eu”, “ele”, “eu”. Os fragmentos remetem ao tema implícito *a tradição da Vila Rubim está no fato de o cliente procurar e achar o que quer comprar na Vila Rubim*. Isso fica demarcado pelo uso de termos como “tradicional”, “tradição” e “sempre”, associados a produtos a serem comprados e ou ao ato de comprar. Na observação do pesquisador, a variedade desses produtos surgiu como um marco da tradição do mercado, além da variedade típica de qualquer supermercado, já que lá existem vários, com diferentes dimensões. Os informantes destacaram uma infinidade de lojas específicas, que comercializam embalagens, produtos religiosos, artigos do vestuário, utensílios domésticos, produtos hortifrutigranjeiros, pequenos animais domésticos e selvagens, temperos, carne, peixaria, galinhas vivas, queijos, artigos de caça e pesca, fogos, papelaria e artesanato.

Durante as observações, ficaram evidentes as articulações dos sujeitos numa estratégia cotidiana em torno de práticas sociais voltadas para a manutenção dessa grande variedade de produtos comercializados. Aqui, inserem-se as práticas da escolha da gama de produtos comprados para serem revendidos, da observação do que o cliente quer comprar e do modo de tratar o fornecedor pessoalmente de maneira a fidelizá-lo, em virtude da dificuldade em ter onde comprar. Essas práticas levam ao reforço da tradição na estratégia cotidiana a ela

associada. Tanto nas entrevistas quanto na observação evidenciou-se que essa variedade de produtos se dava e se dá tanto nos tipos de produtos como em diferentes níveis de qualidade e de preço de um mesmo produto. *No passado, para alcançar essa variedade de produtos, havia obstáculos relacionados com a própria dificuldade para comprar*, tema explícito no fragmento 32.

- (32) Era a concorrência que tinha na compra naquela época. Era mais difícil comprar do que vender. Na época de 70, essa época aí, 65, era mais difícil o comerciante conseguir a mercadoria do que vender. Vender era fácil. Você botava em cima do tabuleiro, rapidinho vendia tudo (PROPRIETÁRIO 2).

Mas, a despeito dessa dificuldade, *por meio da prática social da criação de laços de amizade com os fornecedores, fidelizando-os, os comerciantes conseguiam suas mercadorias*, tema explícito no fragmento 33.

- (33) Eles [os fornecedores] chegavam pra vender e tomavam amizade comigo. Tomavam amizade comigo e mandavam a mercadoria pra mim pagar depois. [...] Encostavam o caminhão ali de mercadoria e vendia para quem quisesse. [...] Mas o que vinha para mim era pra mim mesmo. Tá vendido (PROPRIETÁRIO 1).

Deve-se ressaltar que no fragmento 33 o proprietário está se referindo a um período anterior à década de 1970, antes da organização dos fornecedores na CEASA e da disseminação das distribuidoras de produtos diversos no Espírito Santo. Mas essa mesma lógica foi observada pelo pesquisador em 2006, quando acompanhou e observou, em duas oportunidades, comerciantes em suas compras na CEASA. Como os produtos hortifrutícolas são sazonais e dependem de condições climáticas favoráveis, em determinadas épocas há uma queda na produção, e fica muito difícil conseguir alguns produtos. Na observação, verificou-se que esses produtos colocam em jogo a relação de afinidade entre os comerciantes e os fornecedores (comumente agricultores e, algumas vezes, atravessadores de produtos agrícolas), envolvendo o acesso a esse produto “difícil”.

Os próprios fornecedores e comerciantes, em conversas coloquiais com o pesquisador, indicaram que aquela relação de afinidade é fruto de uma longa trajetória de negociações bem-sucedidas, em que um ajuda o outro agora e é ajudado depois. No caso do agricultor, esse “depois” ocorre quando há uma oferta maior do que a demanda de determinada mercadoria. Dá-se o que eles chamam de estar “boiado”, termo que indica mercadoria sobrando, sem conseguir comprador. Nesse momento, surge a prática social dos comerciantes com os quais se tem afinidade: eles se apresentam como uma fonte segura de escoamento de parte da produção agrícola. Além disso, essa afinidade se estende até à prática dos pagamentos, para uns, sem ligação, só em dinheiro; para outros, de confiança, até “fiado” sem anotar. Esse último, aparentemente, reforça os laços de confiança. Portanto, desde muitas décadas, até a atualidade, as práticas dos comerciantes se voltam para a construção de laços de afinidade com seus fornecedores, o que permite a manutenção da tradição da variedade de produtos no mercado.

Especificamente em relação à composição dessa variedade, é possível destacar três práticas sociais a ela relacionadas, todas articuladas na estratégia cotidiana: a) além de buscar determinada variedade de produtos, o comerciante define o seu nível de qualidade e preço de acordo com os seus clientes; b) o comerciante busca a inovação ou a novidade dos produtos como parte da tradição da variedade; e c) o comerciante busca produtos com características ou preços que poucos ou que nenhum comerciante têm acesso. A primeira dessas práticas sociais está explícita no fragmento 34.

- (34) Um comprava a mercadoria de primeira, outro de segunda, outro de terceira. Aí que vinha os clientes. Igual tomate. Hoje em dia, por exemplo, o tomate e batata, tem o extra, tem o segunda e tem o primeira. A diferença tá aí em qualidade. [...] uns trabalhavam com mercadoria de primeira, aí vendia mais caro, né. De acordo com o cliente. E tinha os outros que vendiam mercadoria de segunda, com um preço mais barato. E tinha aqueles clientes

procurando um preço mais barato. É por isso que todo mundo vendia (PROPRIETÁRIO 2).

Fica claro no fragmento 34 o tema implícito *havia uma variedade de produtos que incluía diversos níveis de qualidade de um mesmo produto entre os comerciantes*. Além desse tema, o fragmento apresenta um outro, também implícito: *a variedade de qualidade e, conseqüentemente, de preço viabilizava o trabalho de vender dos comerciantes*. Esses temas reforçam a relação entre o trabalho de vender e a tradição associada à variedade de produtos, sendo marcados pelos trechos: “Um comprava a mercadoria de primeira, outro de segunda, outro de terceira”, “vendia mais caro”, “preço mais barato”, “tinha aqueles clientes procurando” e “por isso que todo mundo vendia”.

Outro tipo de variedade destacada foi a da inovação. *Os comerciantes praticam a inovação ou a novidade dos produtos como parte da tradição da variedade*. No fragmento 35 isso é colocado de maneira explícita no tema da tradição da novidade.

(35) As coisas estão inovando, e as pessoas estão procurando inovação. Então, você não pode ficar 25 anos com a mesma coisa. Então, você tem que ter aos 25 anos: “Pô! Eu vou naquela loja lá porque é uma loja tradicional. Provavelmente, eu encontro o produto que eu estou querendo, que é uma novidade”. Ele confia nisso, porque eu vou buscar a novidade (PROPRIETÁRIO 23).

Ao acompanhar um dos barraqueiros em suas compras na CEASA, ele próprio revelou que já sabia quase tudo o que ia comprar, mas sempre incluía uma novidade para os clientes quando estava comprando.

Outra prática consiste em buscar produtos com características ou preços que poucos ou nenhum comerciante têm acesso, ampliando a variedade de produtos no Mercado, como se evidencia explicitamente nos fragmentos 36 e 37.

- (36) Aqui na Vila Rubim ainda o que prevalece é a tradição da Vila Rubim e alguns produtos diferenciados. Por exemplo, o Ribeiro. Ele trabalha com alguns produtos ali que você não acha por aí em qualquer lugar (PROPRIETÁRIO 17).
- (37) Meu produto é mais da roça, porque eu tenho muito conhecimento. Então, através dos meus colegas na roça, eu vou e pego. Se na CEASA uma caixa de banana vale oito reais, lá na roça eu pego a seis, cinco (PROPRIETÁRIO 5).

Os dois fragmentos são convergentes com as observações do pesquisador, nas quais se verificou que no sentido dessas práticas alguns comerciantes traziam produtos do Norte ou Nordeste, comumente, não perecíveis ou produtos secos. Nessa lógica de trabalhar com produtos diferenciados, alguns comerciantes mudaram até de segmento, como dois comerciantes de produtos hortifrutícolas entrevistados, que passaram a trabalhar, aos poucos, com ervas medicinais e logo pararam de trabalhar com produtos hortifrutícolas, concentrando-se nas ervas. Outros dois comerciantes de produtos hortifrutícolas ampliaram sua variedade de produtos, incluindo secos e molhados, dando origem a dois supermercados na Vila Rubim. Já entre comerciantes que permaneceram com produtos hortifrutícolas nas barracas e nos tabuleiros, um deles buscava comprar no interior, chamada de “roça”, sem passar pela CEASA, conseguindo preços mais baixos. Mas o problema da escala de compra e venda se apresenta como um obstáculo, pois o produto é perecível e todo o estoque precisa girar rapidamente. A solução praticada foi *abdicar da exclusividade e fornecer para parte de seus “amigos”*, tema explícito no fragmento 38.

- (38) Não fica tudo para mim, eu distribuo [...] eu mesmo forneço pros próprios meus amigos aqui da Vila Rubim. Eu tenho um preço melhor pra eles. Pego da roça, ponho aí e, em vez de pagar na Ceasa 10 reais (com frete com tudo vai chegar aqui a 12 reais), eu bato pra eles aqui a 9 reais (PROPRIETÁRIO 5).

Há um silenciamento por parte do locutor sobre lucros que ele poderia obter com essa distribuição, mas as escolhas lexicais do verbo *distribuir* e do substantivo *preço* remetem,

segundo o gênero comunicativo das conversas coloquiais no mercado da Vila Rubim, respectivamente, à idéia de uma atividade a ser remunerada e ao lucro. Ou seja, neste gênero quem distribui deve ser remunerado pelo seu esforço e quem define preço inclui nele algum lucro. Portanto, os trechos “eu distribuo”, “Eu tenho um preço melhor”, no fragmento 38, remetem ao tema implícito *há uma compensação financeira pela perda da exclusividade de acesso a produtos com preços mais baixos*. Como esses amigos comercializam praticamente lado a lado, fica o tema implícito da *ausência de competição entre eles*, o que permite entender o compartilhamento que viabiliza a variedade de produtos deles, e não entre eles. Nas observações do pesquisador, evidenciou-se que aqueles que possuíam um espaço maior, pois ocupavam mais de uma barraca, apresentavam maior variedade dos produtos, mas boa parte desses produtos era semelhante em todas as barracas, e os preços eram iguais. Os produtos são vendidos em bacias. Dependendo do produto, duas bacias custam um real ou uma bacia custa um real. O máximo que se observa são algumas barracas com bacias mais cheias do que outras, o que foi explicado por um comerciante como sendo a prática deles para vender mais rápido, quando os produtos começavam a estragar.

Aparentemente, a competição entre eles se restringe a variações no volume de produtos nas bacias e à busca por fidelizar o cliente por meio do diálogo, da oferta de brindes (algumas pimentas, um limão, uma espiga de milho a mais na sacola...) e da venda fiado. Como consequência, aquele compartilhamento da variedade do preço mais baixo se viabiliza, em conjunto com outras práticas observadas pelo pesquisador, destacando-se a compra conjunta na CEASA, quando alguns comerciantes vão em grupo. Lá, eles trocam informações sobre os produtos oferecidos e cada um compra e paga o que é seu. Em seguida, o grupo reúne as mercadorias e divide o frete, trazendo a mercadoria em conjunto para o mercado, cada um arrumando o seu tabuleiro ou a sua barraca. Esta prática, já destacada na face emancipada

das relações pessoais na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**, ilustra o imbricamento das diferentes faces, na medida em que elas permeiam as práticas sociais dos sujeitos.

Em relação à face discutida neste tópico, essa prática, em conjunto com as outras destacadas, revela que, no caso dos barraqueiros e dos que trabalham nos tabuleiros, a tradição da variedade não está apenas na diferença entre as barracas ou tabuleiros de produtos hortifrutícolas, que não é tão grande, mas em uma variedade comum a elas, obtida e sustentada por construções sociais que incluem as mencionadas relações pessoais entre os comerciantes. Nesse sentido, a novidade de um pode ser a novidade de todos, sendo um atrativo conjunto de clientes. No lugar de ser apenas um fator que diferencia os comerciantes, pode também distinguir o conjunto deles e o próprio mercado. Ou seja, as práticas destacadas ao discutir a face emancipada em questão se inserem na estratégia cotidiana dos comerciantes, demarcada dentro do lugar de um próprio idealizado em torno da ordem estabelecida na tradição do cliente e de seus descendentes durante muitos anos, de comprarem e buscarem a variedade de produtos do Mercado, um processo no qual eles se habitam, criam laços de amizade e se envolvem na **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**.

Essa representação social inclui ainda uma terceira face, que, em conjunto com as já discutidas, converge para a construção da representação em questão. Mas essa terceira face se distingue das anteriores por incluir construções que enfatizam três tipos de comércio específicos: grandes supermercados; peixaria; e abatedouro de galinha.

7.2.3 O casamento entre a mídia dos grandes, o peixe e a galinha

Na terceira face da **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**, a tradição surge como algo construído em torno de três aspectos específicos: a) iniciativa dos grandes supermercados de investir em mídia, para divulgar suas lojas e, conseqüentemente, a região em torno delas – no caso, a Vila Rubim –, contribuindo para manter o comércio na região; b) existência de uma peixaria que seria referência no comércio de peixe fresco na região da Grande Vitória; e c) exclusividade de contar com um abatedouro de galinhas no qual as pessoas podem escolher a ave a ser abatida e levá-la fresca para casa. Quando esses aspectos foram enfatizados nos fragmentos 39 e 40, fica como tema implícito que *a falta deles prejudicaria em muito o movimento de comercialização no mercado da Vila Rubim e, conseqüentemente, a tradição em torno dessa comercialização, que, portanto, giraria em torno deles.*

- (39) Se a galinha [o abatedouro de galinha] sair aqui da Vila Rubim cai 70% do movimento. Se a peixaria sair daí, já era. Todo dia passa muita gente aí. Semana Santa então, lota. Parece até uma discoteca de tanta gente. Final de mês também (PROPRIETÁRIO 14).
- (40) [...] suponhamos que essas duas lojas [Rede Show e Extrabom, os dois maiores supermercados] saíssem da Vila Rubim hoje. [...] o movimento cairia de 100 para 30%. Eu não tenho dúvida disso. Eu não tenho medo de errar. [...] Porque hoje sem mídia é impossível tentar correr atrás de alguma coisa. (PROPRIETÁRIO 17).

Ao analisar os fragmentos 39 e 40, deve-se destacar o contexto de produção do discurso de cada um. O fragmento 39 tem como locutor o proprietário de um tabuleiro de hortifrutícolas em frente à peixaria e ao lado do abatedouro de galinhas, onde ele manifestou a locução. Já o fragmento 40 tem como locutor o proprietário de lojas de supermercado, dentre as quais uma é a da Rede Show, mencionada no fragmento, onde ocorreu a entrevista que levou ao fragmento. Essa contextualização permite vislumbrar que existem interesses e vivências

norteando dois temas explícitos: no caso do fragmento 39, o de que *o movimento na Vila Rubim cairá se o abatedouro de galinha ou a peixaria saírem de lá*; no caso do fragmento 40, o de que *o movimento na Vila Rubim cairá se os dois maiores supermercados saírem de lá*.

Os dois temas têm relação com o grande fluxo de pessoas em torno do supermercado, da peixaria e do abatedouro de galinha, como foi observado pelo pesquisador. Entretanto, não cabe aqui uma pesquisa de mercado para verificar se é o Mercado que atrai mais clientes para esses estabelecimentos ou se são eles que atraem mais clientes para o Mercado como um todo. O que interessa aqui é a articulação da dimensão emancipada da **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória** em torno dessas questões. Ou seja, a despeito de os respondentes não se basearem numa pesquisa de mercado dita científica, eles têm suas construções sobre o tema. Isso é que interessa a este estudo. Mesmo no caso dos comerciantes de hortifrutícolas, que não atuam diretamente nos três tipos de atividades, alguns destacam a existência das três ou de uma delas como base da explicação do que atrai clientes para comprar seus hortifrutícolas, mesmo quando os produtos que comercializa já são vendidos nos bairros e, até, nos supermercados.

Nessas construções, os sujeitos alinhados com o tema explícito no fragmento 39 articulam a tradição da compra e do movimento no Mercado com a preferência das pessoas por peixe e frango fresco, produtos destacados como sendo algo difícil de encontrar em outros lugares. Deve-se ressaltar que eles não desconhecem a existência de colônias de pescadores na Grande Vitória e da comercialização desses produtos em feiras livres na região, pois na observação do pesquisador verificou-se que eles freqüentam e ou citam esses lugares no dia-

a-dia. Mas, quando articulam o tema em questão, qualquer menção a respeito de tais lugares permanece silenciada. Aparentemente, essa prática de omitir no discurso a existência desses concorrentes não tem relação com a manutenção racional e instrumental de uma farsa sobre o destaque desses dois segmentos no Mercado da Vila Rubim. No lugar de uma farsa instrumental, surge a construção social de uma realidade vivenciada pelos comerciantes, pois à prática do silenciamento discursivo se somam outras: buscar posicionar-se perto da peixaria para vender seus produtos hortifrutícolas, como no caso de um barraqueiro observado alugando um tabuleiro próximo da esquina entre a peixaria e o abatedouro de galinha e passando a atuar lá concomitantemente com sua barraca de hortifrutícolas; e aumentar os estoques de produtos hortifrutícolas em épocas nas quais o consumo e a procura pela galinha e pelo peixe é maior, como finais de semana, véspera de feriados e, no caso do peixe, na véspera de alguns dos chamados dias santos²³, quando só eles são consumidos por muitas pessoas, com base em tradições religiosas.

Tais práticas sociais se inserem como estratégia cotidiana, demarcadas no lugar de um próprio, de uma ordem que permite calcular seu resultado com base em uma exterioridade visível e destacável no ambiente: a partir delas, vender mais hortifrutícolas, em virtude da movimentação em torno da venda de frango e peixe frescos, pois são a base da tradição de comprar no mercado. Tais práticas, por sua vez, reforçam essas construções.

²³ No passado, os adeptos da religião Católica defendiam que a carne deveria ser substituída pelo peixe na Quarta-feira de Cinzas e nas Sextas-feiras durante o período de quarenta dias da quaresma, até a Sexta-feira da Paixão. Atualmente, esse hábito é mais comum na Sexta-feira da Paixão, quando há um grande aumento na demanda de peixes no mercado da Vila Rubim.

No fragmento 40, evidencia-se uma construção distinta da anterior, com base no tema explícito *o movimento na Vila Rubim cairá se os dois maiores supermercados saírem de lá*. Ela se articula em torno do tema *mídia*, que está expresso de maneira explícita no próprio fragmento, no trecho: “sem mídia é impossível tentar correr atrás de alguma coisa”. Isso remete ao tema implícito *os supermercados são reconhecidos pelo seu potencial para investir na divulgação de suas lojas, por meio da mídia, o que divulga o mercado e contribui para o movimento*. Os supermercados são marcados como personagens implícitos, pois estão associados ao personagem explícito “lojas”, que antecederam o trecho destacado. No sentido dessa construção, em suas observações, o pesquisador se deparou com a prática dos supermercadistas de anunciarem em jornais, rádio, TV, carros de som e panfletos suas promoções. Todas essas práticas estão inseridas na estratégia cotidiana no lugar de um próprio, de uma ordem estabelecida em torno da face emancipada em questão. Da mesma maneira que o pesquisador, outras pessoas observaram essas manifestações, citando-as durante a investigação e articulando-as na construção social relativa à importância dos supermercados para a continuidade da tradição no comércio da Vila Rubim.

Essa construção encerra aquelas referentes à face emancipada do casamento entre a mídia dos grandes, o peixe e a galinha. Em conjunto com a face emancipada da continuidade do comércio e a face emancipada do cotidiano que envolve o cliente, têm-se as construções aqui inseridas no que foi chamado de “**representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**”. Como um todo, a representação social em questão permitiu delimitar a estratégia e a tática cotidianas no contexto organizacional dos comércios de hortifrútícolas no tocante às construções sociais sobre a tradição de comprar no Mercado. Mas, como qualquer representação social, ela não existe isolada. No caso do Mercado da Vila Rubim, além de ser articulada com a **representação**

social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho, já discutida, uma terceira representação veio somar-se às duas primeiras: **a representação social das mudanças no Mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante**. Essa última compõe o quadro final das representações sociais evidenciadas pelo pesquisador como articuladas pelos sujeitos no cotidiano do Mercado. Por meio dela, os sujeitos lidam com o desconhecido do que leva às mudanças no Mercado. Tal construção compreende todas as práticas apresentadas até aqui, que também estão envolvidas nas mudanças no Mercado da Vila Rubim, e inclui outras práticas sociais, discutidas a seguir.

7.3 Por que o mercado muda?

Para lidar com o desconhecido dos motivos pelos quais o Mercado da Vila Rubim se altera, os sujeitos de pesquisa associam as representações sociais já discutidas a uma outra, aqui identificada como a **representação social das mudanças no Mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante**. Esta representação se ancora tanto no terno família/trabalho/sobrevivência quanto na díade público/privado. Essa última demarca articulações na estratégia e tática cotidiana em práticas sociais voltadas para a apropriação e significação de espaços públicos e privados.

As relações entre as representações sociais discutidas e a que será aqui tratada ficam evidentes quando se observa a questão da mudança em torno de construções sociais já destacadas. Por exemplo: na distinção entre trabalho, que pressupõe mudança para suportar o crescimento e a sobrevivência, que pressupõem adaptação às dificuldades existentes; e na

continuidade do comércio, que pressupõe a mudança na propriedade ou direito sobre o espaço, muitas vezes público, para alguém da família ou adotado.

Mas a **representação social das mudanças no Mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante** envolvem construções que enfatizam especificamente a questão da mudança, inserida em três faces emancipadas identificadas nesta tese como: a) **das demandas das e sobre as instituições públicas**; b) **da privatização do espaço público**; e c) **das pressões concorrenciais**. A primeira mais voltada ao Estado, a segunda envolve de maneira intermediária o Estado e o comerciante e a terceira privilegia a lógica da concorrência privada. Da ancoragem nas *themas* família/trabalho/sobrevivência e público/privado, essas faces emancipadas remetem a construções que, apesar de serem distintas, coexistem, cada uma sendo objetivada, respectivamente, em figuras como: os representantes do Estado em ação ou omissão; o direito de uma pessoa transferir o uso do espaço público para outra pessoa; o incêndio que levou à destruição dos galpões velhos e à construção dos novos galpões pela Prefeitura; a expansão dos supermercados e dos *kilões*, levando os pequenos comerciantes a mudarem de ramo ou a venderem seus direitos a outros comerciantes, que cresceram. A análise de cada uma delas e das práticas sociais que as articulam permitiu evidenciar práticas sociais dos comerciantes de hortifrutícolas inseridas na estratégia e na tática cotidiana articulada no Mercado da Vila Rubim.

7.3.1 As demandas das e sobre as instituições públicas

A face emancipada **das demandas das e sobre as instituições públicas** surgiu objetivada em figuras associadas a demandas no cotidiano que envolvem questões como: destruição

pelo incêndio, segurança, infra-estrutura, fiscalização e fluxo de clientes. Entre muitas delas, há certa inter-relação, ligada aos impactos de uma na outra, na medida em que uma é mais ou menos atendida pelo Estado. Este último também uma figura na objetivação desta face.

Nesse atendimento das demandas no Mercado, evidenciaram-se duas articulações comuns por parte dos sujeitos de pesquisa em torno das instituições públicas: a) obrigação das instituições públicas de atender às demandas do Mercado e, conseqüentemente, dos comerciantes; e b) demandas das instituições públicas sobre os comerciantes do Mercado. No cotidiano, as duas se confundem, pois, para os sujeitos de pesquisa, a omissão em relação à primeira ou às maneiras de lidar com ela leva à segunda. Isso ficou claro por meio de construções sociais nas quais acontecimentos pontuais e marcantes, como o grande incêndio de 1994, ou questões cotidianas relacionadas com a falta ou a existência de segurança e de infra-estrutura comumente levam os sujeitos a mencionarem ações e omissões das instituições públicas e de seus representantes. Aqui, surge o chamado “governo”, nas instâncias federal, estadual e municipal, na figura de políticos e ou funcionários públicos, com destaque para os chefes do executivo, os membros do Legislativo, os fiscais e as polícias, como se observa nos fragmentos a seguir.

- (41) [...] o começo desta melhora da Vila Rubim foi no governo do prefeito Paulo Hartung e, depois, no prefeito Luiz Paulo. [...] E, agora, o novo prefeito deu uma parada. Parece que para reformular os projetos que haviam. E, agora, parece que está começando de novo a construção do resto que precisa. Eu não sei até quando vai, porque o órgão público, às vezes, ele falta também capital ou alguma coisa, mas está indo (PROPRIETÁRIO 13).

No fragmento 41, os trechos sublinhados remetem ao tema explícito *as melhorias ocorridas na Vila Rubim estão associadas à gestão de determinados prefeitos, que podem interrompê-las ou continuá-las*. Os prefeitos surgem como personagens explícitos no fragmento, bem

como a figura do “órgão público”, este último associado ao tema explícito “falta de capital e de outras coisas”, que remetem ao tema implícito *além da vontade do prefeito, existem restrições nas instituições públicas que podem levar às interrupções das melhorias*. Aqui, a identificação dessas melhorias é algo silenciado, bem como a identificação de qualquer articulação em termos de práticas dos sujeitos de pesquisa sobre os prefeitos, na direção de eles atenderem alguma demanda específica. Mas tal silenciamento se refere apenas ao corte do fragmento realizado pelo pesquisador, pois os respondentes comumente apresentaram explicitamente essas construções sociais, como nos fragmentos 42, 43 e 44.

- (42) [...] vai ser polícia, direto, direto, e ele [o dono do bar] não vai ficar ali por muito tempo. Até mesmo as mulheres vão sair dali. [...] este é o problema da Vila Rubim hoje: a prostituição (ADMINISTRADOR DA PREFEITURA 1).

No fragmento 42, o pronome “ele” se refere ao personagem “o dono do bar”, como fica implícito em virtude da inserção contextual oriunda de trechos do discurso anteriores ao fragmento destacado. Outros dois personagens explícitos são a “polícia” e as “mulheres”. O primeiro está associado ao tema implícito de que *a polícia vai abordar continuamente as pessoas no bar em questão*, como fica demarcado pela escolha lexical do advérbio “direto”, no sentido de continuidade, referindo-se à polícia, seguido de um trecho sublinhado que leva ao tema explícito *o dono do bar não vai ficar onde está por muito tempo*. Por sua vez, a personagem explícita *mulheres* surge associada ao tema explícito *sairão de lá*, implicitamente associadas aos temas já destacados referentes à atuação da polícia, à saída do dono do bar e ao tema explícito *o problema da Vila Rubim hoje, a prostituição*. Juntos, esses temas remetem a dois temas implícitos: *as mulheres no bar são prostitutas e, portanto, o problema da Vila Rubim; e o Estado, por meio da polícia, está trabalhando para resolver esse problema*.

Aqui, é importante destacar um aspecto do contexto de produção do discurso referente ao fragmento 42. O locutor é um funcionário público municipal que cuida de parte da administração do Mercado. Portanto, tem conhecimento das práticas desenvolvidas pela administração pública. Mas tais práticas, apesar de estarem demarcadas no espaço do próprio, da ordem estabelecida delineada pela face na representação social aqui tratada, não são desenvolvidas pelos comerciantes e tampouco pelos que trabalham com produtos hortifrutícolas. Portanto, não são práticas desse grupo. Entretanto, os sujeitos atribuem a elas a condição de serem, mesmo parcialmente, resultado de práticas construídas por eles próprios, como fica explícito nos fragmentos 43 e 44.

- (43) [...] não tem tanto trombadinha, ladrão, igual nós passamos uma época aqui [no mercado] [...] Eu atribuo isso hoje ao policimento que nós temos aqui [...] a prefeitura, com os guardas municipais aí rodando, e a polícia também. [...] Eu acho que eles resolveram, devido à necessidade e, um pouco também, à Associação buscar isso (PROPRIETÁRIO 22).

No fragmento 43, a expressão “não tem tanto” apresenta os advérbios “não” e “tanto”, que, respectivamente, negam e expressam a intensidade da existência dos personagens explícitos “trombadinha” e “ladrão”. Em seguida, o trecho “igual nós passamos uma época” remete, implicitamente, à intensidade da existência dos personagens para o passado e a negação dessa intensidade para o presente. Essa negação é reforçada pelo tema explícito *a condição atual é atribuída ao policiamento, aos guardas municipais, gerenciados pela Prefeitura, e à polícia*. Aqui, os substantivos *policimento, polícia* e *guardas* remetem ao tema implícito *segurança*. Em conjunto, os elementos discursivos presentes no fragmento demarcam o tema implícito *a segurança no mercado mudou para melhor*. Nos últimos dois trechos sublinhados, surgem, explicitamente, dois temas que justificam essa mudança: *necessidade; e busca da associação*.

O primeiro tema é demarcado no trecho “eles resolveram devido à necessidade”. Apesar do silenciamento sobre o que é necessário, pelo contexto discursivo em questão, esse tema reforça implicitamente o tema *antes havia grande insegurança e necessidade de segurança*, também relacionado com a maneira como foram apresentados os personagens explícitos “trombadinha” e “ladrão” no início do fragmento, pois o trecho “não tem tanto” indica a redução de algo intenso, que permanece com menor intensidade. No trecho, o pronome “eles” é antecedido do uso dos substantivos “Prefeitura” e “polícia” e do adjetivo “municipal”, o que remete ao personagem implícito *instituições públicas* e, em conjunto com as construções anteriores, ao tema implícito *o Mercado mudou, passando a ter maior segurança, pelo fato de as instituições públicas reagirem à necessidade de fazer algo sobre o grande nível de insegurança existente, resolvendo o problema*. Entretanto, essa não é a única justificativa para a mudança, pois o trecho seguinte “e, um pouco também, à associação buscar isso” demarca o tema implícito *a necessidade divide “um pouco” do seu espaço com outra justificativa para a mudança*, apresentada como tema explícito: *a busca da associação*.

No contexto de produção discursiva do fragmento, a associação a que o locutor se refere é a ACVR, criada e sustentada a partir de práticas sociais cotidianas, como: reuniões, eleição do presidente e pagamento de mensalidades. A partir dessas práticas, a ACVR busca atender determinadas às demandas de seus membros. Nesse contexto e a partir das construções destacadas em relação aos dois últimos trechos apresentados, remete-se ao tema implícito *aquelas práticas são um pouco responsáveis pela atuação das instituições públicas*. Nesse sentido, nas observações do pesquisador e nas entrevistas, os respondentes manifestaram práticas tanto como membros da Associação, já destacadas, quanto aquelas que eles atribuem à própria “Associação”, como um personagem específico. No caso, seriam as

práticas da Associação, articuladas com as práticas daqueles que fazem parte dela, ambas inseridas na estratégia cotidiana demarcada no lugar de um próprio sustentado no papel e na legitimidade do Estado em agirem nas mudanças do Mercado. Essas práticas da Associação, em alguns casos figuradas pelo seu presidente, são evidenciadas no fragmento 44.

- (44) [...] na questão da segurança, o Guia de Monitoramento é um projeto nosso [...] a Associação já tem a autorização da obra por parte dos seus associados, de 150 mil reais, mas não conseguimos fechar a parceria nem com o estado e nem com o município [...] entendemos que a responsabilidade de implantação e a utilização destas imagens têm que ser de ordem pública [...] são 36 câmaras que ficarão monitorando toda a área do Mercado [...] Investiu-se nos flanelinhas [...] Só em cadastrar, em parceria com a Polícia Militar e com a Polícia Civil, já tiramos uns 5 ou 6 que viviam na marginalidade se ocultando neste espelho de flanelinha [...]. Nós temos uma interatividade com a Polícia Militar em todas as instâncias [...] mas isto não impede que eu vá a imprensa e reclame que a segurança está falhando nisto e nisto (PRESIDENTE DA ACVR).

No fragmento, a partir dos trechos sublinhados, fica implícito o tema *os investimentos da associação em segurança dependem das ações das instituições públicas municipais e estaduais*. Esse tema é demarcado por outros dois temas explícitos: *a Associação não conseguiu parceria nem com o estado nem com o município para o desenvolvimento do projeto das câmeras de monitoramento, uma responsabilidade de ordem pública; e em conjunto com a Polícia Civil e a Polícia Militar, a Associação investiu no cadastramento dos flanelinhas, conseguindo tirar 5 ou 6 marginais ocultos no espelho de flanelinha*. Os dois temas expressam articulações público/privada entre instituições públicas e a Associação em torno da demanda por um maior segurança. A diferença é que no primeiro tema a articulação não atende a essa demanda, ao passo que no segundo há esse atendimento. Aqui, surgem as práticas de investir recursos em infra-estrutura, em cadastramentos e parcerias inseridas na estratégia cotidiana alinhada com a face na representação em questão.

Outras práticas, voltadas para a articulação com as instituições públicas em relação às demandas, são destacadas nos temas explícitos *existe interatividade com a Polícia Militar e essa interatividade não impede que o representante da Associação vá para a imprensa reclamar de falhas específicas na segurança*. Aqui, as práticas referentes à manutenção da interatividade, como as reuniões com o comandante do policiamento da região, inserem-se na estratégia cotidiana no lugar do próprio já mencionado. De outro lado, a prática de expor as falhas na mídia para pressionar as instituições públicas, ao mesmo tempo em que reforça e parte da necessidade de articulação com as instituições, elementos do lugar do próprio em questão, perverte essa ordem nele estabelecida, pois demarca um espaço de transgressão, no qual reina a crítica. No caso, há exposição da omissão e a instituição é colocada como mais uma fonte do problema que caberia a ela resolver, sendo ela própria apresentada como uma das origens dos problemas. Aquele lugar privilegiado oferece elementos bricolados no espaço de transgressão na qual se articula a tática cotidiana. Nele não há a fronteira entre a solução e o problema em relação às instituições públicas.

Outros temas que mostram as práticas nessa relação entre os interesses privados e a ação das instituições pública envolvem as mudanças nas atribuições dos espaços do Mercado, inclusive de um espaço livre de cobrança de impostos, como se evidencia nos fragmentos 45, 46 e 47.

- (45) Eles [os clientes] sabem que aqui [nas barracas] tem o açúcar mascavo, a rapadura, e é mais barato porque saiu do imposto. [...] Então, o imposto ele só pagou lá [nas lojas], porque a feira-livre é livre do imposto também (FUNCIONÁRIO 2).
- (46) Aqui [no Mercado] era tipo um terminal de ônibus [...] Então, aqui fazia uma baldeação, e por isso que o movimento aqui era intenso. O comércio era muito bom, e hoje já isso não existe. Tem terminais diretos aí. [...] E todo mundo sentiu um abalo com isso (PROPRIETÁRIO 10).

- (47) [...] com o CEASA lá [no município de Cariacica] ficou pior, porque agora tem que pagar frete, pagar isto, pagar aquilo. Já aqui não dependia disto. Comprava aqui mesmo, aqui vendia (FUNCIONÁRIO 4).

No fragmento 45, o tema explícito *feira-livre isenta de imposto* sustenta a prática comumente observada pelo pesquisador do uso do argumento de que os produtos nas barracas e nos tabuleiros em frente à peixaria são mais baratos. Essa prática, na medida em que inclui o argumento da isenção de impostos como uma diferença em relação a outras áreas que pagam impostos, enquadra-se como uma estratégia cotidiana legitimada no lugar do próprio das instituições públicas com autonomia para definir as fronteiras de quem paga ou não impostos. Mas essa autonomia para mudar as atribuições dos espaços do Mercado nem sempre leva a uma construção na qual este estabelecimento e seus comerciantes são vistos como beneficiados. Nesse sentido, no fragmento 46, surgem dois temas explícitos: o primeiro, ao ser demarcado pelo verbo *ser* no pretérito “era”, remete ao passado: o tema explícito *o mercado era como um terminal de ônibus onde eram feitas as baldeações, o que levava a um movimento intenso e a um comércio que era muito bom*; o segundo, ao ser demarcado pelo advérbio “hoje”, insere-se no tempo presente: o tema explícito *hoje tem terminais diretos e todo mundo no mercado sentiu um abalo*.

Como a gestão dos terminais se dá por meio de uma instituição pública estadual, a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), a referida mudança é fruto da ação pública, na qual a definição das instalações de terminais e de pontos de ônibus não tem impacto apenas em quem utiliza o transporte coletivo, mas, também, em quem quer comercializar produtos para essas pessoas.

Portanto, com base nessa contextualização e nos dois temas explícitos apresentados, surge o tema implícito *a ação de uma instituição pública na implantação de terminais diminuiu o*

número de passageiros de ônibus circulando nas proximidades do Mercado e, conseqüentemente, piorou a situação do comércio na região. Ou seja, à medida que a atribuição de terminal de ônibus se afasta do Mercado, há um impacto negativo no comércio. Nessa mesma linha, o fragmento 47 apresenta como tema explícito a existência de implicações negativas para o Mercado, em virtude de a CEASA ter sido transferida da Vila Rubim para outro lugar.

A gestão da CEASA no Espírito Santo, realizada por uma instituição pública federal, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), na época, início de década de 1980, decidiu transferir o atacado do comércio de hortifrutícolas da Vila Rubim para a CEASA do Espírito Santo, construída no município de Cariacica. Essa mudança na atribuição do espaço do Mercado foi destacada como prejudicial para os comerciantes de produtos hortifrutícolas, em virtude de uma questão que surge como tema explícito no fragmento 47, *a necessidade de fazer frente a custos adicionais, em virtude das compras deixarem de ser realizadas no próprio mercado*. Uma prática social dos pequenos comerciantes de produtos hortifrutícolas para fazer frente a esses custos foi a ajuda mútua, na qual alguns dividem os custos, viabilizando o seu comércio. Essa prática já foi apresentada nas faces emancipadas do cotidiano que envolve o cliente e das relações pessoais, respectivamente, nas **representações sociais da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória e do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**. Isso, novamente, reforça o argumento do imbricamento entre as construções sociais e as práticas nelas inseridas, aqui enfatizadas separadamente apenas por limitações no tocante à organização da análise dos dados.

Esse imbricamento com a face emancipada na representação social aqui discutida pode ser ilustrado pelo entendimento de que as instituições públicas levam a mudanças, que, por sua vez, geram demandas sobre os comerciantes, e eles as resolvem com base em elementos de outras representações sociais, como a construção social anterior de um tipo de amizade que permite conciliar competição entre comerciantes vizinhos e a prática da ajuda mútua. Nessa base, quando a CEASA se distanciou, foi “natural” para os sujeitos o surgimento da prática social de compartilhar o mesmo frete para a redução do custo, dividido entre os que transportarem seus produtos juntos, no mesmo veículo. Quando o pesquisador acompanhou um grupo de comerciantes às compras na CEASA, isso foi observado no momento da prática. Mas antes, no cotidiano do Mercado, também foi possível observar comerciantes combinando a ida conjunta à CEASA. A nova prática social, neste caso, não tem como alvo as próprias instituições públicas, mas apenas fazer frente a demandas adicionais geradas por uma delas. Nesse caso, a ancoragem na *themata* público/privado se evidencia na relação entre essa demanda e a prática para resolvê-la, enquanto a transferência da CEASA é uma figura que objetiva essa construção.

Mesmo quando a demanda inicial não é atribuída às instituições públicas, mas a um evento específico, outras demandas subseqüentes atribuídas ao público e relacionadas ao evento são inseridas na construção social, na ancoragem, na *themata* público/privado. Isso pode ser ilustrado a partir das implicações do evento mais citado pelos respondentes durante toda a pesquisa: o incêndio em lojas de fogos que provocou explosões e a destruição de boa parte do Mercado em julho de 1994, abordado nos fragmentos a seguir.

- (48) Quando veio a explosão, eu trabalhei [...] Ali, perto da bomba de gasolina. O governo arrumou para nós lá. Trabalhamos, mais ou menos, uns 60 dias. Vimos que não dava jeito. Aí, voltamos para a rua. [...] A minha loja era aqui mesmo, mas foi explodido tudo [...] Estava queimado, mas nós tínhamos feito uma banquinha aqui dentro estávamos aqui dentro. Então, nos tiraram daqui

de dentro e construíram lá para nós ficarmos provisórios até voltar de novo para cá. O jeito foi esse. A Prefeitura prometeu, nós saímos daqui, para trabalhar lá. Quando fizesse, nós íamos voltar para o mesmo local (PROPRIETÁRIO 16).

- (49) Veio esse negócio aí do incêndio. Nós ficamos aí quase 10 anos. Aí, com a Vila Rubim meio parada, devagar. Aí, depois a Prefeitura fez tudo de novo. Fez os galpões todos de novo (PROPRIETÁRIO 22).

No fragmento 48, o tema explícito *explosão que destruiu a loja* é associado a dois personagens explícitos, “o governo” e a “Prefeitura”, e a um personagem implícito, *o próprio locutor*. Após a explosão e a destruição das lojas, os respondentes solicitaram ajuda das instituições públicas e aceitaram ficar em um galpão improvisado nas proximidades do Mercado, mas numa área mais isolada. O fragmento 48 ilustra a trajetória do grupo que teve as lojas destruídas. No trecho “Ali perto da bomba de gasolina”, uma área reconhecidamente mais isolada, associada à expressão “não dava jeito”, remete ao tema implícito *o mercado era melhor do que onde eles estavam* o que é convergente com o tema explícito de que *os comerciantes só permaneceram lá cerca de 60 dias*. O fragmento revela ainda, como tema explícito, a ação realizada ao saírem da área próxima ao posto de gasolina – *fizeram banquinhas dentro de onde estava queimado e trabalharam lá dentro* – e, como tema implícito, as ações subseqüentes *a saída para barracas construídas pela Prefeitura, pelo fato de ela ter prometido a reconstrução do local queimado e o retorno dos comerciantes*.

No período da observação do pesquisador, essas barracas construídas para alojar os comerciantes durante a construção ainda eram utilizadas, mas agora pelos comerciantes da Praça Manoel Rosindo. Diferentemente das barracas construídas antes, essas não ficavam em um local isolado, mas na parte da frente do Mercado, entre a Rua Jair Andrade e a Rua Pedro Nolasco, na altura do galpão 3. No fragmento 49, o tema implícito *essas barracas*

foram ocupadas durante muito tempo surge a partir do tema explícito a Prefeitura demorou quase 10 anos para fazer os galpões de novo.

Aqui, a prática dos respondentes de seguir opções oferecidas pelas instituições públicas é mediada na bricolagem que os comerciantes fazem dessas opções com os seus interesses. Em um primeiro momento, a prática de ir para as barracas oferecidas e construídas pelo estado se enquadra como uma estratégia cotidiana em relação à face na representação social tratada, pois ela se posiciona no lugar do próprio das instituições públicas. Mas, em seguida, ao perceberem que o local era inadequado, os comerciantes desenvolveram suas práticas próprias, indo contra a decisão da Prefeitura de isolar a parte queimada. A construção dessa última prática envolve elementos de construções sociais anteriores, já discutidas: as faces da família e da aplicação pessoal em trabalhar e economizar na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**. O lugar do próprio, do homem trabalhador idealizado, demarca uma ordem estabelecida em um lugar que, ao ser articulada com a representação social discutida neste tópico, oferece um espaço de transgressão em relação a ela. Tem-se a bricolagem atuando entre diferentes representações sociais, como ocorre no cotidiano permeado por inúmeras representações simultâneas.

Nesse sentido, a sobrevivência da família e do comércio propiciada pelo seu trabalho constrói justificativas para as articulações de oposição ao lugar do próprio, da ordem estabelecida demarcada na representação aqui discutida, como no caso das práticas que se opõem às ações das instituições públicas. Isso não quer dizer que as instituições públicas são abandonadas pelo grupo de comerciantes; muito pelo contrário. A bricolagem envolve justamente a capacidade criativa de viabilizar a convivência, o que, em um segundo

momento, permite compreender a coerência de os comerciantes novamente atenderem às demandas de uma instituição pública, mas, agora, aceitando ir para barracas com uma melhor localização para o trabalho do comerciante e sob a promessa de que esse seria o caminho para a Prefeitura atender à demanda de reconstrução das lojas destruídas.

Essa aceitação não é algo isolado; ela ocorre em paralelo com dois conjuntos de práticas já mencionadas: as práticas de buscar articulação com políticos; e a exposição na mídia. A primeira envolve as práticas políticas admitidas pelo presidente da ACVR, algumas acompanhadas pelo próprio pesquisador em suas observações no Mercado, quando entrou em contato com políticos em campanha lá dentro. Aqui, as práticas dos comerciantes como um todo, não necessariamente do presidente da ACVR, incluem: marcação de reuniões para o político expor suas idéias, panfletagem, colocação de cartazes e acompanhamento pelo Mercado, além da exposição das demandas que se quer que o político faça frente, se possível, desde já, como era o caso da demora na reconstrução dos galpões do mercado.

O segundo conjunto de práticas foi observado, por exemplo, em fotografias apresentadas pelos sujeitos de pesquisa e analisadas pelo pesquisador, nas quais a cada ano eles comemoravam o aniversário do incêndio, até com discursos, bolo e participação da imprensa, no sentido de expor na mídia as falhas da instituição pública em relação à demora na construção dos galpões, pressionando.

Esses dois conjuntos de práticas são aqui considerados como inseridos na tática cotidiana em virtude da ausência de uma fronteira que defina o outro, sem poder contar com um próprio, sendo necessário usar elementos do seu lugar privilegiado, como a busca pela mídia e a necessidade de votos nas eleições. Deve ficar claro que o político aqui não é considerado

em sua possível inserção atual em uma instituição pública, como no caso da reeleição de um prefeito, quando, então, aquelas práticas políticas podem contar com o lugar privilegiado deste próprio dentro de uma instituição pública, em posição de atender a uma grande variedade de demandas. Apesar de a eleição e as promessas serem permeadas pela incerteza, neste caso, a demarcação do lugar do próprio já está dada. A intenção passa a ser a de se inserir nele por meio de práticas, então enquadradas na estratégia cotidiana, demarcada pela face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas.

Deve ficar claro que essas articulações por meio de prática voltadas para a mítica e a política não se apresentam isoladas em relação a outras. No caso do incêndio, elas comumente surgem em torno de práticas discursivas que incorporam construções que ressaltam a relevância da sobrevivência e do trabalho, articulando esse tema com as demais práticas. Isso fica evidente no fragmento 50, que expõe a bricolagem na qual essas construções se unem a outras, nas quais os sujeitos se valem da legitimidade política nas instituições públicas para se opor a elas, a favor de seus interesses.

- (50) [...] *a nossa loja* aqui dentro foi a única que não pegou fogo. Ela ficou boa, *só queimou as partes de cima*. Aí, nós batalhamos, fomos no Corpo de Bombeiros, pedimos muito para poder continuar trabalhando. Porque trabalhava muita gente com a gente. O peçoal ia ficar tudo desempregado. [...] Aí, a secretária de obras embargou. [...] Aí, depois, o Lelo veio aqui. Ele antes era cliente da gente. Nós tínhamos muitos clientes assim. Tinha a Luzia Toledo. A esposa do José Inácio,²⁴ dona Maria Helena, era cliente nossa. [...] Era uma boa influência [...] Aí, chamamos o Corpo de Bombeiros [...] Isso tudo em 15 dias. [...] Aí, vieram aqui, fizeram a vistoria da loja [...] continuamos trabalhando (FUNCIONÁRIO 10).

²⁴ As pessoas citadas são políticos que atuam no Espírito Santo.

No fragmento 50, o tema explícito *desemprego* sustenta o tema implícito *uso do desemprego para se opor à decisão da secretária de obras, em conjunto com o fato de que a loja não pegou fogo*. Essa construção, como já mencionado, vai ao encontro das faces da família e da aplicação pessoal em trabalhar e economizar na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**. Como tal, a prática de incluir nos discursos essa linha de argumentação se insere como estratégia cotidiana no lugar de um próprio demarcado por essa face e representação social. Mas, simultaneamente, a mesma prática se insere como tática cotidiana no espaço de transgressão demarcado pela bricolagem de elementos do lugar de um próprio situado na face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas, pois há uma oposição bem-sucedida contra a decisão legitimada numa instituição. Isso reforça o argumento já exposto de que a distinção entre estratégia e tática social não é estática, mas dinâmica e relativa às inserções contextuais assumidas como referência. Portanto, nesta tese, defende-se que na investigação da estratégia como prática social o importante é expor essa dinâmica, não a classificação em si (estratégia ou tática), que é apenas um caminho para essa exposição.

Deve ficar claro que a inserção simultânea que baseia esse último argumento não surge de maneira isolada, pois uma prática se articula com outras. Isso fica evidente no mesmo fragmento, quando se observa uma série de personagens explícitos citados como “Lelo”, “Luzia Toledo” e “esposa do José Inácio”. No contexto de produção discursiva do fragmento em questão, o locutor está se referindo a três pessoas ligadas ao meio político e às instituições públicas do Espírito Santo. Lelo Coimbra, em 1994, época do incêndio, foi Secretário de Saúde da Prefeitura de Vitória; Luzia Toledo, em 1994, foi candidata a uma vaga no senado; e o José Inácio era um ex-senador, que retornou ao Senado em 1995 e foi governador do estado em 1999.

O tema implícito *o conjunto desses políticos era uma boa influência para que se alcançasse a liberação do embargo da secretária de obras* é convergente com o tema explícito que no fragmento segue-se à menção dos últimos personagens citados: *em 15 dias os bombeiros foram lá fizeram a vistoria, e eles continuaram trabalhando no local antes embargado*. Aqui, surge a prática da influência nas instituições públicas por meio da articulação de relações pessoais com atores políticos. A visita desses atores sendo aproveitada para a realização de pedidos que, como o deste caso, enquadram-se como oposição à decisão de uma instituição pública, a secretária de obras, com a questão girando em torno da secretária. Essa prática se utiliza das demandas políticas daqueles que têm influência sobre as instituições públicas para que as demandas do sujeito possam prevalecer. Nesse sentido, elementos do lugar do próprio, de uma ordem estabelecida demarcada pela representação social discutida neste tópico, são imbricados em um espaço de transgressão voltado para os interesses dos sujeitos frente a decisão da secretária de obras.

Tal prática foi observada com frequência, articulada em função tanto de lojistas como no caso do fragmento 50, que trata de uma loja que comercializa produtos hortifrutícolas, quanto entre barraqueiros, como se evidencia no fragmento 51.

- (51) [...] uma época, o prefeito deu 24 horas para nós sairmos. Aí, nós reunimos todo mundo: “O que é que nós vamos fazer? Chegou a intimação para nós desocuparmos”. [...] procuramos, na época, um vereador. Explicamos a situação a ele, e ele falou assim: “Oh! Formem a associação de vocês”. [...] aí nós entramos na Justiça. Isso já tem uns 12 anos já. Aí, teve a proposta do outro prefeito, que agora é o governador. Fez a proposta de fazer as barracas ali [apontando para a praça] para nós. Foi enrolando, enrolando. Aí, entrou o outro, que é o Luiz Paulo. Prometeu, e está aí. Está saindo as barracas. Agora, tem esse também que entrou agora. Falou que vai sair, e está saindo (PROPRIETÁRIO 14).

No fragmento 51, o contexto de produção do discurso é a Praça Manoel Rosindo, tendo como locutor um de seus barraqueiros. O personagem “prefeito” aparece várias vezes, de

maneira explícita ou implícita, associado a diferentes gestões. Em relação à primeira gestão citada, fica implícito que ela se opunha aos interesses dos barraqueiros, como fica marcado pelo tema explícito de que *o prefeito deu 24 horas para eles saírem*. Nesse momento, surge a prática da articulação política, já mencionada no fragmento anterior, mas agora articulada por barraqueiros que comercializavam produtos hortifrutícolas, secos e molhados, entre outros. A articulação dessa prática surge implicitamente quando o personagem “vereador” é mencionado, associado ao tema explícito de que *ele foi procurado pelos comerciantes e os orientou*. Em seguida, surge o tema implícito *os barraqueiros também se articularam com outra instituição pública, a Justiça, para se opor às demandas impostas pela Prefeitura*, como marca a expressão “entramos na justiça”.

O resultado que beneficiou os interesses dos comerciantes fica evidente pelo trecho “Isso já tem uns 12 anos” e pelo fato de a observação do pesquisador ter verificado que eles continuam com direitos sobre a Praça. Novamente, tem-se uma prática bem-sucedida inserida na tática cotidiana que se utiliza de elementos imbricados da face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas na **representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante**.

Em seguida, o fragmento apresenta as outras gestões da Prefeitura em uma posição distinta da anterior, como fica claro pelo tema explícito *um outro prefeito queria construir as barracas na praça*. Ou seja, eles permaneceriam onde estão, mas teriam barracas novas. A aceitação dessa proposta se insere como uma prática na estratégia cotidiana demarcada pelo lugar do próprio da Prefeitura que permite um cálculo de forças com base em uma exterioridade distinta (a esfera de atuação da Prefeitura em reformar praças), que tem como

resultado o atendimento de demandas dos comerciantes. Aqui, novamente, como no caso do incêndio e no da reconstrução dos galpões destruídos, essa aceitação não é algo isolado; ela ocorre em paralelo com práticas políticas e de exposição na mídia, já discutidas. Entretanto, em relação ao grupo de barraqueiros, há uma especificidade a ser discutida, em virtude do caráter inicialmente ilegal para a Prefeitura de seu processo de comercialização.

A ênfase aqui sai da instituição pública propriamente dita e vai para um grupo de seus representantes, o fiscal. Os respondentes manifestaram nas entrevistas variações de suas práticas ao longo do tempo em relação a esse grupo, mas tendo como base as decisões da Prefeitura sobre esses comerciantes que atuaram como ambulantes, com seus tabuleiros, sem autorização municipal, como se evidencia no fragmento 52.

- (52) [...] o pessoal tinha os tabuleiros aí na Vila Rubim antigamente [...] o fiscal ia em cima para pegar o tabuleiro, e o cara partia pra cima dele, de porrada também, entendeu. [...] Mas foi se organizando, foi dialogando, se entendendo, coisa e tal com a Prefeitura, com vereador: “a gente precisa trabalhar, não é assim, tem que arrumar um local” [...] E foi normalizando. Hoje não existe isso. [...] o fiscal toda hora anda por aí, ainda com a caminhonete: “— Oh! Se chegar aqui amanhã e essa mercadoria tiver aí [apontando para a calçada], eu não quero nem saber que seja de papai ou de mamãe, eu vou levar”. [...] E aqui é o seguinte: é muito difícil de você vender a mercadoria que está aqui dentro [...] ficava uns 2 ou 3 dias parado, sem colocar. Daí você olhava lá na frente e tava: “— Pô, fulano botou. [...] — Ah, eu vou botar o meu também”. Daqui a pouco, passava uns 15 dias, vinha o fiscal de novo [...] Todo mundo ia lá, aí juntava tudo bonitinho e tal (PROPRIETÁRIO 4).

O personagem explícito “pessoal” refere-se implicitamente aos *comerciantes que trabalhavam com tabuleiros na Vila Rubim sem a autorização da Prefeitura*, como fica demarcado pelo tema explícito *o fiscal tentava tomar o tabuleiro deles e eles reagem com violência*. O termo *antigamente*, em conjunto com o trecho “Hoje não existe isso”, indica que o tema em questão se alterou no presente. A prática da violência foi alterada por outras que surgem no tema explícito *eles foram se organizando, dialogando e se entendendo com a Prefeitura e com vereadores* em torno do tema *necessidade de trabalhar a ponto de não*

existir mais aquele tipo de ação da fiscalização. Aqui, o conjunto de práticas políticas atua mudando a relação entre os fiscais e os barraqueiros a partir de pressões perante as instituições públicas, o que, novamente, destaca a inclusão de construções referentes às faces da família e da aplicação pessoal em trabalhar e economizar na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho.**

Para ilustrar a alteração de relações, o próprio locutor apresenta uma prática cotidiana na atual relação entre os fiscais e os barraqueiros, marcada pelo tema explícito *o fiscal manda que eles tirem as mercadorias da calçada e as coloquem para dentro da barraca, nos primeiros dias eles obedecem, mas depois voltam a colocar na calçada, o fiscal chega novamente e tudo se repete.* Esse tema explícito remete ao tema implícito *agora há uma negociação com os fiscais que privilegia o barraqueiro, basta articular a prática de ceder ou obedecer temporariamente e depois voltar à condição anterior.* Essa prática inserida na tática cotidiana se sustenta em um espaço demarcado a partir da própria legitimidade das instituições públicas nas quais os fiscais se inserem. Aquele diálogo com a Prefeitura e os vereadores empresta aos barraqueiros certa legitimidade do lugar do próprio para os seus espaços de transgressão, mas isso não os autoriza a afrontar plenamente a autoridade do fiscal, esse sim posicionado no lugar de um próprio, de uma ordem estabelecida. Portanto, na sua presença e sob sua insistência, eles cedem, mas apenas temporariamente.

Essa lógica transcende a face emancipada das **demandas das e sobre as instituições públicas**, pois, de certa maneira, vai aparecer em construções sociais em torno de outra temática: a privatização do espaço público, reforçando o argumento aqui defendido de que as práticas sociais perpassam, sustentam e se sustentam simultaneamente em várias construções sociais.

7.3.2 A privatização do espaço público

Quando os sujeitos de pesquisa argumentam sobre os motivos que levam à mudança do mercado, parte de suas construções se posiciona em torno do processo de apropriação do espaço público pelos comerciantes, o que foi aqui considerado como uma face emancipada distinta das construções inseridas na **representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante.**

O conjunto das construções sociais na face emancipada da privatização do espaço público revela a ancoragem na *themata* público/privado da representação social em questão a partir de práticas que envolvem três movimentações: a) privatização do espaço público, seja no sentido de usufruir ou tomar posse da propriedade do Estado, seja no sentido de um grupo de sujeitos (a família, por exemplo) oferecer significados privados a um espaço compartilhado com muitos outros grupos sociais; b) manutenção do espaço privado; e c) ampliação de um espaço privatizado por meio da apropriação de outros espaços privatizados.

A objetivação da face emancipada na representação social em questão se dá em torno dessas três movimentações, nas seguintes figuras: nos espaços ociosos transformados em produtivos; nos pequenos espaços, que, com esforço e certo sofrimento, são adaptados e permitem a sobrevivência; e nos grandes espaços, que surgiram da ampliação de espaços pequenos, na medida em que o sucesso de uns permitiu a ampliação em detrimento de outros, gerando mais sucesso aos primeiros, mais ampliação espacial, e assim por diante.

Em torno dessa construção e das práticas a elas associadas estão outras já discutidas em tópicos anteriores, como se observa no fragmento 53.

- (53) [...] na época, eu trabalhei ali [no Mercado vendendo verdura] e a gente não podia nem vender ali na peixaria, não. [...] Então, agora, eles estão ali quietinhos, ninguém está mais mexendo com eles, por quê? Por causa do desemprego. Por que é que você vai tirar ele dali? Tirar para quê? Para ele virar um marginal? Se é aquilo ali que ele sabe fazer (FUNCIONÁRIO 10).
- (54) Eles, os barraqueiros, por exemplo, [...] eles também precisam ganhar o pão deles também. Eu acho que hoje é importante a pessoa estar ganhando o seu pão honestamente. [...] Ali já tem alguns amigos meus que já estão ali há muitos anos também. Então, eu acredito que eles também precisam continuar sobrevivendo, porque também têm família (PROPRIETÁRIO 22).

No fragmento 53, o uso do tempo verbal no pretérito indica o passado, tempo no qual insere o tema explícito *não podia vender na peixaria*. Mas essa situação foi alterada, como indica o uso do advérbio “agora”, remetendo ao tempo presente, e do pronome “eles”, que, pelo contexto de produção discursiva de um comerciante de hortifrutícolas falando sobre este comércio na peixaria, refere-se ao personagem implícito “comerciantes de hortifrutícolas em tabuleiros em frente à peixaria”. Por sua vez, este último personagem está associado ao tema explícito *estão trabalhando na peixaria e ninguém está mexendo com eles por causa do desemprego, da marginalidade e de ser essa a sua única profissão*. Cabe ainda ressaltar o personagem implícito demarcado pelo pronome “ninguém”, que leva ao questionamento: “A quem os comerciantes atribuem o papel de mexer com os próprios comerciantes irregulares no mercado?”, que tem como resposta: os membros das instituições públicas, com destaque para os fiscais da Prefeitura, portanto, personagens implícitos no trecho. Há aqui uma relação entre diferentes construções já discutidas, mas agora inseridas em outras construções, referentes à ocupação da área do entorno da peixaria. Durante a observação do pesquisador, evidenciou-se que os comerciantes dos tabuleiros ocupam permanentemente

toda uma rua em frente à peixaria e que não há espaço para carros enquanto eles estão trabalhando, inclusive já com autorização da Prefeitura.

No fragmento 54, o raciocínio é o mesmo, mas, neste caso, a argumentação gira em torno do personagem explícito “barraqueiros” e dos temas explícitos *precisam ganhar o pão honestamente e são amigos de muitos anos do locutor há muito tempo em seus locais e precisam continuar trabalhando*. O locutor desse fragmento é um feirante que trabalhava com hortifrutícolas, cresceu e hoje possui a maior loja de hortifrutícolas do Mercado. Os laços de amizade com os barraqueiros e a defesa da sobrevivência dos comerciantes pela permanência em seu local de trabalho são argumentos que giram em torno de construções já discutidas, mas, neste caso, utilizadas para legitimar a invasão e a permanência dos barraqueiros em uma praça na Vila Rubim. Esse argumento é demarcado pelo advérbio “ali” no trecho “já estão ali há muitos anos”, que, pelo contexto de produção discursiva, um comerciante de hortifrutícolas falando dos barraqueiros no mercado, remete a esse local.

Em ambos os fragmentos, as explicações e argumentos sobre a permanência em áreas públicas, como calçadas, ruas e praças, dos barraqueiros e dos comerciantes que atuam com tabuleiros em frente à peixaria sustentam-se na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho** em todas as suas faces emancipadas: família, aplicação pessoal e relações pessoais. Mas, neste caso, a ancoragem na *themata* público/privada remete a articulações específicas e distintas, que foram aqui identificadas na face emancipada da privatização do espaço público na **representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante**. Ou seja, aquelas construções anteriores, tratadas com ênfase no comerciante, são também articuladas em construções referentes à

maneira deles se apropriarem de espaços públicos e à reação do Estado a essas demandas, algo que faz parte do cotidiano do Mercado.

Uma evidência dessa construção está no fragmento 55, em que um dos barraqueiros narra a primeira invasão da Praça Manoel Rosindo, da qual agora tem o direito de uso do espaço formalmente reconhecido pela Prefeitura, que a está reformando e construindo lojas para eles, como se evidenciou na observação do pesquisador.

- (55) Nós fizemos uma reunião. Aí, falei assim: “Vamos embora invadir aquela praça lá. Os mendigos estão lá, nós botamos eles para correr e ocupamos o lugar”. Aí, foi todo mundo. Cada um pegou um tabuleiro [...] teve três invasões. Teve a nossa primeira invasão, aí depois teve a segunda invasão, do lado da Giacomini, mas era só na frente, aí depois invadiram as laterais. [...] como diz o ditado, como nós tivemos apoio e tinha espaço para eles trabalharem também, não fizemos questão, não. Porque quanto mais gente melhor. [...] Deve ter uns oito anos já que não tinha mais espaço para ninguém, não. Já tinha gente querendo invadir o meio, que não vendia nada. Aí, nós falamos assim: “— Não, isso aí não pode, não”. E aí nós fizemos questão, porque o cara não ia arrumar nada. [...] Brigava, botava ele para correr. Eles já queriam já moradia para fazer até ponto de droga (PROPRIETÁRIO 14).

No fragmento, as práticas relacionadas à invasão se iniciam pela definição do grupo que, unido, vai invadir a Praça. A existência desse grupo é demarcada pelo pronome “nós”, primeira pessoa do plural, e pelo tema explícito *os personagens implícitos fizeram uma reunião*. No contexto de produção discursiva em questão, no qual o locutor do fragmento foi criado na Vila Rubim em conjunto com vários garotos que vendiam hortifrutícolas como ambulantes, fugindo da fiscalização que tentava tomar seus tabuleiros, esse “nós” se refere implicitamente a esse grupo. Outros personagens destacados no fragmento são os “mendigos”, que, como tema explícito, *são expulsos da praça pelo grupo que ocupou o lugar deles*. Aqui, surge o tema implícito *ociosidade do lugar ocupado pelos mendigos*, articulado explicitamente em outros fragmentos e que, de certa maneira legitima a invasão, pois o lugar passou a ser de trabalho, provendo a sobrevivência.

Esse tema implícito *adequação do espaço ao trabalho, e não a outra função qualquer* se reforça por dois temas explícitos no fragmento: a) *enquanto tinha espaço adequado ao trabalho os invasores anteriores permitem que novos invasores fossem trabalhar lá;* e b) *quando o espaço restante só serve para moradia ou ponto de droga, não mais ao trabalho, os invasores anteriores definem regras que proibem novas invasões e atuam com violência para o seu cumprimento.*

Aqui, a Praça, antes pública, com regras definidas pela Prefeitura para esse tipo de espaço, ganha novas funções e regras. Se antes as regras da Prefeitura não eram cumpridas, as dos barraqueiros eram, até pela violência. Essa prática da violência se insere como uma estratégia cotidiana legitimada no lugar de um próprio que trabalha, constrói o seu lugar, opondo-se às regras do Estado e demarcando o seu domínio, com uma fronteira clara que distingue os limites, a exterioridade, o que é ou não permitido, o que deve ser cumprido até as últimas conseqüências, mantido pela prática da violência, se necessário. Essa construção surge no sentido de resolver diversos problemas do dia-a-dia, como a questão da fiscalização, discutida no tópico anterior, e da violência, esta última, tema explícito no fragmento a seguir.

- (56) Eles [os ladrões] queriam invadir a nossa área de serviço, e nós não deixávamos. [...] Então, nós sempre conservamos com eles. Agora, quando eles não aceitavam, a gente apelava. [...] Na minha barraca, lá mesmo, eu não deixava. Se tivesse na barraca do vizinho, chegava assim: "Oh! Não pode, não". Nós não deixávamos, não. Era todo mundo unido. Roubava o freguês, e nós corríamos atrás (PROPRIETÁRIO 14).
- (57) O pessoal que mexia ali, os batedores de carteira, eles não mexiam com a gente na feira [os barraqueiros], não, porque a gente era muito unido. Se um cara partisse pra cima de um, já juntavam 5 ou 6 atropelando ele, entendeu, na porrada e tal (PROPRIETÁRIO 4).

Durante as observações do pesquisador, foi possível observar as articulações explicitadas nesses fragmentos, como foi evidenciado quando, certa vez, um estranho ficou rondando os tabuleiros em frente à peixaria e um comerciante começou a falar com o outro para prestar atenção nele, que logo em seguida foi embora. Em outro caso, os comerciantes na barraca apontavam para três rapazes no ponto de ônibus e diziam algo como “Aqueles ali são vagabundos, estão esperando para roubar, vão entrar no ônibus e bater a carteira de alguém, depois voltam para cá. Se chegar a polícia, eles somem”. Dito isso, dois policiais começaram a se dirigir do outro lado da rua na direção do ponto de ônibus, e os rapazes entraram no primeiro ônibus que passou. Aqui, deve-se fazer um parêntese sobre essa questão da “gestão da segurança” por parte dos barraqueiros que reforça a construção de um espaço privado deles. A preocupação com violência só vai até os limites do seu comércio. Se o “marginal”, nas palavras dos comerciantes, estiver parado por ali, mas roubar o cliente em outro lugar, o problema não é dos comerciantes, tema explícito no fragmento a seguir.

- (58) [...] quem que vai pagar se o freguês está comprando e eles forem lá e roubarem o dinheiro? Quem que vai pagar? Como é que fica? Já depois que o freguês saísse da banca e pegasse o ônibus, aí já era problema dele. Mas na nossa barraca não deixava, não. Cansamos de picar o pau neles lá. Não tinha medo, não. É como se diz, é igual linchamento, não ficava mesmo (PROPRIETÁRIO 14).

Essa lógica da definição dos limites de propriedade e responsabilidade dos barraqueiros e da prática da violência ocorre até em relação aos usuários do ponto de ônibus que fica na Praça, mas a violência aqui se restringe a gritos dirigidos aos usuários, tema explícito no próximo fragmento.

- (59) A gente pega até hoje o ônibus ali. [...] Eles ficavam em cima do ponto, porque não tinha espaço pra nós ficarmos. Tinha que ficar praticamente cercado dentro da verdura pra pegar ônibus, entendeu. E eles não gostavam da gente ficar ali encostado. Gritavam: “barreira, barreira” (FUNCIONÁRIO 8).

A construção do sentido de uma praça privatizada por parte dos barraqueiros se expõe nessa prática inserida na estratégia cotidiana, pois o barraqueiro assume o lugar de um próprio, uma ordem estabelecida na qual, de certa maneira, são os donos da Praça. Ele até permitia que as pessoas pegassem ônibus lá, atribuição dada à parte daquele espaço pelas instituições públicas, até porque essas pessoas também eram seus clientes, mas não podiam atrapalhar o comércio, ou eram advertidas aos gritos, da mesma maneira que eles agrediam os marginais que ousassem se infiltrar e atrapalhar o trabalho deles. Enfim, eles demarcavam seu lugar e cuidavam dele, com base em suas construções sobre as regras a serem respeitadas. Essa apropriação do espaço se evidencia ainda pela possibilidade de o barraqueiro já estabelecido vender a parte do seu lugar na Praça para outra pessoa, como revela o fragmento a seguir.

(60) Hoje, para você adquirir um ponto comercial é muito caro. Se for optar por um aluguel, também é caro. Como na época tinham as barracas [na Praça Manoel Rosindo], então o preço era mais acessível. Então, dava condições melhores pra você adquirir um ponto. [...] eu já comprei os meus direitos há aproximadamente uns 7 ou 8 anos (PROPRIETÁRIO 7).

No fragmento fica explícito que *o locutor adquiriu os direitos sobre um ponto na praça onde ficavam as barracas, pois o preço era mais acessível*. Ao se utilizar do termo “direito” no lugar de adquirir o ponto, ele já reconhece aqui a propriedade pública sobre a Praça. Entretanto, quando alguém tem o direito sobre um ponto e não tem a propriedade do imóvel onde fica o ponto, essa pessoa paga aluguel ao proprietário, depois de pagar os direitos, também chamados de “luvas”, àquele que ocupava o ponto anteriormente. No caso da Praça, nada se pagava ao “dono” dela, ou seja, a Prefeitura, algo que, com a reforma por parte da própria Prefeitura, segundo os barraqueiros, vai mudar, pois eles passarão a pagar mensalmente um valor a título de taxa de manutenção das novas lojas que serão construídas. Deve-se destacar que até então a Prefeitura não reconhecia o direito dos barraqueiros sobre seus lugares na Praça, mas desde o primeiro momento em que se iniciou o planejamento

para a reforma isso mudou, e os barraqueiros foram informados que após a reforma receberão uma documentação, algo que já teria sido realizado nos galpões novos reconstruídos, como se observa nos fragmentos a seguir.

(61) Não quer dizer que nós vamos ser donos. Nós vamos receber o documento. Se eu quiser passar para você, eu passo. Se eu quiser passar para ele, eu passo, sabendo que você pode, qualquer coisa, vender o direito (PROPRIETÁRIO 4).

(62) Eu tenho os direitos. O galpão é da Prefeitura (PROPRIETÁRIO 16).

O primeiro fragmento tem como contexto de produção discursiva as barracas na Praça sendo veiculado por um barraqueiro. O segundo fragmento tem como contexto de produção o galpão sendo veiculado por um comerciante que atua lá. Em ambos fica claro o papel da Prefeitura retomando a propriedade do espaço público. Pode-se questionar: Mas o espaço antes já não era público? A resposta é que do ponto de vista legal talvez seja, mas das construções sociais, não, o que remete a práticas específicas, como se observa no fragmento a seguir.

(63) [...] aquele imóvel ali [os galpões] toda vida ele foi administrado pela Associação, inclusive obras ali tudo é eles que contribuem e fazem. Mas agora, com a administração de fora, o secretário esteve lá e falou: “A obra que tiver que ser feita aqui, vai ser feita pela Prefeitura, porque isto aqui é da Prefeitura. Não é da Associação de Comerciantes”. (ADMINISTRADOR DA PREFEITURA 1).

Nessa ótica, alteram-se as práticas referentes às contribuições para obras e alterações nos espaços de maneira geral, uma consequência da reapropriação por parte da instituição pública de antigos espaços públicos privatizados pelas construções sociais, já que as lojas dos galpões ou os espaços na Praça nunca foram vendidos a ninguém, mas as práticas sobre eles eram de proprietários sobre seus comércios. Esse reconhecimento da propriedade da instituição pública, expresso como tema explícito nos fragmentos 61, 62 e 63, acaba por

implicar uma série de regras a serem cumpridas pelos permissionários, tema implícito no fragmento 63. Uma delas, segundo os barraqueiros e os lojistas dos galpões novos, é a impossibilidade de fazer alterações nas lojas sem permissão da Prefeitura. Nesse ponto, em diversas conversas com os barraqueiros, observou-se uma prática comum que remete ao planejamento da reapropriação de parte do lugar do próprio que a Prefeitura retirou deles.

Agora, a Prefeitura, em um processo de submissão dos barraqueiros às “novas” regras, vai cadastrá-los, oferecer documentação, registros, taxas, direitos e deveres bem definidos. Funcionários municipais vão cuidar de tudo isso presente no dia-a-dia deles. Dessa maneira, a fronteira entre quem manda e quem obedece será restabelecida. A Prefeitura assume o lugar do próprio, aquela ordem estabelecida apresentada na face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas, na representação social aqui discutida. Resta questionar: Como esse processo será articulado pelos barraqueiros? Aparentemente, já existem práticas sendo articuladas numa inserção como tática cotidiana, segundo uma lógica semelhante àquela das práticas adotadas para tratar os fiscais ao colocar as mercadorias na calçada em frente às barracas, mas agora a questão gira em torno das proibições em se alterar os espaços das futuras lojas, pois a Prefeitura não permitiu as alterações desejadas. No fragmento a seguir, um dos barraqueiros explica o seu plano em relação a essa alteração, que, como foi observado pelo pesquisador no cotidiano, é o plano de vários outros barraqueiros.

(64) [...] se [na loja na Praça Manoel Rosindo] esse mesmo vizinho ficar aqui atrás de mim, eu vou quebrar essa parede aqui por dentro e vou fazer um salão só igual aqui. [...] Aqui por enquanto eu pago 50 reais [de aluguel] (PROPRIETÁRIO 4).

A alteração está expressa no tema explícito *ampliar a loja quebrando paredes e juntando a loja germinada, seja ela comprada ou alugada*. O problema é a postura da Prefeitura, que não permite essa alteração. A solução, segundo os barraqueiros, é ter paciência e ir alterando

devagar. Com o tempo, vai ficar do jeito que eles querem. Se essa prática será bem sucedida, só o futuro vai dizer, mas ela revela a capacidade criativa dos barraqueiros, sempre associada a construções anteriores, e nem por isso limitada a elas.

Especificamente em relação à questão da ampliação do espaço, as construções que impulsionam essa intenção têm relação com outras construções sobre a questão concorrencial, no sentido de que quem tem sucesso amplia seu espaço. Com isso, tem mais sucesso, e assim por diante. Essa construção é tão marcante no Mercado como um todo que a boa parte das alterações, no tocante ao seu espaço físico, é atribuída aos produtos comercializados e à transformação dos comerciantes de hortifrutícolas em empresários bem-sucedidos ou sobreviventes. Mesmo quando esse processo envolve bairros da região da Grande Vitória distantes do Mercado, ele é associado a mudanças como fonte de impactos fora do controle dos comerciantes, mas que promoveram demandas sobre eles.

7.3.3 As pressões concorrenciais

As pressões concorrenciais compõem a última face emancipada da **representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante**. Esta face surge quando os sujeitos, em suas construções, atribuem os motivos das mudanças do Mercado a questões que envolvem principalmente os comerciantes, a partir de pressões concorrenciais, ou seja, de alterações na competição sobre os comerciantes dentro e fora do Mercado.

Nesta face emancipada, a ancoragem no terno família/trabalho/sobrevivência e na díade público/privado envolve construções referentes à competição na qual a manutenção da

família, na lógica do crescimento pelo trabalho ou da sobrevivência, depende de decisões dos comerciantes sobre sua inserção no mundo privado, de acordo com os recursos disponíveis no espaço público e privado. Aqui, entram em jogo as práticas cotidianas que envolvem a escolha do que vender, como vender, aonde vender e para quem vender, decisões que não são realizadas com base em um conhecimento neutro, uma análise racional. Muito pelo contrário, envolvem todas as construções sociais discutidas até aqui, além de construções específicas da face emancipada em questão, voltada para a questão concorrencial, como fica evidente no fragmento a seguir.

- (65) De primeiro, não tinha comércio fora daqui. Na verdade, o pessoal todo vinha comprar no Mercado da Vila Rubim. Vinha da Serra, vinha de Cariacica, vinha de outros lugares, como Vila Velha. Não tinha supermercado. [...] Aí, então, depois que começaram os supermercados, e aí foi diminuindo. Foi caindo (FUNCIONÁRIO 9).
- (66) [...] começou a surgir os “kilões”, depois surgiram vários supermercados, que voltaram-se para vender produto de “kilão” também. [...] Caiu muito, e já não tinha mais como a gente dentro da Vila Rubim trabalhar com uma lojinha pequena e com hortifrutigranjeiro. E aí tinha que comprar na CEASA [de Cariacica]. [...] Para você trabalhar com hortifrutigranjeiro, você tinha que trabalhar com cereais em geral, num supermercado grande (PROPRIETÁRIO 16).

O fragmento 65 remete ao tema explícito *a Vila Rubim era o local onde as pessoas de vários municípios vinham comprar antes de existirem os supermercados, depois essa movimentação foi diminuindo*. O fragmento 66 reforça esse segundo momento, mas com ênfase no comércio de hortifrutícolas. Isso ocorre por meio do tema implícito *o crescimento da concorrência, em conjunto com maiores custos operacionais, inviabilizaram o comércio de hortifrutícolas em pequenas lojas na Vila Rubim*, como fica demarcado pelas escolhas lexicais sublinhadas no fragmento e pelos temas já discutidos sobre as construções em torno da transferência da CEASA da Vila Rubim para o município de Cariacica. Além da *CEASA*, o *incêndio* é outro tema que aproxima construções anteriores, já discutidas, da questão concorrencial, o que é evidenciado no fragmento a seguir.

- (67) [...] houve uma queda no comércio aqui [no mercado da Vila Rubim], justamente por esse caso, do incêndio na Vila Rubim. [...] Perdi tudo. A gente começou tudo de novo. [...] Trabalhei com hortifruti ainda uns 3 meses [...] mas senti que não dava praticamente nem para tirar o que eu empatava, né. Foi na hora que eu parei. [...] Porque a gente sempre está naquela expectativa do comércio que dá e que não dá. [...] eu já tinha alguma experiência com esse negócio de ervas medicinais. [...] Foi aonde eu pensei em partir para isso aí [...] pra mim deu certo (PROPRIETÁRIO 2).

Neste fragmento, o incêndio é articulado explicitamente *com a queda do comércio no mercado da Vila Rubim* e, ainda, *com a perda de tudo*. Fica implícito que *essa perda não impediu que o comerciante continuasse comercializando hortifrutícolas, mas a queda no movimento, sim*. Isso é marcado explicitamente pelos temas *o locutor ainda trabalhou três meses depois do incêndio com hortifrutícolas e depois parou*. A prática de parar com o comércio que dá prejuízo fica evidente, estando inserida na estratégia cotidiana, demarcada pela face emancipada das pressões concorrenciais, na qual a ordem do lugar do próprio não permite a permanência do prejuízo. Essa prática é acompanhada de outra: *a da constante análise do comércio que é ou não viável*. Essa última surge como um tema implícito demarcado pelo trecho “a gente sempre está naquela expectativa do comércio que dá e que não dá”. Portanto, a prática de parar a comercialização dos produtos foi articulada à medida que se observou, por meio daquela análise constante, que os hortifrutícolas começaram a dar prejuízo, esse último argumento um tema implícito demarcado pelo trecho “não dava praticamente nem para tirar o que eu empatava”. Por fim, a prática de passar a trabalhar com outro produto, que, comumente, também acompanha as outras duas práticas, surge como tema implícito a partir do tema explícito *o locutor obteve sucesso ao dar continuidade a uma experiência anterior com ervas medicinais no lugar dos hortifrutícolas*.

No fragmento seguinte, essas práticas surgem novamente, mas em algumas combinações distintas, que revelam a pluralidade das construções no cotidiano dos sujeitos.

- (68) Eu, por exemplo, tinha feito uma pesquisa já dentro do Mercado, e o último [produto] que estava faltando para ficar bem no Mercado e conseguir [trabalhar] aqui dentro era trabalhar com ervas medicinais. [...] Foi uma pesquisa que a gente vê trabalhando a gente mesmo. [...] Ou seguia esse caminho ou vendia a loja para outra pessoa, porque não tinha condições de trabalhar com outro produto. [...] depois da gente, deve ter entrado mais uns quatro ou mais [com ervas medicinais]. [...] O que não foi para isso foi para artesanato. [...] não tem mais nenhum que trabalha com verdura aqui dentro [dos galpões] (PROPRIETÁRIO 16).

Neste fragmento, outro comerciante que antes trabalhava com produtos hortifrutícolas destaca as práticas da análise, de parar de trabalhar com o produto e de passar a trabalhar com outro produto, e também apresenta uma construção na qual essa última prática é substituída pela venda da loja. No fragmento também surge o tema explícito *além de ervas medicinais o artesanato, foi a outra opção dos comerciantes de produtos hortifrutícolas, não restando mais esse tipo de comércio nos galpões*. As observações do pesquisador confirmam a inexistência desse tipo de comércio nos galpões que antes eram exclusivamente voltados para ele. Entretanto, tanto o fragmento 67 quanto o 68 se silenciam sobre os pequenos comerciantes de produtos hortifrutícolas que atuam fora dos galpões, mas próximos a ele, nos tabuleiros em frente à peixaria e nas barracas. Esse silenciamento oculta as maneiras que esses comerciantes buscaram para se manter mesmo comercializando produtos hortifrutícolas durante a queda no movimento destacado nos dois fragmentos anteriores. Aqui, surgem as práticas do saber comprar e do saber vender, apresentadas como temas explícitos no fragmento a seguir.

- (69) A pessoa tem que ter muita cabeça, saber comprar e saber vender. [...] Não é uma coisa que dá muito lucro.[...] porque estraga muita mercadoria. [...] Muitas coisas que, se não vender de um dia para o outro, por exemplo, já era. É prejuízo. Saber comprar é, como se diz, agora tem a Ceasa, é chegar na Ceasa e explorar preço. [...] o cliente vê que está fresquinha tem que aproveitar e ganhar dinheiro nela agora, porque se começar vendendo barato só vai para trás. [...] a mercadoria tá novinha eu vou procurar ver se tiro o meu empate, o que está empatado ali. [...] Depois, sim, por exemplo, tem a banana, tá de vez, começou a madurar, já tem que vender mais barato. Aí, sempre eu faço um bacião, assim por um real (FUNCIONÁRIO 4).

No fragmento, o termo “pessoa” remete ao personagem implícito *comerciante de hortifrutícolas*, como fica demarcado pelo tema explícito *a pessoa tem que saber comprar e vender*, atribuições de um comerciante, e de que *saber comprar é chegar na Ceasa e explorar preço*, local onde ficam os fornecedores de hortifrutícolas. Esse último tema explícito remete ao tema implícito *existiriam práticas específicas dos barraqueiros que sabem negociar na CEASA*. Isso foi evidenciado durante a observação do pesquisador quando acompanhou um grupo de barraqueiros em suas compras na CEASA. Lá ficou claro que o explorar preço envolve uma lógica de custo benefício. Ou seja, busca-se o menor preço possível dentro de certo limite de qualidade e durabilidade dos hortifrutícolas.

Há aqui uma prática a destacar: comprar produtos de acordo com o público alvo. Como o próprio barraqueiro mencionou, se alguns produtos estão muito caros para vender, esses ele não leva, pois não atendem ao limite de preço do público alvo dele. Além disso, ele busca comprar produtos mais frescos. Esta opção, em parte, também tem relação com o público alvo que gosta de produtos mais frescos, mas o próprio comerciante prefere esses produtos, pois demoram mais para estragar, reduzindo as perdas daquilo que estraga antes de ser vendido. No fragmento anterior, as questões das *perdas* e dos *prejuízos* também surgiram como temas explícitos, mas lá ambos estão associados ao saber vender, como fica demarcado pelo trecho “se não vender de um dia para o outro, por exemplo, já era”.

Tanto a partir da argumentação anterior, com base na observação do pesquisador, quanto nos temas do fragmento em análise, o saber vender se apresenta de maneira indissociável do saber comprar, mas cada um apresenta práticas distintas. O saber comprar observado envolve a prática de chegar à CEASA antes das 5 horas da manhã, horário permitido para a entrada dos compradores. Para isso, os barraqueiros entraram pela entrada dos carregadores,

às 4 horas da manhã, como se fizessem parte do grupo de dezenas de homens que entravam ao mesmo tempo. Em seguida, começaram a andar olhando a mercadoria, perguntando preço e fazendo lances, como se fosse um leilão. Caso a negociação não fosse fechada, o comerciante continuava esse processo procurando o mesmo produto. Algumas vezes, voltava em um agricultor com o qual já tinha negociado e oferecia um valor maior, igual ou menor do que o anterior. Segundo o barraqueiro, a negociação mais fácil de um produto depende de o Mercado estar com muito ou pouco produto daquele tipo. Quando o volume de um produto é alto, ele compra barato e fácil; quando é baixo, a mercadoria some, e os preços sobem e, às vezes, nem é possível comprar. Para evitar que isso aconteça, eles chegam cedo. Assim, podem tentar comprar antes de essas mercadorias sumirem e os preços subirem. Aguardar até mais tarde para comprar pode permitir conseguir preços menores se o produto desejado sobrar, ou maiores se ele ficar escasso.

Todas essas práticas se inserem na estratégia cotidiana, como fica claro por sua inserção na lógica concorrencial referente à face emancipada aqui discutida, na qual as construções se voltam para a “lei” da oferta e da procura, e a CEASA poderia ser chamada do lugar dessa “lei”. Entretanto, não se deve esquecer de que lá também reina uma série de construções referentes à representação social identificada nesta análise como **do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**, na qual articulações em torno de temas como *honestidade* interferem, sempre parcialmente, nessa “lei”, fazendo com que ela própria reine parcialmente. Nesse contexto, permeado por construções múltiplas, é que se apresenta o saber comprar, que, por sua vez, faz parte do saber vender, pois é do primeiro que se dá o acesso aos produtos a serem vendidos.

No tocante ao saber vender, o fragmento 60 apresenta explicitamente uma série de práticas que, como as do saber comprar, já destacas, também estão inseridas na estratégia cotidiana. Essas práticas surgem no fragmento 69, demarcadas nos trechos “o cliente vê que está fresquinha, tem que aproveitar e ganhar dinheiro nela agora”, “se começar vendendo barato, só vai para trás”, “a mercadoria tá novinha, eu vou procurar ver se tiro o meu empate”, “começou a madurar, já tem que vender mais barato”. Deles emerge dois temas implícitos: a) *o preço de venda do hortifrutícola deve ser mais alto enquanto ele está fresco, para tentar recuperar o dinheiro utilizado para comprá-lo, caso contrário haverá prejuízo*; e b) *quando começa a amadurecer, o preço de venda deve ser reduzido, para vender logo, antes de estragar*. Essas práticas de definição de preço são ainda mais detalhadas ao se observar o trecho “Aí sempre eu faço um bacião assim por um real”, em conjunto com as construções sobre a comercialização por meio de bacias, já discutidas na face emancipada do cotidiano que envolve o cliente na **representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória**. Em conjunto, eles remetem ao tema implícito *a maneira de operacionalizar aquela variação no preço está na variação do volume de produtos nas bacias*.

Tal prática permite que, mesmo com as bacias tendo um preço fixo, a variação da quantidade de produtos permite lidar com a necessidade de obter maior lucratividade com os hortifrutícolas frescos, reduzindo a quantidade na bacia, que vai sendo aumentada à medida que eles amadurecem. Da mesma maneira, se o preço do produto sobe, não há necessidade de aumentar o preço da bacia; basta diminuir a quantidade de hortifrutícolas. Isso permite trabalhar a segmentação de clientes em um público de mais baixa renda, algo inserido na lógica concorrencial e exposto explicitamente no fragmento a seguir.

- (70) [...] o rico chega aqui hoje, ele quer levar qualidade. Já tem uns pobrezinhos que querem levar quantidade, entendeu? Então, quando eu cheguei no Mercado aqui, era kilo. Aí, eu sempre freqüentava feira [...] eu via o pessoal com aquelas bacias grandonas, depois surgiu essa bacia pequena. Então, eles botavam as bacias de chuchu, bacias de cenoura, tudo da bacia grande [...] depois, surgiu a bacia pequena pra botar pimenta, botar colorau. Foi nessa aí que eu com os outros barraqueiros botamos as verduras nas bacias pequenas, botar três bacias por um real [...] de tudo ele levava um pouquinho e pagava pouco. [...] Isso aí foi em 92 ou 93 que começou isso aí. [...] Agora, de uns três anos para cá não deu mais para fazer as três por um real, e passamos a aumentar mais a quantidade na bacia e fazemos duas por um real. [...] Quem chega no supermercado ele vê lá um quilo de chuchu lá hoje é 1,80 o quilo, ele chega aqui no mercado são duas bacias por um real [...] e dá mais de um quilo e meio (PROPRIETÁRIO 5).

O fragmento apresenta explicitamente o processo de inovação no qual a prática do uso da bacia foi introduzida e dois grandes segmentos de clientes: *os ricos, querendo qualidade, e os pobres, querendo quantidade*. Nele, fica implícito que *esse último grupo é atendido pela prática do uso das bacias*, como demarca os trechos “1,80 o quilo”, “duas bacias por um real” e “dá mais de um quilo e meio” todos tratando da questão da quantidade, enquanto a questão da qualidade permanece silenciada após o período inicial do fragmento.

O tema da *segmentação* explica ainda a existência de apenas dois portes de comércios trabalhando com produtos hortifrutícolas, as grandes lojas e os pequenos comerciantes com barracas ou tabuleiros na rua, cada um trabalhando em segmentos distintos, com apenas uma ou outra exceção entre os comerciantes que atuam nos tabuleiro em frente à peixaria, como fica evidente no fragmento a seguir.

- (71) Porque ali [nos tabuleiros] é considerado classe baixa, que vai ali comprar na mão deles, peessoas menos favorecidas. Já lá na loja, a maioria que chega, chega de carro. [...] Então, eles [nos tabuleiros] já compram a mercadoria assim, mais barato, para poder vender mais barato. [...] Mas eu acho que é opção de cada um. O Wagner [um dos que ficam nos tabuleiros] ele tem produtos bons e produtos mais ou menos. A única coisa que falta ali é espaço, ele quer botar muita coisa [...] O Antonio, o que trabalha logo na pontinha, logo chegando assim, do lado daquela lanchonete ali, ele também, os produtos dele são bem bons (FUNCIONÁRIO 10).

Este fragmento complementa a argumentação desenvolvida na discussão dos temas nos fragmentos 67 e 68 a respeito da impossibilidade de continuar com pequenas lojas comercializando produtos hortifrutícolas. Nesses dois últimos fragmentos, os locutores estão se referindo a comércios que se posicionariam de maneira intermediária entre os dois segmentos extremos apresentados explicitamente nos fragmentos 70 e 71. O primeiro segmento é diferenciado pelos termos “rico” e “pobrezinhos”; o segundo, pelos trechos “na loja, a maioria que chega, chega de carro”, o que remete implicitamente à *riqueza*, e “ali [nos tabuleiros] é considerado classe baixa que vai ali comprar na mão deles”, o que remete implicitamente à *pobreza*. Durante a observação do pesquisador, esse posicionamento realmente não foi encontrado em pequenas lojas na Vila Rubim, nenhuma comercializava especificamente produtos hortifrutícolas em geral. De outro lado, ele foi identificado em pelo menos dois comerciantes que atuam nos tabuleiros próximos à peixaria e três nas barracas, o que foi observado pelo pesquisador no campo e mencionado pelos entrevistados.

No fragmento 71, os dois personagens explícitos “Wagner” e “Antonio” são evocados pelo locutor para evidenciar a prática de comprar uma parte de seus produtos com melhor qualidade, com preços um pouco mais altos, em uma variedade maior, o que também exigiu a ocupação de maiores espaços. Durante a observação do pesquisador, observaram-se críticas dessa postura de ocupação de espaços acima do que os outros comerciantes com tabuleiros próximos fazem. Mas essas críticas não levam a nenhuma atitude concreta dos vizinhos, estando sempre mediada por construções anteriores, já tratadas aqui, que envolvem a amizade, a família, a sobrevivência e o trabalho. Ou seja, há aqui um imbricamento entre o descontentamento com uma invasão de espaço que não pode ser seguida por todos, pois, simplesmente, não há espaço para isso, e o cotidiano no qual os que

ocuparam um espaço maior deixam claro que estão ali sobrevivendo e sustentando a família, como todos os outros.

Um aspecto a se destacar sobre os dois personagens explícitos citados no fragmento 71 é o silenciamento do locutor sobre a posição privilegiada dos tabuleiros de ambos em relação ao grupo que trabalha em frente à peixaria. Cada um dos dois fica em uma ponta da rua ao longo da qual os tabuleiros estão, como mostrado na Figura 15. Na figura, observou-se ainda que a peixaria tem duas entradas, que para chegar à entrada mais próxima da Rua Orlando Rocha, todos passam em frente ao tabuleiro do Wagner (Tabuleiro A), e que, para chegar à entrada mais próxima da Rua Jair Andrade, todos passam em frente ao tabuleiro do Antonio (Tabuleiro H). Enfim, o chamado “ponto”, no caso dos dois, parece ter uma localização privilegiada, o que deve facilitar a prática de comprar e vender produtos para um segmento um pouco diferente dos demais vizinhos, bem como viabiliza a prática de ocupar mais espaço do que eles, pois de um lado de cada um dos dois não há vizinho algum; eles são os últimos em cada extremo da rua.

Essa questão da importância do ponto surgiu em várias construções em torno das quais se articularam práticas e justificativas para o sucesso e ou o insucesso dos comerciantes de hortifrutícolas, como se observa no fragmento a seguir.

(72) Era tudo barraquinha [dentro do galpão]. [...] naquela época, todo mundo só trabalhava com hortifrutí. [...] Eu acho que era o ponto. Tinha tinha lugar que era bem mais estratégico, aparecia mais. [...] Aqueles que estavam lá para dentro, mais escondido, aí começaram a ter menos movimento, e aí não teve como crescer (FUNCIONÁRIO 10).

(73) Teve uma época que eu consegui uma barraquinha dentro de um galpão [...] Pensei em romper minha vida pra mim mesmo, mas não deu, porque na beira de parede o comércio é muito fraco. [...] Peguei e fui obrigado a vender (FUNCIONÁRIO 4).

- (74) [...] poucos resistiram lá [no mercado da Vila Rubim]. Agora, os que estão, adquiriram o imóvel dos demais, e simplesmente ampliaram as suas lojas. Então, virou um rumo de poucas lojas (CLIENTE 3).

Os trechos sublinhados no fragmento 72 e 73 remetem, em conjunto, ao tema implícito *na localização do comércio de hortifrutícola, o ponto fazia a diferença entre os que cresciam, com pontos que apareciam mais, ou os que vendiam o próprio comércio, com pontos mais escondidos*. Essa prática da venda do pondo já foi discutida, mas aqui ela se associa a outra prática que surge em um tema explícito no fragmento 74: *os comerciantes que resistiram no mercado adquiriram os imóveis dos demais comerciantes e ampliaram suas lojas*. Essa prática da ampliação, inserida na estratégia cotidiana demarcada na face emancipada aqui discutida, na qual o próprio, a ordem estabelecida, gira em torno da lógica concorrencial, tem duas grandes conseqüências a serem destacadas. A primeira surge como tema explícito no final do fragmento 74: “*o Mercado passou a ter um número menor de lojas*”; ou seja, mudou a configuração espacial do mercado. Por exemplo, dos 300 boxes iniciais nos três galpões, voltados para o comércio de hortifrutigranjeiros, agora são apenas 42 lojas atuando com outros produtos.

A segunda conseqüência da prática da ampliação foi observada na história de vida daqueles que conseguiram ampliar seu comércio. Esses sujeitos indicaram uma construção na qual a ampliação gera mais recursos, o que possibilita mais ampliação, e assim por diante, sempre associada às construções anteriores, inseridas na face emancipada da aplicação pessoal em trabalhar e economizar na **representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho**. Aqui, a ancoragem nas *thematas* família/trabalho/sobrevivência e público/privado se evidencia. Os dois fragmentos a seguir ilustram isso, tendo como locutores dois comerciantes de produtos hortifrutícolas que atuam

desde o início dos galpões, ainda nos pequenos boxes, até hoje em duas grandes lojas em frente aos galpões, com dezenas de funcionários.

- (75) [...] eu e o meu irmão entramos de sócios na banca. Aí, o tempo passou, e eu fiquei com uma banca e ele ficou com a outra. E com essas bancazinhas, nós conseguimos comprar mais direitos dos outros. [...] para crescer dentro da Vila Rubim. Eu ia dormir, tinha dia, de meia-noite a uma hora da manhã, porque 5 horas da manhã eu levantava e ia abrir a minha banca para atender os clientes, que eram de restaurantes. Depois fazia a feira. [...] Então, os produtos que estavam na banca de manhã, de tarde eu tirava e vendia na feirinha, já comprava de novo e começava de novo (PROPRIETÁRIO 18).
- (76) [...] fomos ao longo dos tempos crescendo e sempre aperfeiçoando mais no trabalho de hortifruti, que era o nosso ramo. E eu cheguei até agora com as portas abertas, sempre na frente, trabalhando. [...] Vi muito amigo meu, eu era menino e trabalhavam perto de mim, saindo, passando a loja dele para outro [...] Minha sobrevivência foi porque eu fui melhorando a minha loja, mesmo naqueles tempos e sempre procurando eu mesmo comprar. Comprar qualidade, sempre atendendo bem (PROPRIETÁRIO 22).

Nos dois fragmentos, surge o tema explícito *continuidade do crescimento* em uma construção que o associa ao tema implícito *trabalho com esforço*, marcado no primeiro por trechos como “ia dormir, tinha dia, de meia-noite a uma hora da manhã” e “eu levantava e ia abrir a minha banca” e no segundo por trechos como “sempre na frente, trabalhando” e “eu mesmo comprar”. No segundo fragmento, *a prática de sempre buscar melhorar a loja* está marcada explicitamente, já *as práticas do saber vender e saber comprar* estão marcadas implicitamente no trecho “Comprar qualidade, sempre atendendo bem”. Outro ponto a se destacar é de que o crescimento inicial dos dois locutores se deu dentro dos galpões; ou seja, eles não compravam as lojas, apenas os direitos sobre o espaço público. Além disso, ambos se silenciam sobre a questão da localização do ponto, mas, aparentemente, à medida que se cresce dentro de um galpão a tendência é que o comércio acabe se posicionado de maneira destacada. A ênfase de ambos os sujeitos, em diversos trechos da entrevista e em outros momentos de interação durante a observação por parte do pesquisador, é no trabalho com

esforço, que permitiu a eles acumular riquezas para adquirir as lojas vizinhas e dar continuidade ao crescimento.

Aqui, surge uma distinção entre os comerciantes de hortifrutícolas das barracas e dos tabuleiros e esses dois lojistas com maior crescimento. Para os primeiros, a questão da ampliação do espaço dentro da lógica concorrencial não está associada ao contínuo crescimento do comércio, mas à sobrevivência, como fica claro no fragmento a seguir.

(77) [...] o meu direito aqui nessa banca é desse pau aqui até aqui [essa parte tem 1 metro por 1,22 metro]. Agora, imagine você uma parede aqui, de cima embaixo, pra eu me movimentar, como seria a minha situação para sobreviver de aluguel, família, filho e tudo de dia-a-dia que uma pessoa precisa para sobreviver, mesmo não sendo renda, só pra sobreviver. [...] O que aconteceu. Aqui era uma vizinha. Como ela não resistiu a pressão do mercado e ela estava, vamos dizer assim, falida, aí ela entregou pro dono. O dono não precisa desta banca aqui, tem outra profissão e ele ia alugar [...] eu aluguei essa aqui. O outro vizinho aqui alugou essa de cá e daí pra frente (PROPRIETÁRIO 4).

O tema explícito *ampliação do espaço da barraca para a sobrevivência* remete ao tema implícito *as barracas eram tão pequenas que não permitiam a sobrevivência, por isso muitos faliram e outros puderam sobreviver ao juntar o seu espaço com o do outro*. Nessa prática, em torno de metade das 48 barracas foram agrupadas. Isso não quer dizer que os barraqueiros que ampliaram conseguiram adquirir os direitos dos outros; eles apenas alugaram dos donos. Aqui, não se concretiza a construção do crescimento contínuo; é apenas uma prática para a sobrevivência, e é reconhecida como tal. Nesse sentido, a lógica da pressão concorrencial de que quem não cresce continuamente não sobrevive é pervertida. Alguns elementos do lugar demarcado por ela são imbricados com construções referentes à sobrevivência criadas pelos barraqueiros, e sua prática de ampliar aqui se insere na tática cotidiana. Novamente surge aqui a inserção simultânea de uma mesma prática como

estratégia e tática cotidiana, mas agora dentro de uma mesma face emancipada. O que muda é a inserção contextual do grupo que articula a prática.

No caso dos barraqueiros, suas construções se voltam para o crescimento do espaço do comércio, mas a preocupação é com um limite mínimo de espaço, abaixo do qual não é possível sobreviver, mas nele a sobrevivência já ocorre, como eles têm demonstrado ao longo dos anos. E, na impossibilidade de obter recursos para comprar, eles alugam dos donos os direitos de usar o espaço das barracas vizinhas. Essa última construção apresentada nesta análise novamente revela o imbricamento entre as diferentes construções aqui discutidas.

Em síntese, a partir das três representações sociais identificadas e de suas faces emancipadas, evidenciou-se que, como um todo, as práticas cotidianas dos comerciantes de hortifrutícolas são indissociáveis de construções relativas à família, à sobrevivência e ao trabalho, bem como à posse de recursos públicos privatizados. Esses elementos compõem partes de um quebra-cabeças sempre incompleto, pois suas peças são dinâmicas. Mas, como foi apresentado ao longo desta análise, mesmo dentro dessa incompletude foi possível obter certa compreensão da estratégia como prática social na comercialização de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

O termo *aprofundamento* justifica-se pelo fato de a análise não ter se limitado a indicar práticas e ou resultados capazes de identificar e diferenciar uma estratégia de outra. Esses elementos estavam presentes ao longo da argumentação, mas, com base no esquema conceitual adotado, as técnicas de tratamento de dados foram direcionadas para expor o dinamismo que os envolve, na medida em que o próprio esquema reconhece que as práticas

e os resultados são sociais e, como tal, estão em permanente (re)construção por parte dos sujeitos em suas interações cotidianas.

7.4 O esquema conceitual e a investigação empírica sobre o fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas

Com base no esquema conceitual proposto (Figura 2), a análise dos dados revelou construções sociais nas quais as mesmas práticas remetem a sentidos diferentes e a novas práticas no fazer estratégia dos comerciantes de hortifrutícolas da Vila Rubim. Dessa maneira, como foi evidenciado, observou-se que essas práticas alteram construções sociais anteriores. Mas esse não é um processo isolado, pois, ao mesmo tempo, ficou evidente que construções sociais anteriores, já estabelecidas, remetem à manutenção de práticas antigas e a novas práticas convergentes com essas construções e que a reforçam, bem como os sentidos a elas relacionados. Portanto, há uma dupla movimentação no cotidiano em torno das práticas do fazer estratégia: uma na direção da manutenção e outra na direção da mudança de sentidos e das próprias práticas.

Os quadros 1, 2 e 3 sintetizam a análise apresentada e as mencionadas movimentações evidenciadas ao longo dela, na medida em que se buscou compreender o fazer estratégia dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim.

QUADRO 1 – Síntese das práticas sociais articuladas em torno da questão: Quem é o comerciante da Vila Rubim?					
Representação social do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho					
<i>Face emancipada da família</i>		<i>Face emancipada da aplicação pessoal</i>		<i>Face emancipada das relações pessoais</i>	
<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio da família</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio aplicado ao comércio</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio das relações pessoais</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>
<p>O comerciante vai acompanhado da família em seu lazer.</p> <p>Veicular discursos sobre a sobrevivência da família.</p> <p>Afastar-se do membro familiar que não se enquadra no perfil de homem regrado, persistente, trabalhador.</p> <p>Vender o comércio.</p> <p>Trabalhar mais para corrigir desvios de um antecessor.</p>		<p>Persistência e dedicação: acordar cedo, tomar café da manhã todo dia no mesmo bar, ir para a CEASA, montar a banca.</p> <p>Economizar.</p> <p>Aplicar recursos economizados para ampliar estoques, equipar, reformar e ou ampliar o comércio.</p>		<p>Pagar em dia.</p> <p>Aproveitar o crédito com os fornecedores.</p> <p>Impedir o acesso dos considerados desonestos a empréstimos, trocas de cheques e negócios conjuntos e liberar o acesso dos honestos.</p> <p>Vender sem autorização das instituições públicas.</p> <p>Sonegar impostos.</p> <p>Buscar a segurança denunciando à polícia, agredindo fisicamente e disseminando a notícia do roubo e de seu autor.</p> <p>Vender o produto da loja do vizinho ou chamá-lo, quando o cliente dele chega sem que ele o veja.</p> <p>Emprestar mercadoria para o vizinho.</p> <p>Ajudar mutuamente, dividindo despesas com frete da CEASA e vigiando desconhecidos em torno dos comércios.</p> <p>Gritar para atrair para o seu comércio os clientes que passam.</p>	<p>Atrair o cliente do vizinho para o seu próprio comércio e realizar a venda.</p>
Fonte: dados da pesquisa					

QUADRO 2 – Síntese das práticas sociais articuladas em torno da questão: O que sustenta a tradição de comprar no mercado da Vila Rubim?					
<i>Representação social da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória</i>					
<i>Face emancipada da continuidade do comércio</i>		<i>Face emancipada do cotidiano que envolve o cliente</i>		<i>Face emancipada do casamento entre a mídia dos grandes, o peixe e a galinha</i>	
<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio do comércio tradicional</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio envolvido com o cliente e o fornecedor</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio dos diferenciais específicos do Mercado da Vila Rubim</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>
Colocar o familiar e os funcionários considerados como tal para trabalhar no comércio, acompanhando-os no dia-a-dia. Transferir o negócio, com clientes incluídos. Disponibilizar ao familiar apoio financeiro, acesso aos conhecimentos e à rede de influências. Continuar no comércio da família ou abrir seu próprio comércio.	Impedir que o filho continue naquele comércio. Exigir que os filhos estudem. Afastar os filhos mais velhos para eles trabalhem em um emprego melhor. Disponibilizar horários de atuação no comércio para o filho, sem prejudicar o estudo. Usar a rede de relacionamentos para conseguir empregos formais para os filhos.	Manter a grande variedade de produtos comercializados. Escolher a variedade, qualidade e preço dos produtos a serem comprados e revendidos de acordo com o cliente. Observar o que o cliente quer comprar. Tratar o fornecedor pessoalmente para fidelizá-lo. Dar crédito a quem confia e só vender a dinheiro para quem não confia. Oferecer a inovação ou a novidade como parte da tradição da variedade. Buscar produtos com características ou preços que poucos têm acesso. Abdicar da exclusividade e fornecer para seus “amigos”. Encher as bacias de hortifrutícolas para vender mais rápido, quando o produto começa a estragar. Fidelizar o cliente por meio do diálogo, da oferta de brindes e do fiado. Ajudar mutuamente dividindo o frete na CEASA e viabilizando a compra da variedade de produtos.		Posicionar-se perto da peixaria para vender os hortifrutícolas. Aumentar os estoques de hortifrutícolas quando o consumo e a procura por galinha e peixe é maior. Aproveitar os clientes atraídos pelos investimentos em mídia dos supermercados.	

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 3 – Síntese das práticas sociais articuladas em torno da questão: Por que o mercado muda?					
<i>Representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o estado e o comerciante</i>					
<i>Face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas</i>		<i>Face emancipada da privatização do espaço público</i>		<i>Face emancipada das pressões concorrenciais</i>	
<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio das relações formais</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio do espaço privatizado</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio das leis do mercado</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>
Fazer reuniões na associação. Eleger um presidente para a associação. Pagar mensalidades da associação. Investir recursos da associação em infra-estrutura, cadastramentos e parcerias. Manter a interação com as instituições públicas. Argumentar que os produtos em barracas e tabuleiros são mais baratos, nem pagam impostos. Ajudar e ser ajudado, dividindo o custo do frete e viabilizando o negócio frente às dificuldades impostas pelas instituições públicas. Ir para as barracas oferecidas e construídas pelo estado.	Expor as falhas das instituições públicas na mídia para pressioná-las. Fazer barracas para trabalhar onde for necessário, mesmo contra as instituições públicas. Articular-se com políticos, marcando reuniões para ele expor suas idéias, panfletando, colocando cartazes, o acompanhando e expondo a ele o que quer em oposição às atuais demandas das instituições públicas. Veicular o tema do desemprego para se opor às instituições públicas.	Definir o grupo de invasores antes de invadir. Fazer cumprir as regras até pela violência.	Planejar a reapropriação do espaço público da prefeitura. Ter paciência e ir alterando devagar o que é proibido alterar.	Parar com o comércio que dá prejuízo. Analisar constantemente o comércio que é ou não viável. Passar a trabalhar com outro produto. Vender a loja. Saber comprar, explorando preço na CEASA, chegando cedo, entrando antes como carregador e fazendo várias ofertas. Comprar produtos de acordo com o público alvo. Comprar produtos mais frescos, para atender o público alvo e para não estragar logo. Variar a quantidade de hortifrutícolas na bacia no lugar de variar o preço.	Ampliar seu espaço apenas para sobreviver.
Continua...					

Continuação...					
QUADRO 3 – Síntese das práticas sociais articuladas em torno da questão: por que o mercado muda?					
<i>Representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o Estado e o comerciante</i>					
<i>Face emancipada das demandas das e sobre as instituições públicas</i>		<i>Face emancipada da privatização do espaço público</i>		<i>Face emancipada das pressões concorrenciais</i>	
<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio das relações formais</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio do espaço privatizado</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>	<i>Práticas na estratégia cotidiana do próprio das leis do mercado</i>	<i>Práticas na tática cotidiana</i>
Aceitar a oferta do usufruto de recursos públicos.	<p>Articular-se com atores políticos por meio de relações pessoais para se opor às instituições públicas.</p> <p>Enfrentar os fiscais das instituições públicas com violência.</p> <p>Substituir a violência pelo diálogo com as instituições públicas e seus representantes.</p> <p>Ceder ou obedecer ao fiscal temporariamente, depois voltar à condição anterior.</p>			<p>Diminuir a quantidade de hortifrutícolas quando estão frescos, recuperar o capital investido e ir aumentando a quantidade na bacia até vender tudo , antes de estragar.</p> <p>Comprar uma parte dos hortifrutícolas com melhor qualidade, preços um pouco mais altos e maior variedade, ocupando maiores espaços.</p> <p>Ampliar seu espaço para crescer, ganhar mais, ampliar os espaços, e assim por diante</p> <p>Sempre melhorar a loja.</p>	
Fonte: dados da pesquisa					

Nos quadros, cada prática destacada se insere em uma ou nas duas movimentações (manutenção e mudança) em relação à inserção contextual dos sujeitos e às representações sociais construídas por eles, expondo a configuração do “fazer estratégia” em termos de práticas e sentidos que o perpassam.

Em relação à inserção contextual na representação social e na face emancipada que foram utilizadas como referência na análise e reproduzidas nos quadros, as práticas cotidianas enquadradas como táticas baseiam as movimentações na direção da mencionada mudança de sentidos, com a manutenção ou não das práticas. Já as práticas cotidianas enquadradas como estratégia baseiam as movimentações na direção da mencionada manutenção dos sentidos, também com a manutenção, ou não, das práticas. Ou seja, as mudanças nas práticas nas construções sociais dos sujeitos não significam, necessariamente, mudanças nos sentidos inseridos nessas construções sociais, pois também ocorre o contrário: as práticas mudam em torno de sentidos anteriores, reforçando-os.

Isso foi observado com base no esquema conceitual proposto, quando, no caso investigado, o “fazer estratégia” dos que comercializam os hortifrutícolas se apresentou articulado em torno das *thematas* família/sobrevivência/trabalho e público/privado. Esses elementos, ao mesmo tempo em que se apresentaram de maneira hegemônica, remeteram a construções específicas, expostas a partir da análise do conjunto de faces emancipadas das representações sociais ancoradas naquelas *thematas*. A partir dessa organização, foi possível destacar dois conjuntos de práticas: as inseridas na estratégia; e as inseridas na tática cotidiana.

A inserção da prática em um ou outro conjunto foi relativa à referência social assumida, seja no tocante ao grupo social (comerciantes de hortifrutícolas do mercado da Vila Rubim), seja no tocante a um corte em seus compartilhamentos (as faces emancipadas em questão). Um aspecto a se destacar, observado ao longo da análise e evidente nos quadros de 1 a 3, é que nesse processo algumas práticas se posicionam ao longo do tempo como tática e como estratégia cotidiana.

Ao sintetizar nos quadros as práticas dos comerciantes de hortifrutícolas, foi possível evidenciar essas duplas inserções, condição adequada para ilustrar o potencial da proposta de investigação baseada no esquema conceitual (Figura 2) defendido nesta tese. É justamente ao oferecer espaço ao dinamismo social que se pode observar a inserção das práticas nesse dinamismo, no qual, mesmo permanecendo a mesma, a prática pode ser permeada por sentidos distintos simultaneamente ou ao longo do tempo. Ou seja, a prática pode envolver desde uma simples reprodução de construções anteriores, posicionadas no lugar de um próprio no qual uma determinada ordem estabelecida deve ser mantida como tal, até, sem necessariamente alterar as manifestações concretas da prática em si, uma condição na qual transgride esse lugar, essa ordem, e demarca um espaço singular.

Isso ocorre no caso das práticas em torno das articulações políticas, ora voltadas à oposição de demandas formais estabelecidas, ora para se enquadrarem nessa ordem e usufruírem dela. De maneira mais específica, a ambigüidade das práticas sociais pode ser ilustrada ao se destacar uma prática específica: a de “ampliar seu espaço” (Quadro 3), demarcada na face emancipada das pressões concorrenciais na **representação social das mudanças no mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o estado e o comerciante**. Em relação a essa face e ao grupo de sujeitos dos comerciantes de hortifrutícolas, essa prática se posiciona no lugar do próprio quando está articulada em torno da idéia do crescimento mercadológico e em um espaço de transgressão quando está articulada em torno da idéia de sobrevivência. Em uma lógica simplista, poderia se conceber que a definição de uma ou outra inserção viria do resultado alcançado ou almejado a partir dessa prática. Mas segundo o esquema conceitual proposto (Figura 2), o resultado é permeado pelo contexto social; ele não está isolado. A própria

definição do que é um resultado de crescimento ou de sobrevivência só existe a partir de construções sociais que delimitam um e outro.

A demarcação dos sentidos das práticas sociais é a base da análise, sem a qual não há referência. Por exemplo, para se saber o que é crescimento e o que é sobrevivência, já que ambas podem articular a mesma prática, ou seja, a mesma evidência concreta para quem observa. No quadro conceitual, essa demarcação de sentido ocorre por meio das representações sociais, que se inserem na condição privilegiada de demarcar o lugar dos próprios, de estabelecer ordens. Nesse sentido, no exemplo, a face emancipada das pressões concorrenciais na representação social na qual a prática se articula oferece a base para a análise. Nessa análise, o comerciante de hortifrutícolas bem-sucedido, citado em diversos fragmentos, é bem-sucedido por ter esse crescimento. Portanto, nessa inserção contextual, a prática de “ampliar seu espaço” está posicionada no lugar do próprio e o reforça. Entretanto, no esquema conceitual proposto, a tática não está subordinada a essas representações, nem à estratégia. De certa maneira, é ao contrário.

Ao utilizar-se de um dos elementos daquele lugar – no caso, a prática de “ampliar seu espaço”, mas associada ao sentido da sobrevivência – a própria representação social em questão passa a ser alterada pela prática. Se antes ela a reforçava, agora, associada a um novo sentido, faz com que a face emancipada se altere e em conjunto com outras construções que “atacam”. Dessa maneira, pode surgir uma nova face emancipada, um novo lugar de um próprio, onde, talvez, sobreviver seja ter sucesso e “ampliar seu espaço” para sobreviver seja uma estratégia demarcada nesse lugar.

Essa última movimentação, no caso investigado, não foi evidenciada na prática de “ampliar seu espaço”, mas envolveu outra prática identificada, a da “violência” (Quadro 3) por parte dos barraqueiros. Antes, a violência se enquadrava como tática, na medida em que os barraqueiros, então ambulantes, deparavam-se com os fiscais (o rapa) e a polícia, e os enfrentava. Depois, os mesmos barraqueiros passaram a se utilizar da violência enquadrada como estratégia no lugar de um próprio que mantinha sua ordem estabelecida na Praça. A dinâmica social evidenciada remete à manutenção da prática a partir das alterações e inovações nos sentidos que as envolvem.

De outro lado, novas práticas surgem articuladas em construções sociais anteriores, como a prática de “ajudar e ser ajudado, dividindo o custo do frete”. Na análise, ela se apresenta articulada e associada simultaneamente às faces emancipadas das relações pessoais do cotidiano que envolve o cliente e das demandas das e sobre as instituições públicas, respectivamente, **nas representações sociais do comerciante da Vila Rubim como um homem devotado ao trabalho, da Vila Rubim como um lugar de tradição no comércio na Grande Vitória e das mudanças no Mercado da Vila Rubim como consequência dos eventos do dia-a-dia rebatidos em demandas do e sobre o estado e o comerciante**. Em todas essas faces a prática em questão se insere na estratégia cotidiana, convergindo com a ordem estabelecida por essas faces e se legitimando nelas. Mas, como se observou na análise, essa prática só surgiu no cotidiano da Vila Rubim quando a comercialização do atacado de hortifrutícolas transferiu-se da Vila Rubim para a CEASA, fazendo com que existisse um frete a ser dividido. Essa nova prática não altera sentidos inseridos nas construções sociais anteriores, apresentados nas faces emancipadas; ela os reforça, indo ao encontro de práticas, também anteriores, que os articulavam, como o empréstimo de dinheiro e mercadoria entre os comerciantes.

Pelo exposto, o fazer estratégia na comercialização de hortifrutícolas na Vila Rubim envolve um dinamismo social no qual se articulam construções sociais em movimentações na direção da manutenção, da mudança e do surgimento de práticas e sentidos que envolvem essas construções. Em tais movimentações, as alterações em manifestações concretas dessas práticas não dependem, necessariamente, de mudanças nos sentidos que as envolvem, e vice-versa. Portanto, uma maior compreensão desse dinamismo dependeu de um aprofundamento da inserção contextual socioistórica, que gira em torno deles, indo além de uma análise pontual de manifestações concretas e de resultados almejados ou obtidos, mas que inclui esses elementos ao serem articulados pelos sujeitos de pesquisa naquele dinamismo social.

8 CONCLUSÃO

Ao resgatar o objetivo proposto – **compreender as relações entre os sentidos das práticas sociais e os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações** – é possível identificar que ele foi alcançado ao se confrontar os Quadros 1, 2 e 3 com o esquema conceitual (Figura 2). Esse confronto revela que em seu processo socioistórico os comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim articularam diversos fluxos de práticas inseridos em contextos sociais mais amplos e organizacionais específicos, ou seja, diversas estratégias e táticas. Dentre elas, a investigação empírica permitiu identificar 14 fluxos, 9 como estratégias e 5 como táticas, de acordo com as referências sociais assumidas na análise. Com base nos quadros, as 9 estratégias podem ser identificadas como: da família; da aplicação no comércio; das relações pessoais; do comércio tradicional; do envolvimento com o cliente e o fornecedor; dos diferenciais específicos do Mercado da Vila Rubim; das relações formais; do espaço privatizado; e das leis do mercado.

Seguindo a mesma linha de argumentação, as 4 táticas podem ser identificadas como: das relações pessoais; do comércio tradicional; das relações formais; e das leis do mercado. Aqui as práticas nos fluxos incluem construções inseridas nas estratégias homônimas para transgredir, na direção de determinados interesses, aspectos reforçados por essas mesmas estratégias. Por exemplo, na estratégia das relações pessoais o comerciante se aproxima do cliente para realizar a venda por um comerciante vizinho, repassa o que vendeu para ele, reforça os laços pessoais e, conseqüentemente, a ordem que legitima essa prática. Mas o mesmo comerciante pode se aproximar do cliente como se fosse realizar a venda para o

outro, verificar que não está sendo observado e vender para si mesmo, na tática das relações pessoais. A possibilidade e o ato de se aproximar do cliente do comerciante vizinho é o elo que une a estratégia e a tática homônimas, mas o processo em cada uma delas tem implicações (reforço ou transgressão de uma ordem) e se desenvolve de maneiras distintas e dinâmicas.

Pelo exposto, dentro da abordagem adotada nesta tese a denominação das estratégias e práticas é dinâmica, relacional e temporária, pois o foco está voltado para o processo que permeia cada estratégia e suas articulações nas práticas e sentidos em cada fluxo. Nos Quadros 1, 2 e 3 cada fluxo tem suas práticas identificadas na análise sintetizadas em uma coluna, mas só é possível compreender os processos que envolvem as práticas, no fazer estratégia, ao se recorrer aos sentidos relacionais de cada prática. No caso desta tese, esses sentidos foram detalhados na discussão das três questões que percorrem o cotidiano dos sujeitos de pesquisa. Sem essa discussão anterior o quadro em si não teria sentido, pois apresenta apenas práticas isoladas, o que reforça o argumento de que a compreensão da estratégia como prática social exige o reconhecimento das construções sociais que permeiam tais práticas. Isso vai muito além da identificação de manifestações concretas, mas envolve essa identificação na medida em que é uma etapa para se alcançar as demais construções sociais em torno dessas manifestações.

No esquema conceitual, esses sentidos permeiam as práticas sociais nas articulações em torno das faces emancipadas das representações sociais apresentadas na análise. Esses sentidos se apresentaram de maneira indissociável dos direcionamentos do “fazer estratégia” dos comerciantes de hortifrutícolas do Mercado da Vila Rubim. Isso não quer dizer que há aqui uma relação de causalidade simplista entre os sentidos e o “fazer estratégia”, como se

um sentido levasse a um fazer, ou vice-versa. Observou-se que as práticas inseridas no fazer estratégia dos sujeitos de pesquisa podem se manter as mesmas em relação à suas manifestações concretas, mas articulada em sentidos distintos, bem como novas práticas surgem articuladas em sentidos anteriores, como foi observado na divisão da despesa do frete da CEASA para aqueles inseridos no sentido de amigo dentro das relações pessoais dos comerciantes.

Esses aspectos evidenciados na análise empírica legitimam o entendimento de que o modelo conceitual proposto permitiu alcançar o objetivo desta tese, bem como a problematização oriunda dele: **como os sentidos das práticas sociais se relacionam com os direcionamentos das maneiras de “fazer estratégia” das pessoas nas organizações?**

Essa última sem uma resposta única, mas com um entendimento único: de maneira dinâmica, envolvendo movimentações simultâneas na direção da manutenção e da mudança nos sentidos e no fazer estratégia, inter-relacionados nas práticas cotidianas. Tal entendimento não é uma surpresa, pois, antes da aplicação empírica do esquema conceitual proposto, o próprio esquema foi desenvolvido em torno de três questões básicas assumidas como norteadoras da problematização em questão: 1) As práticas sociais relacionam-se umas com as outras no cotidiano dos sujeitos sociais; 2) No interior das organizações, essas relações envolvem o “fazer estratégia” nas estratégias e táticas cotidianas; e 3) O estudo das representações sociais, dos atores organizacionais, clientes, fornecedores e demais sujeitos destacados por eles, sobre os objetos que eles próprios evidenciam em suas estratégias e táticas cotidianas, é capaz de revelar aquelas relações, pois expõe as práticas sociais em suas inserções em lugares de reprodução de um próprio e em bricolagens em espaços de transgressão e criação.

O esquema conceitual desenvolvido e sua aplicação corroboram com essas três questões assumidas como base da discussão desta tese. Nesse sentido as principais contribuições da tese são a instrumentalização teórica e metodológica da investigação da estratégia como prática social em torno dessas questões e a compreensão da estratégia como prática social no caso da comercialização dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim, como foi observado ao longo da discussão apresentada.

Para isso, a discussão se iniciou por meio de argumentos voltados para a defesa de que a investigação da estratégia como prática social deve se voltar para os estudos das estratégias e táticas nas organizações, como uma **composição de fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos**. Com base em contribuições de autores como Pettigrew (1977), Certeau (1994) e Jarzabkowski (2004, 2005), essa composição é aqui reconhecida como construída a partir de diferentes fluxos, alguns com práticas inseridas como estratégia e outros como táticas cotidianas. Uma inserção que vai depender das relações dessas práticas entre si e em torno do lugar de um próprio, uma ordem estabelecida, construída socialmente e dentro de certo dinamismo. Como foi observado na análise, e defendido por Certeau (1994), essas construções apresentam certo dinamismo, pois há um movimento duplo entre manutenção e transgressão de uma ordem estabelecida.

Existem construções que podem corroborar com outras, anteriores, apresentando práticas então identificadas, em relação às construções anteriores e à ordem por elas estabelecidas, como estratégia. As práticas que essas construções anteriores articulam convergem para essa ordem, legitimam-se nela e a reforçam. Mas, ao mesmo tempo, e aqui está a base do dinamismo, elementos dessa ordem são aproveitados em articulações que não são

convergentes com ela. As práticas nesses fluxos são então identificadas, novamente, em relação às construções anteriores e à ordem por elas estabelecidas, como tática. Portanto, a relação entre estratégia e tática não é algo estático, mas relativo à referência social assumida. A utilidade é expor o dinamismo das construções e práticas sociais em torno da referência, do contexto, social assumido na análise, não a simples classificação do que é estratégia ou tática, que, em si, de uma referência para outra, podem ser as duas coisas. O que se tem é um caminho para expor articulações daquele dinamismo social, não para classificar uma suposta realidade única.

No processo de construção do esquema conceitual, a referência em torno do estabelecimento dessa ordem passou a ser o desafio. Como delimitar as infinitas construções sociais? Ao optar pela TRS (MOSCOVICI, 1978; 1993; 1995; 2003b), em seus desenvolvimentos mais recentes, que enfatizam o dialogismo (MARKOVÁ, 2000) e a dinâmica social na heterogeneidade das representações (LIU, 2003), encontrou-se uma alternativa que delimita essas construções em torno do que os sujeitos consideram relevantes para tratar de suas relações com o desconhecido presente no cotidiano. Dessa maneira, a análise da estratégia como prática social pôde se utilizar do desmembramento do processo de familiarização dos sujeitos sociais para estudar o “fazer estratégia”. Conceitos da TRS, a ancoragem, a objetivação, a *themata* e os gêneros comunicativos foram adotados para expor processos de construções dos sujeitos relacionados com esse fazer, na medida em que a esses processos e sujeitos foi atribuída a condição de estabelecimento de uma ordem, bem como sua manutenção e mudança.

Dessa maneira, o esquema conceitual inclui um caminho para expor o dinamismo da articulação das práticas no cotidiano: a ênfase nas estratégias e táticas cotidianas, em torno

de uma referência social de uma ordem estabelecida. E o complementou com uma maneira de expor as construções relativas a essa ordem, sem deixar de dar espaço para o mencionado dinamismo social: a abordagem da TRS aqui assumida.

Em conjunto, esses aportes teóricos viabilizaram as contribuições desta tese em torno do objetivo proposto. Foi possível a partir delas expor a estratégia em suas implicações sociais, norteadas pelas interações entre as práticas dos sujeitos. Essas características evidenciam o espaço do sujeito no fazer estratégia na organização e a dificuldade de se lidar com esse fenômeno de maneira determinista, na medida em que envolve uma infinidade de implicações sociais. Para lidar com essa complexidade, ao estudar esse “fazer”, legitima-se a proposição da investigação das práticas sociais a ele associadas, segundo a concepção de Certeau (1994). Como foi observado no caso apresentado, trata-se de uma mediação inserida nos contextos sociais dos sujeitos, contextos que, de um lado, constroem as práticas desses sujeitos e, de outro, oferecem as condições para que eles usem o tempo e o espaço a seu favor, a ponto de ser possível perverter aquele constrangimento durante a própria mediação, o que foi observado no caso dos barraqueiros e sua prática da “violência”.

Para dar conta desse dinamismo é que se optou por considerar as estratégias e táticas nas organizações como fluxos de práticas sociais inseridas em contextos organizacionais específicos e sociais mais amplos. Ao mesmo tempo, aproximou-se o conceito de estratégia do de representação social, pois, se as práticas sociais estão sempre nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos (CERTEAU, 1994), conseqüentemente, elas também estão nas organizações e nas estratégias organizacionais. Como mantêm uma relação estreita com as representações sociais (VERGÈS, 2001), capazes de elucidá-las (JODELET, 2001), essas

práticas constituem uma unidade de análise adequada para a investigação do fazer estratégia na organização.

Deve-se destacar que o posicionamento das práticas sociais como unidade de análise não é uma contribuição desta tese. Outros autores do campo da estratégia como prática já revelaram a adequação dessa opção (JARZABKOWSKI, 2005). A contribuição desta tese está na proposição de um caminho para se lidar com essas práticas na investigação empírica, segundo uma abordagem que enfatiza o dinamismo das construções sociais e o papel dos sujeitos em expor as suas próprias articulações em torno das práticas nesse dinamismo inserido no fazer estratégia. Dessa maneira, o esquema conceitual e as opções metodológicas adotadas revelaram um caminho para lidar com um problema específico dentro do campo dos estudos de estratégia como prática social, destacado por Wilson e Jarzabkowski (2004): a distância relacional. No caso, os sujeitos receberam a atribuição de fazer a delimitação do que entre os níveis microssocial e macrossocial deve ser ressaltado em suas construções em torno do seu próprio fazer estratégia.

A aplicação dessa proposta foi observada no caso dos comerciantes de hortifrutícolas do Mercado da Vila Rubim. Os sujeitos destacaram no extremo do nível macro as ingerências oriundas de pressões concorrenciais e das instituições públicas com suas definições de normas e regras. No extremo do nível micro, os sujeitos manifestaram as maneiras de falar, conversar e negociar veiculando sentidos no cotidiano, por meio dos quais eles interagem. Mas entre esses dois níveis persiste o problema da distância relacional, pois existem infinitas possibilidades de aprofundamento. Portanto, no lugar de preocupar-se com esses limites, de tentar identificar quais são os mais extremos do que os outros, ensejou-se espaço para os sujeitos de pesquisa revelarem suas articulações dentro desses níveis. Isso pôde ser

observado na análise dos dados, quando se evidenciou que aquelas ingerências das instituições públicas são articuladas por meio da antiga prática da violência, com os fiscais sendo agredidos quando tentavam tirar o meio de sobrevivência de um ambulante – um sentido, o da sobrevivência, que envolve a articulação, o apoio e a reprodução dessa prática.

Além da questão da distância relacional, outro ponto destacado nesta tese, como algo a ser desenvolvido no campo dos estudos sobre estratégia como prática social, foi a ênfase nos níveis diretivos. Os estudos nessa abordagem, a despeito de criticarem essa ênfase, continuaram por focar esse nível organizacional. Aqui, surge uma limitação desta tese. Na mesma linha dos estudos que criticou e, a despeito de argumentar contra um foco restrito ao nível da alta direção, a investigação empírica aqui apresentada também se delimitou a esse nível, apesar de incluir dentre os sujeitos de pesquisa clientes, funcionários e fornecedores. Na análise, ficou clara a maior participação das manifestações dos comerciantes, os proprietários do comércio. A justificativa para isso está nas características das organizações investigadas, os comércios de hortifrutícolas. Em todas elas os comerciantes acompanham a quase totalidade das operações no dia-a-dia, pois têm poucos ou nenhum funcionário. Dessa maneira, eles se destacam nas articulações do fazer estratégia no estudo em questão, ainda que se defenda nesta tese o caráter plural do fazer estratégia em movimentações que extrapolem o nível gerencial, o que exige investigações que, também, extrapolem esses níveis.

Em relação a essa limitação, a partir das contribuições apresentadas, a expectativa é que desenvolvimentos posteriores a superem, permitindo uma maior compreensão do processo de fazer estratégia na organização, ao incluir como questões relevantes construções sociais que envolvam todos os níveis organizacionais. Dessa maneira, enriquecerão a discussão em

torno do desenvolvimento de estratégias nas organizações, comumente focada na busca pela obtenção de resultados e pela compreensão de supostas disfunções estratégicas.

Na abordagem proposta, a idéia de disfunção deve ser criticada e em seu lugar assumida o entendimento de que existem construções sociais distintas em torno do “fazer estratégia” no interior de uma organização. A intenção é tornar saliente a necessidade de promover mediações mais intensas entre determinados interesses, enfim, uma infinidade de construções sociais pertencentes às pessoas, às organizações e às estratégias nelas desenvolvidas. Não se observa contribuição ao campo da estratégia ao negar essas construções, o que legitima a proposição de um caminho para se aproximar dessas construções sociais e compreender os processos a elas associados.

A discussão desenvolvida até aqui oferece como contribuição final desta tese a sugestão de que as propostas apresentadas sejam aplicadas e ampliadas. O desenvolvimento da proposta apresentada não se encerra aqui. Muito pelo contrário, a intenção é o debate que permita abrir a discussão e incorporar conhecimentos de pesquisadores e grupos interessados no desenvolvimento da abordagem da estratégia como prática social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.

ANSOFF, I. H. **Corporate Strategy: business policy for growth and expansion**. New York: McGraw-Hill, 1965.

ARENDRT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 5-13, 2003.

ARRUDA, A. Living is Dangerous: Research Challenges in Social Representations. **Culture Psychology**. v. 9, p. 339-359, 2003.

BAKHTIN, M. (Voloshinov) **Marxismo e filosofia de linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986a.

BAKHTIN, M. M. **Speech Genres and Other Late Essays**. Austin: University of Texas Press, 1986b.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRY, D.; ELMES, M. Strategy retold: toward a narrative view of strategic discourse. **Academy of Management Journal**, Amherst, v. 2, p. 429-452, 1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BERNHOEFT, R. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

BILLIG, M. Studying the Thinking Society: Social Representations, Rhetoric and Attitudes. In Breakwell, G., Canter, D. (eds.): *Empirical Approaches to Social Representations*. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 39–62.

BLALOCK JR., H.M. **Introdução à pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Codex: Porto, 1994.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE**, v.31, n. 939, p. 53-71, ago. 2005.

BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1990.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: UNESP, 1998.

BRESLER, R. A roupa surrada e o pai: etnografia em uma marcenaria. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 111-126

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Knowledge and Organization: A Social-Practice Perspective. **Organization Science: A Journal of the Institute of Management Sciences**, v. 12, n. 2, p. 198-213, 2001.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BULMER, M. When Is Disguise Justified? Alternatives to Covert Participant Observation. **Human Sciences PressQualitative Sociology**, v. 5, n. 4, 1982.

BURREL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (org.) **Handbook de estudos organizacionais**; Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. V.1, p. 439-462.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**; elements of the Sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CALLINICOS, A. Postmodernism, Post-Structuralism, Post-Marxism? **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 85-101, 1985.

CANAL, P. Memória... Revitalização... Uso... Evolução histórica dos mercados em Vitória. **Imagem Urbana**, Revista Capixaba de Arquitetura, Design & Urbanismo, n. 2. Disponível em: <http://www.imagemurbana.com.br/home2_arquitetura-vila.htm>. Acessado em 26 jan. 2006.

CARRIERI, A. de P.; SARSUR, A. M. Percurso semântico do tema empregabilidade: um estudo de caso em uma empresa de telefonia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.

CASTILHOS, R. B.; CAVEDON, N. R. Fornecedor, Mercadeiro e Cliente: um ensaio sobre as trocas no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAVEDON, N. R. As representações sociais dos universitários sobre o trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999a, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

CAVEDON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999b. 1 CD-ROM.

CAVEDON, N. R. Os saberes produzidos no cotidiano. In: CAVEDON, N. R. (Org.). **Representações sociais na área de gestão em saúde: teoria e prática**. Porto Alegre: Dacasa, 2005. p. 11-19.

CAVEDON, N. R. Pode Chegar, Freguês": A Cultura Organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

CAVEDON, N. R. Recursos metodológicos e formas alternativas no desenvolvimento e na apresentação de pesquisas em administração. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. da S. Os Diferentes Modelos de Família e de Empresas Familiares e seus Respectivos Valores: em Foco os Permissionários do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. da S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 14, jan./jul. 2005.

CERTEAU, M. de **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

CERTEAU, M. de. **Heterologies**: discourse on the other. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986

CHAFFEE, E. E. 1985. 'Three models of strategy'. **Academy of Management Review**, v. 10, n. 1, 89-98, 1985.

CHANDLER, A. D. **Strategy and structure**: Chapters in the History of American Industrial Enterprise. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1962.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Forense, 1980. p. 87-122.

CLEGG, S.; CARTER, C.; KORNBERGER, M. A "máquina estratégica": fundamentos epistemológicos e desenvolvimento em curso. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 21-31, 2004.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R., HARDY, C.; NORD, W. R. (orgs). **Handbook de Estudos Organizacionais**: modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. v.1, São Paulo: Atlas, p. 27-57, 1999.

COLBARI, A. de L. Imagens familiares na cultura das organizações. In: DAVEL, E; VASONCELOS, J. (Orgs.) **Recursos humanos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 208-229.

COOK, S. D.N.; BROWN, J. S. Bridging Epistemologies: The Generative Dance Between Organizational Knowledge and Organizational Knowing. **Organization Science: A Journal of the Institute of Management Sciences**, v. 10, n. 4, p. 381-400, 1999.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.51-66.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVEL, E. P. B.; COLBARI, A. Organizações familiares: desafios, provocações e contribuições para a pesquisa organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DINIZ NETO, O. **Conjugalidade**: proposta de um modelo construcionista social para terapia de casal. 2005. Tese (Doutorado em psicologia) – Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

DONNELLEY, R. G. The family business. **Harvard Business Review**, v. 42, n. 3, p. 93-105, 1964.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os pensadores).

DUVEEN, Gerard. The Psychosocial Production of Ideas: Social Representations and Psychologic. **Culture Psychology**, v. 4, n. 4, p. 455-472, 1998.

DUVEN, G. Introdução: o poder das idéias. In: Moscovici, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-28.

EZZAMEL, M.; WILLMOTT, H. Rethinking strategy: contemporary perspectives and debates. **European Management Review**, v. 1, n. 1, p. 43-48, 2004.

FARIA, A. A. M. de; LINHARES, P. de T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (org.) **Análises de Discursos: sedução e persuasão**. Cadernos de Pesquisa do NAPq, Belo Horizonte, FALE/UFMG, NAPq, n. 13. Set., 1993.

FARR, R. Theory and method in the study of social representations. In: BREAKWELL, G. M.; CANTER, D.V. (Eds.). **Empirical approaches to social representations**. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 13-38.

FARR, R.M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis : Vozes, 1995. p.31-59.

FÁVERO, M. H. Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Representações Sociais: Por uma Articulação Teórica e Metodológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 21, n. 1, p. 17-025, jan/abr 2005.

FERRETTI, M. Feiras Nordestinas – Estudos e Problemas. In: FERRETTI, Sergio (org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luis: UFMA/PROIN-CS, 2000. p.36-66.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FISCHER T. et al. Centro Histórico de Salvador: a gestão em parceria de novos tempos e novos espaços. In: FISCHER, T. (org.). **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, T.; DIAS, T. M. da C. O negócio do acarajé e sua liderança mítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1998. 1 CD-ROM.

FOOTE-WHYTE, Wiliam. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: 1977.

GELETKANYCZ, M. A.; HAMBRICK, D. C. The external ties of top executives: implications for strategic choice and performance. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 654-681, 1997.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.

GERGEN, K. J. The place of the psyche in a constructed world. **Theory and Psychology**, v. 7, n. 6, p. 723-746, 1997.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Los Angeles: University of California Press, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 1995

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.3, p. 20-29, Mai./Jun. 1995.

GOLD, R. Roles in sociological field observations. **Social forces**, v. 36, p. 217-223, mar. 1958.

GRAMKOW, F. B.; CAVEDON, N. R. As bancas de especiarias do Mercado Público de Porto Alegre e suas estratégias. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 8, n. 22, set./dez. 2001.

GROPP, B. M. C. De “Cascão a Lagartixa”: Uma Abordagem Etnográfica focada na Perspectiva de Comunidades de Prática em Aprendizagem Organizacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2003.

GUARESCHI, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis : Vozes, 1995. p. 191-225.

GUARESCHI; P. A. PRESSUPOSTOS METAFÍSICOS E EPISTEMOLÓGICOS NA PESQUISA. **Psicologia, Reflexão e Crítica**. v. 16, n. 2, 2003.

HAYES, R. H.; ABERNATHY, W. J. Managing our way to economic decline. **Harvard Business Review**, v. 58, n. 4, p. 67-78, jul./ago. 1980.

HENDRY, J.; SEIDL, D. The structure and significance of strategic episodes: social systems theory and the routine practices of strategic change. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 1, p. 175-196, jan., 2003.

HERMANS, H. J. M. Clinical diagnosis as a multiplicity of self-positions: Challenging social representations theory. **Culture & Psychology**, v. 9, p. 407–414, 2003.

HOLQUIST, M. Introduction. In: BAKHTIN, M. M. **Speech Genres and Other Late Essays**. Austin: University of Texas Press, 1986. p. ix-xxiii.

HOLTON, G. **The scientific imagination**. New York: Cambridge University Press, 1978.

HOWARTH, C. Identity in Whose Eyes? The Role of Representations in Identity Construction. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 32, n. , p. 145-162, 2002.

IBAÑEZ, T. Some critical comments about the theory of social representations: discussion of Rätty & Snellman. **Papers on Social Representations**, v. 1, n. 1, p. 21–26, 1992.

JARZABKOWSKI, P. **Strategy as Practice: an activity-based approach**. London: Sage, 2005.

JARZABKOWSKI, P. Strategy as Practice: Recursiveness, Adaptation, and Practices-in-Use. **Organization Studies**, v. 25, n. 4, p. 529–560, 2004.

JARZABKOWSKI, P.; WILSON, D. C. Top teams and strategy in a uk university. **Journal of Management Studies**, v. 39, n. 3, p. 355-381, 2002.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOHNSON, G.; MELIN, L.; WHITTINGTON, R. Guest Editors' Introduction: Micro Strategy and Strategizing: Towards an Activity-Based View. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 1, p. 3-22, 2003.

KNIGHTS, D.; MORGAN, G. Corporate strategy, organizations and subjectivity: a critique. **Organization Studies**, v.12, n.2, p. 251-273, 1991.

LENGLER, J. F.; CAVEDON, N. R. De “Templo do Consumo” a Representação Mitológica: Um Olhar Etnográfico Desconstrutivo Sobre os Ritos no Shopping Center. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

LEVITT, T. Exploit the product life cycle. **Harvard Business Review**, v. 43, n. 6, p. 81-94, nov./dez., 1965.

LITTLE, D. **Varieties of social explanation**: an introduction to the philosophy of social science. Boulder: Westview Press, 1991. p. 68-90.

LIU, L. Quality of life as a social representation in china: a qualitative study. **Social Indicators Research**, n. 75, p. 217-240, 2006.

LIU, L. Sensitising Concept, Themata and Shareness: A Dialogical Perspective of Social Representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 34, n. 3, p. 249-264, 2003.

LODI, J. B. **A empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1978.

MACHADO, I. L. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos, in MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (org). **Teorias e práticas discursivas**: estudos em análise do discurso. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso. p. 111-120, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

MARKOVÁ, I. Amédée or how to get rid of it: Social representations from a dialogical Perspective. **Culture & Psychology**, v. 6, n. 4, 419-460, 2000.

MARTIN, J.; FROST, P.. Jogos de guerra da cultura organizacional: a luta pelo domínio intelectual. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 219-251.

MAYO, E. **The human problems of an industrial civilization**. New York: The Viking, 1960.

MAYOL, P. Teorias da arte de fazer. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

MEDRADO, B. Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 86-103, jan./jun, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-30.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89 - 111.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Bookman: Porto Alegre, 2004.

MINTZBERG, H. Patterns in Strategy Formation. **Management Science**, v.24, n. 9, p.934-948, 1978.

MINTZBERG, H. Strategy Making in Three Modes, **California Management Review**, v.16, n.2, p. 44-53, 1973.

MINTZBERG, H. The science of strategy-making. **Industrial Management Review**, v. 8, n. 2, p. 71-81, 1967.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári da Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MINTZBERG, H.; MCHHUGH, A. Strategy Formation in an Adhocracy. **Administrative Science Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 160-198, jun. 1985.

MINTZBERG, H.; WATERS, J. Of Strategies, Deliberate and Emergent. **Strategic Management Journal**, v. 6, n. 3, p.257-272, 1985.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos chaves**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 177-190.

MISOCZKY, M. C. A. Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais. In ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. CD-ROM. 2000.

MOSCOVICI, S. A história e a atualidade das representações sociais. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003c. p. 167-214.

MONACO, F. de F.; GUIMARÃES, V. N. implicações de um programa de qualidade total sobre a qualidade de vida no trabalho: o caso da gerência de administração da empresa brasileira de correios e telégrafos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Introductory address. **Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales**, v. 2, n. 3, p. 1-170, 1993.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 211–250, 1988.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003b. p. 29-110.

MOSCOVICI, S. Prefácio. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis : Vozes, 1995. p. 7-16.

MOSCOVICI, S. Social Representations Theory and Social Constructionism. **Social Representations Mailing List 1**. Mensagens postadas entre 28 de abril e 27 de maio, 1997. Disponível em < <http://psyberlink.flogiston.ru/internet/bits/mosc1.htm> >.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 305-387.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: a Conversation. **Culture & Psychology**. v. 4, n. 3, 371-410, 1998.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. O conceito de themata. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 215-250.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. ; CAMARGO, B. V. . Psicologia Social, Representações Sociais e Métodos. **Temas Em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLIKOWSKI, W. J. Using Technology and Constituting Structures: A Practice Lens for Studying Technology in Organizations. **Organization Science: A Journal of the Institute of Management Sciences**, v. 11, n. 4, p. 404-428, 2000.

PAÇO-CUNHA, E. et al. Práticas versus Táticas: Praxeologia do Poder numa Organização de Tecnologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

PEREIRA, M. F.; AGAPITO, F. de. Afinal, Como se Formam as Estratégias? O Processo de Formulação Estratégica em uma Organização do Terceiro Setor. In: Encontro de Estudos em Estratégia, 2, 2005, Rio de Janeiro **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

PETTIGREW, A. M. Strategy formulation as a political process. **International Studies of Management & Organization**, v. 7, n. 2, p. 78-87, 1977.

PETTIGREW, A. M. Context and action in the transformation of the firm. **Journal of Management Studies**, v. 24, n. 6, p.649-670, 1987.

PETTIGREW, A. M. Longitudinal field research on change: theory and practice. **Organization Science**, v. 1, n. 3, 1990.

PETTIGREW, A. M. The character and significance of strategy process research. **Strategic Management Journal**, v. 13, p. 5-16, 1992.

PIMENTEL, T. D. et al. A (Des)construção Institucional do Mercado Central de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

PIMENTEL, T. D.; LEITE-da-SILVA, A. R. Artesão ou Pequeno Industrial: Ambigüidades Identitárias na “Feira Hippie”. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2006. Porto Alegre-RS. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 5. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1991.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**. 22. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POTTER, J.; EDWARDS, D. Social representations and discursive psychology: from cognition to action. **Culture & Psychology**, v. 5, n. 4, p. 447–458, 1999.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Apresenta aspectos históricos e cotidianos da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/home.htm>>. Acesso em 2 de fev. 2006.

RANGEL, M. A Pesquisa de representação social na área de ensino-aprendizagem: elementos do estado da arte. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília (DF), v. 79, n. 193, p. 72-85, set./dez. 1998.

RÄTY, H.; SNELLMAN, L. Making the unfamiliar familiar. Some notes on the criticism of the theory of Social Representations. **On going production on Social Representations**, v. 1, n. 1, p. 3-13, 1992.

REGNÉR, P. Strategy creation in the periphery: inductive versus deductive strategy making. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 1, jan. 2003.

REY, F. G. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, A. M. H.; LADEIRA, M. B. Sistema de Remuneração por Habilidades: uma Alternativa às Práticas de Gestão da Produção em um Contexto Flexível. In: Encontro nacional da Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Administração, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2004.

ROSA, A. S. de. The “boomerang” effect of radicalism in Discursive Psychology: A critical overview of the controversy with the Social Representations Theory. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 36, n. 2, p. 161-201, 2006.

ROSA, A. S. de; FARR, R. Icon and symbol: Two sides of the coin in the investigation of social representations. In BUSCHINI F.; KALAMPALIKIS N. (eds.) **Penser la vie, le social, la nature**: mélanges en hommage à Serge Moscovici. Paris: Les Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2001. p. 237-256.

ROSE, D. et al. Questioning consensus in social representations theory. **Papers on Social Representations**, v. 4, p.150–155, 1995.

ROSSATO NETO, F. J. Ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais: o processo sucessório nas bancas do Mercado Público de Porto Alegre In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SAMRA-FREDERICKS, D. A Proposal for Developing a Critical Pedagogy in Management from Researching Organizational Members’ Everyday Practice. **Management Learning**, v. 34, n. 3, p. 291–312, 2003b.

SAMRA-FREDERICKS, D. Strategizing as Lived Experience and Strategists' Everyday Efforts to Shape Strategic Direction. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 1, jan. 2003a.

SANTOS, S. C. C. dos; OLIVEIRA, R. R. Comprometimento, participação de colaboradores e uso do tempo livre. O caso do SESC/PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

SHOTTER, J. The social construction of our 'inner' lives. **Journal of Constructivist Psychology**, v. 10, n. 1, p. 7-24, 1997.

SILVA, J. C. de S.; FISCHER, T.; DAVEL, E. Organizações familiares e tipologias de análise: o caso da organização Odebrecht. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

SMEDSLUND, J. Social representations and psychologic. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 4, p. 435-454, 1998.

SOUZA, A. M. Feira livre na COHAB. In: FERRETTI, Sergio (org.). Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados. São Luis : UFMA/PROIN-CS, 2000.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das Representações Sociais. In. GUARESHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Texto em Representações Sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b. p. 117-148.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 1995a. p. 85-108.

SPINK, M. J. Representações sociais: questionando o estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 166-186, jul./dez. 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C.; PALMEIRA, P. L.; MORAES, C. M. A cultura brasileira revelada no barracão de uma escola de samba: o caso da Família Imperatriz. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

VERGÈS, P. Representações sociais da economia: uma forma de conhecimento. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 343-362

VIZEU, F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2004.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. A Review of Controversies about Social Representations Theory: A British Debate. **Culture & Psychology**, v. 11, n. 4, p. 431-454, 2005.

VOLBERDA, H. W. Crise em estratégia: fragmentação, integração ou síntese. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 4, p. 32-43, 2004.

WAGNER, W. Social representations and beyond: Brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. **Culture & Psychology**, 4, 297–329, 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHIPP, R. Desconstrução criativa: estratégia e organizações. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3.

WHITTINGTON, R. Strategy as Practice. **Long Range Planning**, v. 29, n. 5, p. 731-735, 1996.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 4, p. 44-53, 2004.

WHITTINGTON, R. The work of strategizing and organizing: for a practice perspective. **Strategic Organization**, v. 1, n. 1, p. 117–125, 2003.

WIERSEMA, M. F.; BANTEL K. A. Top management team demography and corporate strategic change. **Academy of Management Journal**, v. 35, n. 1, p. 91-121, 1992.

WILSON, D. C.; JARZABKOWSKI, P. Pensando e agindo estrategicamente: novos desafios para a análise estratégica. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 21-31, 2004.

WRIGHT, S. ‘Culture’ in anthropology and organizational studies. In: WRIGHT, S. (org.). **Anthropology of organizations**. London : Routledge, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÉNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA E OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

- a) Tradições *versus* mudanças no mercado e no comércio de hortifrutícolas

- b) Problemas / Soluções no cotidiano

- c) Práticas e relações pessoais e profissionais dos seguintes personagens no cotidiano do comércio de hortifrutícolas:
 - 1) Lojistas

 - 2) Barraqueiros

 - 3) Pessoal dos tabuleiros

 - 4) Concorrentes

 - 5) Fornecedores

 - 6) Funcionários

 - 7) Clientes

 - 8) Políticos

 - 9) Poder público